

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE CERRO LARGO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**RAFAEL RODRIGO WOLFART TREIB**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – *CAMPUS* CERRO LARGO E**  
**O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SIGNIFICADO CIENTÍFICO E SOCIAL**  
**DA PESQUISA**

**CERRO LARGO**

**2021**

**RAFAEL RODRIGO WOLFART TREIB**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – *CAMPUS* CERRO LARGO E  
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SIGNIFICADO CIENTÍFICO E SOCIAL  
DA PESQUISA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.  
Linha 1: Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Edegar Rotta

Coorientador: Dr. Herton Castiglioni Lopes

**CERRO LARGO**

**2021**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Treib, Rafael Rodrigo Wolfart

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CERRO LARGO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SIGNIFICADO CIENTÍFICO E SOCIAL DA PESQUISA / Rafael Rodrigo Wolfart Treib. -- 2021.  
207 f.:il.

Orientador: DR. Edeamar Rotta

Co-orientador: DR. Herton Castiglioni Lopes

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS, 2021.

1. UFFS. 2. ENSINO SUPERIOR. 3. PESQUISA. 4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 5. COREDES. I. Rotta, Edeamar, orient. II. Lopes, Herton Castiglioni, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

**RAFAEL RODRIGO WOLFART TREIB**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS CERRO LARGO E  
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SIGNIFICADO CIENTÍFICO E SOCIAL  
DA PESQUISA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 24/08/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



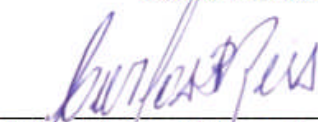
---

Prof. Dr. Edegar Rotta – UFFS  
Orientador



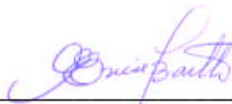
---

Prof. Dr. Herton Castiglioni Lopes – UFFS  
Coorientador



---

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis - PUC  
Avaliador



---

Prof.ª Dr.ª Enise Barth - UFFS  
Avaliadora

Dedico este trabalho à pequena e valorosa

equipe que enriquece minha vida:

A minha família, meu refúgio.

E a todos que valorizam o ensino superior e  
desenvolvem a ciência e a pesquisa, e através

deste, a educação como um todo!

## AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, foram necessários esforços de uma coletividade, por isso, esta dissertação de mestrado só foi possível porque contei com o apoio e a ajuda de muitas pessoas, a quem agradeço profundamente, deixando aqui minha enorme gratidão. Evidente que seria impossível mencioná-las todas. Entretanto, estou especialmente grato:

Ao meu pai Albino Victor Treib (In Memoriam) e minha mãe Irene Leocádia Wolfart, por nunca deixarem de acreditar em minha capacidade e competência para realizar esse objetivo, e principalmente minha mãe que colaborou diretamente na disponibilização do seu tempo, para que eu pudesse me dedicar com mais tranquilidade e a minha esposa e filho, Bruna e Victor, pela paciência, compreensão, companheirismo e parceria durante o período de ausência e estudos e garantia do esforço realizado;

Ao professor Edemar Rotta, meu orientador, a pessoa que Deus colocou no meu caminho e que foi o responsável pela minha entrada na pesquisa científica e nesta temática de pesquisa chamada: Desenvolvimento Regional;

A banca do exame de qualificação e de defesa, pelo cuidado dispensado e pelas sugestões dadas;

A todos os membros e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo acolhimento e apoio que sempre me ofereceram, em especial aos colegas de turma do mestrado 2019/01, aos docentes do programa e ao orientador e ao coorientador, que foram mais que colegas de estudo, estando e sendo disponíveis para colaborar;

A Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Cerro Largo, por propiciar o primeiro mestrado público e gratuito da região das Missões, sem esquecer-se da dedicação de toda a comunidade regional e ao governo federal que em 2009, criou esta instituição de ensino superior para reduzir a desigualdade regional, melhorar o ensino, criar atividades de extensão e possibilitar o acesso a pesquisa acadêmica, esta a qual tive o prazer de participar em 2011 com o fomento da Fapergs e a orientação do prof. Edemar;

A todos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado. Aos colegas de trabalho pelo apoio e incentivo. Enfim, a todos que, de uma ou de outra forma, me deram exemplos, me apoiaram e incentivaram meus sinceros e profundos agradecimentos.

## RESUMO

Esta dissertação tem como temática a relação entre a Universidade e o desenvolvimento regional, tendo como base a pesquisa realizada na UFFS – *Campus Cerro Largo*. Questiona-se: a UFFS, nestes dez anos de trajetória, de forma especial na pesquisa, com foco no *Campus Cerro Largo*, foi capaz de dar conta da reflexão e da produção de conhecimentos sobre os desafios da região das Missões e da Fronteira Noroeste? Objetiva analisar a experiência de pesquisa universitária na UFFS, *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2019 e suas interfaces com os Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados para este período no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada quanto ao enfoque, é qualitativa, classificando-se, segundo a sua natureza, como aplicada. Do ponto de vista dos objetivos, é descritiva, e a abordagem é delineada pelo método crítico-dialético. Com relação aos procedimentos técnicos, optou-se pela revisão bibliográfica e documental. Como lócus de estudo, tem-se o *Campus Cerro Largo*, da UFFS, situado no estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta dos dados, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica nos editais de pesquisa da UFFS, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE), e nas prioridades dos planos de desenvolvimento dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste que abrangerem o período estudado. O recorte definido contempla os editais de pesquisa realizados entre 2010 e 2019 no *Campus Cerro Largo*. A análise e a interpretação dos dados, operacionaliza-se pela análise de conteúdo. Os resultados demonstram que a Universidade se destaca enquanto instituição que auxilia e estimula o desenvolvimento regional a partir da pesquisa, pois seus objetos de pesquisa estão interligadas às prioridades demandadas pela região. Durante o período analisado, realizaram-se 357 projetos de pesquisa com bolsas de iniciação científica e tecnológica, em um universo de 40 editais de pesquisa. Os Editais de fomento tiveram ampla aceitação e participação dos docentes do *Campus* nas diferentes áreas do conhecimento, resultando em uma expressiva produção científica, materializada em publicações de artigos em periódicos nacionais e internacionais, anais de eventos, capítulos de livros e livros completos. Estas publicações e participações em eventos regionais, nacionais e internacionais, contribuem para a publicização dos resultados das pesquisas e para a produção do conhecimento, de forma especial, sobre a região das Missões e da Fronteira Noroeste. Constatou-se que os projetos realizados contemplam grande parte das diretrizes apontadas na COEPE e no PDI, bem como, estão em sintonia com as prioridades definidas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento

dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste. Os resultados constatados permitem concluir que a pesquisa realizada no *Campus Cerro Largo* foi capaz de refletir e produzir conhecimento nas diversas áreas do conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade regional durante o recorte temporal analisado, cumprindo com o seu papel no ensino superior.

**Palavras-chave:** Universidade; Desenvolvimento Regional; UFFS; Pesquisa.



## ABSTRACT

This dissertation has as its theme the relationship between the University and regional development, based on the research conducted at UFFS – *Campus Cerro Largo*. Thus, the question is: Did UFFS, in these ten years of trajectory, especially in research, with a focus on *Campus Cerro Largo*, was able to handle the reflection and the production of knowledge about the challenges of the Missions Region and Northwest Frontier region? It aims to analyze the experience of university research at UFFS, *Campus Cerro Largo*, in the period from 2010 to 2019 and its interfaces with the Regional Development Plans prepared for this period, in the scope of the Missions Region and Northwest Frontier regions of the state of Rio Grande do Sul. The methodology used in terms of approach, is qualitative, being classified, according to its nature as applied research. From the point of view of objectives, it is descriptive, and the approach is outlined by the critical-dialectical method. Regarding the technical procedures, a bibliographic and documental review was chosen. The locus of study is the *Campus Cerro Largo*, from UFFS, located in the state of Rio Grande do Sul. For the data collection, a documental and bibliographical research were conducted in the UFFS research notices, in the Institutional Development Plan (PDI. 2009 - 2019), in the UFFS Teaching, Research and Extension Conferences (COEPE) and in the priorities of the development plans of COREDES Missions Region and Northwest Frontier covering the period studied. The defined time frame includes the research notices held between 2010 and 2019 at *Campus Cerro Largo*. The analysis and interpretation of data is operationalized by content analysis. The results show that the University stands out as an institution that helps and encourages regional development based on research, as its research objects are linked to the priorities demanded by the region. During the analyzed period, 357 research projects were developed with scientific and technological initiation grants, in a universe of 40 research notices. The development notices had wide acceptance and participation of the *Campus* professors, on the different areas of knowledge, resulting in a significant scientific production materialized in the publications of articles in national and international journals, events proceedings, book chapters and complete books. These publications and participation in regional, national and international events contribute to the dissemination of research results and to the production of knowledge, especially about the Missions Region and the Northwest Frontier region. It was verified that the projects held, cover a large part of the guidelines indicated in COEPE and PDI, as well as being aligned with the priorities outlined in the Strategic Development Plans of COREDES Missions Region and Northwest Frontier. The

observed results indicate that the research conducted at the Campus Cerro Largo was able to reflect and produce knowledge in the many areas of knowledge, contributing to the development of the regional community during the analyzed time frame, fulfilling its role in higher education.

**Palavras-chave:** University; Regional Development; UFFS; Research.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Hexágono do desenvolvimento regional .....	82
Figura 2 – O processo de formação do Capital humano .....	93
Figura 3 – Os COREDES no Rio Grande do Sul .....	103
Figura 4 – As Regiões Funcionais de Planejamento do RS .....	104
Figura 5 – O COREDE Missões .....	106
Figura 6 – O COREDE Fronteira Noroeste.....	108
Quadro 1 – Eixos temáticos e ações desenvolvidas na 2ª COEPE .....	66
Quadro 2 – Eixos da pesquisa da UFFS e seus objetivos .....	69
Quadro 3 – Editais e projetos de pesquisa analisados.....	127
Quadro 4 – Projetos de pesquisa contemplados com bolsa conforme a área do conhecimento .....	130
Quadro 5 – Quantitativo de docentes conforme a área do conhecimento e atuação na pesquisa .....	132
Quadro 6 – Projetos de pesquisa e as categorias de análise nas áreas do conhecimento.....	136
Quadro 7 – Eixos temáticos e Subgrupos de análise do COREDE Missões.....	149
Quadro 8 – Eixos temáticos e Subgrupos de análise do COREDE Fronteira Noroeste .....	150
Quadro 9 – PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste: categorias de análise .....	151
Quadro 10 – Interfaces entre os projetos de pesquisa e os PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste .....	157
Gráfico 1 – Perfil dos docentes do <i>Campus Cerro Largo</i> conforme a titulação.....	129
Gráfico 2 – Produção realizada por área do conhecimento.....	133
Gráfico 3 – Publicações dos docentes por ano .....	134
Gráfico 4 – Projetos realizados no <i>Campus Cerro Largo</i> conforme a natureza .....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduação
CAP	Comitê Assessor de Pesquisa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPPG	Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-graduação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEUA	Comitê de Ética no Uso de Animais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CIBIO	Comissão Interna de Biossegurança
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEPE	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CTS	Ciência-Tecnologia-Sociedade
DPE	Diretoria de Pesquisa
EAD	Ensino à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FA	Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FAPERGS	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPESC	Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUP	Formulário Único de Proposta
IES	Instituição de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA	Instituto de Economia Aplicada
JIC	Jornada de Iniciação Científica
JK	Juscelino Kubitschek
LAI	Lei de Acesso a Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCTI	Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Sem Terra
NITS	Núcleos de Inovação Tecnológica e Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PD	Planilha de Produção Docente
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEDR	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPGDPP	Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento e Políticas Públicas
PROPEPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PROMESO	Programa Nacional de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFP-7	Região Funcional de Planejamento Sete
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SETI	Secretaria Especial de Tecnologia e Informação
SGPD	Sistema de Gestão de Processos e Documentos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TICS	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

UDF	Universidade do Distrito Federal
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>UNIVERSIDADE, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....</b>	<b>26</b>
2.1	A UNIVERSIDADE ENQUANTO INSTITUIÇÃO SOCIAL.....	26
2.1.1	Aspectos históricos do nascimento da Universidade enquanto instituição .....	30
2.1.2	A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS .....	46
2.2	A PESQUISA COMO UM DOS “PILARES” DA UNIVERSIDADE .....	52
2.3	DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	70
2.3.1	Refletindo sobre os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional.....	72
2.3.2	Compreensões de desenvolvimento regional que dialogam com a questão da pesquisa .....	84
2.3.3	A Região Funcional de Planejamento Sete e os COREDES Missões e Fronteira Noroeste.....	97
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>111</b>
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	111
3.2	LÓCUS DE ESTUDO .....	113
3.3	COLETA, CLASSIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	115
<b>4</b>	<b>A PESQUISA NA UFFS <i>CAMPUS</i> CERRO LARGO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>	<b>125</b>
4.1	PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS NO <i>CAMPUS</i> CERRO LARGO ..	126
4.2	PRIORIDADES E AÇÕES DOS COREDES MISSÕES E FRONTEIRA NOROESTE .....	146
4.3	AS INTERFACES ENTRE OS PROJETOS DE PESQUISA E OS PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	156
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>185</b>
	<b>ANEXO A – PLANILHA DE PRODUÇÃO DOCENTE.....</b>	<b>204</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa a relação da pesquisa realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Cerro Largo* – RS, com o desenvolvimento regional no período de 2010 a 2019. Trata-se, portanto, de um estudo que tem como foco, os projetos de pesquisa contemplados com fomento à pesquisa, visando verificar as relações destes com as prioridades estabelecidas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento da Região (PEDR) dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) das Missões (COREDE Missões) e da Fronteira Noroeste (COREDE Fronteira Noroeste), materializando, então, suas possíveis contribuições ao desenvolvimento dessas regiões.

As Universidades se constituem, historicamente, como *lócus* de produção, circulação e divulgação de conhecimentos. Como tal, assumem uma função não apenas educacional, mas também social, visto que, ao viabilizarem o avanço do conhecimento em suas formas de compreendê-lo, produzi-lo ou disseminá-lo, acabam por inferir sobre as dinâmicas das relações sociais e dos contextos nos quais a instituição se insere.

A função social da Universidade é tão essencial quanto sua função educacional, já que as mudanças ocorrem a partir da efetivação das demandas sociais no contexto educacional. Nesse sentido, a atuação social da Universidade é tão necessária quanto o desenvolvimento de saberes em nível superior que uma instituição carrega, visto que esta possui outras atribuições sociais além do ensino. As funções da Universidade contemplam a dinamização do conhecimento, do trabalho com a extensão, e, especialmente, com a pesquisa (SANTOS, 2010).

A Universidade, conforme a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), contempla, em sua definição, funcionalidades e dinâmicas para que o ensino superior se transforme em um direito universal. Da mesma forma, preserva o caráter público da Universidade, destacando a universalização do acesso como uma necessidade a ser garantida pelo Estado, quer seja de forma direta – via instituições públicas – ou de forma cooperada – via instituições comunitárias e privadas – (BRASIL, 1996). Nesse aspecto, a pesquisa e a formação são necessárias para a excelência da Universidade em suas ações, enquanto os investimentos governamentais corroboram para a efetivação dessas ações, bem como as análises qualitativas e quantitativas dessas atividades.

Quando uma Universidade se estabelece em uma determinada região, ela possibilita que inúmeras atividades sejam criadas ou aperfeiçoadas a partir da implantação de seus três pilares básicos de atuação. O primeiro pilar de uma Universidade centra-se no ensino, que



auxilia na qualificação pessoal (e profissional), ou ainda, na geração de capital social, (PUTNAM, 2006) além de impactar e estabelecer melhorias na infraestrutura educacional dessas comunidades.

O segundo pilar baseia-se na pesquisa, que trabalha para contribuir com o aperfeiçoamento da estrutura produtiva na criação de novas dinâmicas, na geração de conhecimentos, de inovações científicas e sociais, aspectos estes, capazes de alavancar as atividades comerciais, industriais, agropecuárias e de serviços dessa localidade, região, estado e país.

Quanto ao terceiro pilar da Universidade, este constitui-se através das atividades de extensão, que buscam viabilizar a aproximação da academia com a comunidade, a partir de demandas das instituições e/ou da população local-regional, levando os conhecimentos e sujeitos da Universidade a um contato e à uma troca de experiências com a (s) comunidade (s) que a cerca (m).

Para o presente estudo, concentra-se o foco no segundo pilar, o da pesquisa, pois partilha-se da ideia de que a pesquisa, enquanto construção do conhecimento, é a base para a independência de um país e para a redução das desigualdades sociais e econômicas, ou seja, sua importância centra-se e desenvolve-se, de fato, a longo prazo, e muitas vezes, sua observação se torna complexa. A UFFS tem em seus princípios, “o compromisso com a inclusão e a justiça social e o combate às desigualdades sociais e regionais” (UFFS, 2019b, p. 34). Em sua política de pesquisa, esse compromisso é reiterado na medida em que se propõe a necessária articulação com o ensino e com a extensão, no sentido de produzir conhecimentos científicos capazes de responder aos desafios que se apresentam nas formações sociais e locais-regionais (UFFS, 2019b).

Em relação ao conceito de Universidade aqui utilizado, tem-se como referência o estudo de Serra, Rolim e Bastos (2018), que a definem como uma instituição de ensino superior que realiza o ensino, a extensão e a pesquisa; possui um caráter público; e, em consonância com o estabelecido pela LDB, possui, como principal finalidade, estar a serviço da população, auxiliando na redução de desigualdades sociais e econômicas. A Universidade influencia diretamente a melhoria da qualidade de vida, o acesso à informação e conhecimento, apresentando possibilidades concretas de contribuição para o aumento da qualidade de vida das pessoas (SCHWARTZMAN, 2008).

A preocupação acerca da contribuição realizada pelas Universidades para o desenvolvimento regional é recente, e afirma-se frente às questões que surgiram com a globalização. Desde o nascimento das primeiras Universidades, estas vêm se constituindo em

espaços essenciais na garantia do acesso à educação enquanto direito universal, e na produção de conhecimentos que repercutem, diretamente, na dinâmica de desenvolvimento das sociedades (SERRA; ROLIM, 2013).

A relação entre a educação e o desenvolvimento, bem como a relação entre a educação e a região onde a Universidade se insere, são essenciais e complementares, na medida em que, é nesta dita região, que ocorrem as relações humanas e sociais dadas pela história e pela geografia, que se reproduzem ao longo dos anos. A educação é uma das principais ferramentas para que o desenvolvimento ocorra. Dessa forma, as Universidades devem ser construtoras e transmissoras de conhecimento, e com isso, um espaço de registro e reflexão destas experiências que a educação possibilita à população, no sentido de conhecer e compreender a sociedade em que vivem (SANTOS, 2013).

A pesquisa realizada nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial nas Universidades, é considerada a base para o desenvolvimento, seja este a nível local, regional ou estadual, bem como para a transformação em nível um nacional (SANTOS, 2010). A criação de instituições de fomento à pesquisa, especialmente no âmbito estatal, contribui para dar suporte às Universidades, a fim de que possam viabilizar as pesquisas, e com isso, cumprir com suas finalidades básicas, tanto legais, quanto na perspectiva social (SCHWARTZMAN, 2008).

A relação das Universidades com as dinâmicas de desenvolvimento das comunidades e das regiões nas quais se inserem, já foi objeto de diversos estudos, tais como os de Serra, Rolim e Bastos (2018), Lopes (2001a), Oliveira e Deponti (2016), Schwartzman (2008), entre outros. Estes estudos destacam que o desenvolvimento não se restringe exclusivamente à questão econômica, ele também abarca outras dimensões da vida; que as Universidades são essenciais na produção de conhecimentos capazes de evidenciar essas várias dimensões do desenvolvimento; também, que cabe às Universidades um compromisso de discussão, envolvimento e produção de conhecimentos, sobre e para as comunidades nas quais se inserem.

Ao apontar essa relação das Universidades com seu entorno social, e a visão de que o desenvolvimento é multidimensional, a dimensão do território emerge como uma das bases de compreensão da própria Universidade e do desenvolvimento. O conhecimento das características históricas, culturais, geográficas, econômicas, sociais, políticas, institucionais e ambientais dos espaços locais, torna-se imperativo para as Universidades. Ao estudar a experiência italiana, Putnam (2006) identificou como as diferenças entre o Norte e o Sul deste país foram decisivas nos resultados das políticas de desenvolvimento implantadas. Felippi,

Silveira e Allebrandt (2015) destacam que o regional assume grande importância na análise do desenvolvimento, e se constitui como base para a sua compreensão.

A presença de Universidades nos espaços locais e regionais pode configurar uma condição diferencial nas dinâmicas de desenvolvimento dos mesmos, quer seja por contribuir decisivamente na ativação das potencialidades endógenas (BOISIER, 2006), ou por representar um espaço privilegiado para a articulação entre as instâncias de produção do conhecimento e na geração de novas tecnologias com os atores sociais responsáveis por sua implantação nos processos econômicos e socioculturais (ROTTA, 2007).

A Universidade possui, entre as suas funções, o objetivo (e a possibilidade) de modificar o ambiente em seu entorno, visto que esta é “simultaneamente depositária e criadora de conhecimentos”, e assim, possibilita alterar a realidade local e regional através da formação de capital humano, geração de produtos e/ou pela qualificação de mão de obra (BRASIL, 2001).

O desenvolvimento regional otimiza-se quando, em seu entorno, há uma Universidade como parceira nesse processo, visto que esta possibilita (a partir do ensino da pesquisa e da extensão) tornar-se instância essencial na reflexão sobre o desenvolvimento, e/ou contribuir para sua potencialização e efetivação. Portanto, uma região que possui uma Universidade instituída em seu território, tem novas possibilidades e potencialidades que são desconhecidas naquelas regiões desassistidas pelo ensino superior, visto que este promove e expande as possibilidades para a região através dos pilares da Universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com isto, tem-se como objetivo central da presente dissertação, o estudo sobre esta relação entre o desenvolvimento regional e a Universidade, com foco direcionado à importância da pesquisa enquanto possibilidade de mediação desta relação. A pesquisa, entendida como possibilidade de levar para dentro da Universidade os temas, problemas e desafios enfrentados pela sociedade, e também, como possibilidade de levar à sociedade os conhecimentos, avanços e tecnologias produzidas no espaço acadêmico para serem confrontadas com as dinâmicas da vivência na sociedade, e assim, estudar e compreender essas problemáticas.

Nesta relação, entre desenvolvimento regional e Universidade – com o destaque especial para a pesquisa como possibilidade de mediação –, o presente estudo tem seu *locus* voltado para a UFFS, *Campus* Cerro Largo e a sua presença na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Silva L. A. (2014), Tischer (2013), UFFS (2011; 2018), Rotta e Treib (2012) e Radin,

Valentini e Zarth (2015) destacam que a criação da UFFS, no ano de 2009, e sua inserção como uma das novas IES do Brasil, é resultado da política de expansão e de interiorização do ensino superior proposta pelo governo federal<sup>1</sup>. A presença da UFFS na Mesorregião da “Grande Fronteira do MERCOSUL<sup>2</sup>”, teve como objetivo, viabilizar o acesso ao ensino de nível superior público e gratuito para parcelas da população regional, historicamente excluídas e/ou afastadas da possibilidade de acesso à educação, como também, contribuir para a promoção do desenvolvimento através de programas de ensino, extensão e pesquisa.

Partindo do acesso aos portais de publicação de periódicos como Scielo, Capes, catálogo de teses e dissertações da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, e Google acadêmico, com filtro para os últimos dez anos, pode-se perceber que os estudos buscando a relação ou a complementaridade entre a Universidade e o desenvolvimento regional, tendo a pesquisa como ligação, são temas de pesquisa que tornaram-se um pouco mais recorrentes nas últimas décadas, visto que é nesse período em que se dá uma atenção maior ao tema, e que este passa a tornar-se pauta acadêmica, porém, de forma tímida, estando sua análise dedicada aos estudos das Ciências Sociais e Humanas, consecutivamente, com a primeira analisando às relações sociais, e a segunda, voltada às questões históricas e geográficas.

Nos estudos relacionados à Universidade aqui utilizados, cabe citar Fávero (2016), Chauí (2001), Santos (2002; 2010), Schwartzman (2008; 2014), Cunha (2007a; 2007b; 2007c), Ribeiro (1975) e Ristoff (2008), que destacam os aspectos históricos e as funções da Universidade junto à sociedade. Em relação à produção do conhecimento, pode-se destacar Vieira (2017), Fiochi (2016), Soares (2018), Schwartzman (2015), Schwartzman e Castro (1986), Vianna (2015), e os documentos da UFFS (2011; 2012; 2018; 2019a; 2019b), que buscam analisar a pesquisa, seus aportes e suas relações a partir da Universidade na sociedade brasileira, mostrando sua importância, e como estas relações ocorrem atualmente. Ao passo que Serra, Rolim e Bastos (2018) analisam as Universidades e o desenvolvimento regional de

<sup>1</sup> Nesse contexto, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) estabelecido pelo decreto 6.096 de 2007, foi fundamental para dinamizar principalmente a interiorização das IES públicas federais. O que promoveu uma abertura do cenário educacional e econômico dessas regiões.

<sup>2</sup> O Programa Nacional de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), integrando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelece treze mesorregiões prioritárias para o investimento no sentido de dinamizar o desenvolvimento e superar as desigualdades regionais. Uma dessas mesorregiões é a “Grande Fronteira do MERCOSUL” (PNDR, 2010). Esta Mesorregião abrange boa parte dos três estados mais ao sul do Brasil, compreendendo territorialmente 415 municípios, dispostos em uma área total de 139 mil km<sup>2</sup>. Sua estrutura produtiva é fortemente vinculada à agricultura familiar e à agroindústria, tendo origem na expansão da colonização, inicialmente para o norte rio-grandense e, posteriormente, para o oeste de Santa Catarina e do Paraná. A criação da Mesorregião está associada à elaboração do documento denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável da área da Bacia do Rio Uruguai, no ano de 1997, fruto da mobilização dos atores locais nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (CARGNIN, 2014).

forma integrada, sendo próximos da perspectiva deste estudo.

Em relação ao desenvolvimento regional, destacam-se os estudos de Boisier (1989; 1995; 1996; 2006), Neto, Castro e Brandão (2017), Rotta (2007), Cargnin (2014), Siedenberg (2010a; 2010b) e Silva (2015), que buscam analisar o desenvolvimento regional, demonstrar suas especificidades em relação ao desenvolvimento, suas características e sua importância na questão regional. Os COREDES são analisados, cada um em seus planos estratégicos produzidos em 2010 e 2015 respectivamente, juntamente aos estudos de Felippi, Silveira e Allebrandt (2015) e Dallabrida e Büttendbender (2006), que os complementam em seus diagnósticos.

A Pós-graduação, especialmente na área *Stricto Sensu*, insere-se como um dos espaços que busca aperfeiçoar o campo, auxiliando nas discussões e nas análises relacionadas às questões do desenvolvimento no aspecto regional e sua participação enquanto atividade das Universidades na questão do ensino superior. A qualificação do debate necessita dos aportes teóricos que as Universidades realizam, para que se possa estabelecer parâmetros de análise da pesquisa executada, e suas relações com o desenvolvimento regional.

No Brasil, têm-se diversas instituições de ofício que potencializam recursos e estudos a partir da pesquisa e do desenvolvimento, tais como, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), que financia a pesquisa e direciona recursos às Universidades; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Estas instituições buscam a valorização da ciência a partir da pesquisa. Ademais, também vale ressaltar a existência de diversas outras instituições de fomento existentes nos estados federativos, entre diversas outras organizações e instituições que auxiliam nessa questão em outras regiões.

Desenvolver uma análise da relação entre a Universidade e o desenvolvimento regional, a partir dos projetos de pesquisa realizados na UFFS, *Campus Cerro Largo*, em seus primeiros dez anos de história (2010 a 2019), visa contribuir para a reflexão em relação à importância da Universidade enquanto instituição que realiza uma função social e profissional através do ensino, da extensão, e de forma especial, neste estudo, da pesquisa relacionada ao desenvolvimento regional, justificando a delimitação deste tema na presente dissertação.

Dessa forma, a Universidade se constituiu historicamente, como uma instituição social que possui como uma de suas atribuições essenciais, a produção e a difusão do conhecimento, principalmente através da pesquisa e da extensão. A partir dessa atribuição, a Universidade transformou-se em um elemento chave nos processos de desenvolvimento, quer seja por

refletir sobre eles, ou por impulsioná-los através da ciência e da tecnologia.

A UFFS, criada em 2009, surge a partir de uma ampla mobilização da sociedade regional com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma região com graves problemas de acesso ao Ensino Superior. Quando esta chega à região, no ano de 2009, pode-se verificar, nos censos do ensino superior realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que havia 2.314 (duas mil trezentas e quatorze) Instituições de Ensino Superior no país, e em 20129, esse número aumenta para 2.608 (duas mil seiscentas e oito) (BRASIL, 2010). Das instituições existentes no ano de 2009, apenas 100 eram Universidades, em 2019 passaram a ser 108, e apenas sete destas estavam localizadas no Rio Grande do Sul no ano de 2009, passando para oito Universidades no ano de 2019. O número de matrículas nas Universidades do Rio Grande do Sul passou de 65.797 em 2009, para 106.317 em 2019, demonstrando que, apesar da existência de poucas IES, o acesso ao ensino superior teve uma expressiva melhora, quase dobrando em uma década (BRASIL, 2010; UFFS, 2019b).

Radin, Valentini e Zarth (2016) destacam que, ao longo de seus primeiros dez anos de funcionamento, a UFFS buscou estruturar suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de administração, visando dar conta dos desafios postos em sua proposta de criação, nos diversos *Campi* que a constituem.

A partir disso, levanta-se a questão: a UFFS, nestes dez anos de trajetória, baseando-se no pilar da pesquisa, com foco no *Campus* Cerro Largo, foi capaz de dar conta da reflexão e da produção de conhecimentos sobre os desafios da região dos COREDES das Missões e da Fronteira Noroeste, contribuindo proativamente no desenvolvimento das mesmas?

Para responder à estas questões, a presente dissertação possui como objetivo geral, analisar a experiência de pesquisa universitária realizada na UFFS, *Campus* Cerro Largo, no período entre os anos de 2010 a 2019, e suas interfaces com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional elaborados para este período no âmbito das regiões dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, busca-se: Identificar, nos editais lançados pela UFFS, os projetos de pesquisa desenvolvidos no *Campus* Cerro Largo, contemplados com bolsa de pesquisa no período de 2010 a 2019, visando evidenciar as áreas, temas, objetivos, metodologias e resultados produzidos; Identificar, nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais elaborados no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, as prioridades e ações propostas para impulsionar o desenvolvimento das respectivas regiões; e, identificar as interfaces entre os projetos de

pesquisa desenvolvidos no *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2019 e os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais elaborados no âmbito dos COREDES das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul deste mesmo período.

Esta dissertação emerge da necessidade de compreender o papel da pesquisa enquanto ferramenta de promoção do desenvolvimento e de inserção direta dos pesquisadores nas dinâmicas da sociedade local-regional. Através dela, os pesquisadores podem transcender o espaço acadêmico e buscar uma relação mais direta com a sociedade, seus problemas, limites e possibilidades.

Considerando que a Universidade existe, e como tal, foi sendo estruturada, em sua organização, a partir das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, torna-se fundamental compreender como esta idealiza e norteia as suas políticas de pesquisa, visto que esta política terá reflexos diretos nas outras dimensões, pois são complementares na produção do conhecimento gerado pelo ensino superior.

Autores como Fiochi (2016), Vianna (2015) e Schwartzman (2015), preocupam-se diretamente com a questão da ciência e sua relação com as Universidades. Os dois primeiros autores buscam analisar a importância da pesquisa e os fatores que deveriam fazer dela, o principal interesse da Universidade. Schwartzman (2015) busca analisar o papel da ciência nas instituições e suas modificações ao longo do tempo, bem como as transformações decorridas nas instituições por conta do desenvolvimento científico.

Quanto à motivação pessoal para a realização do presente estudo, esta justifica-se pela possibilidade de demonstrar à comunidade, o papel e a importância das pesquisas realizadas pela Universidade ao desenvolvimento regional, e que os investimentos feitos nas diversas áreas do conhecimento na instituição, e em especial no *Campus Cerro Largo*, são necessários para melhorias nessas áreas, demonstrando também, que a pesquisa realizada possui grande importância, e suas ações impactam positivamente a comunidade local e regional. Se a produção de conhecimento se mostrou fundamental para o avanço das sociedades ao longo da história, as instituições de ensino superior e, em especial as Universidades, são primordiais para que a produção de conhecimento seja disseminada de forma segura e metódica, produzindo suporte à sociedade na qual está inserida.

A principal forma de se executar a produção de conhecimento, é através da pesquisa, sobretudo, a universitária. Nos anos de 2020 e 2021, a pandemia da COVID-19 desestabilizou os países e suas estruturas de saúde a nível global. O principal suporte para reduzir os prejuízos da pandemia e garantir a segurança da população, concentraram-se na ciência e em suas instituições de pesquisa, seja para conhecer e estudar o vírus, para produção de vacinas,

ou para reduzir a proliferação de informações falsas.

No ano de 2019, a UFFS elaborou um relatório de gestão referente ao seu primeiro decênio, que traz dados quantitativos acerca dos investimentos realizados internamente (UFFS, 2019b). Nesse aspecto, ressalta-se os recursos destinados no fomento à pesquisa. Uma das propostas, é utilizar os dados do *Campus*, partindo deste relatório, para auxiliar na realização da análise proposta.

Para o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas do *Campus* Cerro Largo (PPGDPP), a presente pesquisa vem para preencher uma lacuna ainda não contemplada pelo programa, muito menos pela instituição. Também, visando complementar o papel da pós-graduação, que é, por essência, a pesquisa. Vale ressaltar que junto ao programa, existem estudos semelhantes na forma de análise, como a dissertação de Frota (2017), que buscou analisar a relação da UFFS com a comunidade regional via extensão, porém, sem nenhum estudo que buscasse contemplar o papel da pesquisa para o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, a proposta aqui desenvolvida, ajusta-se aos objetivos específicos do programa, a fim de avaliar experiências de desenvolvimento, identificando possibilidades e limites; promover a atualização de referenciais teóricos com foco na interdisciplinaridade.

O tema da pesquisa tem caráter predominantemente interdisciplinar, visto que agrega áreas distintas do conhecimento. Em relação à linha de pesquisa do programa, o estudo está inserido na linha de Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento. A proposição descrita relaciona-se à temática do desenvolvimento regional, além do tema da educação e desenvolvimento. A partir disso, esse estudo motivou o autor a evidenciar a importância da pesquisa realizada na UFFS, *Campus* Cerro Largo, enquanto produtora de conhecimento para a instituição e para a comunidade regional.

A presente dissertação estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro, além da presente introdução, apresenta-se o tema, o problema, os objetivos, a justificativa do estudo e a vinculação ao mestrado em desenvolvimento e políticas públicas; no segundo capítulo, contempla-se o referencial teórico e bibliográfico, com a explicitação das compreensões básicas necessárias ao estudo sobre a Universidade, a pesquisa e o desenvolvimento regional; no terceiro capítulo, são levantados os procedimentos metodológicos utilizados, tais como as abordagens que embasam a execução deste estudo e as ferramentas utilizadas para responder ao problema proposto e aos objetivos; no quarto capítulo são apresentados os dados coletados, a interpretação destes, e desenvolve-se a discussão dos resultados; por fim, no último capítulo, traz-se as considerações finais da pesquisa com a resposta ao problema de estudo e aos



objetivos, e sugestões para futuras pesquisas e as limitações encontradas no estudo.

## 2 UNIVERSIDADE, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No presente capítulo busca-se apresentar os referenciais teóricos e bibliográficos que fundamentam esta dissertação. O capítulo organiza-se em três seções. A primeira, aborda a Universidade enquanto instituição social, trazendo referências sobre seu nascimento e suas transformações, com destaque para a criação da UFFS na região de estudo. A seção segunda destaca a inserção da pesquisa e o seu papel na produção do conhecimento, bem como sua importância institucional, e como ela ocorre junto ao ensino superior. Na terceira seção, destaca-se o desenvolvimento regional com suas características, conceituações e fundamentações em relação à sociedade, tendo a pesquisa como aporte e trazendo os COREDES enquanto referência dessa análise regional.

### 2.1 A UNIVERSIDADE ENQUANTO INSTITUIÇÃO SOCIAL

Na presente seção, busca-se compreender a Universidade enquanto uma instituição de ensino superior de caráter público, fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e da reflexão acurada sobre a sociedade. Busca-se também destacar alguns aspectos relativos ao seu nascimento e afirmação histórica enquanto IES e reconstituir o processo histórico de criação do *Campus* da UFFS, no município de Cerro Largo/RS. Para tal, utiliza-se, enquanto base conceitual, os estudos de Cunha (2007a; 2007b; 2007c), Schwartzman (2014; 2015), Ribeiro (1975), Santos (2010), Lopes (2001a) e Rotta (2007), na questão acerca da Universidade, conceituação, histórico de formação e importância enquanto IES. Ademais, os estudos de Tischer (2013), Silva L. A. (2014) e os documentos gerados por Rotta e Treib (2012) no relatório documental do projeto da Fapergs, nos estudos da UFFS e no *Campus* Cerro Largo, e por fim, a legislação e documentos institucionais descritos na introdução.

A Universidade, enquanto Instituição, possui uma polissemia de significados, fundamentos e funções. O conceito abordado no presente estudo, leva em consideração suas funções estabelecidas pela Constituição Federal (CF/88) brasileira, criada no ano de 1988, na qual se destacam o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo, portanto, um local de discussões, com função de qualificação da sociedade e atendimento de suas demandas para o cumprimento do objetivo deste trabalho, com o foco central sendo na pesquisa (MORAES, 2021).

A Universidade é “uma das instituições que acompanhou a sociedade contemporânea, tornando-se complexa, multifuncional, em suas especificidades, inserida em um campo

formado por diferentes interesses” (SILVA, 2004, p.1). Configura-se como uma instituição de fundamental importância para mediação, seja no mundo social ou na ciência: “Ocupando assim uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação de nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura” (CHIARELLO, 2015, p. 242).

Em relação à CF/88, utilizam-se as concepções estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), que organiza e discrimina as funcionalidades do ensino, e neste caso, o ensino superior no Brasil. Em seu artigo 52, a LDB dispõe acerca da denominação da Universidade:

Art. 52º - As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos Quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:  
 I - Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;  
 II - Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;  
 III - Um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996).

Como pode-se perceber, a denominação da Universidade pela LDB, coloca a mesma como uma instituição diferenciada no ensino, seja pela produção de conhecimento a partir de estudo de problemáticas da sociedade, seja pela formação de seus docentes, pela atuação destes docentes na instituição em regime integral, que geralmente é vinculada à dedicação exclusiva. As IES exercem funções específicas no contexto do desenvolvimento regional, de um lado, estão as atividades de ensino, onde a formação e a requalificação pessoal inserem-se nas mais diversas áreas do conhecimento, e de outro, está a geração de conhecimento, onde a extensão, e principalmente a pesquisa, executam esse papel (OLIVEIRA; DEPONTI, 2016).

Em uma análise da literatura existente, percebe-se que muitos autores já apresentaram e discutiram a Universidade, destacando seu conceito<sup>3</sup>. Entretanto, estes autores detêm-se a argumentos muito próximos: a Universidade é extremamente importante a qualquer região ou país, seja enquanto possibilidade para o desenvolvimento, através do conhecimento, seja para possibilitar que sua população tenha condições para construir pensamento crítico e posicionar-se diante de sua realidade, em especial, na esfera pública. Aqui, mantém-se na questão primeira, na qual a UFFS está inserida, sendo, portanto, um dos horizontes da Universidade.

Veiga (2006, p. 161) afirma que “a Universidade pode ser considerada empregadora e

<sup>3</sup> Vide Cunha (2007a), Cunha (2007b), Cunha (2007c), Schwartzman (2015), Ribeiro (1975), Santos (2010) e Chauí (2001).

geradora de fluxos, a partir da interação regional e a partir da pesquisa, ensino e extensão, sendo assim, a sua existência em qualquer região, vem a possibilitar transformações na realidade do referido local”. Outro aspecto relevante sobre a Universidade está em seu incentivo ao desenvolvimento, seja a partir do capital humano, ou pelas transformações que esta desencadeia nos múltiplos processos de interação que proporciona.

As Universidades têm como principais atribuições, o ensino, extensão e pesquisa, contribuindo às novas gerações a partir da parceria entre a Universidade, estado e as demais instituições da sociedade civil. Quanto à estas atribuições, o ensino deve qualificar as pessoas e a sociedade; a extensão deve complementar a transferência de conhecimento para a comunidade que não está ligada diretamente ao ensino, mas que necessita de seus resultados e avanços; e a pesquisa deve aperfeiçoar a qualificação, difundindo os resultados e aprofundando estudos que sejam de interesse da sociedade e da ciência. Borges (2010) argumenta que a educação se destaca como um processo social, sendo elemento de um conjunto cultural que é sistematizado para servir aos interesses da sociedade, da economia e da política.

Desde seu surgimento, no século XI, no ano de 1088, com a fundação da primeira Universidade do mundo ocidental, a Universidade de Bolonha, na Itália, estas instituições têm, como principal propósito, a função de possibilitar às sociedades, o estabelecimento de condições para a construção de conhecimento e a reflexão crítica das ideias. Schwartzman (2015) destaca a Universidade como o melhor, senão o único ambiente necessário e realizador desse propósito. Nessa concepção, as Universidades detêm liberdade de cátedra para fornecer os elementos necessários para a sociedade, seja esta sociedade aquela idealizada nos seus primórdios, seja em tempos conturbados da história, como, por exemplo, os períodos de ditaduras, quando ocorreram/em a remoção de direitos da população.

No Brasil, as Universidades são tuteladas pelo Ministério da Educação (MEC), que dinamiza os recursos destinados à educação superior, aprova a criação das mesmas e regulamenta seus cursos. O Plano Nacional de Educação (PNE), criado pelo MEC para estabelecer as diretrizes de atuação educacional, destaca que as Universidades podem ser possibilidades de alavancar o desenvolvimento das regiões nas quais estão inseridas. Nesse sentido, as transformações decorrentes do ensino, extensão, e principalmente da pesquisa, possuem um papel central na superação das desigualdades em que as regiões se inserem (BRASIL, 2001).

Conforme o PNE, a Universidade, enquanto instituição, destaca-se como depositária e criadora de conhecimentos. A Universidade pública possui ainda, a função de promoção

social, visto que modifica positivamente seu entorno com a maior abertura da instituição, possibilitando o recebimento de uma maior variedade de sujeitos. Por esses motivos, a inserção destas instituições em localidades desassistidas, possui ainda mais significado, pois podem contribuir para o crescimento destas comunidades, bem como, para a melhoria de indicadores ligados à educação básica. Esse movimento de mudança foi evidenciado com a instalação da UFFS na Mesorregião da Fronteira Sul do Brasil, visto que aumentou o fluxo populacional, e levou o ensino superior público e gratuito para locais antes abandonados nessa questão. Complementando esse ponto, Lopes (2001a) comenta que:

A Universidade pública afeta no desenvolvimento regional diretamente em três fundamentos: “primeiro, na formação de capital humano a partir das pesquisas, no progresso técnico e, conseqüentemente na criação de novas empresas e na dinamização da economia dos municípios, a partir da atração de recursos com a comunidade universitária”. Todos os fundamentos são importantes, porém, o primeiro é essencial nas regiões com histórico de maior desigualdade (LOPES, 2001a, p. 20).

Bosi (1998, p.19), por sua vez, salienta que a existência de uma Universidade pública já basta para transfigurar a vida de uma cidade, pois “através do conhecimento que produz e das pessoas que forma, irá colaborar ativamente para o desenvolvimento material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural”. Portanto, o valor agregado à criação de uma Universidade, principalmente em uma região desassistida pelo estado e ignorada pelos recursos federais durante décadas, mostra-se ainda mais fundamental para a redução de diversas desigualdades, e para a possibilidade de crescimento destas regiões.

A educação superior tem um papel específico a desempenhar, as Universidades devem atuar como espaços de pesquisa e de aprendizagem, e ainda, como polos de discussão desses temas em suas comunidades. É necessário que se torne uma preocupação central para determinar áreas de pesquisa educacional e de desenvolvimento (ONU, 2005).

Ampliar o acesso à educação básica e superior, além de melhorar a qualidade de vida dos sujeitos, é imprescindível para se pensar em sustentabilidade. Há um consenso quanto à importância da educação para o desenvolvimento. É necessário aprofundar o debate do modelo de escola à manutenção da vida dos seres humanos e da ampliação da qualidade de vida (BARRETO, 2012).

Conforme destaca a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A OCDE, buscou nesta análise contemplar as potencialidades das Universidades para o desenvolvimento. Nessa questão o estudo de Serra e Rolim (2013) ou de forma mais completa Serra, Rolim e Bastos (2018) descrevem a organização dessa análise, elencando bases para análise dessas potencialidades.

(OCDE), “as Universidades públicas estão entre as mais importantes fontes de conhecimento para o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades”. Na Europa, o surgimento das Universidades esteve aliado à fonte de conhecimento e ao empoderamento social nacional, com isso, é correto afirmar que o desenvolvimento captado por um país, está ligado ao nível de investimentos que este realiza nas Universidades que gerencia (OCDE, 2010).

A Universidade, enquanto instituição, tem como base o ensino, a pesquisa e a extensão, e tem por responsabilidade, garantir a construção de conhecimento e o acesso às ferramentas de, e para, a inovação tecnológica (BARRETO, 2012). A Universidade está vinculada ao setor produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social através da disponibilização de suporte científico e tecnológico. Em suas funções de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade tem os elementos essenciais para o desenvolvimento. Nesse aspecto, o setor produtivo demanda das Universidades, auxílio para a tecnologia, inovação e recursos humanos em diversas funções (GOEBEL; MIÚRA, 2004).

Portanto, a Universidade, é um dos atores de relevância no processo de desenvolvimento, seja este local ou regional, pois atrai diversas forças propulsoras de investimentos que podem, por exemplo, desencadear o crescimento econômico, e assim, viabilizar o desenvolvimento regional, criando necessidades e fomentando empreendimentos (MORAES, 2014).

Outro ponto importante a ser destacado, é o fato de que a Universidade fomenta o aspecto econômico regional (de onde está inserida), através da movimentação financeira, seja de forma direta, como pela contratação de sujeitos locais como servidores da instituição, seja com bolsas de pesquisa e/ou seus projetos acadêmicos, ou ainda, com os recursos destinados aos discentes e outros auxílios à comunidade acadêmica. A partir disso, a UFFS se destaca enquanto instituição pública que garante os três pilares centrais do ensino superior, destinando recursos e incentivos para o ensino, pesquisa e extensão, a partir de editais próprios ou de parcerias com agências de fomento estaduais e nacionais.

### **2.1.1 Aspectos históricos do nascimento da Universidade enquanto instituição**

Quando se busca reconstituir algumas referências históricas da emergência da Universidade enquanto instituição social, tem-se presente as controvérsias que marcam seus primeiros passos, e até mesmo, suas definições e delimitação de atribuições. Não é objeto dessa seção realizar uma retrospectiva histórica detalhada, mas sim, apontar alguns aspectos

dessa trajetória que indicam a vinculação da Universidade com a pesquisa e com a reflexão sobre as dinâmicas de desenvolvimento das localidades/regiões nas quais se inserem.

Schwartzman (2015) destaca que a Universidade, enquanto instituição, nasce para, primeiramente, exercer a possibilidade de discussão ou dialética. Esta, tinha como propósito, possibilitar o desenvolvimento intelectual em um nível que as escolas não alcançavam, sendo, portanto, mais um espaço de discussão, do que de formação, direcionada à uma pequena parcela da população, assim como a educação em geral também fora em grande parte de sua história.

A função formativa da Universidade seria apropriada nestes espaços, séculos mais tarde, e intensificada com a revolução industrial, na qual a mão-de-obra era pauta. O autor ainda destaca que a ciência, neste período, buscava resultados práticos, e por isso, a Universidade teria de estabelecer-se para propiciar a obtenção destes resultados, principalmente visando a qualificação da mão-de-obra necessária na época.

De acordo com Simões (2013), o ensino, enquanto ferramenta necessária para a profissionalização social, remonta à Universidade de Bolonha, na Itália, no final do século XI, que, com o passar do tempo, originou as Universidades que foram sendo criadas em diferentes lugares do mundo tendo o mesmo propósito. As Artes, a Teologia, a Medicina e o Direito, eram as principais “profissões” lecionadas nessas primeiras Universidades. Muitas destas instituições estavam vinculadas às Ordens Religiosas (Congregações), que buscavam ensinar em escolas especializadas, que necessariamente eram reconhecidas pelo Papa e autorizadas pela Igreja Católica para funcionamento. Esse reconhecimento eclesiástico as habilitava para a preparação de profissionais que teriam suas atribuições reconhecidas socialmente.

Schwartzman (2015) destaca que, a ideia de uma possível identidade da Universidade, nasceu em 1088, com a fundação da primeira instituição do mundo ocidental, na Itália, que tentaria dinamizar a identidade do conhecimento, e assim, possibilitaria a modificação deste, de uma forma ainda não realizada, com isso, criando uma identidade cultural a partir da construção do conhecimento nessas sociedades.

Cunha (2007a) destaca que, nesse período, o conhecimento enfrentava barreiras impostas, principalmente pela religião, visto que era esta que determinava a criação destas instituições, e delimitava as bases das atividades a serem realizadas. Países como Inglaterra, França, Espanha e Portugal, foram os mais promissores na criação de suas instituições, e detêm até a atualidade, parte destas. Nesse sentido Schwartzman (2015, p. 79) destaca que:

Até o século XIX a educação superior se baseava fundamentalmente na tradição

clássica. O estudo do latim, do grego, da lógica e da filosofia servia de preparação para as principais profissões da época: medicina, direito e o sacerdócio. Durante o século XVIII, porém, o progresso da ciência empírica tinha começado a mostrar que uma educação exclusivamente clássica era insuficiente, e pessoas que tinham adquirido seus conhecimentos fora da educação tradicional começaram a disputar os privilégios e monopólios profissionais pretendidos pelos poucos que tinham completado uma educação clássica.

Na América Latina, a criação das primeiras Universidades está ligada ao processo de colonização do novo continente. O primeiro registro que se tem, é o da Universidade de São Marcos, no Peru, em 1503. Um segundo registro é identificado a partir da criação da Universidade de São Domingos, como sendo a primeira Universidade, embora esta tenha sido criada em 1538. A instituição peruana não se manteve em atividade por muito tempo, porém, a Universidade de São Marcos ainda é tida como a primeira, ou como um marco para a instituição de Universidades na América Latina. No México, a instituição teve uma vida mais duradoura, fundada no ano de 1553, a Universidade do México é reconhecida como a mais longeva do continente, tendo na colonização espanhola, um importante suporte para o surgimento dessas instituições (CUNHA, 2007a).

As grandes navegações propiciaram o enriquecimento às nações colonizadoras, auxiliando no desenvolvimento de outras áreas, como a engenharia, por exemplo. A partir do descobrimento da América e do Brasil, o conhecimento cartográfico sofreu uma grande reviravolta, o que incentivou as alterações nas formações científicas da Europa, e conseqüentemente da América, ao passo que, até a independência do Brasil, existiam em torno de vinte e seis Universidades na América espanhola, e nenhuma no Brasil (SCHWARTZMAN, 2014).

Com relação às suas origens e características, o desenvolvimento do sistema de educação superior no Brasil, pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram Universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde (OLIVEN, 2002, p. 24).

Fávero (2016) destaca que, no Brasil, a criação da Universidade, sofreu com a resistência de Portugal, em virtude de sua política de colonização, que era baseada na exploração, e considerava mais adequado que a elite da época – visto que o ensino superior não era acessível a todos – realizasse seus estudos de nível superior na Europa, e, portanto, não havia a necessidade de criação de uma instituição na colônia. Um dos pontos centrais nessa questão está na dependência da colônia com a Universidade de Coimbra, que pertencia



a Portugal, e exercia grande pressão para a não criação de instituições de ensino superior nas colônias.

Apesar da insistência dos Jesuítas que atuavam no Brasil em criar um modelo de instituição nos padrões das Universidades desde o início de suas atividades no continente, a coroa portuguesa não permitiu a criação de tal instituição, mantendo apenas as escolas. Diante da organização política e social que se consolidou no Brasil, a estrutura educacional recebeu diversas características do modelo implantado como base. A educação jesuítica, que atendia alguns anseios básicos, também necessitava da criação de cursos de nível superior para manter suas atividades no país (BARRETO, 2012).

No Brasil, ao contrário de outros países do continente americano, o fato de não haver constituindo-se em uma nação soberana até o século XIX, foi um dos principais fatores para a não existência da Universidade enquanto instituição de ensino, apesar da religião, a partir da Igreja, ter tido importante função no processo de povoamento e colonização. O desenvolvimento do ensino superior foi postergado no Brasil, enquanto este era colônia de Portugal. Este estado somente teria alterações com a vinda da família real em 1808, porém, ainda com poucas alterações criadas até a independência brasileira, em 1822.

As escolas de ensino superior, tinham como demanda, a fundação de novas instituições a partir da instalação da Corte Real no Brasil. As escolas superiores que foram criadas, buscavam inicialmente, implementar um novo sistema educacional, porém, direcionado à uma parcela social específica, visto que havia uma estrutura educacional direcionada à elite que estava sendo formada (MENDONÇA, 2000).

Entretanto, é a partir do período imperial que a educação de nível superior passa a receber maior importância, principalmente com a ampliação do número de instituições que dessem suporte a esse modelo de ensino. Mesmo assim, a criação de um sistema educacional e de novas escolas e cursos, não foram eficientes no suprimento das demandas da época (VIEIRA, 2002).

A partir de 1808, com a vinda da corte imperial para o Brasil, e a consequente vinda da biblioteca real, surgem os primeiros cursos de ensino superior voltados às áreas práticas, criados pela pressão das elites locais, porém, sem a perspectiva de criação de uma instituição universitária, apenas faculdades que possuíam alguns cursos, e que garantiam a formação em algumas poucas áreas do conhecimento (SCHWARTZMAN, 2014).

Neste período, existiam diversos projetos de criação de instituições de ensino superior, porém, sem o aval da monarquia e da igreja, os projetos não se concretizavam, visto que, a elite que poderia exercer alguma pressão nesse sentido, acreditava ser mais vantajoso enviar

seus filhos à Europa para a educação, ao invés de mantê-los no Brasil, com isto, enfraquecia-se a possibilidade de criação de IES no novo país (FAUSTO, 2019).

A Constituição brasileira de 1824 se consolidou como primeiro marco legal educacional do Brasil. A educação foi objeto descrito em dois parágrafos do artigo 179, garantindo a instrução primária gratuita aos cidadãos.

Art. 179º - A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. (...)  
 XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.  
 XXXIII. Collegios, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes (BRASIL, 1824).

Cabe ressaltar que, poucas pessoas estavam entre os merecedores dessa garantia, visto que mulheres, escravos e indígenas, que configuravam grande parte da população brasileira, não eram considerados “cidadãos brasileiros”, e não poderiam possuir propriedade assegurada pelo império e reconhecida pela sociedade da época (FAUSTO, 2019).

A ideia de criar uma Universidade no Brasil, nos moldes europeus, somente teria espaço e seria debatida, após a Constituição Federal de 1891. Deve-se ressaltar que, durante o período entre 1824 e 1891, o acesso ao ensino era deficitário, somente as grandes cidades, como a capital Rio de Janeiro, e algumas regiões como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, possuíam escolas que possibilitavam um maior aperfeiçoamento, para uma posterior entrada no mundo acadêmico (CUNHA, 2007a).

A Universidade, enquanto IES, tem início no Brasil, com a formação nas áreas tidas como essenciais na época, como a Medicina, a Engenharia e as Ciências Agrárias, porém, ainda de forma tímida e precária. Os cursos criados eram projetos copiados a partir de modelos existentes na Europa, como destacam Cunha (2007a) e Ribeiro (1975). Primeiro, em 1808, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (BA) e no Rio de Janeiro (RJ), e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. A Academia Real Militar foi criada em 1810, e a Real Academia de Pintura e Escultura em 1816, todas no início do século XIX. Até o final do mesmo século, existiam somente vinte e quatro estabelecimentos de ensino superior, com cerca de dez mil estudantes em todo o Brasil (CUNHA, 2007a).

No entanto, a Universidade, em seu conceito institucional – que promove a ciência –, somente seria concretizada com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1920, pelo presidente Epitácio Pessoa, a partir da união de três faculdades. Esta instituição seguia o modelo francês de ensino superior, que objetivava a formação profissional com a finalidade de atender às necessidades do Estado, trazendo docentes formados na Europa para

auxiliar nas formações educacionais (CUNHA, 2007b).

Nas primeiras décadas do século XX, as discussões e as organizações em torno das Universidades no país passaram por mudanças significativas, tanto em ações, quanto em práticas. Em 1931 houve uma grande reforma educacional que possibilitou a criação de Universidades pelos estados, e a melhora dos cursos superiores até então existentes.

A Universidade do Brasil fora criada após a reforma educacional, em um cenário onde a educação era centralizada pelo estado. Getúlio Vargas criou o MEC no ano de 1930, o que auxiliou na criação do estatuto das Universidades Brasileiras, e implantou, de fato, a organização e a estruturação da educação superior no país. Dessa forma, possibilitou a criação de outras instituições, e democratizou a criação de instituições privadas de ensino superior, nas quais as ordens religiosas e associações comunitárias possuem papel importante dentro desse contexto (RIBEIRO, 1975).

Dessa forma, surge um dos movimentos educacionais mais importantes da época, que ficou conhecido pelo nome de Escola Nova. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho são os principais nomes da Escola Nova. A industrialização que ocorre a partir de 1930, auxiliou na modificação das exigências educacionais e nas atividades desenvolvidas. A sociedade passou a perceber a importância do ensino como uma oportunidade para que as atividades da industrialização pudessem ser organizadas (SAVIANI *et al.*, 2004).

A reforma idealizada pelo então ministro da educação, Francisco Campos, iniciada nos anos 30 e oficializada em 1931, através do Decreto nº 19.890, trouxe estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Dentre algumas medidas da reforma, estava a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), e a organização do ensino secundário e comercial, enquanto o ensino superior recebeu uma nova orientação, voltando-se à pesquisa e à difusão da cultura (CUNHA, 2007b).

Nesse período, o Brasil havia passado por uma recessão, e perdido sua grande fonte econômica, que era baseada na monocultura do café. Tal processo obrigou o país a modificar a sua base produtiva, e com isso, criar instituições e empresas que possibilitassem a modificação do cenário brasileiro, visto que, até então, o país não possuía fábricas e mão-de-obra qualificada, levando à uma modificação da estrutura da produção brasileira, quando houve um grande impulso da industrialização apoiada pelo estado.

Cunha (2007b) e Schwartzman (2015) complementam, destacando que, no ano de 1934, é criada a Universidade do Estado de São Paulo (USP), sendo a primeira Universidade estadual do país. A instituição recebe críticas do governo federal pela perspectiva de alterar a criação de instituições de ensino superior. Porém, a USP levou grande maioria das instituições

criadas a partir de então, a usarem a sua base educacional como modelo, pois tratavam sobre a contratação dos docentes através de concursos públicos, entre outras questões que facilitavam a organização e a estruturação das instituições.

Em 1935, é criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Distrito Federal, sendo uma importante base educacional, e ampliando a ideia de que o ensino estava acima da profissão. Em 1939, após a federalização das Universidades por Getúlio Vargas, a UDF é extinta, fato que não ocorreu na USP, seja por sua localização geográfica, seja por seu prestígio, mantendo-a como a única instituição não federal da época.

Ao longo dos anos, a Universidade modificou e aperfeiçoou suas ações. Em seu início, apenas a função de ensino era prerrogativa, porém, ao longo de sua trajetória, outras funcionalidades – tais como a extensão e a pesquisa – foram surgindo a partir de demandas criadas, sejam estas pelas comunidades nas quais estavam inseridas, ou por seus governos, que direcionavam seu acesso e atividades, principalmente no século XX, e após a 2ª Guerra mundial. Neste contexto, a Universidade destaca-se como possibilidade para o processo de construção do conhecimento a partir de seus membros, e de seus posicionamentos, estes, muitas vezes controversos, o que auxilia nos diálogos de questões de interesse acadêmico ou social (CUNHA, 2007 b).

O desenvolvimento que foi proposto no Brasil a partir dos anos 50, com a era Juscelino Kubitschek (JK), ou ainda, de seu modelo econômico “50 anos em 5”, estimularam as discussões pela modernização do ensino superior, pois a industrialização do país era vista como essencial para criação de indústrias nacionais, pela geração de saber científico ou pela demanda de mão-de-obra qualificada. A oferta do ensino superior público não atendia à demanda da época, levando assim, à criação de grande quantidade de instituições privadas para suprir essa necessidade (CUNHA, 2007 b).

Em 1964, a ditadura militar alterou o panorama da democracia e de seus regimentos constitucionais, em especial, os que eram voltados para o ensino e para a ciência no país. Em 1967, a reforma universitária culminou na criação da Universidade de Brasília (UNB), projetada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, com os moldes desenvolvimentistas da criação de Brasília por JK.

Em 1968, ocorreu outra reforma, que ampliou a gratuidade e a expansão do ensino superior, como relatado por Cunha (2007c), e proporcionou acesso ao ensino superior às parcelas da população que, até então, não possuíam condições de acesso, como por exemplo, as mulheres e as populações do interior do país. Esse fenômeno acarretou na criação de uma nova classe social que, através do conhecimento, poderia decidir na busca por melhores

empregos, estabelecendo-se como a “nova classe média” do país (SCHWARTZMAN, 2014).

Durante a ditadura militar, o ensino superior brasileiro teve o seu maior retrocesso desde seu surgimento. Como constata Cunha (2007c) ao destacar que nesse período, os recursos destinados à educação foram reduzidos; os cursos, os alunos, professores e as instituições passaram a ser vigiados; os movimentos estudantis foram cerceados; muitos intelectuais foram expulsos, presos, perseguidos, torturados ou forçados ao silêncio ou ainda ao exílio; e as instituições privadas foram incentivadas na sua expansão, em detrimento às públicas. Neste contexto, muitos pesquisadores abandonaram o país e mudaram-se para Europa e para países em outros continentes, onde poderiam continuar suas atividades acadêmicas e de pesquisa, retornando ao Brasil, somente após a reabertura política e reinstauração da democracia na metade da década de 1980, e mesmo assim, alguns ainda permaneceram nos países em que estavam exilados.

A educação superior brasileira sofreu diversas reformas durante a ditadura militar, sendo a principal delas, a que ocorreu em 1968. O sistema de créditos nas Universidades e a organização departamental foram instituídos, extinguido as cátedras vitalícias. Este, fora um esforço para otimizar os recursos, e assim, expandir o sistema de ensino superior, visando alcançar o almejado avanço tecnológico necessário ao país (FIGUEIREDO, 2005). Após esse primeiro momento, a pós-graduação passou por forte expansão devido aos maiores investimentos recebidos pelo estado, passando de 135 cursos em 1969, para 974 em 1979 (CUNHA, 2007c).

Com isso, a partir dos anos 1970, as Universidades se consolidaram com a implantação da pós-graduação, que definiria o desenvolvimento da pesquisa e a melhora na qualificação docente, e conseqüentemente, uma melhora do ensino superior de maneira geral. A pós-graduação viria a se concretizar após parcerias de ensino, principalmente entre o Brasil e os Estados Unidos, que buscavam o aprimoramento, tanto dos docentes, quanto da pesquisa com intercâmbios e formações entre as instituições dos países. Na década de 1980, a autonomia das instituições, e o predomínio da pesquisa sobre as demais atividades de ensino e extensão, estavam em pauta, baseadas pela grande influência do modelo de ensino adotado pelo governo federal, dessa forma, o ensino privado pôde ampliar-se e tratar de novas questões necessárias a sua expansão. O surgimento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) garantiria o financiamento e a permanência dos alunos no ensino superior nas instituições privadas, e com ele, ampliou-se o acesso dos alunos ao ensino superior (SILVA, 2010).

Chauí (2001) destaca que as reformas ocorridas no estado brasileiro, provocaram

mudanças que vieram a afetar a Universidade pública, pois o estado perdeu sua responsabilidade direta, o que acabou atraindo as iniciativas privadas, que não possuem uma demanda tão expressiva nas áreas da pesquisa e extensão.

A CF/88 modificou as interferências sofridas no ensino superior pelo MEC durante o regime militar. Nesse sentido, Frota (2017) argumenta que a CF/88 possibilitou garantir à Universidade, o princípio da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial; o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a consagração da gratuidade do ensino público em todos os níveis, porém, o ensino superior se manteria como exclusividade aos grandes centros urbanos, dessa forma, mantendo algumas regiões – como o caso da Mesorregião da Grande Fronteira Sul, que abrange o oeste da região sul do Brasil – desassistidas pelo ensino superior público por muito tempo.

A partir dos anos 2000, em especial na primeira década, Ristoff (2008) menciona que as iniciativas governamentais estimularam o crescimento da educação superior no país, tendo por base, as atualizações dos documentos da LDB e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que instituía a avaliação dos cursos superiores de forma regular. Dessa forma, adotou-se uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, promovendo a expansão física, acadêmica e pedagógica das Universidades Federais por meio de programas de apoio, entre eles, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado no ano de 2007, e que auxiliou na interiorização das IES; e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), no qual os candidatos concorrem à vagas em instituições públicas de ensino superior mediante participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que se tornou um importante meio para verificar o desempenho do ensino básico no país e possibilitar a inserção dos estudantes no ensino superior público.

Este projeto de expansão do ensino superior, implementado pelo governo federal, no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, incluía a criação do REUNI como a base deste projeto, visando melhorar e ampliar o acesso da população ao ensino superior, principalmente da população que, normalmente, era excluída deste processo, implementando regras que garantiam cotas a estes alunos. Instituído através do decreto Nº 6.096 de 2007, foi apresentado como a continuação do projeto de expansão do ensino superior empreendido em seu primeiro mandato. Em seu artigo 2º deste decreto apresenta-se as diretrizes do programa:

- I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares

e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2008).

As medidas implementadas pelo REUNI visavam à reestruturação física e acadêmica das instituições existentes, seja pela sua interiorização, ou através da criação de novas Universidades e Institutos de Educação Superior em todo o país. Entre os anos de 2002 e 2009, foram criadas 616 (seiscentas e dezesseis) novas instituições, entre públicas e privadas no país. A iniciativa privada foi a responsável pela criação do maior número de IES, porém, o poder público também criou instituições. “A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início com a interiorização dos *Campi* das Universidades Federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas Universidades passou de 114, em 2003, para 237, até o final de 2011” (PREDIGER *et al.*, 2019, p. 474). Esses números demonstram o êxito alcançado pelo REUNI, que além de criar IES, demandou estas a locais até então inexistentes.

O projeto de expansão da rede federal de ensino superior foi orientado para que o processo de interiorização ocorresse, principalmente através da criação de *Campi* das instituições já existentes nas capitais dos estados. As cidades de porte médio receberam a maior parte dessas instituições, porém, algumas foram destinadas às regiões mais afastadas dos grandes centros. Esse movimento auxiliou expressivamente no aumento da oferta de ensino superior em regiões afastadas e historicamente excluídas dos recursos destinados ao ensino superior público (RISTOFF, 2008).

No Rio Grande do Sul, o ensino superior se desenvolveu de forma mais tímida do que no restante do país. Os cursos voltados à área da agronomia foram a base do ensino superior no estado, e eram disponibilizados através de faculdades privadas, e não de Universidades. Dessa forma, as faculdades tinham outros interesses, como por exemplo, não realizar, ou realizar de forma superficial, a extensão e a pesquisa, e assim, acabaram estabelecendo relações com os latifúndios da região da campanha e do litoral gaúcho, mantendo a base elitista do ensino superior. Com isso, a cidade de Pelotas foi a primeira base de ensino superior do estado, surgindo no ano de 1883 através da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, atualmente, integra a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), pertencendo ao sistema público federal de ensino superior (BANDEIRA, 1999). Em 1935 foi criada a

Universidade de Porto Alegre, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A interiorização do ensino superior não era de interesse do governo federal, desde seus primórdios, esse processo sempre fora visto como um gasto desnecessário – tal como se pensava no século XIX –, e não como um investimento de longo prazo para a nação, como algo que pudesse auxiliar no desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, a grande demanda e a necessidade de melhorias no ensino e de novas tecnologias, possibilitou que o ensino superior chegasse ao interior, em regiões desassistidas, não sendo mais uma exclusividade dos centros urbanos (SCHWARTZMAN, 2014).

Entretanto, em sua grande maioria, o ensino superior disponível era realizado por instituições privadas, baseado em experiências religiosas ou comunitárias. Nesse contexto, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 1960, foi a primeira Universidade pública no estado do RS, fora da região metropolitana de Porto Alegre. A UFSM, durante muito tempo, era a possibilidade de ensino superior mais próxima para a população da região noroeste, porém, a distância e as dificuldades de manutenção dos alunos, se impunham como grandes empecilhos para o acesso e para a permanência.

No caso da região Noroeste do estado do RS, a tradição decorrente do processo de colonização, por imigrantes europeus não ibéricos e seus descendentes, gerou uma compreensão da educação como ferramenta essencial no processo de desenvolvimento das comunidades (TREIB, 2006). Em cada nova comunidade que se estabelecia, logo criava-se uma escola. Inicialmente, de caráter comunitário e mantidas pela própria comunidade, essas escolas foram dando conta de uma atribuição que o Estado brasileiro não provinha. Muitas dessas escolas comunitárias, inicialmente pensadas para dar conta da alfabetização e da educação primária, fortaleceram-se com a parceria de instituições religiosas, dando origem a instituições que passaram a ofertar todo o ciclo de formação, inclusive o superior.

A expansão da escola pública, nesta região, somente se efetivou na segunda metade do século XX, e sem a presença de instituições estaduais ou federais de educação superior. As Instituições Comunitárias, Confessionais e/ou filantrópicas, dão conta das primeiras experiências de educação superior no noroeste do Rio Grande do Sul. Porém, elas encontram seus limites, especialmente nos processos de expansão, financiamento e desenvolvimento da pesquisa e da extensão, nas duas últimas décadas do século XX, em razão das dificuldades das restrições impostas pela crise econômica e pela impossibilidade de o Estado repassar verbas para seu financiamento (ROTTA, 2007).

A CF/88 e a nova LDB (Lei nº 9394/96), abrem possibilidades para que o Estado destine recursos públicos para as Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas,



na forma de bolsas ou de financiamentos, especialmente em regiões nas quais houvesse falta de vagas. Para o Noroeste do RS, historicamente desprovido de IES, essa mudança foi essencial para que muitas instituições sediadas nesta região, criassem cursos superiores, ampliassem sua oferta de cursos, ou até mesmo, galgassem à condição de Universidades, então, apostando no desenvolvimento da pesquisa e da extensão, para além do ensino (ROTTA, 2007; MORAES, 2021).

Para as regiões em estudo nessa dissertação, são marcos desse processo, a criação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), em Santo Ângelo/RS, e a criação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em Ijuí. A URI, foi fundada no ano de 1969, e transformada em Universidade em 1992. Atualmente, a instituição possui *Campi* em seis municípios da região (Santo Ângelo, Erechim, Frederico Westphalen, Santiago, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo), e conta com mais de 15 mil alunos, atendendo desde a educação básica e infantil, até o ensino superior, com cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado em diversos programas. A UNIJUÍ, fundada em 1957 e transformada em Universidade em 1985, atua em quatro municípios da região (Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Três Passos); conta com mais de 10 mil alunos em cursos de graduação e pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado; é mantida por uma Fundação Comunitária que também é responsável pelo Centro de Educação Básica Francisco de Assis, que presta ensino fundamental completo, ensino médio e cursos técnicos (ROTTA, 2007).

Essas IES foram organizadas e estruturadas pelas comunidades regionais, e não tinham fins lucrativos, o que possibilitava, segundo seus regimentos, que as mensalidades retornassem às instituições através de investimentos, possibilitando, dessa forma, melhorias e crescimento nas mesmas. Essas instituições são fundamentais para a qualificação e para a difusão do conhecimento nas regiões de abrangência dos COREDES, pois auxiliam na organização de seus planejamentos estratégicos, facilitando a estruturação e a manutenção dos conselhos, bem como, na motivação da comunidade regional para a participação nessas ações.

As atividades destas Universidades comunitárias iniciaram e implantaram suas sedes e suas atividades em municípios com estrutura e suporte populacional, como por exemplo, Santo Ângelo e Ijuí, nesse sentido, suas ações, na questão do ensino superior, localizadas em outros municípios, como Cerro Largo, demoraram a acontecer, tendo apenas o direcionamento de estudantes para estes locais.

No município de Cerro Largo/RS, o ensino superior teve início em 1992, com uma extensão da URI, a partir do *Campus* de Santo Ângelo, na qual os cursos de História e Contabilidade foram ofertados. Atualmente, dos cursos iniciais, permanece somente o curso

de Contabilidade, acrescido dos cursos de Administração, Direito e Engenharia da Produção, criados posteriormente. Em relação ao ensino superior, o município também conta com a atuação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que desde o ano de 2006, possui uma base de ensino com a tutoria da UFPEL e outra da UFRGS, ambas na modalidade Ensino à Distância (EAD), bem como, outras instituições que não possuem estrutura física, mas ofertam cursos nessa modalidade. Apenas em meados de 2009, o município de Cerro Largo começou a explorar a possibilidade de contar com um *Campus* da UFFS em seu espaço geográfico, o que fora efetivado no início do ano seguinte (ROTTA; TREIB, 2012; SILVA, L. A, 2014).

Conforme a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior<sup>5</sup> (ANDIFES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o FIES, o SISU, o REUNI, a UAB e a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), ampliaram, de forma significativa, o número de vagas na educação superior, e como consequência, tem contribuído para que uma maior parcela de pessoas tenham acesso ao ensino superior.

O processo de interiorização das IES públicas, desenvolvido durante, e após o governo federal dos anos de 2002 a 2010, trouxe às comunidades afastadas dos grandes centros, a oportunidade de receber o ensino superior público e gratuito a partir da instalação de Universidades. Diversos estudos foram desenvolvidos a respeito desse processo na região, como os de Prediger *et al.* (2017), Simon *et al.* (2015) e Frota (2017), que destacam o ineditismo da UFFS como IES, juntamente ao ingresso massivo de alunos da rede pública, também descrito por Rotta e Treib (2012), Tischer (2013) e Silva L. A. (2014).

O estabelecimento no interior do estado, possibilitou, entre outras coisas, o desenvolvimento dessas regiões, bem como, a redução na migração dos jovens para os grandes centros, e na diminuição da desigualdade regional (SIMON *et al.*, 2015). Nesse sentido, o ensino superior desenvolvido na região, ao longo dos anos, vem contribuindo significativamente para transformação da sociedade, formando capital humano e social, e mão-de-obra qualificada, que desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento regional.

A partir das transformações realizadas na CF/88, e com o REUNI, o governo federal, através do PNE, conseguiu inserir medidas para a expansão do ensino superior. Nesse sentido,

---

<sup>5</sup> Foi criada em 1989 e é uma das principais interlocutoras entre o governo federal e os docentes, técnico-administrativos e discentes e a sociedade, para defender direitos e dialogar as demandas com o executivo federal (ANDIFES, 2012).

a educação possui uma estreita relação com o desenvolvimento, já que ela é fundamental para um real desenvolvimento do país, principalmente quando se trata do ensino superior. Serra e Rolim (2018) argumentam que a literatura existente sobre esta contribuição é limitada. Estes autores também destacam o processo de criação da PNDR, onde se estabeleceu a participação das Universidades de forma mais dinâmica, visto que essas instituições estão vinculadas diretamente ao processo de desenvolvimento.

A rede federal de educação superior foi ampliada a partir de 2003, com a expansão e com a interiorização dos *Campi* das Universidades Federais, o que possibilitou a criação de estruturas antes inexistentes. Essa expansão ocorreu a partir do REUNI, que se constituiu em uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) integrado ao PNE, e em reconhecimento ao papel estratégico das instituições federais de ensino superior para o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2008). Cargnin (2014) destaca que, em 2008, o ensino superior estava passando por mudanças, devido à criação de novas IES:

Embora inserindo-se dentro do processo de expansão das Universidades públicas no Brasil, a criação de novas Universidades envolve alguma mobilização dos atores regionais e, não por coincidência, sua atuação se encontra em uma das regiões diferenciadas. Mesmo que se trate de uma estratégia governamental mais ampla, de expansão das Universidades no país, representou um acréscimo na discussão do desenvolvimento regional (CARGNIN, 2014, p. 31).

O REUNI era uma das possibilidades destas instituições para a expansão do ensino superior, e com isso, reduzir a falta de recursos, principalmente humanos, que a área demandava. Neste sentido, o programa em questão, seria uma possibilidade de modificações nas políticas públicas que envolvem o ensino, principalmente, o superior, visto que se enquadrava como um articulador e promotor das mudanças necessárias aos Planos Plurianuais (PPA), para assim, garantir a execução das atividades dessa área. A partir disso, a geração de recursos humanos seria a conexão com as perspectivas do MEC, para viabilizar a criação das novas IES, e conseqüentemente, a criação de novos cursos, visando reduzir o déficit do ensino superior nas regiões que, até então, estavam abandonadas. Ainda nesse ponto, essa nova política visava reduzir a evasão do ensino básico e o êxodo, que era comuns nas regiões do interior, principalmente na Mesorregião da Fronteira Sul, pois traria qualificação ao ensino e à estas regiões. Fato esse que era recorrente desde o início do ensino regular no Brasil (TISCHER; ROCHA, 2017).

A ação proposta é expandir as vagas das Universidades públicas em áreas identificadas como estratégicas para garantir o desenvolvimento econômico e social do país e onde são apontados déficits de pessoal como algumas áreas estratégicas

[...] tanto para o nível de graduação como para pós-graduação (BRASIL, 2008).

A partir destas políticas públicas voltadas ao ensino, o governo federal, através do MEC, no relatório do REUNI, em 2008, estabeleceu políticas de melhorias, como por exemplo, reduzir em 50% o déficit que o país encontrava em áreas consideradas estratégicas, e dobrar o quantitativo de mestres e doutores que atuam na educação até o ano de 2020. É a partir dessa política, que o governo federal foca sua preocupação em melhorar e reduzir os problemas regionais (TISCHER; ROCHA, 2019).

É importante observar nas escolhas dos municípios, a localização geográfica e sua importância no contexto das micro e mesorregiões, de forma a atender a um número maior de estudantes que concorrem às vagas ofertadas. A escolha apropriada dos municípios garante boa infraestrutura e boa rede de empresas que se habilitam aos editais de licitação, de forma a se evitar atrasos ou dificuldades em obras (BRASIL, 2008).

Esse relatório produzido pelo MEC, possibilitava uma nova análise, e assim, uma possível revisão do REUNI. A aplicação de questionários aos gestores das IES federais, representantes da ANDIFES, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG), deram subsídios para novas demandas (TISCHER; ROCHA, 2017). Dentre as demandas do relatório, destacam-se:

A criação das novas instituições acadêmicas deve colaborar para o processo de desenvolvimento regional;  
 As Universidades a serem criadas deverão atender preferencialmente aos municípios que sejam pólos de Mesorregiões;  
 As propostas de instalação de cursos, *Campus* e Universidades devem implicar estudos preliminares das condições socioeconômicas das regiões para se assegurar a importância da escolha dessas unidades para o desenvolvimento do país e para correção de assimetrias regionais (BRASIL, 2008).

De certa forma, a instalação de *Campi* de Universidade Federal passa a ser compreendida como uma política de incentivo para o desenvolvimento regional pelos atores envolvidos nos processos de criação e implantação, e também, da comunidade envolvida, gerando, sobretudo, novos serviços, valorização imobiliária, com efeitos multiplicadores de geração de emprego e renda, e disponibilização de infraestrutura e tecnologia da informação para além da sua função de formação profissional, e atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme explica Oliveira Jr. (2014):

O fato é que em muitos casos, a instalação de Universidades em cidades pequenas e médias acaba representando uma retomada no desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios, influenciando no aumento da oferta de emprego e renda, devido ao montante elevado de recursos públicos destinados aos custos de implantação, que envolvem basicamente infraestrutura (OLIVEIRA JR,

2014, p. 5).

Com isso, o aumento de vagas nos cursos de graduação, bem como, a ampliação da oferta de cursos noturnos, inovações pedagógicas e o combate à evasão, foram algumas das ações do REUNI que pretendem/pretenderam, reduzir as desproporções sociais do país, e dessa forma, possibilitar um maior acesso ao ensino superior para as camadas populacionais nas regiões antes desassistidas.

O resgate histórico do conceito educacional da Universidade se faz importante para a compreensão das alterações do conceito e da instituição, visto que isto se perde durante o tempo, e a partir da sua vinculação com o ensino superior no país. Nesse sentido, percebe-se que o ensino superior não sofre grandes alterações, porém, entre suas áreas, há uma partição interessante, visto que este, cada vez mais, sofre subdivisões que enriquecem suas áreas. A pesquisa, por sua vez, acompanha esse processo, tornando-se cada vez mais interdisciplinar e multidisciplinar. Essa transformação interage com a criação dos órgãos que regulamentam o ensino e a pesquisa no país, e a cada período, tornam-se mais abrangentes e auxiliam na compreensão da ciência.

Assim como a instituição Universidade modifica-se com o passar do tempo, a pesquisa realizada por esta, também passa por alterações, seja em quantidade, seja em áreas demandadas, tendo em vista seus interesses e os da sociedade, e a UFFS é um exemplo dessas modificações. Schwartzman (2015) corrobora ao destacar a participação das Universidades nesse processo de melhoria da sociedade, na qual o desenvolvimento regional interage e recebe modificações, possibilitando questionamentos e ampliando suas possibilidades. Nesse sentido, a presente dissertação almeja compreender o papel da Universidade e as suas relações com o desenvolvimento regional, pois compreende que essa parceria tem importância e deve ser valorizada, seja pelo poder público, com investimentos, seja pela população, com a apropriação destes espaços e atividades.

As pesquisas realizadas na instituição a cada ano, complementam os estudos acerca do desenvolvimento e suas relações com o ensino superior e com a pesquisa. Com isso, chega-se à UFFS *Campus* Cerro Largo, uma das IES criadas no processo desencadeado pelo REUNI, que trouxe o ensino superior público à região noroeste do Rio Grande do Sul, como possibilidade para preencher as lacunas geradas pela ausência deste na região, complementando o processo de interiorização. Esta questão será analisada na próxima seção, e busca evidenciar como ocorreu sua criação e suas atividades integradas no ensino superior.

### 2.1.2 A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

A história da UFFS se integra e relaciona com a do ensino superior no país, especialmente, com a história deste no interior, longe das regiões metropolitanas ou litorâneas. Essa história, em sua síntese, carrega a pressão e a participação popular, e de movimentos sociais que atuaram diretamente para a conquista destes espaços, pois viam que uma das possibilidades de mudança da realidade dessas regiões, seria através da instalação de instituições de ensino superior, públicas e gratuitas.

Para apresentar a história da UFFS, utiliza-se como base, quatro referências norteadoras: Demarco e Maia (2013), Silva L. A. (2014) – que analisa o processo de criação da UFFS, Tischer (2016) que analisa a UFFS como um todo, e os DVDs sistematizados pelo projeto de pesquisa financiado pela FAPERGS elaborado por Rotta e Treib (2012), que conta com documentos primários e secundários sobre a instituição e o *Campus Cerro Largo*, além de outros materiais complementares ao assunto. Nessas referências, está disposta grande parte do material documental existente sobre a UFFS, de sua criação, até os dias atuais.

A região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em seu contexto histórico, tem como característica étnica, a base europeia, visto que o processo de imigração e colonização foi mais intenso na região sul, principalmente em virtude da região já possuir traços de povoamento, conforme destacam alguns historiadores regionais<sup>6</sup>, o que facilitava a demarcação de terras pelos agrimensores em parceria com iniciativas religiosas. Após 1824, ano que marca o início da imigração alemã no país, a construção das ferrovias possibilitou o povoamento ao longo de seus trajetos e a integração aos mercados. Destes povoados nascem as vilas, e mais tarde, as cidades.

Durante o movimento imigratório europeu (seja ele alemão, italiano, russo ou polonês), uma das primeiras preocupações, era a de estabelecer um local para realizar os cultos religiosos, e um local para a educação da população local. Na maioria das vezes, a camada religiosa era a responsável pela questão educacional, que, geralmente, buscava suprir os níveis básicos de ensino, sendo o padre ou pastor, o professor do grupo (TREIB, 2006). Porém, para realizar estudos além destes níveis básicos, era necessário o deslocamento aos grandes centros, quase sempre para as capitais, ou em casos específicos, retornar para a Europa em busca de um ensino mais especializado e profissional.

---

<sup>6</sup> Pesavento (1984), César (1980), Roche (1969) e Treib (2006), são alguns desses historiadores que buscam compreender aspectos da história regional. Os dois primeiros analisam a história do Rio Grande do Sul, enquanto os dois últimos se dedicam a estudar a imigração alemã.

O ensino superior era uma das demandas que preocupavam os moradores do interior do estado, visto que não havia a possibilidade de acesso ao estudo superior nestas regiões, o que normalmente, acarretava um fenômeno conhecido como envelhecimento da população rural, que ocorre quando a juventude parte rumo aos grandes centros urbanos em busca de educação superior, abandonando seus pais em seus municípios (TISCHER, 2016). Não foi apenas o oeste do RS sofreu com esse problema, este também afetava grande parte do restante do estado. Neste caso, tinha-se nos municípios de Santa Maria e Porto Alegre, os principais destinos da população jovem que buscava a educação de nível superior. Este foi um dos processos que auxiliou na modificação dos perfis municipais, de rurais para urbanos, ao longo do século XX (BRASIL, 2020a).

A vinda da UFFS para a região noroeste do Rio Grande do Sul, auxiliou na amenização e na redução da evasão municipal de jovens que buscam o ensino superior. Essa vinda teve como objetivo, ajudar na redução do processo de êxodo escolar dos jovens, com a criação de uma Universidade próxima e acessível, facilitando esse acesso, e auxiliando na permanência desta população em seu município. As Universidades instaladas na região buscam, além da oferta do ensino superior, resolver problemas estruturais do ensino desta, tais como o fortalecimento e a capacitação das escolas a partir das licenciaturas, visto que grande parte dos municípios da região possuía apenas cursos técnico-profissionalizantes, basicamente nas áreas do magistério, contabilidade ou agronomia, não havendo formação de nível superior.

A partir desta realidade, buscava-se otimizar o desenvolvimento regional, tendo a educação como base de suporte à essas mudanças. Nesse aspecto, o estado era deficitário em suas ações, o que incentivou na criação de fundações de ensino que, posteriormente, criariam as primeiras Universidades do oeste e noroeste do RS.

Estas fundações, e posteriormente, as suas Universidades, foram fundamentais na estruturação dos COREDES, pois auxiliaram diretamente na construção de diagnósticos das regiões e no planejamento estratégico dos conselhos, seja através de suporte técnico, ou a partir de recursos humanos, dessa forma, auxiliando as regiões a conhecerem suas realidades, potencialidades e fraquezas, possibilitando uma melhoria de suas estruturas e possibilitando avanços. O processo de redemocratização, ocorrido a partir do movimento das Diretas Já, em 1984, que fora exigido pela população, possuía algumas exigências do legislativo. Entre estas exigências, destacam-se a realização de eleições diretas presidenciais, e assim, a criação de uma nova constituinte, bem como o retorno da democracia, trazendo possibilidades à sociedade a partir da participação popular cidadã nas demandas em que havia interesse (TISCHER, 2016).

Com o fim da ditadura militar no Brasil, a partir do final da década de 1980, a sociedade civil organizada, destaca a sua importância na conquista e na consolidação de direitos para a população. Após um período conturbado de eleições que trouxe desafios à esta nova sociedade, as eleições de 2002 possibilitaram a atenção que as camadas desassistidas necessitavam.

Luis Inácio Lula da Silva, metalúrgico e sindicalista dos trabalhadores, disputava seguidamente as eleições presidenciais, após sucessivas derrotas, foi eleito em 2002, traduzindo os anseios da população e a aplicação destas conquistas na esfera social. Este governante produziu mudanças importantes no campo das políticas educacionais, e aumentou os investimentos no setor. Uma das principais demandas do setor, era a interiorização do ensino superior público, pois os movimentos sociais e sindicais reivindicavam há muito tempo a mudança na implantação das Universidades, para assim, fortalecer as regiões abandonadas pelo ensino superior gratuito (TISCHER, 2016).

Com isso, a partir de 2002, uma série de políticas públicas foram instituídas visando auxiliar na mudança desse cenário educacional, buscando atender as demandas dos movimentos sociais e sindicais. Para efetivar as mudanças pretendidas, foram criadas duas ferramentas institucionais: o REUNI e o PROUNI. Enquanto o primeiro trazia possibilidades e recursos para a criação de novas instituições de ensino superior e de novos *Campi* das instituições já existentes, o segundo possibilitava que os alunos conquistassem bolsas para estudar nas instituições de ensino superior privadas, o que auxiliou na redução do déficit enfrentado pelas populações do interior. Dessa forma, o REUNI protagonizou a criação de 14 novas Universidades Federais, e de 126 novos *Campi* de Universidades já existentes (BRASIL, 2008).

A partir da posse de Lula, os movimentos sociais e sindicais realizaram reuniões para articular propostas, e assim, possibilitar a criação de IES que atendessem às demandas das regiões desassistidas em relação ao ensino superior, para que se reduzisse o êxodo rural, e possibilitasse a manutenção e a qualificação desta população, sobretudo a jovem e de meio rural, visando a continuidade destes sujeitos na região. Para isso, uma das bases era a estruturação de instituições com cursos que fossem de interesse da comunidade regional (ROTTA; TREIB, 2012).

As reuniões integrando os movimentos sociais e sindicais tiveram inúmeras articulações políticas e sociais, resultando, no ano de 2005, na constituição de um movimento intitulado “Pró-Universidade”, a partir da pressão e da demanda social. Esse movimento seria coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul



(FETRAF-SUL), em parceria com o Movimento Sem Terra (MST), assim, todos os movimentos e associações que existiam nessas regiões, passaram a articular-se, ligando-se também aos poderes executivos e legislativos municipais, estaduais e federais para pressionar a busca de uma solução à demanda de uma instituição de ensino superior na região (SILVA, L. A, 2014; TISCHER, 2016; ROTTA; TREIB, 2012).

O então Ministro da Educação, Fernando Haddad, após receber vários grupos com o mesmo propósito – o de criar uma Universidade –, orientou as lideranças da região para que unificassem o movimento, e então, apresentassem um único projeto de Universidade para facilitar a análise, compilando e unindo as demandas e interesses regionais. Nesse sentido, Cláudio Vignatti, na época deputado federal, apresentou no ano de 2005, à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.037/2005, que propunha a criação de uma Universidade para a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL (SILVA, L. A, 2014; ROTTA; TREIB, 2012). O nome escolhido fora debatido, porém, não houve consenso entre os integrantes.

No ano seguinte, em 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi envolvida pelo governo federal na elaboração de um projeto da futura Universidade, agilizando a sua criação, e dando a base estrutural para a instituição, pois seria a tutora de todos os trâmites iniciais. Assim, a reitoria da UFSC, instituiu um grupo de trabalho que seria responsável pela elaboração do projeto preliminar (ROTTA; TREIB, 2012; TISCHER, 2016).

No dia 15 de junho de 2006, o projeto foi apresentado pela UFSC ao Ministro da Educação, que se manifestou favorável à expansão e interiorização do ensino superior público. No entanto, havia interesse do MEC na criação de um IFET. Durante a reunião, o Movimento Pró-Universidade discordou da proposta, destacando a necessidade da região contar com uma Universidade pública, já que havia a necessidade de se desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Visto que a prioridade da Universidade é diferente da prioridade dos IFE/IFET, pois este tem foco no ensino, atuando modestamente nas outras duas áreas (SILVA, L. A, 2014; TISCHER, 2016).

No final do ano de 2007, foi realizada uma audiência pública em Brasília, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para então discutir a criação da Universidade Federal Popular da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL. A audiência foi proposta pela então deputada, Maria do Rosário, sendo publicada a Portaria 948/MEC/2007, que instituiu a comissão de projetos da Universidade Federal Fronteira Sul, que era composta por 11 integrantes do Movimento Pró-Universidade, e técnicos do MEC, além de representantes da UFSM e da UFSC. Com isso, no dia 12 de dezembro, Fernando Haddad anunciou a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do

MERCOSUL, e em solenidade, realizou a assinatura de atos complementares ao PDE, em Brasília, momento significativo para a região, que contou com a presença do então presidente Lula (SILVA, L. A., 2014, TISCHER, 2016; ROTTA; TREIB, 2012).

No ano de 2008, diversas cidades da região realizaram reuniões e audiências públicas para discutir os contornos finais do projeto da Universidade a ser instalada, nessas reuniões, discutiam-se, por exemplo, os cursos que seriam criados, o número e a localização dos *Campi* a serem implantados. Este último ponto seria o mais problemático, visto que muitos municípios tinham interesse em ter um *Campus* da nova Universidade, o que não era novidade, visto o nível de calamidade educacional no oeste da região sul do Brasil (SILVA, L. A., 2014; ROTTA; TREIB, 2012).

No dia 16 de julho de 2008, o projeto de lei de criação da nova Universidade foi assinado pelo Presidente da República, seguindo para o Congresso Nacional para aprovação. Em novembro, o Projeto de Lei 3774/08 proposto pelo deputado Cláudio Vignatti foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e em fevereiro de 2009, o então Ministro da Educação empossou a Comissão de Implantação da UFFS por meio da Portaria 148/2009, sendo o professor Dilvo Ristoff, empossado como presidente desta comissão (TISCHER, 2016).

Em maio de 2009, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). No mês seguinte, o trâmite seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, que também aprovou o projeto. Porém, somente em 15 de setembro de 2009, quando a lei de criação da UFFS foi sancionada pelo Presidente da República, foi possível iniciar a organização estrutural e institucional da nova Universidade (SILVA, L. A., 2014; TISCHER, 2016; ROTTA; TREIB, 2012).

Todo o processo de estruturação dessa nova instituição foi acelerado, pois havia a possibilidade de não haver recursos no ano seguinte para a sua implantação. Os municípios-sede trabalharam no sentido de garantir a estrutura física para as atividades, organizando as sedes dos *Campi* e possibilitando o início das atividades educacionais no ano seguinte. Em 21 de setembro de 2009, Dilvo Ristoff foi designado Reitor Pró-Tempore da UFFS, sendo empossado em 15 de outubro do mesmo ano. Em seguida, o governo federal autorizou a publicação dos primeiros editais de seleção dos servidores (docentes e técnico-administrativos) da nova Universidade. As atividades letivas iniciaram-se em 29 de março de 2010, um pouco fora do padrão, visto que muitos dos *Campi* não possuíam grande parte da infraestrutura necessária (SILVA, L. A. 2014; TISCHER, 2016).

A UFFS, institucionalmente, está inserida na Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL, no sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul, abrangendo 396 municípios desta região. Inicialmente foi constituída com cinco *Campi*: Chapecó (SC), sede da instituição; Realeza e Laranjeiras do Sul (PR); Cerro Largo e Erechim (RS). Em 2013, a estrutura foi ampliada, implantado assim, o *Campus* na cidade de Passo Fundo (RS), ofertando o curso de Medicina (SILVA, L. A. 2010).

A estruturação da nova Universidade em seis *Campi*, distribuídos pela Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, busca atender a meta de oferta e presença da Educação Superior Pública Federal nesta Mesorregião, possibilitando uma alternativa transformadora e propulsora no processo de desenvolvimento, com atendimento de algumas das demandas buscadas por sua comunidade, no sentimento individual e de sociedade organizada, assim como a possibilidade de fixação no território daquela parte da sua população que viesse a buscar qualificação superior noutras localidades; do aumento do pertencimento; melhoria dos índices de satisfação coletiva; perspectiva de crescimento dos indicadores de desenvolvimento humano. A escolha das sedes e alocação dos cursos de licenciatura e bacharelados buscam atender à demanda e a realidade de cada entorno, visto que foi uma das premissas constitutivas da Universidade, assim como busca preservar e valorizar a vocação natural e as necessidades de cada comunidade regional. Nesse sentido, assegura-se a perspectiva da utilidade e da contribuição positiva, como serviço público aos diversos alvos e segmentos que compõem o estrato humano, social e econômico do campo de abrangência (DEMARCO; MAYA, 2013, p. 91).

De acordo com sua constituição, a UFFS é uma autarquia vinculada ao MEC, com autonomia didática, científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da lei de sua criação e de seu estatuto conforme demanda a CF/88. A UFFS tem como missão, assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, a qualificação profissional e a inclusão social; desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interação e integração das cidades e estados que compõem a região e seu entorno; promover o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados nesta mesorregião e a reversão do processo de litoralização em curso (UFFS, 2011).

A oferta de cursos na Modalidade de Licenciatura vem ao encontro dos objetivos do Plano Nacional da Educação (PNE), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que convergem com o objetivo de ampliar a oferta de vagas de Cursos de Licenciatura, visando aprimorar a formação acadêmica do professor, para sua qualificação no magistério (DEMARCO; MAYA, 2013, p. 88).

A UFFS se torna uma importante base de conhecimento na região. A estruturação de seus pilares é fundamental para que a Universidade seja, de fato, esta base, e para auxiliar

nesse aspecto, a pesquisa desenvolvida deve ser sólida e contemplar os problemas gerados na sociedade local e regional. A partir disso, busca-se analisar a pesquisa enquanto um desses pilares na seção a seguir.

## 2.2 A PESQUISA COMO UM DOS “PILARES” DA UNIVERSIDADE

Nesta subseção destacam-se os suportes que se evidenciam com a pesquisa científica. Para tanto, destaca-se a pesquisa e a sua relação com o método científico e a ciência, ou seja, a diferença entre a ciência básica e a aplicada, a importância da pesquisa, e por último, a pesquisa na Universidade, com o recorte da pesquisa na UFFS *Campus* Cerro Largo, durante o período de 2010 a 2019. Esses pontos possuem relevância para auxiliar a compreender como o pensamento científico se transformou com o passar do tempo, até ser utilizado como base para a produção do conhecimento nas Universidades, e chegar até a análise proposta na UFFS.

Para contemplar essa dinâmica de estudo, tem-se como base os estudos de Bacon (2007) acerca do pensamento e do modo científico, a partir da ciência básica e aplicada, seguindo pela análise de Demo (1985; 1997; 2011; 2013), Schwartzman (2008; 2015) e Schwartzman e Castro (1986), que dão suporte nas transformações do pensamento e da construção do conhecimento nas Universidades, chegando até a UFFS, na qual tem como suporte, suas duas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), (UFFS, 2011; 2018), e as duas análises do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS (PDI), (UFFS, 2012; 2019a). Estes documentos primários e referências citadas são importantes para a análise da pesquisa que é realizada nas instituições, e oferecem suporte às atividades-fim das Universidades. Dessa forma, compreender o conceito e sua trajetória, consiste em rever as transformações passadas pelo ensino superior.

Demo (2013) defende que não há dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, e nenhuma delas se sobressai à outra. No entanto, é preciso entender a pesquisa como o cotidiano da instituição, pois o ensino se efetiva quando se dá pautado no processo de construção do conhecimento, e não no mero repasse de conteúdo, ou seja, não há ensino sem pesquisa:

Em primeiro lugar pesquisa significa diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é atitude do “aprender a aprender”, e como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório. Cabe e deve caber no pré-escolar e na pós-graduação, visto que aparece como princípio educativo ou científico (DEMO, 2013, p. 128).

A pesquisa se evidencia como um dos pilares da Universidade, pois, é com ela e através dela que esta se institucionaliza, ou seja, não há Universidade enquanto instituição, sem a existência de pesquisa. Essa denominação é contemplada pelo MEC, que assegura o funcionamento desta através das suas ações no tripé ensino, pesquisa e extensão.

É com esse conceito que se busca descrever a pesquisa na Universidade enquanto ferramenta de desenvolvimento científico. Para isso, busca-se destacar a pesquisa e o conhecimento científico, e assim, a própria ciência e seus processos. Aqui, busca-se de forma objetiva e sucinta, revelar a diferença entre a ciência básica e a aplicada, visto que são descritas como fundamentais para a compreensão de o que é a pesquisa. A partir disso, demonstra-se a importância da existência do método científico para que exista a pesquisa científica, passando por uma descrição do que é a pesquisa, seus tipos, sua importância dentro da Universidade e para o seu entorno, e, finalizando, destaca-se como se desenvolve a pesquisa no Brasil, principalmente na UFFS em Cerro Largo.

A pesquisa é parte fundamental da formação no ensino superior, tão importante quanto o ensino e a extensão, a pesquisa possibilita o uso prático do abstrato mundo acadêmico. Neste sentido, torna-se primordial que a pesquisa seja desmistificada, e com isso, seja não somente acessível, mas se torne parte do cotidiano do aluno do ensino superior. É esse contato que manterá a ciência enquanto base para o conhecimento, visto que, a partir da possibilidade de se refazer qualquer estudo a partir da evidência de seu método, eliminam-se as possibilidades de mau uso do conhecimento (DEMO, 2011).

O interesse humano em compreender o que parece abstrato, remonta às primeiras civilizações, tais como gregos e romanos, por exemplo, compreenderam a necessidade de conhecer os processos de surgimento e de evolução de algum objeto ou objetivo, para poder traçar possibilidades, e assim, estar à frente de outras civilizações, visto que, naquele momento, a dominação era uma realidade e uma necessidade (BACON, 2007).

A criação da escrita para a civilização, possibilitou que o conhecimento pudesse ser repassado de maneira mais simplificada e duradoura para outras gerações, reduzindo a oralidade. O conhecimento de técnicas de manuseio de metais, por exemplo, possibilitou o surgimento de ferramentas e armamentos para a defesa, e dessa forma, fazendo com que uma civilização tivesse vantagens sobre outras, e mantendo-se essa vantagem, possibilitaria que seus conhecimentos pudessem ser repassados às novas gerações.

Portanto, a pesquisa surge a partir da ciência, e esta, através do conhecimento científico que é gerado a partir de um método para elucidar uma dúvida, ou pergunta. Então, a base de tudo, é a dúvida, ou seja, uma pergunta, mas não qualquer tipo de pergunta, esse

questionamento deve ter alguma base de relevância para a sociedade onde ela surge (VIEIRA *et al.*, 2020). Nesse sentido, a relevância pode ter qualquer aspecto e adentrar em qualquer área do conhecimento, seja este econômico, social, político, educacional, etc. A partir disso, separa-se o conhecimento popular, do conhecimento científico, e esse último, deve possuir forma, ou formas, de ser feito, para que assim, se comprove o padrão em que foi idealizado, destacando assim, o método empregado, sendo passível de comprovação e de falseabilidade (SCHWARTZMAN, 2015).

Os gregos e romanos tinham interesse em conhecer e compreender como os processos ocorriam, como o conhecimento era criado, conhecimentos estes, que foram sendo repassados, otimizados e utilizados durante séculos até a Idade Média. Francis Bacon (1561-1626) acreditava que o homem era superior à natureza, e como tal, deveria conhecer seus ensinamentos para dominá-la e utilizá-la em seu benefício próprio, então, desenvolveu o método científico, que a partir do empirismo, buscava solucionar dúvidas existentes, e representava um conjunto de regras que, através da observação, poderia gerar respostas.

Acreditava-se naquele período que esse método era perfeito, porém, ele precisou ser revisto, já que a observação não era a base para todos os problemas, a contrariedade ao método empírico trouxe a criação de outros métodos que pudessem ser utilizados em diferentes situações e questões, visto que o conhecimento se tornou complexo com o passar do tempo (BACON, 2007).

Para Fonseca (2002, p. 11-12), o conhecimento científico “é produzido pela investigação científica e através de seus métodos. Sendo objetivo, metódico e assim passível de demonstração e comprovação”, enquanto a ciência, é o saber produzido através do raciocínio lógico associado à experimentação prática. Dessa forma, o método científico envolve técnicas exatas, objetivas e sistemáticas. Nesse sentido, vale ressaltar que não existe um método perfeito a ser utilizado, cada método possui sua especificidade quanto ao uso, tendo vantagens e desvantagens, devendo ser considerado pelo pesquisador, qual o melhor/mais adequado método a ser utilizado naquele momento em específico (MARCONI; LAKATOS, 2017a).

A ciência possui duas divisões clássicas que são utilizadas nas Universidades e na sociedade como um todo, e são elas, a ciência básica e a aplicada. Cada uma tem suas peculiaridades e sua devida importância. A ciência básica busca gerar teorias, ou seja, busca o avanço da ciência, e muitas vezes, não possui aplicação prática, mas envolve questões universais e relevantes para a sociedade, essas questões, muitas vezes repercutem e vem sendo usadas por séculos. Em contraponto, a ciência aplicada é voltada à prática, ou seja, busca

solucionar problemas específicos, e geralmente, envolve questões pontuais e locais (MARCONI; LAKATOS, 2021).

Algumas áreas e pesquisadores realizam estudos diretamente na ciência básica, mas em menor número, junto à ciência, a pesquisa científica possui uma diversidade em relação às suas especificidades, bem como de métodos científicos, porém, as mais utilizadas se destacam conforme a análise proposta, ou seja, em relação ao problema a ser solucionado, aos objetivos e aos procedimentos técnicos (DEMO, 1985).

Sampieri, Colado e Lucio (2013) destacam que uma das principais características da civilização moderna, é o extraordinário desenvolvimento da pesquisa científica, seja o desenvolvimento da pesquisa básica ou da aplicada. Ciência e Tecnologia constituem as principais características de criatividade e dinamização da sociedade moderna, afetando de maneira substancial, o padrão e a qualidade de vida em todo o globo, porém, de maneira ainda mais proeminente nos países avançados, onde a revolução científica encontrou terreno fértil e a disponibilidade de recursos para seu desenvolvimento.

Diversos autores possuem denominações convergentes quanto ao conceito de pesquisa. Aqui, utiliza-se das conceituações descritas por Demo (1994), Minayo (2016), Silva R. V. (2014) e Gil (2017), que destacam de forma mais objetiva e clara, a explicação acerca do termo.

O conceito de pesquisa é polêmico. É mister, pois, delimitá-lo. Primeiro, distinguimos nele dupla face, num todo só: na face científica (normalmente a única acentuada) aparece a produção criativa de conhecimento; a face educativa engloba a capacidade de questionar a realidade, aplicar conhecimento e de intervir na prática. Segundo, pesquisa não se reduz a produtos e a momentos, mas seria atitude básica e cotidiana de questionamento crítico e autocrítico diante da realidade. Como atitude, realça a face educativa e faria parte de todo processo educacional, desde a educação infantil (DEMO, 1994, p. 15-48).

Minayo (2016, p. 23), em uma análise mais filosófica, considera a pesquisa como:

(...) atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Demo (1997, p. 34) insere a pesquisa como atividade cotidiana, considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Silva R. V. (2014, p. 24) destaca que “a pesquisa científica, consiste em um ato

experimental, de cunho investigatório, orientado e organizado por um método que possui como objetivo a produção ou a reconstrução do conhecimento científico”.

Com isso dito, o modelo atual de pesquisa executado nas instituições de ensino superior difere do modelo executado anteriormente ao surgimento dessas instituições. Ou seja, a pesquisa, ou o ato de pesquisar, é tão antigo quanto o ser humano, o que se alterou ao longo do tempo, foram as formas de se executar, pois, a partir das análises de Francis Bacon, a pesquisa passa a ter um método, e é este que possibilita a replicação da pesquisa por outras pessoas, comprovando sua cientificidade. Nesse sentido, Gil (2017, p. 17) descreve a pesquisa como:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Portanto, o papel das Universidades quanto à questão da pesquisa é dinâmico. Possuir uma instituição desse tipo em uma região, auxilia como ferramenta potencializadora de diversos pontos, principalmente na geração de conhecimento. Dessa forma, a criação da UFFS na região oeste do sul do Brasil, torna-se essencial para modificar essa realidade, com isso, ela surge com a missão de contribuir para que a construção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento:

A Pesquisa é uma atividade de produção de conhecimento que se efetiva por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas. O conhecimento produzido deve ser convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica (UFFS, 2011, p. 55).

No Brasil, a criação de mecanismos que pudessem garantir a atuação científica das instituições de ensino superior seria viabilizada de forma lenta e gradual, conforme o interesse das elites que também comandavam a organização e a criação de cursos de ensino superior, através de convenções políticas e demandas regidas por essas mesmas classes. Nesse aspecto, o Brasil teve uma mudança significativa com o surgimento do MEC e de suas políticas educacionais estruturadas (CUNHA, 2007 b).

A base da ciência, como conhecida atualmente, surgiu na Inglaterra e na França, no berço da revolução industrial, onde as novas formas de pensar a produção e de otimizar o trabalho emergiram. Se no início, a ciência, enquanto pesquisa, ocorria fora das instituições, a partir de trabalhos individuais, aos poucos, os sistemas de ensino vão inserindo e criando um



modelo de atividade científica, formando profissionais e criando técnicas com base em estudos estabelecidos através de parâmetros (SCHWARTZMAN, 2015).

No Brasil, a atividade que seria caracterizada como científica, tinha padrões semelhantes aos iniciados na Europa: a pesquisa era precária, instável, com poucos recursos, e quando estes eram destinados, tinham o interesse do governo como respaldo financeiro. As escolas de nível superior tinham a realização de experimentos, porém, grande parte destes, eram uma revalidação dos experimentos já realizados na Inglaterra ou na França. Assim, no Brasil, a influência dos experimentos seguia a escola francesa ou a alemã, visto que a França, era um dos principais destinos para formação no ensino superior da elite brasileira, enquanto a Alemanha, que recém havia se constituído enquanto nação, era a inspiração de muitas lideranças nas instituições de pesquisa (CECHELLA, 2008).

No Brasil, uma percepção difusa do sistema universitário alemão levou a uma transformação profunda do sistema de educação superior, através da Reforma Leôncio de Carvalho de 1879. Esta reforma instituiu a frequência livre, o ensino livre (uma versão brasileira do *privatdozent* alemão) e os cursos livres. Seu efeito mais imediato foi a desorganização completa do regime de educação centralizada, substituído pelo sistema de exames finais. Ao mesmo tempo, a reforma – que duraria até 1895 – teve como principal efeito a criação de estabelecimentos de ensino superior por todo o país a começar por São Paulo. Buscou-se, também, trazer a química alemã para o Brasil. Os químicos que para aqui vieram se dirigiam para institutos e escolas de engenharia, tentando reproduzir os resultados práticos da experiência alemã. Sem um contexto universitário no qual pudesse se desenvolver e sem um parque industrial que pudesse absorver seus produtos, a química não chegou a ter raízes mais profundas (CECHELLA, 2008, p. 33).

A criação do MEC garantiria, de forma normativa, o empenho das instituições de ensino superior no desenvolvimento de pesquisa. O potencial industrializador que permeia o cenário político e econômico do país auxilia na prática desse momento, e com essa prerrogativa, a pesquisa científica realizada nas Universidades teria um canal mais formativo que nas escolas profissionais, o que acarretaria a criação das principais instituições de ensino, e o órgão em prol da ciência e da pesquisa do país.

Francisco Campos, Ministro da Educação no governo de Getúlio Vargas, instituiu o decreto nº 19.851, de abril de 1931, no qual, introduzia no Brasil, o modelo de Universidade que unificava o ensino, a pesquisa e a extensão. O decreto governamental deliberava a atividade de “investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos”, como atributo das Universidades, e como razão de ser da academia (SCHWARTZMAN, 2015).

A realidade brasileira do início do século XX, atrelada à monocultura do café e à produção de leite – as quais chefiavam as decisões políticas no Brasil –, não permitiam o

desenvolvimento das Universidades, mesmo que fosse para o estudo dessas atividades. Portanto, a atividade desenvolvida pela USP era, e é, tão importante quando se trata da produção científica. Essa realidade seria alterada, porém, isso ocorreria de forma tímida após a construção da cidade de Brasília, no Distrito Federal, como capital do país, e a sequente criação da UNB, por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que tinham outras visões de instituição de ensino superior. As outras Universidades brasileiras aproveitaram e modificaram a execução de suas atividades aos moldes da UNB, porém, a pesquisa se mantinha aliada à pós-graduação, que ainda era deficitária.

A partir da década de 40, com a expansão da rede de ensino de nível médio, novos cursos pertencentes às Faculdades de Filosofia passaram a surgir. Essas Faculdades disseminaram-se pelo país, sendo que, a maioria delas, não passava de um aglomerado de escolas, nas quais cada curso preparava um tipo específico de professor: de história, de matemática, de química etc. A escassez de recursos materiais e humanos limitou esses cursos às atividades de ensino sem qualquer comprometimento com a pesquisa (CEHELLA, 2008, p. 34).

No Brasil, a atividade de pesquisa científica tem início nas atividades do ensino superior a partir de experimentos funcionais às atividades da área da medicina. Apesar de ser muito provável que existissem atividades científicas anteriores às realizadas nas instituições, estas ocorriam de forma individualizada, ou por demanda de organizações privadas. As atividades agrícolas também passaram a demandar experimentos, porém, mais uma vez, estes davam-se através das instituições de ofício.

A pouca existência de pesquisa até a metade do século XX trouxe inúmeros atrasos para o desenvolvimento do país, sendo que a falta de indústrias genuinamente brasileiras, bem como a falta de suporte às empresas e instituições, necessitando da importação de produtos e maquinários e da mão-de-obra qualificada, descrevem estes atrasos. Não ao acaso, grande parte das instituições de apoio ao comércio, agricultura e indústria, surgem somente na segunda metade do século XX (CUNHA, 2007b).

Dessa forma, em 1948, é criada a SBPC, e em 1951, o CNPq e a CAPES, que são, em síntese, a base para o fomento e para a promoção da pesquisa nas IES do Brasil até os dias atuais. Durante esse período, Cunha (2007b) descreve as IES como um aglomerado de faculdades, pois não dispunham de integração entre os cursos, o que dificultava um modelo de Universidade nacional e que não se efetivou até os dias atuais, dificultando o firmamento uma cultura nacional de ciência e pesquisa.

No Brasil, existem diversas instituições de ofício que potencializam recursos e estudos a partir da pesquisa e do desenvolvimento, tais como o MCTI, que financia a pesquisa e

demanda recursos às Universidades; a CAPES, o CNPq, e a SBPC, que buscam a valorização da ciência tendo a pesquisa como base, bem como as diversas instituições de fomento existentes nos estados federativos.

Oliven (2002) destaca que o desenvolvimento ocorrido no ensino superior pela pós-graduação, pela pesquisa, e no próprio ensino superior, se deve à atuação direta do setor público governamental. As modificações pelas quais o país passava, fizeram com que o governo voltasse seus olhos para a formação de recursos humanos qualificados, para assim, poder competir com os outros países, visto que as novas demandas e necessidades da sociedade e das instituições, necessitava desse suporte qualificado.

Dessa forma, as Universidades se mostravam como base dessa possibilidade de modernização da sociedade e das instituições. A partir da criação de programas de mestrado e doutorado, emergia a possibilidade para essa transformação. O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil foi o resultado dos seguintes fatores:

A valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;

Liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Num primeiro momento, as bolsas de mestrado e doutorado destinavam-se a formar docentes pesquisadores no exterior e, mais tarde, para estudantes de pós-graduação em programas nacionais;

A atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES, voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq, voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;

A escolha das Universidades públicas, como o lócus principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no país. A carreira docente, no setor público, passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários, sendo, a sua profissionalização, assegurada pela possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público, suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas;

A autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização” foi uma característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento;

O processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;

Criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento. Os encontros anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas afins, oriundas de diferentes regiões e Universidades do país. (OLIVEN, 2002, p. 35-36).

A Universidade, como conhecida atualmente, tem o ensino, a extensão e a pesquisa como alicerces efetivadores da produção de conhecimento. Vianna (2015) destaca que no Brasil, foi somente a partir de 1931 que a investigação científica se tornou atribuição básica da Universidade, e esta, seria efetivada somente com a criação da USP, na metade da década

de 1930.

Schwartzman (2015), argumenta ainda que a expansão da pesquisa nesse quesito, teria como ponto de partida, o advento da Segunda Guerra Mundial, que gerou o incentivo financeiro nos países como premissa para o desenvolvimento sob a perspectiva de que a tecnologia seria uma das bases para alcançá-lo.

A Pós-graduação precisou da pesquisa para ter sustentação, e seria a principal parceria no ensino superior até a atualidade. Nesse aspecto, a CF/88 institucionalizou o tripé básico das Universidades, designado pelo ensino-pesquisa-extensão. Este destaca que a Universidade somente se efetiva quando está operacionalizado (SANTOS, 2010).

A pós-graduação foi estabelecida de acordo com o modelo norte-americano, por meio do parecer nº 977, de três de dezembro de 1965, e somente seria incentivada após a reformulação do ensino superior, ou, a reforma universitária, que foi instituída através da lei nº 5.540/68, lei que modificou drasticamente as atividades do ensino superior, como a criação de departamentos, a substituição do regime de cátedras, o ensino como atividade indissociável da pesquisa e a exigência da pós-graduação para a manutenção da carreira docente (VIANNA, 2015, p. 6).

Nesse sentido, o governo de Ernesto Geisel foi importante para essa reestruturação. Até a reforma de 1968, as Universidades estabelecidas, consistiam em uma agregação de Faculdades profissionais, entre as quais, uma Faculdade de Filosofia, de Ciências e Letras, onde se dava a formação de professores, e, em alguns raros casos, a pesquisa (SCHWARTZMAN; CASTRO, 1986, p. 29). Sobre este período, Cechella (2008) contribui a respeito da reforma universitária ocorrida:

Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. A partir daí os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando, as respectivas chefias a ter caráter rotativo. O exame vestibular, por sua vez, deixou de ser eliminatório, assumindo uma função classificatória. Ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas (CEHELLA, 2008, p. 35).

Em nível nacional, o CNPq vinculado ao MCTI, fomenta a pesquisa no Brasil, e seu

objetivo principal, é o de destinar recursos à pesquisa, dessa forma, é a partir dele que a pesquisa, em partes, tem sua demanda atendida. Todos os anos as instituições de fomento geram seus editais para o recebimento de propostas em todas as áreas do conhecimento, essas propostas são geridas pelas Universidades (nos casos de pesquisa interna), ou pelas instituições de fomento (no caso de pesquisa externa às instituições).

Os órgãos de fomento à pesquisa auxiliaram na criação dos programas de pós-graduação, dessa forma, colaborando na formação docente, visto que a pesquisa não era realizada com o intuito de formar cientistas. Nesse sentido Silva R. V. (2014) destaca que:

A reforma universitária possibilitou a valorização do trabalho científico, visto como imprescindível para o planejamento e desenvolvimento econômico e cultural. Os recursos financeiros, projetos de lei, iniciativas privadas e demais empreendimentos naquele momento e na história mais atual da educação superior, resultaram no fortalecimento e na expansão da pesquisa universitária, que teve sua ampliação intrínseca ao surgimento e desenvolvimento da pós-graduação (SILVA R. V., 2014, p. 30).

No Brasil, a pesquisa se operacionaliza principalmente nas Universidades, através dos programas de mestrado e doutorado, na Pós-graduação, e na concessão de recursos e bolsas de iniciação acadêmica na graduação. Em suma, a concessão de recursos e de bolsas ocorre a partir da associação das Universidades às instituições de Fomento (SCHWARTZMAN, 2015).

Nos estados, o fomento é categorizado pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), que coordenam a distribuição e alocação de recursos referentes à pesquisa. Há uma grande variedade dessas instituições, e cada estado possui instituições desse tipo, bem como de instituições privadas de apoio a pesquisa.

Na área de abrangência da UFFS, existem três instituições de amparo e fomento à pesquisa na instituição. No Paraná, localiza-se a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA); em Santa Catarina, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); e no Rio Grande do Sul, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Todas possuem objetivos semelhantes, bem como políticas de destinação de recursos, que se fazem através de editais, sejam estes próprios, ou em parceria com as Universidades pertencentes às unidades federativas.

Os editais fomentados, em grande parte, possuem duração de um ano na concessão das bolsas, em alguns casos, esta pode ser renovada, ou o edital institui previamente a duração para dois anos. Todas as bolsas demandam a apresentação de resultados das atividades realizadas, e estes podem ser apresentados nas mais diversas formas, sendo desde um

formulário de resultados, fornecido pela instituição, um artigo científico, ou a publicação de capítulos de livro, por exemplo.

Em relação aos recursos que são destinados à pesquisa, o Brasil sofre com a constante redução de verba a partir dos entes federativos, principalmente pela União, que é a principal mantenedora do ensino superior. Algumas das atividades de pesquisa realizadas são vinculadas ao Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS<sup>7</sup>), ou então, às agências de fomento privadas para garantir o aporte de recursos extras, no entanto, esse suporte necessita de convênios, e em alguns casos, contrapartida das IES.

A pesquisa se destaca como uma das principais áreas de demandas do ensino superior na atualidade, sua função concentra-se como atividade necessária das Universidades, sendo passível nas outras instituições de ensino superior, porém, não obrigatória. A participação dos docentes e discentes se estabelece como o elo para que a mesma ocorra, as instituições de fomento e os recursos disponibilizados pela entidade federativa completam essa função.

Schwartzman (2015) destaca que, atualmente, grande parte da pesquisa realizada nos países desenvolvidos, é feita por empresas privadas e governamentais, porém, nas Universidades, a imparcialidade é a base para o desenvolvimento de pesquisas que contemplem os anseios da população, e para que as necessidades de seus territórios sejam efetivamente supridas. No Brasil, a pesquisa é majoritariamente das IES públicas. Em torno de 95%, segundo o censo do ensino superior, sendo uma pequena parcela idealizada pelas empresas e instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2020b).

Na questão envolvendo a pesquisa universitária, Soares (2018) destaca o pouco reconhecimento que a pesquisa recebe no Brasil, enquanto em outros países, recebe aportes volumosos, e auxilia diretamente na inovação gerada nas instituições e em empresas. No Brasil, os recursos são, por vezes, escassos e reduzidos, o que contribui para o baixo número de pesquisas realizadas, quando comparado a outros países nos estudos da OCDE (SANTOS, 2010). Outro ponto que é comum em outros países, é a parceria empresa-Universidade e que no Brasil, pouco ocorre. Essa relação também poderia auxiliar no aporte de recursos para a pesquisa, ocorrendo em alguns casos a partir do NITS.

No início do século XXI, algumas iniciativas públicas auxiliaram na promoção do

---

<sup>7</sup> O NITS é um setor institucional que atua diretamente nas questões que envolvem patentes, registros de marcas ou transferência de tecnológica, entre a instituição a partir de seus pesquisadores e entre a comunidade externa. Está vinculado diretamente a PROPEPG e possui representatividade em todos os *Campi*. Tem entre suas funções articular as parcerias com a Universidade. Pode atuar em qualquer esfera e demanda a instituição de convenio entre as partes. Resulta nas demandas legais e inerentes a ciência, sendo diretamente ligada a tecnologia, onde garante suas parcerias. Atualmente é de fundamental importância para a criação de produtos que possam ser de interesse da sociedade (UFFS, 2021).

desenvolvimento científico brasileiro, iniciativas estas, baseadas em propostas organizadas pelo MEC e pelo CNPq, porém, percebe-se que ainda há muito a se melhorar em relação à pesquisa no Brasil, seja em recursos, seja na possibilidade de se fazer pesquisa nas instituições de ensino superior (JANKEVICIUS, 1995).

A pesquisa também é realizada nas empresas e organizações com fins lucrativos, porém, com outros propósitos. Se nas Universidades a pesquisa tem por função aproximar a teoria da prática, e com isso produzir conhecimento para gerar desenvolvimento, nas empresas, em sua grande maioria, a pesquisa ocorre com propósitos e finalidades de atingir um objetivo comercial, delimitado pela possibilidade de retorno financeiro, dificilmente sendo executada sem essa possibilidade. Fiochi (2016) é um dos autores que realiza uma reflexão sobre a pesquisa e a sua relação na produção de conhecimento. Nesse aspecto, verifica que a problematização da pesquisa se destaca como potencial inibidor do desenvolvimento desta, levantando críticas ao produzir conhecimento.

As Universidades, na categoria de instituições promotoras de ensino, pesquisa e extensão, assumem determinada importância quando se inserem como estratégicas no processo de desenvolvimento. O conjunto dessas atividades inicia um fluxo que leva à atração de consumidores e empresas, gerando possibilidade de crescimento econômico-social, e no desenvolvimento local e regional.

Desde seu surgimento, a UFFS está atuante na produção científica através da pesquisa. Sua atuação abrange as mais diversas áreas, e fomenta recursos para pesquisadores e bolsistas em diferentes projetos de pesquisa, sejam estes apoiados por instituições de fomento ou através de recursos próprios.

O contingenciamento de recursos às instituições nos últimos cinco anos, feito pelo governo federal, levando em consideração a UFFS, é significativo, seja este em recursos destinados aos projetos, seja no quantitativo de bolsas demandados aos *Campi*, ou em relação ao número de docentes atuantes (ANDIFES, 2019).

Isso faz com que a realidade dos pesquisadores seja semelhante, salvos casos, em áreas de interesse e parceria com empresas para financiamento, quase sempre com objetivos pré-definidos. Essa realidade já foi relatada por diversos estudos, entre eles, destaca-se Dagnino (2014) que, na década de 1970, relatava a redução de recursos investidos pelo governo federal na área da pesquisa no Brasil.

Os recursos disponibilizados pelo governo federal e por fundações de pesquisa para projetos de pesquisa da UFFS, descritos por Rotta e Treib (2012), e ANDIFES (2012), impulsionam as mudanças sociais a nível regional e são ainda mais visíveis em nível local.

Estas mudanças acabam criando um efeito cíclico, pois influenciam diretamente na educação básica, no comércio local e nas atividades desenvolvidas no município, mesmo que indiretamente.

Em seu primeiro ano, a UFFS procurou definir diretrizes para a pesquisa que lhe permitissem equacionar a necessidade de investimentos, na produção de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas de que o país carece, e a democratização do acesso aos mesmos para as populações tradicionalmente excluídas (UFFS, 2011, p. 36).

Para definir essas diretrizes, a UFFS utilizou-se de dois documentos: a COEPE e o PDI. Na 1ª COEPE<sup>8</sup>, a comunidade acadêmica e os representantes de várias instituições e de movimentos sociais, reafirmaram a missão da UFFS de contribuir para que a construção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região (UFFS, 2011).

A COEPE assumiu as posições que fundamentaram a própria construção da UFFS, defendendo que o desenvolvimento social requer a participação cultural e política, e exige que o controle e a tomada de decisões sobre os rumos da sociedade sejam garantidos às populações historicamente excluídas de quaisquer instâncias de poder. Com isso, a COEPE desafiou as áreas acadêmicas da UFFS a assumirem a responsabilidade de contribuir para que estas populações se apropriem do conhecimento necessário para controlar os sistemas básicos que garantem o funcionamento do país, e conquistem a liberdade e o poder de preservar sua cultura e identidade. Em outras palavras, a UFFS deve contribuir para que as populações, sobretudo as da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, sejam protagonistas do processo de desenvolvimento econômico, promovendo a geração e a distribuição de riquezas para seu próprio benefício, superando o modelo tradicional que visa a mera qualificação de alguns poucos, para um mercado formal de trabalho que não dá conta de absorver a maioria dessas populações.

Nesse contexto, a UFFS deve organizar as atividades de Pesquisa de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, popular e de qualidade, e desempenhando seu papel de lócus de problematização da realidade social. A UFFS, na sua Conferência de Ensino, pesquisa e extensão, define que a Pesquisa é uma atividade de produção de conhecimento que se efetiva por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas.

A Pesquisa se compromete a observar, na definição das suas finalidades, no uso das metodologias, na divulgação dos resultados e na utilização das verbas públicas, os princípios da ética científica e os princípios éticos e epistemológicos que orientam as atividades-fim da UFFS, conforme decisão da I COEPE.

Para garantir o cumprimento desses princípios, as atividades de pesquisa devem

---

<sup>8</sup> A COEPE foi uma iniciativa fundamental da fase inicial de implantação da UFFS. A partir de uma conferência em que reuniu-se a comunidade regional para discutir os rumos que a instituição deveria seguir, ou seja a sociedade é que definiria de forma democrática como e em que questões esta deveria focar seus objetivos. A tomar pelas dinâmicas que promoveu e pelos resultados que engendrou, pode-se afirmar que ela cumpriu um papel estruturante da nascente Universidade (UFFS, 2011, p. 15).



obedecer às normas e diretrizes constantes do Regulamento da Pesquisa, e serão reguladas e acompanhadas pelas seguintes instâncias: Comitê Assessor de Pesquisa (CAP); Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP); Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA); Comissão Interna de Biossegurança (CIBio).

Os princípios éticos e epistemológicos citados acima orientaram a formulação dos dois objetivos gerais da Pesquisa na UFFS:

I. Promover o avanço do conhecimento, da tecnologia e da inovação, nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária.

II. Contribuir com a qualificação permanente de todas as atividades-fim da UFFS e aprofundar a integração entre elas (UFFS, 2011, p. 36-55).

Na 2ª COEPE foram revisados os resultados e o alcance das ações do documento anterior e foram definidos fóruns temáticos que ampliaram as ações e demandas. Assim, pode-se verificar que as temáticas propostas da instituição estão em consonância com as áreas demandadas pela pesquisa da UFFS, inclusive, seus eixos temáticos refletem as preocupações e demandas de estudo pelos seus pesquisadores e suas temáticas em que a comunidade regional possui por interesse na Universidade, sendo correspondente ao Quadro 10, em seus eixos temáticos e as demandas da pesquisa realizada no *Campus* Cerro Largo. Dessa forma, a produção do conhecimento sobre a região, é tida como pauta prioritária para a pesquisa realizada, tal como é descrito na 2ª COEPE.

O que faz de uma Universidade um centro produtor de conhecimento é a capacidade de se renovar constantemente, o que se dá, sobretudo, sob o âmbito da pesquisa. A ausência de instituições públicas de ensino superior durante muitos anos na região da Fronteira Sul teve consequências sobre a deficiência na produção de conhecimento sobre sua realidade, quase sempre estudada de fora e por aqueles que estavam fora dela. A Pesquisa na UFFS deve ter um alicerce em epistemologias que caibam propriamente a sua realidade, e isso se faz com muito tempo de estrada, mas com um passo de cada vez. Por isso, a prioridade de pesquisa sobre os problemas da região e, principalmente, para a solução desses problemas, deve fazer cada vez mais a UFFS criar sua identidade distintiva, contribuindo, com o conhecimento que gera, para o desenvolvimento da região e das localidades de forma justa, equânime, ouvindo a voz dos pequenos e devolvendo em linguagem apreensível aquilo que a sociedade necessita (UFFS, 2018, p. 62).

Nesse aspecto, o Quadro 1, complementa a importância da COEPE enquanto evento de discussão institucional com a comunidade regional, e apresenta os doze eixos temáticos e as demandas elencadas em cada ponto da 2ª COEPE. Essas discussões mantêm a comunidade próxima e a incentiva a trazer seus anseios para a Universidade, visto que a sua criação se deu justamente para auxiliar na resolução dessas demandas locais e regionais.

Quadro 1 – Eixos temáticos e ações desenvolvidas na 2ª COEPE

(continua)

Eixo temático	Descrição das ações desenvolvidas
1. Agricultura familiar e agroecologia;	Os relatos apontam para as dificuldades associadas à continuidade/sucessão da agricultura familiar, destacam a importância de sua aproximação com o modelo agroecológico e analisam seus embates com o modelo convencional de produção. As propostas de encaminhamento reforçam as opções da UFFS pelo modelo agroecológico e estão voltadas para o seu fortalecimento;
2. Meio ambiente e sustentabilidade;	Os debates realizados destacam a problemática do uso indiscriminado dos agrotóxicos no contexto atual, tendo por base a avaliação de seus impactos, sobre a saúde humana e o meio ambiente, evidenciados por inúmeras pesquisas realizadas pela comunidade científica, incluindo pesquisadores da UFFS. Reforçam o compromisso da UFFS com a produção de alternativas vinculadas à superação do uso dos agrotóxicos, incluindo os ambientes da própria Universidade. As propostas de encaminhamento reforçam a contribuição da Universidade na elaboração de diagnósticos para a definição de ações sustentáveis e para a construção de políticas públicas;
3. Gestão, cooperativismo, economia solidária e políticas públicas;	Os debates deram ênfase às experiências de economia solidária e de cooperativismo alternativo em diferentes áreas de atuação e apontaram dificuldades relacionadas à consolidação dessas experiências. Também refletiram sobre o papel da Universidade na qualificação e fortalecimento das iniciativas econômicas alternativas, vinculadas aos processos de autogestão e de promoção de políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade mais igualitária;
4. Desenvolvimento regional, urbano e políticas públicas;	As reflexões desenvolvidas nesse Fórum problematizam a concepção de desenvolvimento prevalente em nossa cultura e lançam novos desafios para a Universidade. As reflexões estão voltadas, especialmente, para o fortalecimento do diálogo com a comunidade e a para a produção de conhecimento sobre a região de abrangência da UFFS;
5. Saúde pública/saúde coletiva;	Os relatos destacaram uma forte preocupação com o momento político atual, caracterizado pela minimização do Estado e seus impactos sobre a saúde, envolvendo a austeridade financeira. Também refletiram sobre o papel da Universidade na formação de profissionais da saúde, tecnicamente qualificados e politicamente comprometidos com a saúde pública e sobre as dificuldades e desafios relacionadas à inserção dos egressos no contexto da fronteira Sul;
6. Tecnologia, inovação e desenvolvimento social;	Os debates problematizam as visões triunfalista e apocalíptica de tecnologia, segundo as quais a tecnologia se configura como solução para todos os problemas da sociedade, ou todos os problemas da sociedade advém da afirmação da tecnologia, respectivamente; identificam diferentes posicionamentos acerca da relação entre a tecnologia/inovação e o desenvolvimento, ora enfatizando os condicionantes para a afirmação da tecnologia/inovação, ora questionando o sentido humano e social desta produção; avaliam a celebração de parcerias entre Universidade e outras instituições sociais, sob diferentes perspectivas, com destaque à preservação da dimensão pública da Universidade;
7. Educação;	As discussões realizadas manifestaram fortes preocupações com relação ao momento político atual, marcado por reformas educacionais retrógradas e pelo congelamento dos gastos na educação, que impactam também a formação de professores e os cursos de licenciatura. Apontaram para a importância da educação como instrumento de democratização da cultura e da sociedade, com ênfase nas especificidades da educação popular e da educação do campo. Analisaram a inserção da UFFS no contexto regional, no âmbito da formação inicial e continuada e destacaram a importância dos momentos de diálogo e de escuta da Universidade;

(Conclusão)

8. Conhecimento, currículo e interdisciplinaridade na perspectiva da Universidade popular;	Envolveram uma análise crítica da instituição “Universidade” e de seu processo de expansão no contexto da sociedade e da educação brasileira; uma avaliação dos impactos da globalização econômica sobre os processos formativos; uma reflexão sobre a implantação e consolidação do projeto institucional de construção de uma Universidade popular; o reconhecimento da necessidade de fortalecer os espaços públicos de debate;
9. Ações afirmativas, inclusão e evasão;	As reflexões incidem sobre o reconhecimento da importância da interiorização da Universidade, das políticas de inclusão, de acesso e permanência e dos compromissos institucionais associados à construção de uma Universidade pública e popular. Apontam também para as resistências contrapostas a essas políticas e para a existência de práticas de discriminações no interior da UFFS, vinculadas às representações hierarquizadas de classe, raça e gênero, e lançam desafios para qualificação dessas políticas, envolvendo, entre outros, a ampliação da Representatividade da diversidade nos espaços da Universidade. Ocupam-se também com os problemas de ensino e aprendizagem de grupos sociais de baixa renda, com escolarização precária, com destaque aos estudantes indígenas, e reafirmam a necessidade de retomar o debate sobre a moradia estudantil, considerada essencial para a consolidação de uma Universidade popular;
10. Mobilidade acadêmica e internacionalização;	As reflexões envolvem a indagação sobre o sentido da internacionalização na perspectiva de uma Universidade popular, sobre os objetivos e prioridades da UFFS em relação ao processo de internacionalização, sobre as instituições e os países parceiros prioritários, entre outros. Os desafios convergem para o desenvolvimento da internacionalização como compartilhamento de conhecimentos e técnicas, abertura à diversidade cultural e fortalecimento de ações conjuntas, sintonizadas com os objetivos institucionais, visando cultivar a paz, a solidariedade e a cooperação entre instituições, nações, povos e culturas;
11. Direitos humanos e cidadania;	Os trabalhos envolvem reflexões sobre a atuação da UFFS no contexto regional através de iniciativas de pesquisa e extensão, além das atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial focadas no atendimento aos casos de violação e desenvolvidas em parceria com diferentes agentes públicos e privados que atuam na área no âmbito regional. Evidenciam a existência de um grande número de violações dos direitos humanos e apontam para a necessidade de ampliar e qualificar as ações estendendo-as aos <i>campi</i> , além de fortalecer os vínculos com o Estado e com a comunidade regional;
12. Consolidação e expansão da Universidade.	Os debates realizados questionam a viabilidade financeira e administrativa para expansão da Universidade face à promulgação da Emenda Constitucional vinculada à EC 95/2016, que limita recursos e investimentos na educação e saúde. Destacam a necessidade de fortalecer a mobilização permanente da comunidade regional em favor da consolidação e da expansão da UFFS e a necessidade de fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos <i>campi</i> da UFFS ao longo dos últimos anos como possibilidades de expansão interna, em diálogo com o plano de expansão construído pelos <i>campi</i> em 2013/14.

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir do documento da COEPE (UFFS, 2018, p. 17-23).

O PDI<sup>9</sup> destaca os eixos de pesquisa realizados pela UFFS, que foram dinamizados na

<sup>9</sup> O PDI consiste num documento em que estão definidos: a missão da IES e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Nele estão compreendidos a filosofia de trabalho, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver. Sua abrangência vai além das prerrogativas legais, pois ele se constitui num compromisso da instituição com o Ministério da Educação e com a comunidade universitária (UFFS, 2019a, p. 14).

COEPE. Este documento é atualizado periodicamente, e busca contemplar as diretrizes estabelecidas pela Instituição, trazendo propostas para a Universidade. Dessa forma, as atividades de pesquisa são atualizadas conforme seus objetivos, trazendo possibilidades ainda não identificadas anteriormente, e revisando as diretrizes instituídas.

As atividades de pesquisa na UFFS se desenvolvem em torno de eixos estratégicos, cada um com seus objetivos específicos, que orientam a criação de Programas e a definição das iniciativas e das ações prioritárias que os constituem. Estas serão estimuladas e/ou fomentadas e regulamentadas por meio de editais específicos de cada Programa. No momento, estão organizados em dois eixos: 1) Criação e manutenção de condições estruturais, materiais e humanas para a qualificação da produção científica e tecnológica na UFFS, e 2) Iniciação Científica e Tecnológica. No Eixo 1, para viabilizar esses objetivos, incluem-se dois Programas:

Primeiro o Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa (PAGP), que articula as iniciativas relacionadas ao fortalecimento da produção científica e tecnológica, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa que envolvem o trabalho coletivo e a colaboração entre pesquisadores, organizados em grupos e/ou núcleos de pesquisa, de acordo com as normas e diretrizes constantes do Regulamento da Pesquisa. Em segundo o Programa de Apoio à Formação de Pesquisadores (PROAP), que articula as iniciativas de formação de pesquisadores, tanto as que são desenvolvidas na Universidade como as que envolvem parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa. As iniciativas que compõem este Programa são desenvolvidas em conjunto com a Pós-Graduação.

O Eixo 2, volta-se para outra das prioridades da UFFS, o envolvimento de estudantes nos projetos e nas demais atividades de pesquisa e de inovação. Esses objetivos se viabilizam por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT), que articula as iniciativas que envolvem os estudantes de graduação em atividades de pesquisa científica, tais como: Concessão de bolsas de iniciação científica e de iniciação tecnológica; auxílio à participação dos estudantes vinculados a projetos de pesquisa em eventos acadêmicos e científicos qualificados; incentivo à formação de comunidades e grupos de discussão sobre ciência e tecnologia; incentivo à mobilidade acadêmica dos estudantes; realização anual de seminários de iniciação científica e de mostras de desenvolvimento tecnológico e processos de Inovação, oportunizando a apresentação de trabalhos dos estudantes bolsistas de todos os *Campi* (UFFS, 2011, p. 37-39).

Na UFFS, as pesquisas são regidas por editais, e os projetos são remetidos a avaliadores “*ad hoc*” que, a partir das grandes áreas do conhecimento e de suas especificidades, analisam os méritos das propostas, e emitem pareceres que servem como referências para a aprovação e para o financiamento destas. Os editais são regidos pelas diretrizes do CNPq e da Capes, em parceria com as FAPs, articulados pela Diretoria de Pesquisa (DPE) e pelos comitês de pesquisa locais (UFFS, 2018).

Na sequência, no Quadro 2, traz-se os eixos de atuação da pesquisa, e os objetivos de cada eixo, conforme definido no PDI. Destaca-se que são dois eixos, sendo que o primeiro trata das condições necessárias à pesquisa, enquanto que o segundo, aborda a pesquisa de forma direta, destacando como a instituição desenvolverá suas práticas em relação à produção de conhecimento.

Quadro 2 - Eixos da pesquisa da UFFS e seus objetivos

EIXOS DA PESQUISA	OBJETIVOS DA PESQUISA
1) Criação e manutenção de condições estruturais, materiais e humanas para a qualificação da produção científica e tecnológica na UFFS.	<p>a) Fortalecer a pesquisa enquanto atividade coletiva e interdisciplinar, promovendo a interlocução, o debate e a cooperação dos pesquisadores dos diferentes <i>Campi e com outras</i> instituições;</p> <p>b) Criar espaços plurais, propiciando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;</p> <p>c) Delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando formular novas questões e construir propostas inovadoras;</p> <p>d) Assegurar a divulgação dos conhecimentos produzidos e a inserção da UFFS na comunidade científica;</p> <p>e) Potencializar a formação de pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e estrangeiras.</p>
2) Iniciação Científica e Tecnológica.	<p>a) Estimular pesquisadores produtivos a engajar estudantes de graduação no processo de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, no âmbito das linhas e dos grupos de pesquisa institucionalizados;</p> <p>b) Iniciar os estudantes na prática da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, enquanto instrumento de produção do conhecimento e de formação intelectual e para a cidadania, promovendo o desenvolvimento do pensamento investigativo, crítico e inovador;</p> <p>c) Possibilitar aos estudantes a aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa, bem como de atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação;</p> <p>d) Contribuir para a formação de recursos humanos para que participem de forma criativa e empreendedora na sua comunidade e se dediquem ao fortalecimento da capacidade inovadora em diferentes arranjos produtivos;</p> <p>e) Possibilitar aos estudantes a prática da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;</p> <p>f) Contribuir para a criação de ambiência de pesquisa e inovação na UFFS.</p>

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir do PDI (UFFS, 2012, p. 38).

Em relação à estruturação da pesquisa na UFFS, esta organiza-se a partir de três instâncias fundamentais: grupos de pesquisa, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, conforme estabelecem as diretrizes expostas anteriormente. Nesse aspecto, os grupos de pesquisa são estabelecidos enquanto um grupo de pessoas que atuam em função de uma temática do conhecimento, providos e certificados pelo CNPq, e avaliados pelos membros delimitados pela própria UFFS. As linhas de pesquisa sistematizam a atuação do grupo, delimitando suas ações. Por fim, os projetos de pesquisa são as propostas de estudo delineadas pelo pesquisador em orientação com os discentes, sejam estes bolsistas ou voluntários, normalmente desenvolvidos por um ou dois anos, e em alguns casos, com recursos extras para

o desenvolvimento da pesquisa (UFFS, 2012).

No *Campus* Cerro Largo, assim como nos demais *Campi* da UFFS, as pesquisas transcorrem a partir da institucionalização de projetos que desejam concorrer aos editais. A DPE e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEPG) organizam e publicam os editais. Os docentes, então, cadastram seus projetos conforme o edital e a modalidade de concorrência, seja para iniciação científica ou para iniciação tecnológica. Os projetos são conferidos pela Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-graduação (CAPPG) e pelo CAP em cada *Campi* e, posteriormente, são encaminhados para avaliação externa. Quando a chamada é realizada pela instituição de fomento, a concorrência é direcionada diretamente à agência, e as avaliações também são executadas por elas.

A pesquisa executada na Universidade, e em especial na UFFS, tem importância enquanto base auxiliar para o desenvolvimento regional, auxiliando a sociedade na resolução de seus propósitos, possibilitando a construção do conhecimento em um nível que antes de sua constituição, não era possível.

Na próxima seção, destaca-se a temática do desenvolvimento regional, o último ponto referencial dessa dissertação. Nesse aspecto, esta operacionaliza-se através da Universidade e de suas atividades, e tem em seus propósitos, auxiliar a sociedade através de seus pilares fundamentais. Possibilita-se a compreensão da relação destes assuntos entre si para facilitar a análise dos resultados expostos adiante.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta seção realiza-se uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento regional, a partir das suas base na qual deriva: o desenvolvimento, e neste a questão econômica, destacando os aspectos históricos de sua construção, bem como, a importância do estudo destas questões para a sociedade. A pesquisa, vincula-se sendo o suporte de diálogo, assim como os COREDES. Cada um dos suportes descritos serão analisados em subseções específicas, auxiliando na compreensão desses aspectos relevantes ao estudo proposto.

Os estudos do desenvolvimento, delimitados no regional, possuem uma tradição consolidada que remonta a mais de um século e meio, e está presente em diversas áreas do conhecimento (ROTTA, 2007; RANDOLPH; SIQUEIRA; OLIVEIRA, 2014). Nesta tradição, a presente dissertação dialoga, mais diretamente, com as teorias do desenvolvimento que estão especificamente direcionadas à questão territorial. Nesse sentido, vinculando-se aos estudos sobre o desenvolvimento endógeno e complementares a este, os distritos industriais,

os meios inovadores, os distritos tecnológicos e o capital humano, juntamente ao capital social, ao empoderamento e a governança territorial. Entende-se que estas categorias evidenciam a importância da pesquisa e da produção de conhecimento nos processos de desenvolvimento das formações sociais locais e regionais (ROTTA, 2007).

Essas são as bases teóricas dos estudos regionais que melhor interagem com o objeto de estudo dessa dissertação: o conhecimento gerado a partir da pesquisa fomentada pelas Universidades e sua participação no desenvolvimento regional. Essas perspectivas se constituem pela importância necessária para compreender como se constituem e embasam a análise utilizada no desenvolvimento regional.

A partir do exposto, destaca-se que a base referencial se situa nas obras de Boisier (1995; 1996) e Siedenberg (2006; 2010a; 2010b) na compreensão conceitual do desenvolvimento. Santos (2006) e Bassan e Siedenberg (2008), na questão da territorialidade e sua importância para a região no desenvolvimento. As obras de Hobsbawm (2003; 2015), Fausto (2019), Furtado (2010), Muñoz (2007), Rotta (2007) e Barquero (2001), para a compreensão histórica do período que possibilitou as condições que efetivaram o regional enquanto possibilidade ao desenvolvimento.

A partir dessa base adentra-se nas vertentes relacionadas ao conceito que aborda a territorialidade por opção de análise do desenvolvimento. Nesse sentido optou-se pela utilização da vertente regionalista como base, tendo as obras de Rotta e Reis (2012) e Rotta (2007) enquanto suporte desta e de suas matrizes. Esta vertente possui quatro matrizes de aportes: primeiro a que destaca o endógeno no qual a territorialidade é base de análise e serão conceituadas a partir das obras de Boisier (1995), Barquero (2001), Putnam (2006) e Serra, Rolim e Bastos (2018); segundo a que destaca o papel da indústria a partir dos distritos industriais enquanto modelo, são conceituados a partir das obras de Boisier (2006), Lopes (2001b), Barquero (2001) e Putnam (2006); em terceiro o papel do conhecimento e da técnica em que se situam os meios inovadores e os distritos tecnológicos, a partir dos estudos de Schumpeter (2017), Lopes (2001b), Vasconcelos (2001), Oakley e Clayton (2003), Nalle Jr. (2006), Serra, Rolim e Bastos (2018) e Boisier (1995), e por último o papel dos atores sociais, contemplando o capital social e humano, o empoderamento e a governança territorial a partir dos estudos de Nalle Jr. (2003), Becker e Wittmann (2010), Neto, Castro e Brandão (2017), Vieira (2017) e Vila (2018).

Complementar aos aportes teóricos utilizados, realiza-se a descrição dos COREDES e sua importância enquanto suporte de gestão ao desenvolvimento regional, para isso, utiliza-se as obras de Felippi, Silveira e Allebrandt (2015), Treib e Thomas (2021), Allebrandt (2010),

Cargnin (2014) e Dallabrida e Büttenbender (2006), que tratam a temática de forma geral, complementados pelos PEDR realizados pelo COREDE-MISSÕES (2010; 2017) e pelo COREDE-FN (2010; 2017) que tratam de forma específica cada COREDE.

Na subseção seguinte busca-se dar sequência a reflexão dos conceitos do desenvolvimento e desenvolvimento regional, dando maior ênfase aos que possuem relação as temáticas analisadas, auxiliando posteriormente no diagnóstico realizado, realizando o suporte teórico necessário às inferências, objeto principal a ser respondido.

### **2.3.1 Refletindo sobre os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional**

O interesse acerca do desenvolvimento, e a partir desse, na dinâmica regional de suas atividades, tem sido objeto de estudo de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, principalmente a partir do século passado, com a importância de contextualizar outros aspectos necessários para a análise de seus processos, além do contexto econômico, visto que este não respondia as demandas existentes com a nova organização política, econômica e territorial, que surgiu no século XX. Compreender seus conceitos torna-se importante para auxiliar e delimitar seu entendimento, evitando generalizações, ou até mesmo, a perda de foco na análise, mantendo assim, o foco no problema abordado.

Nesse aspecto, os estudos sobre o desenvolvimento têm apontado uma polissemia em seu significado, como destacado por Siedenberg (2006), indo desde o crescimento econômico, até definições mais complexas que incluem transformações na estrutura produtiva, no conjunto das relações sociais e nas dinâmicas do território (ROTTA, 2007).

Os estudos de Boisier (1995; 1996; 2006) e Siedenberg (2006; 2010a; 2010b) são utilizados enquanto referências epistemológicas para auxiliar na construção da compreensão de desenvolvimento regional que orienta este estudo. Destaca-se que há uma diversidade de autores que poderiam participar nessa análise, alguns até com mais experiência, porém, por contemplar a temática com maior proximidade territorial, justifica-se a opção por estas referências. O primeiro, pois contempla em sua trajetória de estudos, a construção de modelos que auxiliam no estudo da realidade brasileira.

Nesse contexto, descreve premissas importantes para a compreensão do desenvolvimento regional enquanto processo, propondo uma análise na qual destaca um conjunto interligado de categorias, tais como: as instituições e modelos existentes; os recursos materiais e humanos que uma região possui ou não; a cultura existente, qual é o entorno dessa região; quais os procedimentos realizados na gestão e administração; e quais os atores sociais



que compõem a região. Essas categorias, a partir de sua descrição, possibilitam compreender como o desenvolvimento se estrutura a partir do regional.

Conforme afirma Boisier (1996, p. 33), o significado do desenvolvimento regional resulta de “um processo de mudança social sustentada, que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”. O desenvolvimento regional não deve ser compreendido apenas pela questão territorial ou econômica, deve incorporar os aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais, de caráter endógeno ou exógeno.

Em virtude dessa polissemia de categorias que Boisier (1996) contempla em seu estudo, utiliza-se como parâmetro, pois se compreende que, para analisar a Universidade e seu papel na produção de conhecimento e sua importância, é fundamental contemplar a participação das instituições, sobretudo as que atuam no ensino superior, no desenvolvimento regional e suas relações.

A segunda base referencial utilizada contempla duas obras de Siedenberg (2010a) e Siedenberg (2010b). A primeira busca, a partir da questão histórica, a construção do conceito do desenvolvimento regional, a partir da utilização de estudos inseridos na região proposta neste estudo. Seu conceito está vinculado à territorialidade, e descreve a importância da atuação das instituições na transformação regional para que se efetive o desenvolvimento, ou seja, um autor que se torna complementar ao outro nos estudos sobre o desenvolvimento regional (SIEDENBERG, 2010a). Na segunda obra, o autor auxilia metodologicamente nos estudos elaborados sobre os modelos de planejamento territorial propostos no estado, a partir das instituições criadas nos COREDES, sendo uma das referências na construção, e posteriormente na análise dos PEDR (SIEDENBERG, 2010b).

Auxiliando na análise descrita anteriormente, Furtado (2010), que também analisa aspectos regionais, argumenta que o desenvolvimento não deve ser compreendido somente como um processo de acumulação, ou ainda, de aumento de produtividade, mas deve ser o caminho principal para que ocorra o acesso às questões sociais que estimulem a criatividade humana e respondam, assim, às necessidades coletivas da sociedade.

Xavier *et al.* (2013) complementa que se faz necessário analisar de forma separada os conceitos de região e desenvolvimento, para realizar a discussão em torno do desenvolvimento regional. Sobre região, Bassan e Siedenberg (2008, p. 141) ressaltam que uma região possui características que envolvem: “questões ambientais, econômicas, sociais e culturais, que foram pré-definidas ou modificadas pela questão histórica que originou a região ou que moldou a sua especificidade”.

Assim região é considerada como uma porção do espaço, com características naturais específicas que, ao longo de seu processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identificação social, econômica e política, a fim de atender as necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria (BASSAN; SIEDENBERG 2008, p. 141).

A partir dessa afirmação, verifica-se que o aspecto regional também possui características que divergem em seu conceito e aplicação, e que podem ter determinada interferência conforme sua construção. Nesse sentido, “região”, enquanto conceito, refere-se a um local em que as pessoas se estabelecem e organizam suas relações sociais e econômicas. Corrêa, Silveira e Kist (2019, p.12) enfatizam que:

Para pontuar o conceito de desenvolvimento regional, entende-se região como sendo o fruto de um processo histórico que a molda. Assim, sustenta-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores da região.

É nesse contexto que emerge também, a retomada da importância do território nos processos de desenvolvimento. Território, entendido como um espaço social construído, na dimensão dada por Milton Santos que destaca os estudos de espaços específicos e de formações sociais específicas, e como estes/estas, podem resultar em processos de desenvolvimento diferenciados e que vão produzir um campo de estudos denominado desenvolvimento regional (SANTOS, 2006).

Para auxiliar na análise e entendimento do desenvolvimento enquanto processo, realiza-se uma breve contextualização histórica da formação das estruturas e seus modos de produção, visto que são importantes para compreender como ocorreu a construção dos modelos utilizados de desenvolvimento nos países, chegando aos estudos regionais desse processo.

A discussão sobre as estruturas produtivas e os modos de produção com relação próxima ao que originaria o modelo atual, remontam ao período histórico descrito como Idade Média, onde o feudalismo, enquanto sistema social, e como sistema de base da economia, e a partir de transformações sociais e comerciais, possibilitaria o advento conhecido como revolução industrial, e a posterior ascensão do capitalismo, instituído pela nova classe social chamada burguesia. Apesar desse processo não ter ocorrido igualmente entre os países, principalmente entre os europeus, muito menos no ocidente como um todo, é a base utilizada para denominar o período histórico (HOBSBAWM, 2015).

Até o início da modernidade (Séc. XV), a economia estabelecia-se entre os reinos, nações e impérios a partir da utilização de riquezas e de insumos naturais, especialmente advindos de minérios e especiarias<sup>10</sup>, visto que não existia uma moeda de troca instaurada. A partir do mercantilismo, o aumento da produção e concomitante a isso, a troca intensa de diversas mercadorias possibilitou o crescimento intensivo de algumas regiões, como por exemplo, das regiões que atualmente compõem os territórios da Inglaterra, França, Espanha e Portugal, visto que até então, não eram nações estabelecidas nos modelos atuais. Com isso, os produtos extraídos pela mineração, passaram a ter uma maior valorização nas trocas comerciais, principalmente por sua praticidade no volume de carregamento, dificuldade de acesso e por conta do seu alto valor comercial, visto que era um item aceito em todo o mundo - conhecido até então (HOBSBAWM, 2015).

A busca por maiores fontes de extração de minérios impulsionou e possibilitou o financiamento das grandes navegações pelos impérios, com o objetivo de posse de novos territórios, conhecimento de novas rotas comerciais e, conseqüentemente, a obtenção de novas fontes destes minérios. A partir desse período histórico, estabeleceram-se novas rotas comerciais, até então desconhecidas, sendo que os territórios descobertos foram incorporados à nação que primeiro declarasse a posse, criando disputas entre as potências comerciais da época, principalmente entre Portugal e Espanha, pois dividiu o “novo mundo” a partir da instituição do tratado de Tordesilhas, que efetivava as posses com o aval da igreja. Inicialmente, a base econômica desses novos territórios concentrava-se na exploração de minérios, com a baixa existência destes na superfície, a extração de madeira, como o pau-brasil, utilizado na construção de móveis, foi dominante no território brasileiro. Posteriormente a produção de açúcar foi dominante nas trocas comerciais (FAUSTO, 2019).

Nesse período, a aquisição de mão-de-obra, sobretudo em regime de escravidão, e predominante do continente africano, recebeu incentivo financeiro e suporte das principais coroas, essencialmente direcionadas para trabalhar, inicialmente, nas atividades agrícolas, e posteriormente, no extrativismo de minérios, nas colônias americanas, com destaque ao Brasil, principalmente em seu período colonial, que após o declínio da produção de açúcar por conta da redução do seu valor e pela dificuldade comercial, em razão da concorrência da produção açucareira nas Antilhas, pelos holandeses, pois produziam com qualidade, bom preço e tinham uma melhor localização geográfica, passou a concentrar-se na atividade de extração de ouro, advindos inicialmente nos rios, e potencializados com a descoberta do

---

<sup>10</sup> Durante esse período histórico as trocas comerciais eram realizadas tendo o ouro como moeda de troca utilizada e aceita em todo o mundo, assim como a pimenta, o cravo-da-índia, o sal e o açúcar.

minério na região das Gerais e em outras regiões. A atividade perdurou certo tempo, criando vilarejos pelo povoamento dos mineiros, no entanto as jazidas foram se exaurindo pela extração intensiva (FAUSTO, 2019).

O mercantilismo possibilitou, em seu período histórico, a acumulação primitiva de capital, essencial para a superação do feudalismo e para a afirmação de um novo modo de produção, o capitalismo. Na medida em que este se expande para os diferentes continentes, leva consigo uma nova ideia para a produção da riqueza: o trabalho (HOBSBAWM, 2015). A partir desse marco, não basta mais acumular metais e especiarias, nem apenas ter balança comercial favorável, faz-se necessário criar processos de produção, de bens e serviços capazes de gerar e viabilizar a acumulação de riquezas, tendo a produção em massa e em grande escala, como suporte a partir das atividades criadas.

Nesse período, diversos economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, buscam estudar e compreender o sistema econômico e o funcionamento do mercado. Nesta nova realidade, a indústria emerge como uma atividade econômica fundamental, suplantando ou complementando o extrativismo, a agropecuária e o comércio, estabelecendo-se como base até os dias atuais (SMITH, 2017).

No contexto capitalista, emerge a ideia de progresso como síntese desse novo processo de produzir e acumular riqueza. O progresso, entendido como um projeto advindo da modernidade, que aliava o conhecimento científico e sua transformação em produtos e processos (técnica), com a nova forma de produzir, a indústria, e um novo espaço de produção, (a cidade). Esse projeto de progresso seria conduzido pela burguesia, que com o controle do Estado e do mercado, indicaria os rumos para as diferentes formações sociais (BRESSER-PEREIRA, 2014).

As demais atividades econômicas passariam a ser subordinadas ao desenvolvimento da indústria, e os demais espaços de vida passariam a ser orientados pelo espaço urbano em detrimento ao rural. Rotta e Reis (2007) destacam que, essa nova proposta de organização dos processos produtivos e das relações sociais, a partir da ideia de progresso, representou a real efetivação do predomínio da razão sobre as outras formas de compreender o mundo, que eram as tradições e a religião. Propagou-se a ideia da possibilidade de prever o futuro de forma planejada e controlada pela razão humana.

A Revolução Industrial<sup>11</sup> ocorrida na Europa, principalmente a partir da Inglaterra e da

---

<sup>11</sup> A Revolução industrial caracteriza-se como um conjunto de mudanças de caráter produtivo e econômico ocorridas na Europa, principalmente na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX. O ponto mais relevante dentre as diversas mudanças estão: a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado e a utilização de

França, entre os séculos XVIII e XIX, modificou as estruturas de produção, introduzindo a produção em massa de produtos, reduzindo a produção artesanal e viabilizando o transporte de cargas pesadas entre maiores distâncias a partir das ferrovias, com o motor a vapor, entre tantas outras questões. Porém, a mecanização trouxe novos problemas, e agravou outros já existentes, tais como o êxodo rural e a concentração populacional nas cidades, as doenças, as epidemias e a falta de alimentos. Com isso, o Estado teve que programar possibilidades à população, para auxiliar na melhoria da qualidade de vida destes trabalhadores, visto que a alimentação, a habitação e a saúde eram problemas corriqueiros neste mundo industrial. Cada vez mais as relações sociais passam a ter importância e passam a ser alvo de estudos em diversas partes do mundo, especialmente na Europa, visto que eram a base dessas relações (HOBSBAWM, 2015).

A crise de 1929 e as duas Grandes Guerras Mundiais produziram um desgaste à ideia de progresso, fazendo com que ela passe a ser, gradativamente, substituída pela ideia de desenvolvimento, especialmente nos processos de reconstrução do pós-guerra. Um desenvolvimento que acentuava a necessidade de substituir as formas tradicionais por formas modernas de produção, mais intensivas em trabalho e em produtividade, para gerar mais resultados econômicos, e, por consequência, melhorar as condições de vida das pessoas nas diferentes sociedades. O desenvolvimento não estaria mais interligado à questão econômica ou industrial, mas a novos pontos que estavam sendo criados, trazendo uma nova sociedade, na qual o trabalho passa a ter uma nova função, e seus trabalhadores passam a ser um novo modelo de ser humano dentro desta nova sociedade (HOBSBAWM, 2003).

No Brasil, a implantação dessa visão de mundo não ocorreu no período mencionado anteriormente. Seu processo de formação e de povoamento não foi favorável à essas transformações, sejam econômicas, sociais ou produtivas, essas mudanças somente deram passos decisivos a partir das primeiras décadas do século XX, e tem um marco importante com a “Revolução de 1930”, visto que os modos de produção e estruturas produtivas da época ainda eram similares aos modelos feudais, pois se baseavam na monocultura do café, tendo essa produção como a principal moeda de troca, que era realizada por latifundiários que concentravam a produção, a economia, a política e o território.

---

máquinas e equipamentos, bem como a fabricação de produtos químicos e expansão do transporte de pessoas e produtos, sobretudo, por ferrovias e navios a vapor. A produção deixa de ser estritamente agrária para ser comercial e industrial, trazendo uma nova classe social: a classe burguesa. Nas fábricas, as máquinas a vapor são alimentadas por combustíveis fósseis. O primeiro deles foi o carvão mineral. O uso de carvão impulsionou a produção de aço e proporcionou o crescimento da indústria de construção civil, com o aumento das populações dos centros industriais. As novas demandas de produção econômica aumentaram a demanda por mão de obra, o que trouxe problemas nas cidades e no campo (SOUZA; SILVA, 2018, p. 174).

Os novos grupos que ascendem ao poder da República propõem a substituição do modelo agrário exportador, que foi base econômica por muito tempo, e estava em colapso (seja pela saturação na produção ou na comercialização), por um modelo fundado no desenvolvimento da indústria; a centralidade do urbano na relação com o rural; as formas modernas de organização da sociedade em contraposição às tradicionais; a legislação em contraposição às tradições e aos costumes; a integração dos mercados em contraposição aos mercados regionais; e um governo centralizado em termos de concepção e planejamento do país, em contraposição aos mandonismos e coronelismos locais. Trata-se de uma nova proposta de organização dos processos produtivos e da vida social, nos moldes propalados pela ideia de progresso (FURTADO, 2010).

As modificações do conceito histórico de desenvolvimento ao longo do tempo auxiliam na compreensão e na preocupação da sociedade com o desenvolvimento, demonstrando assim, que os acontecimentos na perspectiva local, têm repercussões em outras questões, e em outros territórios, colocando-se como uma importante ferramenta para contextualizar essas transformações regionais.

Muñoz (2007) destaca que, nos anos 1950 e 1960, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano recebeu influência direta das principais correntes das chamadas teorias do desenvolvimento econômico. O debate nacional e internacional dessas teorias passa a ser referência para a escala regional, demonstrando que, se o desenvolvimento em si, possui premissas complexas e que demandam o estudo, o contexto regional torna-se parte dessa premissa, sendo tão importante quanto. Assim, surgiram as vertentes que partiam, seja criticamente, seja para reafirmar o processo de desenvolvimento em âmbito regional.

Nesse sentido, a questão do regional surge como possibilidade junto ao desenvolvimento, trazendo mudanças estruturais às regiões até então abandonadas, incorporando essas possibilidades, aos modelos em criação, e com isso, melhorando as bases e categorias do desenvolvimento regional, possibilitando que esses territórios utilizem dos benefícios que, até então, eram realidade de grandes centros urbanos, como por exemplo, o acesso ao ensino superior gratuito.

O tema do desenvolvimento regional, ou dito ainda de outra maneira, da questão regional, é um tema que ainda encontra pouca ressonância nos assuntos da conjuntura econômica e política de uma nação. São assim, problemas que se constituem, em regra geral, no horizonte de longo prazo de uma nação ou região (NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017). Complementando essa visão, Theis *et al.* (2001) descreve que o desenvolvimento regional:

É visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo, desta forma se compreendemos este conceito, nos reportaremos a um processo que, compreendendo uma eficiente alocação de recursos, conduz a um crescimento sustentável do produto agregado, no longo prazo, promovido pelo emprego de mecanismos econômicos, sociais e institucionais, com vistas a um rápido incremento nos níveis de vida, sobretudo das populações mais pobres, em particular das localizadas em regiões periféricas [...] assim, empregamos o conceito de desenvolvimento regional querendo nos referir ao processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Essa compreensão do conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais sobre desenvolvimento regional desconsideram. Atualmente, aponta-se para certa flexibilidade, que se opõe à rigidez das formas clássicas de concepção da organização de um dado território. Toma-se em conta os fenômenos mais recentes de diversificação e enriquecimento das atividades sobre o território com base na mobilização de seus próprios recursos (naturais, humanos e econômicos) e energias (THEIS *et al.*, 2001, p. 214-215).

Barquero (2001) ressalta que até a década de 1970, as políticas de desenvolvimento regional encontravam-se centradas na atração de empresas externas para as regiões consideradas periféricas. Este cenário ocorreu, sobretudo, através de subvenções, auxílios, incentivos e investimentos públicos em infraestrutura, com o intuito de formar pólos de crescimento, essencialmente baseados em modelos exógenos de desenvolvimento regional.

A partir dos anos 1970, o desenvolvimento passa a contemplar outras questões além das ligadas diretamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e à renda gerada pela população. As modificações na atuação do estado demonstram que este possui diversas demandas que precisam dar retorno para a sociedade, não sendo mais aceitável apenas a devolutiva das questões envolvendo a educação, a segurança e a saúde, por exemplo. Com isso, foi necessário inserir em suas atribuições, mais demandas, como por exemplo, a cultura, o ambiente e o lazer, trazendo o Estado Social à luz dos anseios desta nova sociedade (ROTTA; LOPES; ROSSINI, 2018).

Durante esse período, a nova sociedade mundial está dividida em torno de dois sistemas: o capitalismo e o socialismo. Estes sistemas vivem em tensão e amparados em dois países, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa divisão traz à tona um novo problema, conhecido como Guerra Fria, na qual os dois sistemas buscam demarcar suas bases econômicas e sociais, e colocar-se como base para os países, criando uma divisão territorial a nível global com influência em diversas questões, principalmente econômicas (HOBSBAWM, 2003).

As crises econômicas, que nesse período giravam em torno do petróleo, retornam de forma a demonstrar os impactos dessa polarização. Os trabalhadores passam a estar organizados, e com isso, passam a exigir melhores condições de trabalho e remuneração

adequada, bem como uma jornada decente de trabalho. O período compreendido entre as décadas de 1970 a 1990, molda o mundo em blocos, e estrutura seus modelos econômicos para tentar travar as oscilações inflacionárias, vivenciadas em diversos países (HOBSBAWM, 2003).

O momento faz com que os países passem a dar maior importância para as populações e para seus extratos sociais. A partir desse período, o trabalhador recebe suportes que, até então, eram inexistentes: os sindicatos têm sua atuação respeitada e incentivada; os salários são correspondentes às horas trabalhadas e o descanso é uma conquista. Os países analisam seus indicadores e buscam melhorá-los para poder demonstrar seu desenvolvimento, e assim, comparar-se aos outros países. Com isso, a década de 1990 e o final do século XX são marcados pela reestruturação de alguns países que foram abandonando regimes ditatoriais, e pela criação de uma nova ordem mundial, que não tem mais por base somente a economia em sua estrutura.

Para Furtado (2010), o desenvolvimento estabeleceu-se como uma meta aos países, durante e após o período das Grandes Guerras Mundiais, fazendo com que os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos – tendo o fato de não serem desenvolvidos nos quesitos econômicos e sociais como os EUA e os países europeus – passassem a pensar e estruturar possibilidades de atingir esse fim, modificando e organizando, sobretudo, seus indicadores sociais.

No espaço acadêmico, o conceito de desenvolvimento traz elementos novos às discussões sobre crescimento e a evolução enquanto análise do desenvolvimento. Conforme destaca Siedenberg (2010a)<sup>12</sup>, o conceito de crescimento leva à ideia de incorporação, aumento ou ampliação, e o conceito de evolução, à ideia de continuação a partir de escolhas, tendo como base a modernização, o progresso e a mutação. Porém, a questão ligada ao desenvolvimento se situa aliada à transição e à transformação. Dessa forma, vale ressaltar que o desenvolvimento, ao estar embasado no método científico, passou a ser utilizado para designar mudanças no sentido de processo, não estando mais atrelado ao campo da biologia de Charles Darwin, no qual tem o sentido de evolução, onde a adaptação ao ambiente possibilita a existência ou a extinção de uma espécie.

O desenvolvimento passou a ser compreendido como o processo realizado por uma sociedade no sentido de promover transformações em sua estrutura produtiva e em suas relações sociais em dados contextos históricos (ROTTA, 2007). Porém, a compreensão de

---

<sup>12</sup> Para maiores detalhes ver o artigo de Siedenberg (2006): Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. Cadernos EBAPE. BR. V.4. Dez 2006.



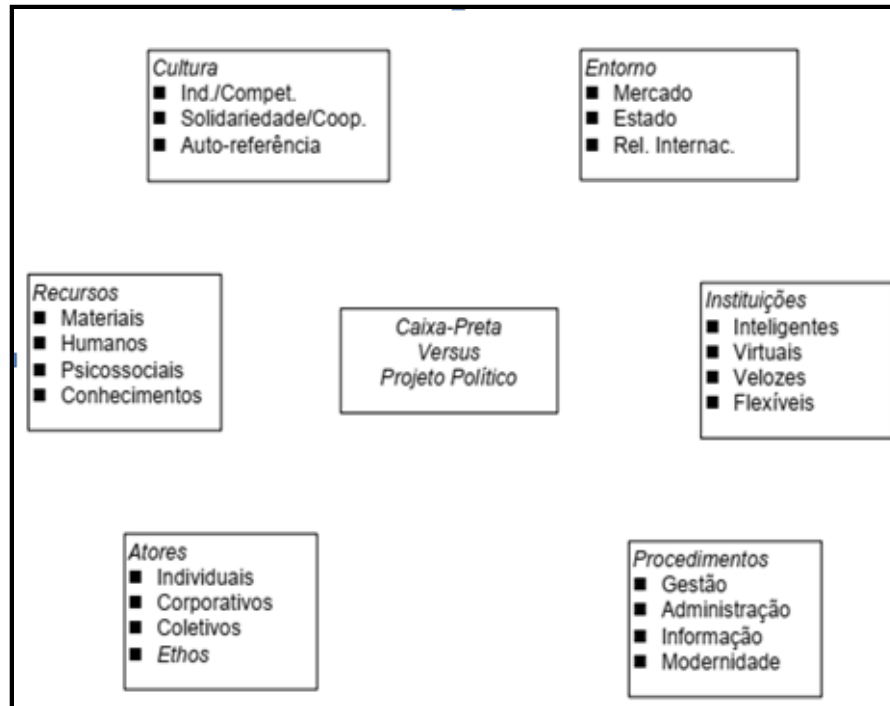
desenvolvimento, em sua etapa inicial de afirmação na academia e nas diferentes sociedades mundiais, ainda se manteve muito ligada à economia, a ponto de muitos teóricos e planejadores de políticas públicas utilizarem a expressão “desenvolvimento econômico” para designar esse fenômeno, esquecendo das variáveis do processo.

O rompimento dessa dependência quase estrutural do desenvolvimento à economia, se dá a partir da crise do capitalismo e do socialismo real, quando se fez necessário pensar em novas formas produtivas e de organização da sociedade. Nestas discussões sobre as novas formas, se fez necessário pensar e repensar o papel do Estado, do mercado, da sociedade civil e dos próprios indivíduos no processo de organização das sociedades (ROTTA, 2007).

Após a polarização mundial em torno do capitalismo e do socialismo, surgiram diversas vertentes de estudo para analisar e discutir o desenvolvimento. Rotta (2007) destaca que desde os estudos de Marshall, passando por Perroux, e chegando à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), essa questão sempre esteve no centro das discussões que envolviam a problemática do desenvolvimento. O termo regional, complementar ao desenvolvimento, é derivado dos conceitos geográficos e inclinados a conceituar a região ou território. Nesse sentido, o exposto concentra-se nos estudos de Milton Santos, que busca compreender e explicar a importância da região para o desenvolvimento, porém, sem vincular os termos de forma direta, atentando-se à questão geográfica dos territórios (SANTOS, 2006).

Para integrar as dinâmicas do desenvolvimento regional, diversos autores buscaram explicar e analisar a construção do aspecto regional no desenvolvimento. A análise realizada por Boisier (1995) em relação ao desenvolvimento a partir desse modelo é importante pois auxilia na compreensão acerca da existência da Universidade em uma região, e sua participação no desenvolvimento regional. Em seus estudos, utiliza um quadro que, a partir de suas bases, formam um hexágono, que integrados, são necessários para compreender a estrutura envolvida no desenvolvimento regional. Essa figura (FIGURA 1), criada a partir dessas premissas, demonstra que há uma variedade de questões que interferem direta ou indiretamente no desenvolvimento regional, saindo da questão conceitual de que a economia é a base mais importante, demonstrando que a temática envolve diversos aspectos em sua construção (BOISIER, 1995). Dessa forma, a sociedade, enquanto região, necessita de um aporte de questões para se sobressair, destacando que, o ponto em questão, é mais complexo do que aparenta ser, o que auxilia na explicação para o motivo de algumas sociedades e regiões serem mais desenvolvidas que outras.

Figura 1 – O Hexágono do Desenvolvimento Regional



Fonte: Boisier (1995, p. 139).

Este modelo fora colocado em prática no Chile, e possibilitou a análise teórica e prática da importância das bases e categorias, e de suas particularidades, auxiliando na compreensão do desenvolvimento regional a partir de um padrão estruturado. O modelo estabelece bases e categorias de análise, que possibilitam ser comparadas com outras regiões, auxiliando a melhor compreender o desenvolvimento do local escolhido. Boisier (1995) defende que o desenvolvimento de um território depende da articulação em torno destas seis bases e que se conectam onde a cultura, os recursos, os atores, os procedimentos, as instituições e o entorno, são interligados ao projeto político de desenvolvimento estabelecido na região ou no território.

Para entender o processo de desenvolvimento regional, deve-se dar uma atenção especial a um conjunto de elementos que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento, e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico (BOISIER, 1995, p. 601).

Cada base possui subdivisões, o que demonstra que cada categoria possui outros aspectos interligados, e essas bases não possuem uma ordem pré-estabelecida. Na primeira base, busca-se analisar a cultura da região, nesse aspecto é importante conhecer se esta é

individualista ou solidária, visto que a primeira é oportuna ao crescimento, no entanto, a cultura solidária é favorável ao desenvolvimento, pois está vinculada ao coletivo, demonstrando assim, o potencial cultural da região. Em sequência, a importância dos recursos existentes, pois são o suporte para o desenvolvimento regional, sejam estes materiais, humanos, psicossociais ou de conhecimentos, ou seja, deve-se definir quais serão os recursos que serão utilizados, também, a forma como estes devem ser qualificados quanto à necessidade (BOISIER, 1995).

Em relação aos atores, cada categoria deve ser identificada e mensurada, pois é preciso saber quem são os membros da sociedade, seus perfis e o *ethos* de cada categoria, para conhecer as características de cada ator envolvido, permitindo, dessa forma, definir o papel de cada categoria, evidenciando a possível necessidade de mudanças. Quanto aos procedimentos, é importante verificar como as lideranças exercem suas atividades, ou seja, quais são os procedimentos adotados, qual a capacidade de liderança e de gestão, se os procedimentos utilizados são atuais ou se estão ultrapassados e necessitando de melhorias (BOISIER, 1995).

A tomada de decisão realizada pelas lideranças é ágil e constante, ou é demandada conforme a necessidade? Ou seja, são analisadas as formas de agir das lideranças. Em relação às instituições, deve-se verificar acerca do ambiente em que essas estão inseridas, para delinear suas qualidades e habilidades e a correção de possíveis problemas. Por último, destaca-se o entorno, há de se verificar os agentes externos, como por exemplo, o mercado, o estado e aspectos internacionais que são parceiros potenciais, visto que podem modificar o processo, e assim, prejudicar ou facilitar o desenvolvimento, bem como saber se a região se articula territorialmente e se isso ocorre de forma favorável ou desfavorável (BOISIER, 1995).

A partir desse modelo é possível realizar uma análise para averiguar se as regiões possuem subsídios administrativos em sua gestão, e assim, se estão atuantes para otimizar o desenvolvimento regional, verificando quais categorias devem ser melhoradas ou as que merecem maior atenção. Vale ressaltar que os pontos levantados nesse modelo são apenas uma parte das necessidades de uma região, porém, estabelecem um importante parâmetro de suporte ao desenvolvimento regional.

Nesse aspecto, verifica-se que os COREDES possuem ferramentas e oferecem suporte para, a partir da utilização de uma metodologia baseada no planejamento estratégico, territorial e de governança, em dimensões de análise, interpretar e buscar soluções aos problemas diagnosticados, verificando quais são as fraquezas e ameaças à região, para assim, melhorar as forças e oportunidades definidas na matriz FOFA, estabelecendo prioridades e

propondo ações inseridas em projetos, contemplando a base descrita por Siedenberg (2010b) de desenvolvimento regional. Complementar à essa descrição teórica, busca-se, na seção seguinte analisar as teorias e compreensões sobre o desenvolvimento regional e que estabelecem possibilidades de diálogo com a pesquisa nesse contexto, complementando a descrição iniciada na seção anterior.

### **2.3.2 Compreensões de desenvolvimento regional que dialogam com a questão da pesquisa**

Tendo a pesquisa científica realizada pelas Universidades, e os resultados coletados nos projetos fomentados neste estudo, enquanto suporte à ciência e ao desenvolvimento regional como base de compreensão, é importante trazer compreensões teóricas que auxiliem na contextualização da relação conceitual entre a região e o conhecimento. Há uma diversidade de teorias ou vertentes teóricas entre os estudos realizados e os pesquisadores, sobre a temática do desenvolvimento regional e este enfoque.

Estas teorias possuem um aspecto em comum quando levados em consideração os pesquisadores referenciados neste estudo: auxiliar na compreensão dos aspectos externos as questões utilizadas como fundamentais ao desenvolvimento. Essas teorias têm em seu processo de construção, a contextualização dos estudos clássicos do desenvolvimento, nos quais o viés econômico era premissa de discussão, com isso, essas vertentes se constituem enquanto suporte complementar para os problemas identificados a partir do aspecto econômico, pois demandam a inserção de outras áreas do conhecimento para auxiliar na construção de possíveis soluções, propondo conjunturas interdisciplinares de estudo vinculados aos aspectos internos do desenvolvimento.

A partir disso, Rotta e Reis (2012) destacam que o desenvolvimento, quando abordado pelo viés territorial, a partir das teorias já elaboradas, possibilitam a divisão em duas tipologias conceituais que se estruturam enquanto vertentes teóricas para a compreensão do desenvolvimento regional: uma globalista e a outra regionalista, e que, a partir do suporte de estudos de diferentes pesquisadores atuais e clássicos, serão utilizadas para auxiliar na compreensão do conceito descrito anteriormente.

A vertente globalista sustenta-se na tese da homogeneização do espaço em decorrência do processo de globalização e das transformações produtivas e tecnológicas que ocorreram no mundo no final do século XX. A vertente regionalista ressalta a perspectiva da territorialização do desenvolvimento, afirmando a especificidade dos espaços locais na definição das condições do desenvolvimento e apontando para os problemas decorrentes das opções globalizadoras (ROTTA;

REIS, 2012, p. 7).

Visualiza-se que as duas vertentes contemplam suportes distintos pela definição exposta acima. A vertente globalista destaca que a homogeneização dos territórios auxiliou na padronização das atividades produtivas a partir da crise do sistema capitalista e suas relações comerciais, levando a mobilidade dos fatores de produção e a concorrência entre as regiões, favorecendo para que o desenvolvimento acontecesse de forma indireta, ou sem demandas com esse propósito. Esta vertente analisa a transformação que ocorreu, tendo a modificação da forma de produção enquanto necessidade ao sistema econômico, a partir do colapso desse sistema como base, e aliado à atividade governamental, justificando a participação regional nas atividades realizadas, destacando que as mudanças ocorridas a nível global foram fundamentais para a construção do aspecto regional no desenvolvimento (ROTTA; REIS, 2012).

Como descrito anteriormente, a vertente globalista não reconhece o território como importante para o desenvolvimento, no entanto, a vertente regionalista tem a territorialidade, a região, ou ainda, o aspecto regional, como compreensão base para o desenvolvimento (ROTTA; REIS, 2012). Neste sentido, utiliza-se a vertente regionalista enquanto base conceitual para a compreensão da relação da pesquisa e do desenvolvimento regional, pois sua conceituação em matrizes, contempla os aspectos necessários nas análises realizadas acerca dos estudos regionais, bem como, complementa o embasamento já descrito sobre o tema.

Essa vertente apresenta quatro matrizes de compreensão: na primeira matriz destaca-se o desenvolvimento endógeno enquanto possibilidade de desenvolvimento regional, nesse sentido, se priorizará a análise de aspectos que contemplam a ciência e a educação enquanto aportes. Em segundo, o papel da indústria, integrando os distritos industriais enquanto suporte ao desenvolvimento regional. Em seguida, o papel do conhecimento e da técnica, que integram os distritos tecnológicos e os meios inovadores nos quais se prioriza a inovação como aporte, e por último, o papel dos atores sociais com a análise do capital social e humano, o empoderamento e a governança territorial. Essas matrizes estão interligadas em sua vertente, sendo conceituadas por diferentes pesquisadores, porém, com o mesmo objeto central, a territorialidade como aspecto fundamental ao desenvolvimento regional (ROTTA, 2007).

A partir da utilização da vertente regionalista, busca-se conceituar cada matriz para descrever a importância desta ao estudo. A primeira matriz destaca o desenvolvimento

endógeno e busca compreender a importância dos movimentos locais e regionais, e como estes auxiliam, de forma mais efetiva, na estruturação do desenvolvimento através de diferentes aspectos. Conceitualmente, esta matriz pode ser descrita enquanto um processo interno, criado a partir da ruptura do modelo clássico de crescimento, na qual a capacidade interna de agregar valor à produção torna-se contínua, atraindo investimentos e gerando excedentes a partir das potencialidades locais e da autonomia, garantindo a diferenciação deste modelo através da inter-relação dos aspectos econômicos, políticos, científico-tecnológicos e culturais em seu território (ROTTA, 2007).

O aspecto econômico está ligado à importância da manutenção e de investimento de parte dos recursos gerados na própria região, impulsionando novas atividades e garantindo a existência destas. O aspecto político envolve a participação e envolvimento da sociedade na gestão local/regional, auxiliando o conhecimento e gerando interesse em soluções, melhorando qualidade de vida, aumentando a cidadania e a colaboração em atividades de interesse público. O aspecto científico-tecnológico é importante para a transformação e para o aperfeiçoamento dos processos produtivos, mantendo a competitividade, principalmente da indústria. O aspecto cultural possibilita a expansão de atividades, ou ainda, agregando valor à demandas já realizadas, esse aspecto está ligado à identidade socioterritorial que, após compreendida pela sociedade, efetiva e potencializa o sentido de pertencimento à região, melhorando o potencial e a valorização das atividades realizadas (ROTTA, 2007).

Barquero (2001) destaca que o aspecto endógeno deve ser utilizado enquanto possibilidade para análise do processo de desenvolvimento. Visto que a partir desta utilização, pode-se justificar, a partir da presença ou da utilização de determinados fatores, a razão ou razões de algumas regiões terem resultados expressivos de desenvolvimento econômico e social, aumento do PIB e indicadores elevados na qualidade de vida, de educação de saneamento básico, ou ainda, efetivar a redução da desigualdade social, enquanto outras regiões, que mesmo possuindo estruturas semelhantes, não alcançam/alcançam resultados semelhantes em relação ao seu processo de desenvolvimento.

Esta análise descrita por Barquero (2001), se assemelha e corrobora com os estudos realizados por Putnam (2006), na Itália, quando este buscou identificar razões que fornecessem respostas ou aspectos para análise da parte sul, visto que possuía processos de desenvolvimento diferentes da região norte, mesmo pertencendo ao mesmo país, sendo relativamente próximas geograficamente, e com certa relação na distribuição populacional. Putnam (2006) verificou, a partir de seus diagnósticos, que em uma das regiões estudadas existiam modificações estruturais, principalmente em sua base econômica e comercial, e que

isso se constituía como explicação básica, e era o principal motivo para explicar a ocorrência de processos diferenciados na temática do desenvolvimento regional.

A partir dessas análises de Barquero (2001) e Putnam (2006), percebe-se que o processo endógeno de desenvolvimento tem, em suas prioridades, alguns aspectos que se constituem como base para que o desenvolvimento ocorra, seja a nível local ou a nível regional. Entre as prioridades fundamentais, destacam-se a atenção, e conseqüentemente, os investimentos direcionados à educação, ciência e tecnologia, informação, conhecimento, instituições, e meio ambiente. Pondera-se que essas prioridades possuem uma relação entre si, conforme o investimento de recursos e a valorização dada pelo país e pelas regiões à essas questões, e então, demarcando se o desenvolvimento é otimizado ou não, demonstrando que o alcance dos índices gerados também são estruturados pela territorialidade.

As IES constituem-se enquanto lócus das transformações. Indiferente de sua natureza (seja esta pública ou privada), auxiliam nas melhorias do processo de desenvolvimento, interligando as prioridades endógenas, sendo parceiras e participando em sua efetivação. Sendo também o local propício para que a potencialização de investimentos e o alcance destes para a sociedade ocorram, bem como, sendo também espaços nos quais a cooperação entre a educação, a ciência, a tecnologia, a informação, o conhecimento, as instituições e o meio ambiente são otimizados e oferecem suporte às atividades necessárias à região em que está inserida. Em relação ao papel realizado por estas instituições na efetivação do desenvolvimento regional.

O pensamento científico sobre o ensino superior propõe que as atividades das Universidades visam atender às três missões fundamentais do ensino superior: ensino, pesquisa e transferência de conhecimento. É evidente que as Universidades contribuem para a acumulação de capital humano na economia, cumprindo sua primeira missão, ou seja, ensinando e instruindo os alunos. Nesse sentido, a formação universitária pode ser entendida como um processo de produção que utiliza recursos materiais e humanos com o objetivo de ajudar os alunos a ampliar seus conhecimentos e aprimorar suas habilidades pessoais para se graduarem. Por sua vez, a segunda missão das Universidades, a pesquisa, pode ser entendida como outro processo de produção especificamente voltado para a resolução de problemas, gerando inovações e novos conhecimentos. A terceira missão das Universidades, a transferência de conhecimento, também é entendida como um processo produtivo por meio do qual o conhecimento e as ideias disponíveis, que são meios de promover mudanças tecnológicas e institucionais na economia e na sociedade, são transferidos diretamente para as empresas e organizações que produzem bens e serviços para o consumo humano, e também os órgãos institucionais que regulam a produção e o consumo, bem como os demais aspectos que configuram os parâmetros de convivência social no tempo e no espaço (SERRA; ROLIM; BASTOS, 2018, p. 86-87).

Nesse contexto, as instituições de ensino superior são importantes para o processo de

melhoria das regiões em que se instalam, visto que tem influência direta a partir de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e indireta ao possibilitar o acesso à categorias sociais que não possuem relações com estas atividades em suas comunidades, a partir das estruturas operacionalizadas com o estabelecimento destas instituições (BOISIER, 2006). A endogeneidade, enquanto processo, possui quatro planos: político, econômico, científico-tecnológico e cultural, e necessita que estes ocorram de maneira interrelacionada para que o processo de desenvolvimento regional ocorra:

O plano político, se manifesta na capacidade do local para tomar decisões a respeito do seu projeto de desenvolvimento, do uso dos instrumentos para efetivá-lo, da possibilidade de participação e envolvimento das forças locais e da capacidade de negociar com os elementos que definem o entorno do território.

O plano econômico estaria ligado à apropriação e reinversão local de parte do excedente produzido a fim de diversificar a economia local e lhe dar uma base permanente de sustentação em longo prazo. Trata-se de buscar conciliar a proposta estratégica de longo prazo dos agentes locais com as estratégias de longo prazo dos segmentos do capital externo presentes em nível local. Isso estaria diretamente relacionado com a capacidade dos agentes locais estabelecerem pactos, acordos ou projetos coletivos a respeito do seu futuro e mobilizarem as forças locais em função dos mesmos.

O plano científico-tecnológico estaria relacionado à capacidade interna do “território organizado” poder gerar seus próprios impulsos tecnológicos de mudança, capazes de provocar alterações qualitativas no sistema como um todo. A existência de um sistema local de ciência e tecnologia é uma condição indispensável para que isso possa ocorrer.

Por último, o plano cultural, no qual a endogeneidade estaria ligada à construção de uma “matriz produtora de identidade sócio-territorial” capaz de gerar um *ethos*, um *pathos* e um *logos* de identificação coletiva. Isso passaria pela recuperação da cultura local e de sua reconstrução a partir do projeto coletivo de desenvolvimento (BOISIER, 2006, p. 54-55).

Percebe-se que a primeira matriz conceituada, abrange diversos aspectos que destacam a importância do endógeno na vertente regionalista. Esses aspectos atuam de forma conjunta, auxiliando a materialização da segunda matriz, que versa sobre os distritos industriais. Essa segunda matriz tem suporte no processo endógeno de desenvolvimento, porém, aborda a importância da cooperação entre empresas, que a partir da atividade desenvolvida, unificam e se especializam no atendimento de demandas, mantendo a concorrência comercial.

LOPES (2001b) caracteriza essa matriz embasado a partir dos estudos clássicos do desenvolvimento. Os distritos industriais se constituem, geralmente, como aglomerados entre pequenas empresas, distribuindo-se geograficamente, tendo um território em comum no qual a atividade industrial é predominante e com demandas relacionadas, sendo que estas atividades são organizadas a partir de segmentos produtivos caracterizados pela capacitação e pela especialização, seja da mão de obra ou dos equipamentos e produtos fabricados com baixa



variedade, mas em grande escala, atuando em fases distintas do processo produtivo, e de forma complementar entre o distrito. Normalmente se originam tendo relação ao contexto histórico e geográfico da região localizada como pressuposto, sendo representativo a nível nacional nas atividades realizadas, e demandam relações concorrentes em nível de mercado, mas atuam em parceria no distrito.

As atividades realizadas nos distritos industriais têm por característica a cultura produtiva que se estrutura ao longo do tempo, são regiões com histórico de atividades industriais que unificaram demandas e migraram seus interesses para um modelo fabril. Seu capital humano altamente capacitado e especializado, possibilita a otimização de tempo e de recursos a partir da produção em escala ou em padrões específicos, potencializando o retorno financeiro às organizações, pois confere vantagens em relação a núcleos semelhantes sem a combinação da estrutura verificada nos distritos, assim como atrai a demanda de organizações que prezam pela qualidade e pela agilidade dos serviços (LOPES, 2001b).

Um dos pontos que diferencia os distritos industriais de outros aglomerados industriais centra-se na atividade humana existente, pois possui particularidades que normalmente não são encontradas em outros modelos. A demanda especializada possibilita a estruturação de modelos específicos de produção, possibilitando a modificação da planta de produção conforme as necessidades, pois alia a flexibilidade à divisão das atividades realizadas, contemplando diversas formas laborais no mesmo ambiente, como por exemplo, a integração entre trabalhadores autônomos, domiciliares, assalariados e empresários, na mesma atividade, ou ainda, com a separação entre estes na produção de um mesmo produto, em ambientes diferentes (LOPES, 2001b).

Esta particularidade auxilia na criação e na construção de modelos de aprendizagem dinâmicos, em que os trabalhadores trocam experiências e práticas na execução de atividades, aumentando a capacitação e a especialização da mão-de-obra existente, possibilitando também, atrair trabalhadores experientes, ou aqueles sem experiência, porém, que tenham interesse na qualificação prática em sua formação, potencializando suas experiências com o aprendizado em atividades que normalmente são externas à sua formação ou atuação profissional. Essa especialização possibilita também, o aumento do rendimento produtivo da atividade, garantindo a manutenção do capital humano no distrito industrial por longos períodos, e com isso, evitando o prejuízo e atrasos que a rotatividade de pessoal traz à indústria, visto que a capacitação de um novo funcionário é onerosa, demanda tempo e prática, o que pode acarretar uma demora e em uma baixa eficiência da produção nesse período. A permanência deste capital humano na região também estabelece um vínculo a

partir do sentimento de pertencimento ou de identificação do sujeito com a região e com a instituição, visto que as demandas ocorrem em boa parte do ano. Dessa forma, as atividades nos distritos industriais demandam o controle territorial das suas bases comerciais. Seu método produtivo é restrito, necessitando um suporte externo, tanto no aspecto político quanto no aspecto territorial, dessa forma, evita-se concorrência direta com outro distrito, ou a neutralidade das atividades (LOPES, 2001b).

A terceira matriz busca acentuar o papel do conhecimento e da técnica, e sua importância para o desenvolvimento regional. Os distritos tecnológicos e os meios inovadores estão na base desta matriz, enquanto locais propícios para que esta seja observada em ação. Dessa forma, estes locais surgem para que a inovação, criada a partir da geração do conhecimento, aliada às técnicas produtivas, possam integrar-se, e assim, possibilitar a construção de soluções ou de produtos, principalmente ligados à área da tecnologia. Segundo Lopes (2001b, p. 110), nos distritos tecnológicos, o desenvolvimento “baseia-se num salto tecnológico, isto é, na adoção de tecnologias radicalmente diferentes dos conhecimentos técnico-profissionais acumulados ao nível local”.

Nesse sentido, estas bases funcionam como laboratórios experimentais na área da inovação. Os distritos tecnológicos surgem a partir da problemática que limita a atividade que envolve os distritos industriais em produzir inovação, ou seja, apesar da especialização do processo produtivo dos distritos industriais, estes não projetam ou aperfeiçoam suas atividades, somente desenvolvem ou trabalham em modelos existentes e vinculados à uma organização que possui potencial de criação, seja de produtos ou de maquinários.

Os distritos tecnológicos têm sua base teórica a partir dos estudos sobre a inovação e desenvolvimento de Joseph Schumpeter, em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, onde estes estudos se destacam por ser a primeira abordagem teórica a dar importância à inovação enquanto possibilidade, e como diferencial para o desenvolvimento. Schumpeter (2017), através da análise conceitual existente nos processos que foram fundamentais para o surgimento e pela importância a sociedade das revoluções industriais, destacando as bases necessárias para o desenvolvimento.

Com isso, o autor identificou na máquina de tear, o impulso necessário para modificar a produção artesanal. Posteriormente, a máquina a vapor, possibilitou a mecanização, o que aperfeiçoou as máquinas existentes, propiciando a produção em massa de diversos produtos em diferentes setores, em seguida, com criação do aço, modernizou-se a atividade industrial, melhorando a qualidade e a eficiência das estruturas, e por último, a invenção da eletricidade, pois possibilitou a utilização do tempo de forma mais efetiva, aumentando a jornada de

trabalho nas indústrias e o uso da cidade pela população, o que possibilitou o lazer da classe trabalhadora; a química possibilitou a produção de medicamentos e insumos para a indústria; e os motores à combustão, que melhoraram e otimizaram as formas de transporte com a criação de máquinas mais eficientes, assim, completando o ciclo das revoluções realizadas pela sociedade (SCHUMPETER, 2017).

Os meios inovadores que também integram a terceira matriz, possuem relação na estrutura com os distritos industriais, porém, as suas dinâmicas estão alicerçadas na questão tecnológica, prevalecendo as relações que dão suporte para a inovação. Lopes (2001b) busca sintetizar o conceito de meio inovador a partir da análise de estudos de outros autores que compreendem e caracterizam essa temática. Nesse aspecto, o desenvolvimento possui relação com a capacidade destas regiões de produzir inovações, em cooperar com outras empresas e com as instituições que produzem pesquisa e geram formação qualificada, assim, desenvolvendo produtos que tem apoio das instituições governamentais locais e regionais (LOPES, 2001b). O conceito de meio inovador, pode ser sintetizado a partir de cinco características:

Possuir um capital de conhecimento (de natureza técnica, organizacional, comercial ou relacional) associado ao processo de produção local;  
 Apresentar um capital relacional baseado no conhecimento recíproco dos atores do meio e materializado numa trama de relações mercantis e não-mercantis, formais e informais;  
 Dispor de um Quadro valorativo-normativo que regula as relações e o comportamento dos atores locais, conferindo identidade social ao meio e uma convergência de objetivos estratégicos de atuação;  
 O meio estrutura um coletivo de atores que gera os recursos materiais e humanos, no qual desempenha papel de destaque as empresas industriais e de serviços, as estruturas de investigação e formação, as instituições financeiras, as associações sócio-profissionais e as instituições da administração pública, configurando um “sistema local de inovação”;  
 O meio inovador é um espaço privilegiado de abertura ao exterior, integrando-se nas redes internacionais de mercado e de acesso à informação, mas apresentando-se também em interação com o sistema político-institucional que constitui o seu enquadramento no país (LOPES, 2001b, p. 114-115).

Compreende-se que os espaços definidos pelas relações econômicas agem a partir da ocorrência de interações sociais, nas quais a criatividade e a inovação constituem-se enquanto processos de aprendizagem coletiva, assim, “o processo de saber-fazer das organizações se materializa, por diversas práticas e atividades dentro e fora das organizações” (LOPES, 2001b, p. 113).

A partir destas características é possível afirmar que a ideia central do meio inovador é fundada na combinação de dois critérios essenciais: a lógica da interação e a dinâmica da

aprendizagem. A primeira ocorre nas redes de cooperação com a geração da inovação, enquanto a segunda está vinculada à capacidade dos indivíduos de modificarem seu comportamento em relação às mudanças que ocorrem no ambiente onde estão inseridos (LOPES, 2001b).

Por último, na perspectiva acerca da importância das IES, e tendo o foco direcionado ao conhecimento, tem-se a matriz que acentua o papel dos atores sociais, na qual inserem-se quatro categorias: o capital social, o capital humano, o empoderamento e a governança territorial. Estas se estruturam entre si de forma complementar, sendo reconhecida a sua inserção direta ou indiretamente no processo de desenvolvimento.

De acordo com Santos, Ristow, Lago (2019, p. 128) os estudos sobre o capital social tiveram origem “na teoria social clássica do século XIX, onde pesquisadores como Tocqueville, Stuart Mill, Durkheim, Simmel e Kornhauser destacaram a importância da sociedade civil na consolidação da democracia”. A partir do estudo da sociedade, diversos pesquisadores identificaram questões que se destacaram nesse aspecto. Lyda Hanifan, analisa as relações de vizinhança e sociabilidade; Pierre Bourdieu analisa as relações do desempenho escolar entre os alunos e a desigualdade; James S. Coleman com o estudo das relações sociais e Robert Putnam evidencia a importância da comunidade cívica, sendo esse último complementar a análise realizada nesse estudo (SANTOS; RISTOW; LAGO, 2019).

A partir dos estudos referentes ao desenvolvimento realizados na Itália, Putnam (2006) auxiliou a consolidar a importância da sociedade para o regional. Destaca-se que não há uma base quantitativa para mensurar o capital social, no entanto, há uma diversidade de indicadores<sup>13</sup> que podem ser reconhecidos em uma região (SANTOS; RISTOW; LAGO, 2019). A partir desses estudos vinculados à temática regional, a sociedade, quando dispõe de comportamentos e atitudes que envolvem a cooperação, solidariedade, coletivismo e cidadania, possui condições de ter melhor desempenho nas suas atividades, bem como superar crises a partir de soluções geradas na região (PUTNAM, 2006).

A segunda categoria aborda o capital humano enquanto base fundamental do desenvolvimento, pois é o pilar de existência das atividades produtivas na sociedade a partir do indivíduo e suas habilidades. A atividade das Universidades tem como foco a formação desta base. Os estudos clássicos contemplam a importância do capital humano nos processos de desenvolvimento econômico e social, no entanto, esta categoria é objeto de estudo de forma separada na metade do século XX, no qual verifica-se a relação entre capacitação e

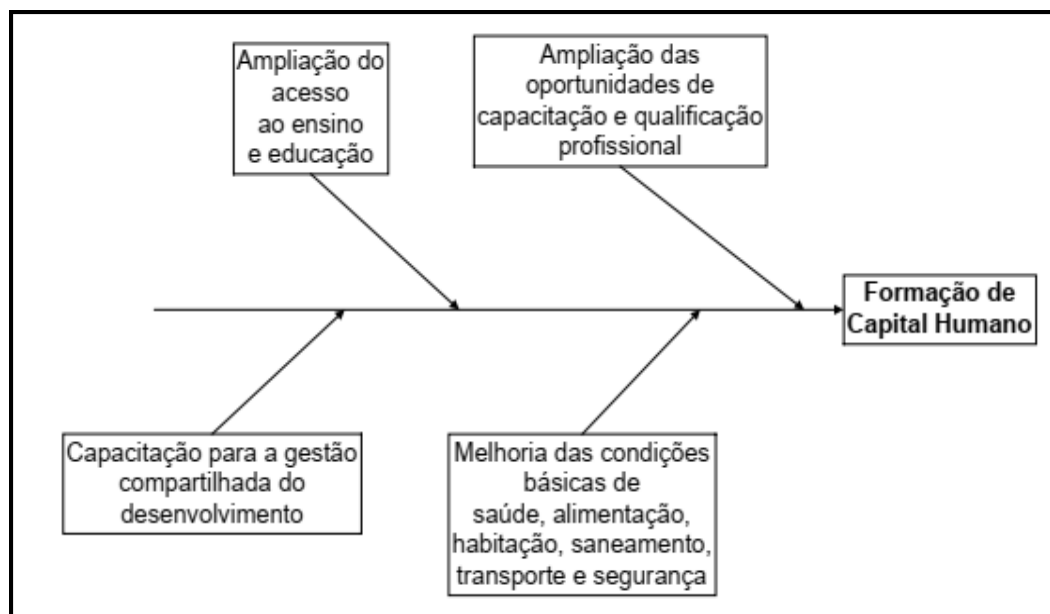
---

<sup>13</sup> Para compreender melhor sobre estes indicadores, ver Santos, Ristow, Lago (2019).

desenvolvimento. A educação é o principal suporte desta relação, pois o aumento deste parâmetro influencia diretamente na produtividade das organizações, na qualidade dos produtos e na redução de perdas da atividade e está relacionado na melhoria salarial deste indivíduo (GRACZKOWSKI; PEREIRA, 2021).

O capital humano tem em sua base três categorias correlacionadas: a educação, a ciência e a tecnologia. Essa sustentação organiza o desenvolvimento através da pesquisa realizada nas instituições de ensino superior, visto que auxiliam na geração de novas informações, e melhoram questões tidas como consolidadas, além de melhorarem a mão de obra e a aprendizagem da população desta região. Na imagem abaixo se demonstra as bases da formação do capital humano.

Figura 2 – O processo de formação do Capital Humano



Fonte: Nalle Jr (2006, p. 56).

Nalle Jr (2006) descreve que cada categoria é necessária para a formação do capital humano. Assim torna-se importante, pois possibilita a execução das atividades produtivas e promove as modificações sociais necessárias, porém, todas essas modificações “passam pelo acesso da população a um modelo de ensino que promova a qualificação e a capacitação destes sujeitos, além de trazer melhorias no lazer, cultura, alimentação, saneamento básico, transporte e segurança” (NALLE JR, 2006, p. 56). Ainda em relação à formação do capital humano se faz necessário:

Ampliação do acesso ao ensino e à educação – necessidade básica quando pensamos em capital humano, a educação não pode ser entendida como o simples repasse de informações, mas deve imprimir nos indivíduos qualidades sociais e uma maior percepção da realidade;

Ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional neste ponto, temos a ‘educação para a produção’, que responde por tornar as pessoas capazes de assumirem determinadas funções produtivas de acordo com as necessidades econômicas do local;

Capacitação para a gestão compartilhada do desenvolvimento – fomentar uma cultura associativista, que melhore a visão do coletivo e crie um comportamento pró-formação de redes e parcerias em busca do desenvolvimento;

Melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança – refere-se à satisfação das necessidades básicas individuais, permitindo que, a partir desse ponto, as pessoas cresçam por meio da busca pela satisfação de necessidades mais elaboradas (NALLE JR, 2006, p. 56-57).

Becker e Wittmann (2010) descrevem abordagens interdisciplinares sobre o desenvolvimento regional, relacionando este, com aspectos que auxiliam na explicação de fatores potenciais que podem ou não, favorecer o desenvolvimento de um dado território. Nesse sentido, busca-se descrever o papel do conhecimento enquanto uma das funções básicas das Universidades e suas relações com o desenvolvimento. Este, tem a partir das Universidades, uma base para discussões, pois se constituem como uma importante ferramenta na criação, estruturação e instalação de ações que visem o fomento no contexto regional. Serra, Rolim e Bastos (2018) destacam que:

Ensino, pesquisa e transferência de conhecimento são, de fato, atribuições essenciais das Universidades, que contribuem para o acúmulo de capital humano qualificado por meio da formação universitária, para a geração de inovações e novas competências por intermédio das pesquisas empreendidas, e também para a transformação socioeconômica das regiões por meio da transferência do conhecimento produzido intramuros para os diversos segmentos industriais. Portanto, é inegável que as Universidades, ao proverem capital humano especializado e intensificarem progresso tecnológico, criam as condições propícias para o florescimento de economias regionais mais eficientes e dinâmicas. A existência ou mesmo a criação de Universidades não garante por si só o crescimento econômico regional, uma vez que a transferência de conhecimento e a geração de inovações não são automáticas e muito menos imediatas. Além do fato de as Universidades terem vocações, culturas organizacionais, heterogeneidades internas e preferências distintas (nem todas são, desejam ser ou podem ser empreendedoras), o “perfil” socioeconômico das regiões onde elas estão localizadas importa muito. Nesse sentido, o sucesso delas na transferência de conhecimento e de tecnologia está diretamente associado à estrutura produtiva regional, ao potencial de mobilização dos governos e à capacidade da região em absorver o conhecimento produzido na própria academia (SERRA; ROLIM; BASTOS, 2018, p. 39).

A participação das Universidades nesse processo é considerada fundamental para auxiliar os governos e as sociedades no êxito das ações relacionadas ao desenvolvimento regional. Neto, Castro e Brandão (2017) contribuem na análise do desenvolvimento regional na atualidade, dessa forma, corroborando na discussão de parâmetros necessários ao

entendimento das particularidades do desenvolvimento no Brasil, com isso, destacam que, a curto e médio prazo, a inserção de recursos do Governo Federal na implantação e manutenção destas instituições, auxilia para que a Universidade seja concentradora de recursos, conforme complementa Vieira (2017), para que, assim, esta instituição possa contribuir para a abertura e para a criação de outras atividades em seu entorno, modificando e ampliando a estrutura existente e, a médio e longo prazo, as Universidades estejam inseridas enquanto parceiras em diversos setores, promovendo o desenvolvimento nessas regiões, o que não teria os mesmos resultados a nível local, caso não houvesse a oferta do ensino superior, da extensão e da pesquisa a partir da inserção dessas instituições.

O pensamento científico sobre o ensino superior propõe que as atividades das Universidades visam atender às três missões fundamentais do ensino superior: ensino, pesquisa e transferência de conhecimento. É evidente que as Universidades contribuem para a acumulação de capital humano na economia, cumprindo sua primeira missão, ou seja, ensinando e instruindo os alunos. Nesse sentido, a formação universitária pode ser entendida como um processo de produção que utiliza recursos materiais e humanos com o objetivo de ajudar os alunos a ampliar seus conhecimentos e aprimorar suas habilidades pessoais para se graduarem. Por sua vez, a segunda missão das Universidades, a pesquisa, pode ser entendida como outro processo de produção especificamente voltado para a resolução de problemas, gerando inovações e novos conhecimentos. A terceira missão das Universidades, a transferência de conhecimento, também é entendida como um processo produtivo por meio do qual o conhecimento e as ideias disponíveis, que são meios de promover mudanças tecnológicas e institucionais na economia e na sociedade, são transferidos diretamente para as empresas e organizações que produzem bens e serviços para o consumo humano, e também os órgãos institucionais que regulam a produção e o consumo, bem como os demais aspectos que configuram os parâmetros de convivência social no tempo e no espaço (VILA, 2018, p. 86-87).

Assim como o capital humano, o empoderamento das sociedades e seus indivíduos têm na educação o suporte para o desenvolvimento. Esse termo tem seu surgimento na área da Administração, na qual busca-se compreender a importância de delegar aos indivíduos o poder de decisão a partir de valores que contribuam para o comprometimento nas decisões, e que são importantes no ambiente organizacional, pois melhoram os níveis de participação, seja de forma individual, seja em equipes, no processo de desenvolvimento. É essa subárea do conhecimento que busca compreender a importância da valorização das pessoas e suas atividades nas organizações, a partir da participação dos indivíduos e na agilidade desta em tomar decisões em razão dos desafios propostos (BOISIER, 2005).

Os estudos sobre essa temática foram intensificados nas instituições universitárias americanas na década de 1970, que perceberam que, algumas instituições se desenvolvem melhor, conforme demandam a participação, e dividem poderes entre seus funcionários, trazendo esse empoderamento, em virtude do desempenho de suas atividades ou ainda, pela

participação em grupos com o objetivo de reduzir as desigualdades. Os estudos realizados a partir da área de recursos humanos e da psicologia, auxiliam na compreensão da importância dessas questões (VASCONCELOS, 2001).

De acordo com Boisier (2005), essa visão de desenvolvimento começa a receber novas análises a partir dos estudos realizados pela OCDE em suas considerações sobre o papel da educação nas sociedades do século XX, enquanto suporte para a transformação de uma região. A partir da globalização, as mudanças socioeconômicas são mais dinâmicas e frequentes, e tem um alcance maior. Assim, o processo de empoderamento das sociedades torna-se importante para manter a competitividade entre elas. Este processo atua na redução das desigualdades, auxiliando e melhorando o desenvolvimento, seja este local ou regional.

A educação possibilita uma inteligência coletiva, que auxilia na descoberta de novas possibilidades à sociedade em sua esfera de relações. A participação das instituições de ensino tem importância a partir da criação de diagnósticos, com o estudo de diferentes indicadores para possibilitar o empoderamento dessas regiões, intervindo nos desequilíbrios de poder existentes entre os diversos grupos da sociedade, e fortalecendo aqueles que estão em desvantagem em relação aos demais, dessa forma, reduzindo as desigualdades regionais e melhorando os indicadores necessários (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Por último, destaca-se a categoria da governança territorial, conceituada por Dallabrida (2006, p. 03) como “às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”. O que se mostra importante para a manutenção das atividades que ocorrem nessa perspectiva, como por exemplo, os COREDES que estão organizados e instituídos há três décadas, mantendo-se funcionais e colaborando para o exercício da cidadania, conforme proposto na Constituição Federal de 1988. Esta iniciativa demanda a organização da sociedade e o conhecimento da realidade regional com a construção de diagnósticos detalhados em todas as dimensões tal como destaca Siedenberg (2006) nos PEDR dos COREDES, e com a colaboração e participação ativa dos atores envolvidos a partir de estruturas criadas para esta finalidade.

A governança territorial, enquanto temática, despertou interesse de estudo no início do século passado, porém, somente ganhou destaque na década de 1970, com abordagens nas empresas, e posteriormente em governos nacionais, estando vinculada à democracia e suas representatividades na esfera privada ou pública. No Brasil, a consolidação do estado democrático a partir da CF/88, propiciou o estabelecimento de instâncias intermediárias de planejamento entre o estado e a sociedade, através da participação ativa desta. Nesse sentido,



os COREDES foram estruturados para auxiliar no processo de governança e de descentralização da gestão estatal, sendo a representação institucional do modelo proposto. Estas instâncias tem contribuição das instituições públicas e privadas, com o objetivo de propor demandas para a redução da desigualdade e alavancar o desenvolvimento regional (DALLABRIDA, 2018).

Os COREDES se inserem como exemplo organizacional de descentralização político-administrativa no Rio Grande do Sul, no qual as microrregiões em que estão inseridos, constituem-se como instituição de planejamento do desenvolvimento regional, se inserem como instância prática desse modelo, e estabelecem a pesquisa a partir da geração de conhecimento como base de compreensão para o planejamento territorial. Nos conselhos, a sociedade regional é desafiada a construir alternativas e ações contempladas a partir de um diagnóstico minucioso da realidade estabelecida e, pela mobilização dos diversos atores sociais em um objeto comum: a região (ROTTA, 2007). A subseção seguinte trará uma análise mais detalhada sobre seu histórico e suas prioridades para o desenvolvimento regional.

Após contribuir na descrição conceitual do desenvolvimento e do desenvolvimento regional e das matrizes desta vertente teórica, este estudo busca dialogar com a estrutura organizacional dos COREDES, utilizadas em seu modelo de criação a partir das prioridades e ações propostas em seus planos estratégicos de desenvolvimento. Neste sentido, trabalha-se com duas regiões coredianas inseridas na Região Funcional de Planejamento Sete (RFP-7), que serão explicitados de forma mais adequada a seguir. Estas duas regiões são descritas através dos conselhos que são objetos de análise nesse estudo: O COREDE Missões e o COREDE Fronteira Noroeste e a região funcional na qual estão inseridos.

### **2.3.3 A Região Funcional de Planejamento Sete e os COREDES Missões e Fronteira Noroeste**

Nesta seção destaca-se a contextualização dos aspectos fundamentais na criação dos COREDES enquanto instituições de planejamento territorial, tendo foco a partir dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, e na região funcional ao quais estes estão integrados, visto a necessidade desta contextualização para compreender a função e a importância destas instâncias de planejamento no desenvolvimento regional. Para embasar essa contextualização, dois documentos são básicos no processo: os PEDR existentes, pois contemplam a base conceitual, analítica e metodológica dos conselhos e de suas atividades. Os planos utilizados são referentes ao período de 2010 a 2019 e inseridos na base da

delimitação do estudo proposto.

Após o processo de redemocratização do Brasil, no século XX, os entes federados efetivaram a criação de leis que garantissem a cidadania, e para que a sociedade, como um todo, recebesse os benefícios do novo regime, visto que a democracia se instituía enquanto modelo governamental e de governança. A Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989 são documentos fundamentais na criação de instâncias, para auxiliar na efetivação do desenvolvimento no país, nos estados e em suas regiões. Dessa forma, as instituições, os sindicatos e as associações, demandaram ações para que as decisões governamentais fossem, em parte, decididas pelas mãos de quem as usufrui: o povo. Dessa forma, trazendo as questões de interesse público para serem discutidas de forma participativa e democrática, garantindo a função constitucional da cidadania (TREIB; THOMAS, 2021).

Diversos modelos de descentralização das atividades governamentais foram criados para promover o desejado desenvolvimento regional, visando reduzir as disparidades encontradas no país. Entre esses modelos, destacam-se os COREDES como uma política executora dessas demandas advindas da sociedade. A partir de 1991, o governo do estado do Rio Grande do Sul promoveu a instalação de ferramentas para efetivar a criação e a implantação dos conselhos, para então, levar as demandas de cada município a um consenso coletivo, direcionando estas enquanto prioridade do conselho participante, tornando a cidadania, de fato, uma prática da sociedade.

Os COREDES se estruturaram “a partir de 1991, mas foram instituídos pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e posteriormente regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994” (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011, p. 81). Foram criados a partir de iniciativa articulada do governo do estado do RS com as regiões definidas de acordo com a compatibilidade, não levando em consideração, de forma específica, a territorialidade ou as relações comerciais, sendo definidos como espaços plurais e abertos, de construção de parcerias sociais e econômicas em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (COREDES RS, 2010). Dois princípios da Constituição Estadual de 1989 embasam a criação dos COREDES no Estado do Rio Grande do Sul:

1- Art. 149º, § 8: “os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

2- Art. 167º, “A definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil, através dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, dentre outros, todos eleitos em suas entidades representativas” (RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Para dar subsídio documental à construção e à estruturação, diversos institutos deram suporte à pesquisa, organização, tabulação dos dados, e na discussão conceitual do desenvolvimento regional brasileiro, tais como o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), a Fundação de Economia e Estatística (FEE)<sup>14</sup> – que não é mais participante deste processo –, e os próprios COREDES, sendo este último, o destaque das análises aqui utilizadas, visto ser o objeto de estudo.

Felippi, Silveira e Allebrandt (2015), destacam que os estudos acerca do desenvolvimento regional são relativamente atuais, a partir da discussão das teorias clássicas do desenvolvimento, que não contemplavam as questões existentes no processo territorial. Diversos autores e instituições auxiliam com suas pesquisas na tentativa de responder, entre outras questões, o motivo de algumas regiões conseguirem se promover nas questões econômicas e sociais, e outras, não, quando os aspectos vinculados ao econômico não possuem parâmetros para a resposta.

O desenvolvimento, enquanto processo, destaca-se como possibilidade (seja ela econômica, política, social ou territorial), nesse sentido, a questão da territorialidade analisada, na obra de Dallabrida e Büttgenbender (2006) e já corroborada por Santos (2006), torna-se importante, pois inserem os estudos acerca do desenvolvimento regional, e nestes, a dinâmica utilizada pelos COREDES, que, a partir das análises organizadas, buscaram verificar as peculiaridades locais, para assim, estruturar possibilidades enquanto regiões.

A criação dos COREDES teve como propósito, auxiliar as regiões e as comunidades nas quais estão inseridos, na efetivação do desenvolvimento regional. Para isso, foram criadas políticas que regulamentam e auxiliam a sociedade a exercer sua cidadania, participando e demandando propostas ao estado para realizar ações necessárias sob um novo ponto de vista: o do cidadão.

Dessa forma, destacam-se áreas ou atividades que necessitam da atenção e da atuação do poder público, algumas vezes, essas atividades são restritas, e contemplam um grupo de pessoas, uma região ou até mesmo uma área funcional por completo. A partir de reuniões e

---

<sup>14</sup> A FEE, fundada em 1973, é um órgão vinculado ao governo do estado que buscava fornecer dados e análises estatísticas para assim auxiliar na formulação de políticas públicas e de governança estadual e municipal. Foi extinta em 2017, na tentativa do governo de Ivo Sartori reduzir a folha de pagamentos do estado, que vive uma crise financeira há décadas, deixando sua base para uma instituição privada de pesquisas, a FIPE.

discussões, as regiões estabelecem um planejamento que orienta a execução dessas ações pelo estado, por um período de quinze anos, sendo assim uma política de estado, e não somente de governo. A participação da sociedade é uma das conquistas descritas na CF/88, demonstrando a responsabilidade na cobrança e no acompanhamento do uso de recursos públicos e nas atividades desenvolvidas pelo poder público.

Cargnin (2014) destaca que os movimentos econômicos, aliados às crises financeiras, e o regime democrático de governo vigente, contribuíram para o surgimento da possibilidade de pensar o desenvolvimento regional, e nesse sentido, os conselhos surgiram como uma possível resposta a essa possibilidade.

Diferentemente do contexto teórico descrito no aporte internacional, sobretudo europeu e americano, a demanda de estudos da temática do desenvolvimento nos países tidos como subdesenvolvidos, foram realizados de forma individualizada ou por instituições, porém, simplificada e em menor número que em outros locais, o que prejudicou as ações nestes territórios (ROTTA, 2007).

Na América Latina, a CEPAL, através de seus pesquisadores, iniciou os estudos encarregando-se de estabelecer premissas para auxiliar a discussão nesta perspectiva dentro do território. No Brasil, autores como Furtado (2000) concentraram a análise do desenvolvimento ao estudar demandas específicas do país, como por exemplo, a região Nordeste. No Rio Grande do Sul, esse estudo inicia-se a partir de questões ligadas aos COREDES e à participação da sociedade na demanda de ações de forma participativa. Esses estudos se estendem a partir da redemocratização do Brasil, em 1985, e são legitimados pela CF/88, trazendo uma diversidade de assuntos pesquisados (MORAES, 2021).

No processo de redemocratização, o estado do Rio Grande do Sul despertou o interesse de diversos pesquisadores na temática do desenvolvimento regional, com isso, pode-se destacar Boaventura de Souza Santos, que buscou compreender a criação do Orçamento Participativo de Porto Alegre, e em como essa demanda social contribuiu para o desenvolvimento regional, sendo um modelo de destaque (pela participação da sociedade e pela descentralização de recursos), e porque se estendeu pelo estado, e fora copiado em outras regiões (SANTOS, 2002).

Allebrandt (2010) argumenta que o processo de redemocratização no Brasil caracterizou-se por dois pontos principais no plano político: primeiro, pela consolidação do sistema democrático e representativo, e segundo, pela implementação de instrumentos legais inseridos na CF/88, que viabilizaram à instituição, formas que garantissem e auxiliassem a participação popular na gestão das políticas públicas, possibilitando a criação de um sistema

que aliaria a democracia com a participação social. Esse modelo já era conhecido no país, mas estava isolado pela falta de leis e pelo regime de governo anteriormente imposto.

Neste período do final do século XX, o Brasil vivenciou uma reinvenção das questões que envolvem a governança e a governabilidade. O estabelecimento de novas formas de relacionamento entre a sociedade civil, o estado e o mercado, com ênfase em novas dinâmicas de participação civil e social, desencadeou a criação de políticas públicas e estatais que possibilitaram o desenvolvimento regional aliado à novas perspectivas de gestão deste (DALLABRIDA, 2018).

Allebrandt (2010) destaca que estas dinâmicas de participação são resultado de complexos processos de construção social, onde participam os indivíduos/cidadãos, os grupos e as organizações, em um sistema de relações de poder e de institucionalidade, em espaços públicos de interação com o Estado, não apenas para criar essas possibilidades, mas também para definir de quem seria a responsabilidade de gerir essas dinâmicas.

De acordo com Büttendörfer, Siedenberg e Allebrandt (2011) o enfrentamento das desigualdades e dos desequilíbrios econômicos e sociais das regiões, no estado do Rio Grande do Sul, é sustentado pelos objetivos principais dos COREDES. São eles:

- A promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável;
- A integração dos recursos e das ações do Governo e da região;
- A melhoria da qualidade de vida da população;
- A distribuição equitativa da riqueza produzida;
- O estímulo à permanência do homem em sua região; e
- A preservação e recuperação do meio ambiente (COREDES RS, 2010, p. 17-19).

Ainda de acordo com Büttendörfer, Siedenberg e Allebrandt (2011) os conselhos têm constituição jurídica própria em cada região. O funcionamento destes ocorre por meio da participação, discussão e deliberação através de reuniões e assembleias que são realizadas de forma ordinária ou extraordinária, em conformidade com o estatuto social próprio de cada região.

Dessa forma, no regime democrático, os COREDES representam uma experiência de descentralização do planejamento territorial e de gestão dos recursos governamentais para a sociedade, cujo objetivo é ampliar o desenvolvimento das regiões, possibilitando a redução das desigualdades, há séculos presentes no estado, conforme o interesse regional. Nesse sentido, são compreendidos como um fórum de discussão, onde ocorrem e se discutem as decisões a respeito de políticas públicas e ações que visem o desenvolvimento regional, e com isso, tornam-se um projeto necessário para as regiões nas quais estão instalados.

Os COREDES foram criados como parte de uma política estatal de descentralização dos processos de discussão, planejamento, efetivação e avaliação do desenvolvimento regional. Representam espaços de participação das instituições e organizações da sociedade civil na elaboração das políticas públicas e na efetivação do orçamento público. Também decorrem do amplo processo de redemocratização efetivado no Brasil a partir da década de 1980, que garantiu, na CF/88 e na Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, a criação de instrumentos de participação e de controle social na gestão do Estado (TREIB; THOMAS, 2021).

Portanto, a ideia de criação teve como ponto de partida de sua operacionalização, o ano de 1991. O governador da época, Alceu Collares, apoiou a ideia, e demandou estudos sobre a descentralização, para assim, formular uma proposta operacional para os conselhos – visto que essa proposta ainda era inexistente –, criando uma legislação que definiria de onde viriam os recursos para manutenção das estruturas a serem criadas. Dessa forma, em cada região os segmentos passaram a se organizar a partir de reuniões e seminários, buscando compreender a forma como o processo deveria ser desenvolvido, e buscando influir na formatação e na dinâmica dos planos estratégicos, com intensa mobilização da sociedade, reunindo parcelas significativas das populações locais, e assim, colaborando com o enriquecimento do modelo a ser implementado (ALLEBRANDT, 2010).

Em um primeiro momento os COREDES enfrentaram dificuldades em seu processo de organização, funcionamento, participação e compreensão da sociedade em relação às suas atividades, visto que não era uma atividade, até então, não realizada pela sociedade, por conta do regime ditatorial que antecederia esse processo. Passado o momento inicial, estes transformaram-se em instrumentos fundamentais no processo de organização e mobilização da sociedade regional com vistas ao desenvolvimento regional (COREDES-RS, 2010).

Apesar da estrutura organizacional da República Federativa Brasileira não possuir uma instância que funcione de forma oficial, e com intermédio imediato entre o estado e os municípios, Bazzanella (2018) descreve que, nos diferentes estados brasileiros, existem diversas experiências que podem ser visualizadas em relação à institucionalização de espaços de discussão e construções de políticas de desenvolvimento, sejam estas nas esferas locais ou regionais. Assim, durante o final do século XX, os COREDES são criados no Rio Grande do Sul para suprir a falta dessas instâncias, e com isso, organizar e auxiliar no processo de participação social. Na figura 3, pode-se visualizar a divisão geográfica no Rio Grande do Sul em sua configuração atual, contando com 28 COREDES.

Figura 3 - Os COREDES no Rio Grande do Sul



Fonte: Oliveira (2017, p. 213).

Allebrandt (2010) afirma que, os municípios e suas microrregiões, como são descritas pelos COREDES, são espaços propícios para que a Constituição seja efetivada, a partir da participação social. Os territórios e as relações de poder e de pertencimento nas decisões, e de participação nos espaços públicos, auxiliam a na compreensão dessa questão. Porém, apesar de esses espaços serem ocupados, eles geralmente são utilizados para outros propósitos, seja para simplesmente contemplar a legislação que obriga a sua existência, ou são usados para manter relações de poder territoriais, não existindo, na prática, como uma base para a descentralização de recursos e para a redução da desigualdade nas regiões.

Em relação às Regiões Funcionais de Planejamento, o estado do Rio Grande do Sul foi subdividido em nove espaços territoriais após a sugestão descrita no diagnóstico produzido no documento “Rumos 2015”, para auxiliar nas ações de planejamento e desenvolvimento regional, visto que os COREDES não se constituem como “regiões” diferenciadas nos aspectos socioeconômico e histórico-cultural, facilitando, para fins de planejamento e de políticas públicas, a divisão do território estadual nessa configuração para a demanda das

ações governamentais. Dessa forma, a análise das potencialidades e fraquezas das regiões, podem ser agrupadas conforme sua região funcional, e pode-se verificar as possibilidades de solução para estas, de forma combinada e dinâmica (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Abaixo, na imagem 4, mostra-se a RFP-7<sup>15</sup>, na qual os COREDES Missões e Fronteira Noroeste estão inseridos, juntamente com as outras regiões funcionais do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 4: As Regiões Funcionais de Planejamento do RS



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2021, p. 21).

<sup>15</sup> As RFP foram propostas pelo estudo Rumos 2015, realizado pelo governo do estado, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Os principais critérios para a agrupação dos COREDES em RFP, foram a polarização pelos empregos e as especializações produtivas. Assim a regionalização buscou atender dois pontos cruciais: primeiro, respeitar o recorte dos COREDES, pois essas instituições representam uma importante forma da organização do capital social das regiões, com apoio e aceitação política, sendo que não parece haver indícios preocupantes quanto a inadequações relevantes em suas composições. A criação de outra regionalização superposta a todas as demais, que não respeitasse tais jurisdições, aumentaria a complexidade e a efetividade da interlocução com os agentes locais. E segundo, buscar uma divisão regional capaz de reconhecer, respeitar e incorporar as homogeneidades existentes em termos econômicos, ambientais e sociais, além de refletir as polarizações observadas (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 15-39).



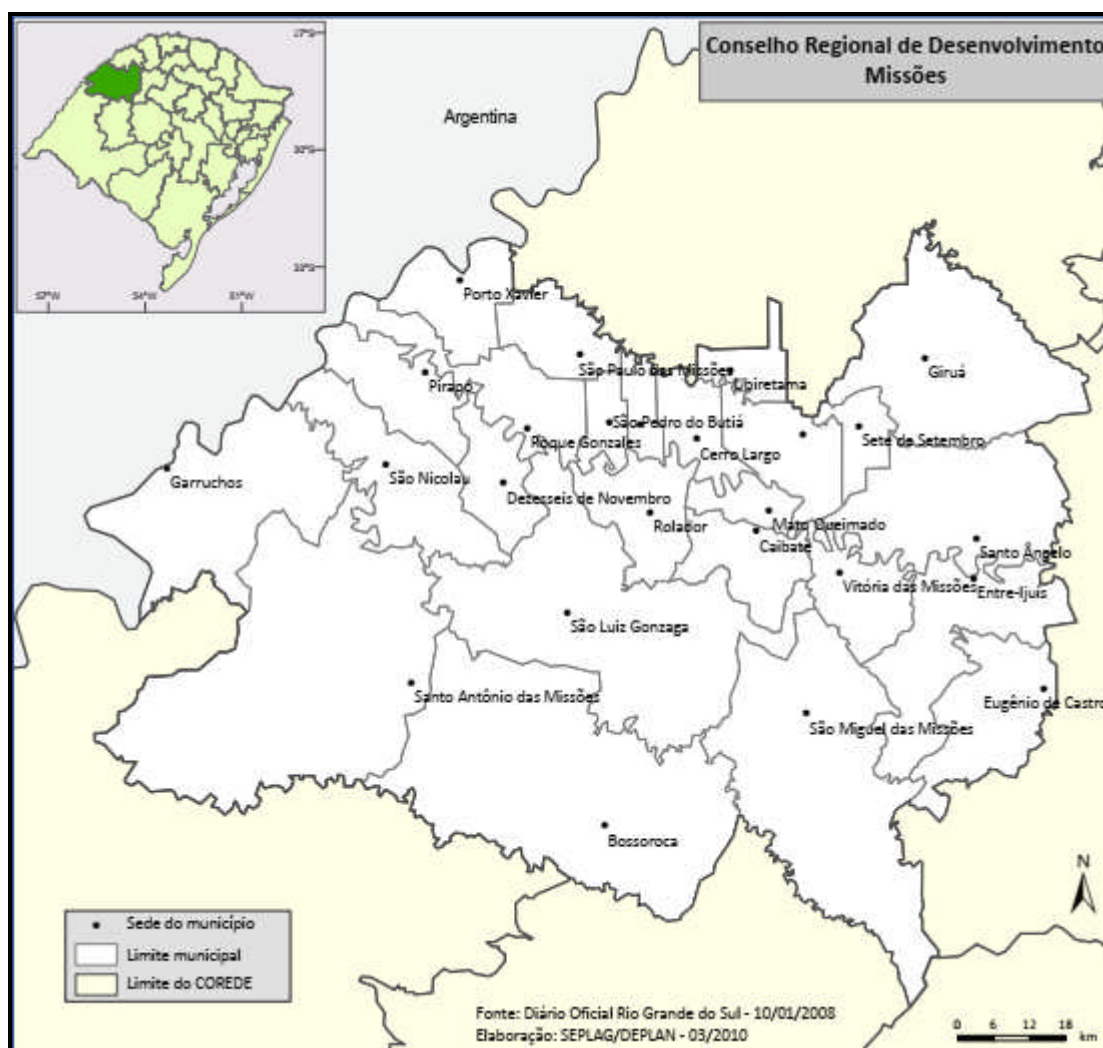
A partir da década de 1990, o Rio Grande do Sul organizou-se, tendo como referência as microrregiões dos COREDES, institucionalizadas em 1994 por lei estadual, que permitia aos municípios participar da distribuição de recursos, e assim, gerir o processo de desenvolvimento regional incitado pela CF de 1988. Compreender a divisão territorial imposta pela criação dos conselhos é importante para verificar a disposição das demandas realizadas no Rio Grande do Sul e as atividades realizadas nas regiões funcionais. Bandeira (2010) contextualiza que o estado do Rio Grande do Sul está dividido territorialmente em 496 municípios autônomos, que se constituem juntamente com o estado, em entes federados da República Federativa do Brasil.

A RFP-7 reúne em seu território, os COREDES Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Apresentando uma população estimada em 759.591 habitantes, que corresponde a 7% da população gaúcha, sendo que desta, 31% residem na área rural e 69% na área urbana de acordo com as estimativas (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Com a localização territorial da região funcional, realiza-se de forma separada esta em cada COREDE de interesse do estudo: Missões e Fronteira Noroeste, e em seguida, caracteriza-se cada um destes, levantando informações que auxiliem na análise destes junto a temática do desenvolvimento regional. Estes se destacam pelo seu histórico junto à Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, e sua importância enquanto estrutura de descentralização de gestão do governo.

O COREDE Missões foi criado em 1991 e integra a RFP-7 do estado do Rio Grande do Sul. É composto por 25 municípios, sendo eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões (COREDE-MISSÕES, 2017). Abaixo, na imagem 5, destaca-se os limites territoriais do COREDE Missões, bem como a localização dos municípios pertencentes.

Figura 5 - O COREDE Missões



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2021)

Quanto aos seus limites geográficos, o COREDE Missões tem divisa ao norte com o COREDE Fronteira Noroeste; ao leste com o COREDE Noroeste Colonial; ao sul, com o COREDE Vale do Jaguari; a sudoeste com o COREDE Fronteira Oeste; e no extremo oeste, com a República da Argentina (COREDE-MISSÕES, 2010, p. 23). Localiza-se na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e sua área total corresponde a 4,6% do território do estado, ou seja, 12.855,5 km<sup>2</sup>. Suas altitudes variam de 70 a 360 metros, distribuídos predominantemente na unidade geomorfológica do planalto meridional. A população total é de 252.825 habitantes (FEE, 2019), seus municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e pertencem aos biomas pampa e mata atlântica (COREDE-MISSÕES, 2010, p. 24).

Em relação aos aspectos históricos, a formação territorial desta região inicia-se através da atuação da Igreja Católica com a criação das reduções jesuíticas, que tinha o objetivo de

“humanizar” a população indígena existente no território. É a primeira tentativa de ocupação territorial da região de forma ordenada. Com o abandono das reduções após expulsão dos jesuítas, esta região mantém algumas atividades isoladas, seja de povoamento, seja comercial ou agrícola. No entanto, este território somente seria povoado de forma intensiva a partir da imigração europeia, nos séculos XIX e XX, este último, em especial, contempla a fundação de grande parte dos municípios da região (COREDE-MISSÕES, 2017).

Na questão voltada à atividade agrícola, destaca-se a produção de grãos e a pecuária de corte, concentrada em médias e grandes propriedades na parte sul e sudoeste. Nas outras partes destaca-se a diversidade agrícola, concentradas em pequenas e médias propriedades baseadas na produção leiteira, na suinocultura e no cultivo de soja, milho e trigo. Estas atividades concentram quase metade do PIB da região, no entanto, concentram-se na exportação bruta, agregando pouco valor à produção. Estas atividades são mecanizadas, o que incentiva a migração para as cidades, corroborando na explicação do porquê da região estar com redução populacional. A região possui cerca de 2,2% da população do estado, com a maioria desta residindo nos espaços urbanos (70%), e concentra 1,6% do PIB em suas atividades (COREDE-MISSÕES, 2017).

A atividade industrial da região é pequena, centrada nos produtos agrícolas (grãos, leite, suínos), em agroindústrias, ou ainda no setor metalmeccânico, contribuindo com cerca de 10% do PIB da região. A atividade de serviços concentra a outra metade do PIB, com o setor público, comércio, atividades liberais e transportes. O turismo é uma das atividades mais promissoras, concentrada no uso do contexto histórico. Há concentração das atividades urbano-industriais nos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo (COREDE-MISSÕES, 2017).

Quanto ao aspecto sociocultural, a região se destaca pela diversidade étnica. Possui um patrimônio histórico-cultural mundialmente conhecido e valorizado, porém, ainda pouco aproveitado. O capital social é bem constituído e capacitado, porém, possui baixa integração e cooperação para o bem comum, salvo certas exceções. Alguns índices têm desempenho inferior à média estadual, como o IDESE<sup>16</sup> e IVS, e outros, tem desempenho superior, como IDH-M, do IFDM e do Gini. Possui problemas estruturais em diversos setores, tais como a educação básica, o atendimento de saúde especializada, o saneamento básico, a comunicação, especialmente em relação à oferta de internet banda larga, e nos transportes, onde diversos municípios têm dificuldade de acesso e escoamento/recebimento de produtos, além de

---

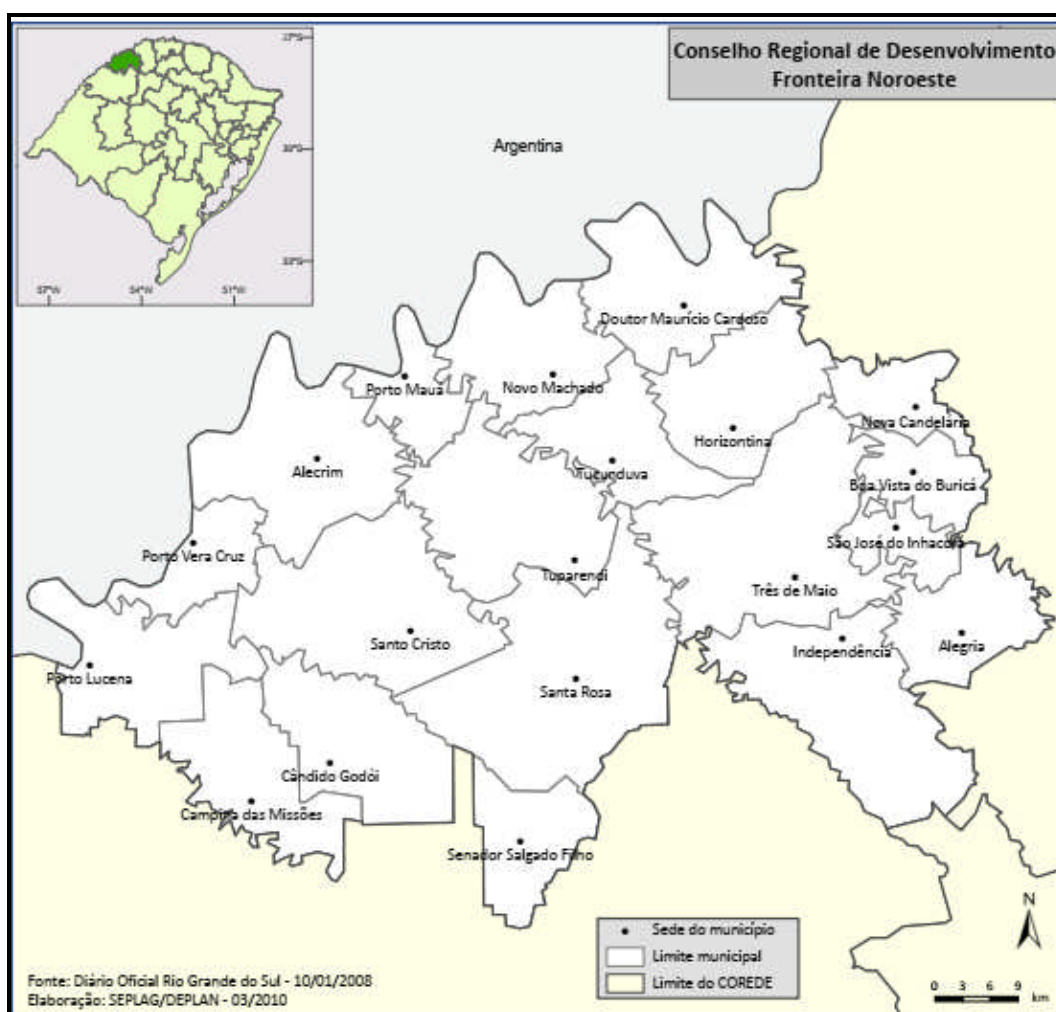
<sup>16</sup> Para maiores informações sobre os índices mencionados, consultar:  
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/22150920-atlas-socioeconomico-para-site.pdf>

concentrar o transporte de cargas no modal rodoviário, com poucas exceções no uso ferroviário (COREDE-MISSÕES, 2017).

No aspecto político, tem atuado na formação de lideranças com certa representação no ambiente legislativo, possui diversidade partidária, mas mantém as demandas e direcionamentos, sobretudo da capital do estado, grande parte em virtude da dificuldade de articulação regional para obras necessárias ao desenvolvimento regional, como o aeroporto regional, a expansão do ensino superior público, a ponte internacional Brasil-Argentina e as rodovias federais, que somente foram realizadas após anos de solicitação ao poder público (COREDE-MISSÕES, 2017).

O segundo conselho analisado é o COREDE Fronteira Noroeste que pertence à região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, também se localiza na RFP-7 e foi criado em 1991. Na imagem 6, destaca-se os limites territoriais, bem como os municípios pertencentes a região.

Figura 6 - O COREDE Fronteira Noroeste



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2021).

O território do COREDE Fronteira Noroeste corresponde a 4.689 km<sup>2</sup> do estado do Rio Grande do Sul. A população total é de 216.729 habitantes (FEE, 2019). Contempla vinte municípios em seu território: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi (COREDE-FN, 2017).

Tem em sua formação histórica o contexto das missões, mas sem participação quanto à infraestrutura, somente territorial. O seu povoamento constitui-se a partir do movimento imigratório europeu e concentra-se nos movimentos migratórios internos a partir das colônias antigas, tendo iniciado o povoamento intensivo no século XX. Territorialmente, é próxima da fronteira com a Argentina, o que lhe trouxe características semelhantes à região das Missões. Possui 62% da população residindo na área urbana dos municípios, e conta com 1,9% da população estadual, e 2% do PIB (COREDE-FN, 2010).

Na atividade agrícola, possui em seu território a concentração de pequenas propriedades, 72% possuem menos de 20 hectares, onde desenvolvem a produção de grãos, hortifrutigranjeiros e agropecuária, com destaque para a criação de suínos e para a produção leiteira – visto que é a maior do estado –, e de gado de corte inseridos na agricultura familiar, representando 25% do PIB da região. Esta atividade, assim como nas missões, é mecanizada e enfrenta o problema da migração rural. A atividade industrial baseia-se nos setores metalmeccânico, alimentício e de construção civil, que correspondem a 35% do PIB. Concentrado nos municípios de Santa Rosa, Três de Maio e Horizontina, no qual destaca-se um vigoroso polo industrial moderno de máquinas e de implementos agrícolas (COREDE-FN, 2017).

A atividade de serviços corresponde pelos 40% restantes do PIB, centrada nas áreas de serviços públicos, educação, saúde, transportes e profissões liberais. Destaca-se a presença de um polo na área da saúde e da educação em torno de Santa Rosa. A infraestrutura de transportes possui uma base rodoviária integrada às cidades do entorno, o modal ferroviário integrado aos municípios de Santo Ângelo e Cruz Alta, e o modal aéreo, a partir do aeroporto de Santa Rosa, com conexões de pequeno porte de pessoal e de cargas. Não possui suporte fluvial para o transporte de cargas, a via hídrica serve somente como ligação internacional a Argentina. Ademais, conta com municípios sem acesso asfáltico, o que restringe a integração regional e dificulta o escoamento da produção (COREDE-FN, 2017).

A região possui grande suporte energético e hídrico, porém, com problemas de

distribuição. Na área das comunicações, a oferta de internet ainda é reduzida, principalmente nas regiões periféricas. Os ecossistemas se constituem como uma possibilidade turística e de serviços, e integra uma fonte de geração de energia hidrelétrica, porém, com baixa preservação ambiental do bioma da mata Atlântica, tendo somente uma área extensiva de preservação no parque do Turvo. No aspecto sociocultural tem predominância da população de origem da imigração europeia, com pequenos grupos étnicos de quilombolas e indígenas. A área educacional destaca-se entre os melhores índices do estado, assim como a área da saúde, porém, com um alto índice de mortalidade infantil (COREDE-FN, 2017).

Na área do Saneamento básico, há baixo índice de tratamento do esgoto, seja este doméstico ou industrial, no entanto, o acesso à água potável e a coleta de lixo, atinge grande parte da população, este último, porém, sem tratamento adequado ou reciclagem. Há ainda a existência de altos índices de pobreza em alguns municípios, quando levado em conta o quantitativo populacional que acessa o bolsa-família. Em relação aos índices, não há compilação dos dados pelo COREDE. Na área institucional, há quantidade e integração entre estas, o que se constitui como um aspecto importante para o desenvolvimento regional, porém, com pouca efetividade às demandas de interesse regionais, como a ponte internacional, o aeroporto e o asfaltamento dos acessos municipais. No aspecto político, há diversidade partidária com representatividade nas instâncias superiores do legislativo (COREDE-FN, 2017).

Percebe-se que, territorialmente, os COREDES analisados nesse estudo são fronteiriços, possuindo uma importante ligação internacional com os países do MERCOSUL, em especial com a Argentina, configurando-se como uma rota de ligação, principalmente comercial, estabelecendo os principais acessos na região com o país vizinho, e ainda estão próximos das divisas territoriais com o Paraguai e o Uruguai, possuindo potencial de desenvolvimento, visto suas localizações.

Tendo neste capítulo sido descrito o referencial teórico e bibliográfico utilizado para o estudo, no próximo capítulo destaca-se o caminho metodológico, partindo da abordagem ao método, bem como as técnicas de coleta, de análise dos dados e dos resultados obtidos a partir destas, auxiliando na compreensão acerca da obtenção dos dados e quais as bases de análise que possibilitaram interpretá-los.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender a questão acerca da pesquisa enquanto possibilidade de contribuição para o desenvolvimento regional, necessita-se elencar o caminho metodológico utilizado no estudo para contemplar as inferências realizadas após a confrontação dos dados, descritas no próximo capítulo.

Nesse sentido, o presente capítulo está estruturado em uma seção e três subseções. Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta dissertação. Inicia-se por uma reflexão sobre a classificação da pesquisa, na qual se destaca a abordagem, o enfoque, os procedimentos técnicos e a unidade de análise pertinente. Na sequência, contempla-se os dados da pesquisa, o *locus*, o recorte e o período delimitado, complementado pela explicitação de como se deu a coleta, a classificação, a organização e a análise dos dados obtidos.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Tendo presente que o foco desta dissertação é a análise da experiência de pesquisa realizada na UFFS, *Campus* Cerro Largo e suas interfaces com os PEDR elaborados no âmbito das regiões dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, entende-se que a abordagem epistemológica mais adequada a este intento, seja a crítica-dialética, pois parte-se da análise do empírico para o concreto.

A perspectiva dialética, a partir da análise materialista, permite a compreensão dos fenômenos em suas características fundamentais da totalidade, da historicidade, do movimento e da contradição. A totalidade, no sentido de indicar que qualquer manifestação do fenômeno deve ser vista e analisada em sua relação com o conjunto que a gera e lhe dá significado. A historicidade, apontando para a dimensão de vinculação que objetiva um tempo, um espaço e um contexto. O movimento, como percepção de que os fenômenos, assim como a realidade, mesmo que apresentem uma objetividade e uma materialidade inerentes, não são estanques, mas sim, fenômenos em constante processo de mudança. Por fim, a contradição, entendida como força motriz dos fenômenos e dos processos sociais, quer por sua composição ou pelos diversos interesses em disputa (GADOTTI, 2018).

O enfoque da pesquisa desenvolvida é predominantemente qualitativo, pois a resolução do problema está amparada na análise das informações, sempre relacionadas à pesquisa bibliográfica e documental (YIN, 2016). Os objetos de análise do estudo foram

baseados nos editais de fomento, seus projetos de pesquisa e os PEDR dos COREDES, vistos em sua dimensão objetiva, sempre catalogados, organizados, sistematizados e analisados a partir da percepção de quem o faz.

A pesquisa qualitativa é um modelo de pesquisa científica no qual a interpretação das informações é tão ou até mais importante, que os dados em si. A análise não ocorre de forma numérica ou estatística, mas sim, em relação aos seus significados, a partir de textos e contextos do assunto em estudo. Minayo e Sanches (1993) entendem que a dicotomia entre qualitativo e quantitativo, construída historicamente, não é a postura mais adequada para utilizar em pesquisas na área das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, o caminho da complementaridade parece ser o mais indicado, como aqui proposto.

Os dados documentais disponíveis sobre a Universidade enquanto Instituição, a pesquisa universitária e o desenvolvimento regional, tiveram uma análise de cunho qualitativo, priorizando a análise de fontes primárias e secundárias, e a revisão bibliográfica e documental, visto que, apesar de terem a possibilidade de mensuração (em virtude de seus dados quantitativos), foram utilizadas categorias de análise nos projetos para que se efetuassem inferências, corroborando com o problema e objetivo propostos no trabalho.

O enfoque é variável e se adequa conforme o problema proposto, ou seja, é o problema que direciona o enfoque a ser adotado no estudo. A análise da possibilidade de conexões entre a Universidade e o desenvolvimento regional, a partir da pesquisa, não estabelece outra possibilidade de análise que não seja a qualitativa para auxiliar na obtenção da resposta (MARCONI; LAKATOS, 2017b).

A pesquisa qualitativa se destaca como a mais verossímil para a compreensão e para o aprofundamento dos fenômenos que serão expostos, levando em conta que, o estudo aqui problematizado, possui pouca exploração, tanto na sua área, quanto no assunto em específico (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Desse modo, “a realidade estudada pela pesquisa qualitativa não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes atores” (FLICK, 2017, p. 43).

Do ponto de vista de sua natureza, este estudo se enquadra na análise realizada por Gibbs (2008), na qual as pesquisas classificadas como aplicadas, tem o objetivo de gerar conhecimento para a aplicação prática, dirigido à solução de questões específicas, envolvendo verdades e interesses locais.

Em relação aos seus objetivos, a presente investigação é explicativa, visto que tem como finalidade, a descrição e a análise das características de um determinado fenômeno, conforme descrevem Gil (2019) e Vergara (2014), utilizando como base, a pesquisa



bibliográfica e documental. A análise descritiva dos dados busca especificar as características do objeto e a coleta de informações na documentação, viabilizando estabelecer categorias de análise, facilitando a interpretação e a construção de inferências como se deseja neste estudo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A pesquisa proposta tem em sua estruturação, os pilares da Universidade enquanto instituição, como pressuposto básico, ligado ao ensino superior e corroborado pela história da UFFS e do *Campus Cerro Largo*, da pesquisa com o fomento de bolsas de pesquisa realizada na UFFS, e o desenvolvimento regional como ferramenta de conhecimento, sendo as relações entre estes aspectos, o foco central do estudo.

### 3.2 LÓCUS DE ESTUDO

A delimitação do lócus de estudo se faz necessária para situar o território que servirá como base de análise para a obtenção dos dados, e a partir desta, a construção dos procedimentos metodológicos necessários. O lócus de estudo utilizado é a UFFS, *Campus Cerro Largo*<sup>17</sup>. Esta escolha se dá em razão do seu processo de criação, sua importância na região em que está inserida e pelas atividades desenvolvidas por esta. Na questão relacionada ao processo de criação, o *Campus Cerro Largo* se destaca porque a sua criação fora conquistada pela demanda e pressão da comunidade regional às classes políticas nas três esferas governamentais e ao Ministério da Educação, de forma colaborativa e unificada, em prol de um objetivo definido: a criação de uma IES com os aportes de ensino, pesquisa e extensão pertencentes a uma Universidade.

Nesse contexto, destaca-se o município no qual foi instalado o *Campi* e sua história. Cerro Largo tem sua origem na imigração européia, em sua maioria étnica alemã e católica, contendo outras etnias e religiões em menor número, estes migrantes são advindos das colônias velhas do estado. Sua fundação ocorreu em 1902, a partir da iniciativa de uma cooperativa que organizava o povoamento dessas terras a partir da instalação de redes ferroviárias que possibilitavam o acesso às regiões e comercializavam lotes de terras. A base para o povoamento e o auxílio aos imigrantes nessa região advinha da igreja católica, tendo o padre Maximiliano Von Lassberg e alguns agrimensores a função de organizar e delimitar o assentamento das famílias.

A colônia emancipou-se de São Luiz Gonzaga em 1954, tendo alterado seu nome para Cerro Largo, pois no estado do Paraná existia um município com o nome de Serro Azul.

---

<sup>17</sup> Para mais detalhes do histórico de criação e funcionamento, e a descrição detalhada deste processo, ver a subseção 2.12, ou ainda consultar a íntegra dos referenciais utilizados neste estudo.

Durante a fundação e colonização do território a educação e a religião constituíram-se enquanto suportes ao desenvolvimento. A sociedade local construiu diversas escolas na colônia, assim como em todas as linhas (pequenas comunidades do meio rural) que a pertenciam, sendo referência educacional na região pelo quantitativo de escolas existentes (TREIB, 2006).

O *Campus* da UFFS em Cerro Largo, foi criado no ano de 2009, e iniciou suas atividades em 2010, com diversos cursos de graduação em um primeiro momento, alocados na unidade em que antigamente, funcionava o Seminário São José, adquirido pelo governo federal, onde, anteriormente à aquisição, ocorriam atividades de formação religiosa. Atualmente o *Campus* possui duas unidades de atividades, as quais contemplam mais de mil alunos nos sete cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e três pós-graduações *Stricto Sensu*, com ofertas anuais de ingresso à comunidade.

Em relação ao segundo aspecto, justifica-se pelo fato de ser a primeira Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, e nesse sentido, compreendida pela importância local e regional na qual se estabelece, com o objetivo de auxiliar no processo de promoção do desenvolvimento regional. Enquanto instituição de ensino superior pública e gratuita, tem sua importância para a região em diversos aspectos, sejam educacionais, sociais ou econômicos, pois auxilia, através de suas atividades, a suprir o descaso das ações demandadas pelo poder público e contribuindo na melhoria destes aspectos a partir de sua instalação, visto que influencia indiretamente nos diversos setores que compõem a comunidade regional e impacta diretamente no desenvolvimento regional.

Os COREDES Missões e Fronteira Noroeste foram elegidos pela sua relação regional com a Instituição e com a comunidade regional, e assim, demandando ações de desenvolvimento à região na qual a Universidade está inserida. Há também que se destacar a existência de duas metodologias que são utilizadas na construção da base dos conselhos, resultando em dois modelos de planejamento. Esses conselhos, além de possuírem maior proximidade ao *Campus* Cerro Largo, participam das agendas regionais em que a instituição atua. A área territorial que os COREDES e a UFFS *Campus* Cerro Largo abrangem, está inserida na localização geográfica da RFP-7.

Nas atividades desenvolvidas, destaca-se o tripé funcional ensino, pesquisa e extensão. A atividade de ensino contribui positivamente no nível educacional da população, que é atingida a partir da formação direcionada nos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados nas diversas áreas do conhecimento, demandando atividades que retornarão à sociedade com os profissionais formados. A extensão disponibiliza, a partir de sua estrutura

física e humana, cursos de formação e de capacitação, bem como, a realização de eventos, como seminários e palestras em diversas áreas, ou ainda, integrando a Universidade com as instituições presentes na sociedade. Por fim, a pesquisa disponibiliza a participação da comunidade regional e acadêmica, em especial dos docentes e discentes, em projetos e editais de pesquisa, possibilitando o estudo de demandas científicas da sociedade, com abrangência em diversas áreas do conhecimento, fornecendo resultados amparados cientificamente à essas demandas.

Os editais e projetos de pesquisa utilizados nesse estudo são relevantes pois demonstram a atuação dos docentes junto à missão da Universidade destacada pela tríade ensino-pesquisa-extensão, e tem como ponto de análise a pesquisa. Nesse sentido, analisa-se somente os projetos contemplados com bolsas de iniciação científica ou tecnológica.

A consonância da pesquisa realizada, em especial nas instituições públicas, com os projetos propostos pelos Conselhos, é de fundamental importância para o alcance dos objetivos da sociedade local e regional, bem como para a redução das desigualdades regionais. As regiões analisadas a partir dos PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, são peculiares ao estudo proposto. Estas se fazem necessárias por comporem a região assistida pela UFFS *Campus* Cerro Largo, ambas as regiões já foram caracterizadas anteriormente, portanto, os pontos já delimitados não serão revistos.

### 3.3 COLETA, CLASSIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos técnicos utilizados são baseados na pesquisa bibliográfica e documental, e são fundamentais em relação aos objetivos propostos em virtude da análise qualitativa dos dados. A pesquisa bibliográfica concentrou-se na análise das obras e artigos científicos descritos na introdução, no referencial teórico e bibliográfico e em outros materiais e documentos que se tornaram complementares a esse estudo, tendo sempre presente os conceitos básicos a serem aprofundados: Universidade, pesquisa e desenvolvimento regional.

Na pesquisa documental, que se caracteriza por ser fonte original de informação, foram consultados os documentos referentes aos editais e projetos de pesquisa realizados na UFFS *Campus* Cerro Largo durante o período de 2010 a 2019, bem como, os PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste neste período.

Uma das bases de análise deste estudo centra-se na produção científica realizada pelos projetos de pesquisa, por esse motivo, utilizam-se os resultados dos projetos de pesquisa nos editais, portanto, não teve nenhum projeto vinculado ao ano de 2010 e que tenha a conclusão

das atividades da bolsa de pesquisa, gerando produção científica neste período. Por isso destaca-se o motivo de utilizar o ano de 2011 nos Quadros.

Em relação aos documentos analisados referentes à pesquisa, ressalta-se que a UFFS se dedica à pesquisa enquanto uma de suas funções desde o seu surgimento. Durante o período de 2010 a 2019, a UFFS *Campus* Cerro Largo, gerou um universo de 735 projetos de pesquisa que concorreram aos editais de pesquisa. Destes, grande parte não conseguiu obter cotas de bolsas, por uma variedade de questões, como por exemplo, a pouca demanda da área, a falta de recursos ou por demanda qualificada dos projetos de outros *Campi*, visto que os editais tem abrangência em outros *Campi* também. Em relação aos projetos que obtiveram bolsa, há um quantitativo de 357 (trezentos e cinquenta e sete) projetos que foram desenvolvidos com fomento no *Campus* Cerro Largo entre o período de 2010 a 2019.

Na análise desse quantitativo faz-se necessário destacar que não constam os editais e projetos que contemplam bolsas de iniciação científica voltados aos estudantes do ensino médio, denominados editais PIBIC-EM, bem como, os projetos de pesquisa institucionalizados não aprovados em editais de fomento, e/ou, que possuem alunos voluntários desenvolvendo a pesquisa.

Em relação aos projetos fomentados em editais PIBIC-EM, justifica-se a exclusão, pois, grande parte destes bolsistas não participa de eventos e da produção de artigos científicos, bem como, pelo fato de a carga horária semanal de atuação nos projetos ser menor em relação aos alunos da graduação com bolsas de iniciação científica ou tecnológica.

Em relação aos projetos institucionalizados não aprovados com fomento e/ou com atuação de alunos voluntários, justifica-se a não utilização pelo fato destes não possuírem fomento de bolsas de pesquisa, além de possuírem uma carga horária, na maioria das vezes, inferior à carga dos projetos com fomento, que demandam vinte horas semanais. Portanto, a seleção dos projetos se justifica por terem em seu objeto de atividade, o fomento à pesquisa universitária com a atuação de um bolsista, que seja aluno de um curso da graduação e seja orientado por um docente (em sua maioria, com a titulação de doutor), o que também não ocorre nos demais projetos, visto que essa é uma das premissas para a inscrição aos editais, principalmente aqueles fomentados pela FAPERGS e CNPq.

Como já descrito, o recorte temporal definido resultou na obtenção de 357 projetos de pesquisa fomentados com bolsas de iniciação científica e tecnológica, demandados por 92 docentes do *Campus* Cerro Largo que possuem/possuíram projetos de pesquisa aprovados em editais no *Campus* Cerro Largo. Destaca-se que, durante o recorte temporal utilizado, o *Campus* Cerro Largo teve em seu quadro, um total de 115 docentes em atividade, o que

demonstra que 80% dos docentes teve projetos contemplados. As informações descritas e tabuladas abaixo foram obtidas junto à DPE e à CAPPG do *Campus*, a partir do setor de pesquisa. Estas informações constam no Sistema de Gestão de Processos e Documentos (SGPD); Sistema PRISMA; Planilha de Produção Docente (PD); e na Plataforma Stela Experta.

O SGPD foi o primeiro sistema implantado na UFFS para tramitação de processos e documentos, com isso, passou a ser utilizado também na institucionalização dos projetos de pesquisa submetidos. Os projetos percorriam um caminho burocratizado e tramitavam de forma impressa, estando disponíveis para consulta em meio digital no sistema.

O docente acessava os formulários necessários no site da instituição, preenchia e fazia a impressão, entregando essa versão (impressa e assinada) ao setor do protocolo, que autuava os documentos, criando um processo. Este processo era encaminhado à CAPPG, que analisava essa documentação e, com ela estando de acordo com o solicitado, remetia à conferência do CAP e à avaliação externa. Nesse caso, os documentos que seriam encaminhados para a avaliação eram baixados do sistema no formato PDF e encaminhados, via e-mail, a dois avaliadores *ad hoc* da área do conhecimento do projeto, e geralmente, externos à UFFS.

Após essa etapa, aguardava-se o retorno da avaliação e a aprovação do projeto pelos avaliadores, e então, dava-se o prosseguimento dos trâmites até a sua finalização, a partir da entrega dos relatórios finais do projeto – com os resultados gerados pela pesquisa –, sendo estes avaliados pelo CAP, e sendo aprovado, o processo era arquivado após a certificação do aluno e do orientador do projeto.

O Prisma é um sistema interno da Universidade, desenvolvido pela Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI) da UFFS. Foi instituído no final do ano de 2017 e possibilitou alterações na operacionalização da pesquisa institucional realizada. A principal alteração deste sistema foi o uso totalmente virtual dos documentos, ou seja, a não necessidade de imprimir, protocolar e solicitar a institucionalização dos projetos. Com isso os projetos são direcionados diretamente via sistema a CAPPG do *Campus*.

No Prisma, o pesquisador cadastra individualmente seu projeto, anexando os formulários e informações necessárias, encaminhando-o para análise documental pelo setor de pesquisa do *Campus*, conforme o edital solicita. Caso esteja correta, o projeto é enviado para análise *ad hoc* externa a UFFS, cuja avaliação passa a compor uma planilha de notas que auxilia a definir os projetos com melhor classificação e com a ordem na distribuição das bolsas, conforme as modalidades previstas nos editais. Esta planilha é encaminhada a DPE que em conjunto as CAPPG dos *Campi* realizam a conferência e tabulam a minuta da

classificação do edital, publicando o resultado provisório e posteriormente o final, no qual descreve-se o período de execução das bolsas e o quantitativo por grande área do conhecimento.

Dentro do sistema o pesquisador pode acompanhar o andamento do projeto, inserir bolsista e relatórios, semelhante ao realizado no SGPD, porém, de forma atualizada e online, sendo facilmente localizado o processo quando este possui alguma correção ou ajuste a ser feito pelo pesquisador, e ainda possibilita a inserção de novos formulários e novos integrantes no projeto, registrando o momento em que as alterações são realizadas.

A PD<sup>18</sup> é um formulário editável que compila as informações acadêmicas de pesquisa do docente, criada pela UFFS para facilitar a análise dos currículos no modelo lattes dos docentes que demandam projetos aos editais, pois possibilita mensurar essas informações, juntamente a dados internos. Esta possui uma diversidade de itens avaliativos das atividades realizadas, e assim, pontua os quantitativos relacionados à pesquisa produzidos nos últimos cinco anos, sendo que, no ano atual, a PD teve seu período de abrangência ampliado para seis anos, pois considera a licença maternidade como um período de afastamento das docentes, auxiliando na avaliação de um período em que estas não estão em atividade.

A PD, por exemplo, tabula o quantitativo de artigos produzidos por ano, conforme o *qualis* da respectiva área de avaliação, e realiza uma pontuação pré-estabelecida, possibilitando ter-se uma base para saber qual pesquisador tem mais pontos dentro da sua área de pesquisa. Quando o docente quiser concorrer em duas áreas distintas no mesmo edital, deverá inserir duas vezes as informações do seu Currículo Lattes<sup>19</sup>, conforme cada área, e salvar estas informações em planilhas separadas.

A pesquisa é essencial para a atividade científica realizada nas Universidades, por isso, deve ser provida dos instrumentos necessários para organizar, implementar e acompanhar seus resultados, tais como os sistemas utilizados, que facilitam e reduzem o tempo de trabalho dos setores que controlam, organizam e coordenam a pesquisa na instituição e nos *Campi*. Portanto, neste estudo, utilizou-se para análise, os artigos publicados em periódicos e revistas, artigos apresentados em eventos científicos, livros e capítulos de livros publicados, elencados na PD e na plataforma Stela Experta para evidenciar o alcance e a publicidade dada pela

---

<sup>18</sup> Esta se encontra parcialmente no anexo A, ao final desta dissertação. No anexo, utiliza-se dados fictícios para ilustrar a tabulação da mesma. Esta elenca as atividades de pesquisa dos últimos cinco anos do pesquisador, sendo que cada item possui pontuação diferenciada.

<sup>19</sup> O Currículo Lattes é uma plataforma com padrão científico de currículo que se propõe a demonstrar e cadastrar aspectos da vida acadêmica de seus usuários. É gerido pelo CNPq desde sua criação em 1999. É uma importante base de armazenamento de informações primárias de pesquisadores. O seu preenchimento e controle é realizado pelo pesquisador, sendo sua responsabilidade a comprovação das informações.

pesquisa realizada a partir dos editais e projetos contemplados com bolsa.

A plataforma Stela Experta tem por objetivo fornecer às IES, uma base de informações e serviços para auxiliar a gestão na área de ensino, pesquisa, inovação e extensão. Enquanto ferramenta de análise de dados utilizada neste estudo, a plataforma possibilita a integração dos dados fornecidos pelo CNPq, a partir do Currículo Lattes dos pesquisadores e do diretório de grupos de pesquisa, e assim, dinamiza o acesso às informações dos currículos, possibilitando o cruzamento de informações a partir da utilização de filtros, facilitando na estruturação de potencialidades ou na verificação de possíveis falhas nas atividades, visto que as informações geradas pela plataforma são didáticas, o que facilita a análise em virtude de seus gráficos e informações de seus relatórios gerados conforme os filtros utilizados.

No entanto, vale ressaltar que a plataforma possui limitações na aplicação dos filtros, por exemplo, na separação das publicações de acordo com a agência de fomento dos editais, esta ocorre conforme a formação do pesquisador, e não conforme a área do projeto demandado no edital. Para corrigir esse aspecto, fez-se necessário o uso de outras ferramentas disponíveis em sistemas e formulários complementares, tais como o SGPD, o Prisma e a PD, e então, adentrar um a um nos editais e projetos para verificar as informações e corrigir os possíveis erros.

Nesse aspecto, acerca das áreas utilizadas pelos docentes nos editais, ressalta-se que alguns docentes realizam atividades em mais de uma grande área de pesquisa, e em alguns casos, isso é recorrente, conforme a natureza do edital proposto. Por exemplo, um docente das Ciências Biológicas pode encaminhar projetos na sua área, nas Ciências Agrárias, nas Ciências Humanas (educação), nas Engenharias, e ainda, na área multidisciplinar ou interdisciplinar. Esta última grande área não foi utilizada na análise dos projetos por não permitir a análise dos parâmetros propostos, e por ser utilizada de forma sazonal nos editais pela UFFS, visto que em alguns períodos, a instituição utilizou-se dessa área quando houve demanda de projetos submetidos relacionados à pós-graduação, assim, os projetos submetidos nessa grande área foram vinculados conforme a área de formação do docente.

Para analisar a pesquisa realizada na Universidade e responder aos objetivos propostos, precisa-se destacar novamente o conceito idealizado. Busca-se discutir a Universidade enquanto instituição, destacando seu histórico no cenário nacional e regional/local, bem como, destacar o papel das instituições e suas interfaces no desenvolvimento regional, levando em consideração dois documentos básicos na estruturação da UFFS: o PDI e a COEPE em suas duas edições, pois definem a articulação institucional em relação à concessão de recursos para a pesquisa através da criação de editais e de parcerias

externas com as agências de fomento, que no caso do *Campus* Cerro Largo, destacam-se a FAPERGS e o CNPq.

Na pesquisa documental analisou-se também outros documentos relevantes aos já mencionados, entre estes, destacam-se: o regulamento da pesquisa da UFFS, que normatiza a pesquisa e suas diretrizes na instituição, definindo critérios para que esta aconteça e suas definições; o relatório organizado quando a UFFS completou seu primeiro decênio. Este documento foi criado para demonstrar as atividades acadêmicas realizadas nos mais diversos aspectos durante o período estudado; a documentação interna utilizada pelo setor de pesquisa do *Campus* e pela DPE e que organiza os projetos de acordo com o ano e edital; bem como o material disponibilizado no projeto de pesquisa fomentado pela Fapergs e desenvolvido em 2011, pois realizou o levantamento documental de dados primários e secundários, constantes no site da UFFS e de outros documentos relativos à história da instituição, descritos por Rotta e Treib (2012). Todos esses documentos complementares auxiliam no conhecimento e na compreensão de como se idealiza a pesquisa na UFFS, principalmente no local de estudo, como esta foi planejada juntamente à comunidade regional e como ela se relaciona com as outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, os editais de pesquisa realizados na instituição, que foram contemplados com fomento de bolsas de pesquisa, entre os anos de 2010 e 2019 no *Campus* Cerro Largo, foram analisados, verificando sua relação com o PDI e a COEPE, destacando suas áreas, e assim, verificando se estes projetos contemplam ou não as prioridades descritas e demandadas nos COREDES Missões e Fronteira Noroeste durante o período analisado. Por conseguinte, realizou-se também a coleta de dados nas fontes secundárias, tais como livros, artigos científicos, anais de eventos e redes de busca eletrônica sobre os seguintes temas: Universidade, UFFS, pesquisa, desenvolvimento regional e COREDES, tendo como destaque as regiões coredianas Missões e Fronteira Noroeste.

A análise, o tratamento e a interpretação do conjunto de dados coletados ao longo da pesquisa ocorreram através da técnica intitulada análise de conteúdo, descrita como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 33).

Trata-se de um método de análise que reúne aspectos objetivos (uma estruturação definida) e subjetivos (espaço para as interpretações do pesquisador), e busca aprofundar a avaliação de determinada informação, discurso, texto, apreendendo aspectos que passam despercebidos em uma leitura comum. Assim, busca-se identificar os editais, projetos e os planos de desenvolvimento, e inseri-los em categorias de análise para posteriormente



relacioná-las e realizar as inferências.

Richardson (2017) destaca que a análise de conteúdo é utilizada nos estudos qualitativos, em que não se pode aplicar um método quantitativo, sendo de uso constante nas Ciências Humanas, e é utilizado principalmente, nos processos em que se fazem inferências, o que vem a ser um dos objetivos deste estudo. Dessa forma, Bardin (2016, p. 39) complementa que “quando os termos serão descritos na primeira etapa e a interpretação é a última etapa, a inferência é o procedimento intermediário que permite a passagem entre uma etapa a outra”.

A análise de conteúdo possui três fases básicas para contemplar sua metodologia de aplicação. A primeira é a pré-análise, momento de efetuar – entre outros procedimentos preparatórios para o desenvolvimento da técnica em questão – um contato, ainda que preliminar, com o material a ser avaliado. Trata-se de uma “leitura flutuante”, na qual as primeiras impressões e orientações acerca do conjunto de dados apreendidos começam a surgir; em que se realiza um esquema a partir do qual se tabulam as informações, selecionando as que serão analisadas; efetua-se uma leitura superficial do material, para assim, se construir um conhecimento prévio do mesmo; se formulam possibilidades de análise; se escolhem os documentos que serão analisados, excluindo aqueles que não possuem importância significativa ao estudo; e, por fim, se elaboram os indicadores ou as categorias plausíveis de análise (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011; SANTOS; COSTA; SILVA, 2019).

Na segunda fase é realizada a análise do material, onde se faz a categorização deste, ou a tabulação dos dados para auxiliar na criação de categorias de análise. Nesse estudo, as categorias estão estruturadas conforme descrito pelos objetivos específicos, mas a tabulação se faz necessária para complementar a análise desse aspecto. A construção de categorias é um dos procedimentos fundamentais da análise de conteúdo.

Na terceira fase da análise de conteúdo, o pesquisador deve ter a preocupação de apresentar os encaminhamentos de sua investigação. É o momento de condensar as informações já trabalhadas nas etapas anteriores; discutir o alcance dos objetivos; refletir sobre as inferências; comentar sobre eventuais descobertas inesperadas; tratar dos limites do estudo; e apresentar as contribuições que a intervenção traz (SANTOS; COSTA; SILVA, 2019). Esta fase será contemplada no capítulo seguinte deste estudo.

É nessa fase que as categorias são dispostas em unidades numeradas, possibilitando a análise criteriosa dos dados. As categorias podem ser numeradas conforme o ano, relação ou direção. Após esse movimento, se estabelecem regras de análise para a numeração executada (RICHARDSON, 2017). Nesse estudo, as regras utilizadas como base para a tabulação foram os editais, projetos, as prioridades da pesquisa e os PEDR dos COREDES através das

prioridades e ações propostas, bem como a categorização dos termos estudados, possibilitando a realização de inferências entre as categorias destacadas.

Em relação às categorias de análise, destaca-se que os editais de pesquisa realizados na UFFS e que foram contemplados em Cerro Largo, foram tabulados, inicialmente, de acordo com o ano, quantitativo de projetos e de bolsas, levando em consideração, a agência de fomento e a modalidade de pesquisa<sup>20</sup> no quesito: iniciação científica ou tecnológica. Nestes projetos, contemplou-se as seguintes categorias de análise para realizar as inferências: área da pesquisa, tema e título das pesquisas, objetivo do projeto, metodologia utilizada e os resultados apresentados. Este último, teve seus filtros focados em análises realizadas nos currículos Lattes dos pesquisadores e comparadas às produções científicas conforme descrito anteriormente.

Em relação às categorias, destaca-se que a área de pesquisa foi necessária para agrupar os projetos por demanda realizada, sendo identificados de acordo com a área aprovada no edital, e não conforme a área de formação do pesquisador, exceto nos casos dos editais com foco na pós-graduação que utilizaram a categoria multidisciplinar ou interdisciplinar, conforme descrito anteriormente. As categorias tema e título, foram utilizadas para auxiliar na filtragem dos projetos, juntamente aos objetivos, sendo a base principal das inferências dos projetos e os planos. A categoria metodologia se fez necessária para auxiliar nas análises realizadas e os resultados dos projetos foram necessários para evidenciar o alcance das pesquisas realizadas, visto que se constituem enquanto comprovação material da importância da pesquisa e a comprovação da execução dos objetivos propostos destes projetos.

Após realizar a filtragem dos projetos quanto às categorias, estes foram agrupados para possibilitar a análise e relacionar com as prioridades e ações dos COREDES. Após o agrupamento, foram definidas palavras-chave constantes nos projetos, a partir das categorias de análise pré-estabelecidas anteriormente, possibilitando relacionar projetos que, mesmo sendo de diferentes áreas, possuíam o mesmo interesse de pesquisa com as prioridades dos planos.

Em relação ao desenvolvimento regional, utiliza-se como referência de estudo dois COREDES: Missões e Fronteira Noroeste e seus PEDR, analisando os modelos que contemplam o período estudado em ambos. Cada COREDE analisado possui, nesse período, dois documentos que foram construídos e colocados em prática em cada região, que foram

---

<sup>20</sup> A modalidade descrita como iniciação científica tem por objeto a investigação científica, busca introduzir e familiarizar o acadêmico com o ambiente de pesquisa, auxiliando nas atividades de pós-graduação que se constitui como base da ciência. A modalidade descrita como tecnológica tem por objeto a inserção do acadêmico no ambiente de desenvolvimento e inovação (UFFS, 2020).

agrupados com o intuito de facilitar a análise, visto que muitos assuntos, bem como prioridades e ações propostas, são idênticos ou complementares.

Os PEDR estabelecem padrões de análise para o desenvolvimento regional, criando propostas e possibilidades para os municípios e suas regiões. Propostas estas, elaboradas a partir da participação da sociedade civil organizada, que através de fóruns, debateu as questões para chegar a possíveis consensos e encaminhamentos. Para a análise dos PEDR, utilizou-se como base duas categorias: primeiro, as prioridades, a partir do contexto descrito, temas prioritários e as áreas prioritárias de ação levando em consideração os subgrupos de análise, e em segundo, as ações propostas, destacando-se as ações prioritárias e projetos demandados.

A plataforma Stela Experta reúne dados estatísticos dos currículos dos docentes da instituição, possibilitando a análise dos projetos e as produções realizadas, semelhante ao descrito na PD, porém, possibilita a criação de filtros para análise e a construção gráfica destes. O SGPD e o PRISMA, possibilitam analisar os projetos de forma mais aprofundada, pois trazem todos os documentos cadastrados, este possibilita também o acesso à PD do projeto, que é importante para verificar os resultados apresentados. Dessa forma, as filtragens permitem separar os *Campi* da instituição, e assim, concentrar a busca documental em Cerro Largo, focando nos projetos realizados pelos docentes nas áreas de atuação, nos tipos de publicações geradas e no período necessário.

Sendo assim, como filtragem, utilizou-se o *Campus* Cerro Largo, no período 2010-2019, as grandes áreas do conhecimento do CNPq e os resultados produzidos pelos docentes. Os editais de pesquisa analisados foram destacados utilizando por base o seu resultado final, que é onde são publicados os projetos aprovados e os quantitativos de cotas de bolsa para cada *Campi*, e de acordo com as agências de fomento.

A tabulação dos dados a partir das categorias de análise descritas, e, conseqüentemente, a verificação da existência ou não de interfaces entre os projetos de pesquisa e os PEDR dos COREDE Missões e Fronteira Noroeste, auxiliará a identificar se a pesquisa desenvolvida no *Campus* Cerro Largo, no período temporal de referência, evidenciou possibilidades e capacidades de inflexão sobre as dinâmicas de desenvolvimento dessas regiões, contribuindo para o cumprimento da missão institucional presente nos documentos base da UFFS.

Para apresentar os projetos selecionados, foram utilizadas as seguintes categorias de análise: a área, tema e título, objetivos, metodologia e resultados. Enquanto nos COREDES selecionados, destacam-se as prioridades e as ações propostas estabelecidas nos PEDR

existentes. Estes aspectos estão exemplificados na seção seguinte, com a apresentação dos dados obtidos, possibilitando a realização das inferências necessárias para responder ao problema e ao objetivo proposto neste estudo.

#### **4 A PESQUISA NA UFFS *CAMPUS* CERRO LARGO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Após a seleção, filtragem, tabulação e análise dos dados, adentra-se no foco de responder ao objetivo e ao problema que direcionam este estudo. Para compreender a questão acerca da pesquisa, enquanto possibilidade de contribuição para o desenvolvimento regional, necessita-se elencar as inferências compreendidas após a confrontação dos dados. Nesse sentido, faz-se necessário revisitar o objetivo geral deste estudo, que se baseia na análise de experiência de pesquisa universitária na UFFS *Campus* Cerro Largo, no período de 2010 a 2019, e suas interfaces com os Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados para este período no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Para responder ao objetivo geral, destaca-se dois pontos básicos: em primeiro, a pesquisa realizada no *Campus* Cerro Largo, e em segundo, os PEDR. Após destacar esses dois aspectos, pode-se então, verificar a existência de interfaces ou não entre ambos. Destaca-se que a pesquisa realizada pela Instituição, principalmente no *Campus* Cerro Largo, deve estar alinhada às demandas regionais, por isso a necessidade de análise nos PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, visto que a Universidade atua nessas regiões de forma direta a partir de suas ações educacionais.

Para alcançar este propósito, tem-se nos objetivos específicos as bases auxiliares nessa questão, sendo estes subdivididos em três. No primeiro, busca-se identificar nos editais lançados pela UFFS, os projetos de pesquisa desenvolvidos no *Campus* Cerro Largo contemplados com bolsa de pesquisa no período de 2010 a 2019, visando evidenciar as áreas, os temas, os objetivos, a metodologia e os resultados produzidos, visto que são nos editais que se pode conhecer quais são os projetos que atendem os requisitos de terem sido contemplados com bolsa de pesquisa. Os projetos ainda foram detalhados a partir de análise nos sistemas institucionais de pesquisa, para assim, se conhecer as categorias necessárias ao estudo. Este ponto será analisado a partir da PD, da Plataforma Stela Experta e dos sistemas utilizados e complementados pelo currículo lattes dos pesquisadores, conforme descrito no capítulo anterior.

No segundo objetivo específico, pretende-se identificar nos Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, as prioridades e ações propostas para impulsionar o desenvolvimento das respectivas regiões. Visando dar conta desse objetivo, analisa-se os PEDR dos dois COREDES, para assim, conhecer as prioridades e as ações que foram demandadas.

E por fim, a questão que conecta os dois primeiros objetivos ao objetivo geral: identificar as interfaces entre os projetos de pesquisa desenvolvidos no *Campus* Cerro Largo no período de 2010 a 2019 e os Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, neste mesmo período. Para atingir esse terceiro objetivo específico, faz-se necessário responder aos dois primeiros, para, em sequência, ser possível relacioná-los e estabelecer as interfaces.

A expectativa é de que, tendo na UFFS, a necessidade de auxiliar no desenvolvimento da região de sua abrangência, a pesquisa realizada na mesma, contemple as demandas dessa região. A questão nesse aspecto, possibilitará verificar se isso ocorre de fato, e em caso positivo, se ocorre em todas as grandes áreas do conhecimento, ou não.

Este capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, destaca-se a pesquisa realizada na UFFS *Campus* Cerro Largo, para isso aborda-se os editais e projetos de pesquisa desenvolvidos a partir das categorias de análise estabelecidas. Na sequência, parte-se aos PEDR do COREDE Missões e Fronteira Noroeste, nos quais analisa-se as prioridades a partir do contexto descrito, os temas prioritários e as áreas prioritárias de ação, levando em consideração os subgrupos de análise, e em segundo, as ações propostas destacando-se as ações prioritárias e projetos destes COREDES, enquanto na última seção, destaca-se as inferências realizadas a partir da análise dos tópicos da primeira e segunda seção.

#### 4.1 PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS NO *CAMPUS* CERRO LARGO

Para responder aos objetivos específicos, organiza-se a análise em momentos interligados, porém, distintos entre si. Para responder ao primeiro objetivo, foram tabuladas as informações de todos os editais realizados pela Instituição, nos quais o *Campus* Cerro Largo teve participação, o quantitativo de bolsas aprovadas em cada edital e os projetos que foram submetidos, conforme o Quadro 3. Nesse sentido, demonstra-se que, entre os anos de 2010 e 2019, o *Campus* participou de quarenta editais de pesquisa de iniciação científica e tecnológica, sendo que três destes, foram referentes à renovação ou prorrogação das cotas de bolsa de editais anteriores, portanto, estes não foram contabilizados e/ou tabulados.

Em apenas dois editais o *Campus* não obteve cota de bolsa, nos anos de 2017 e 2018, nos editais 639/2017 e 797/2018, respectivamente. Portanto, o *Campus* obteve, durante o referido período, 357 bolsas de pesquisa com participação de acadêmicos dos cursos de graduação existentes nas mais diversas áreas do conhecimento. Por conta das áreas dos cursos ofertados e presença de docentes com formação, a área da saúde é a única grande área ausente

nos editais, porém, existem projetos situados e fomentados de forma indireta nesta área, conforme demonstrado pelos filtros utilizados na plataforma Stela Experta.

Abaixo no Quadro 3, traz-se a tabulação de todos os editais nos quais o *Campus Cerro Largo* teve participação, e os projetos foram contemplados com bolsas, constando o ano de submissão, o número final do edital de pesquisa, o número de projetos submetidos e o número de cotas de bolsas aprovadas por edital. Como já fora explicado anteriormente, pelo fato de se utilizar os resultados finais dos editais, o período de 2010 está incluído no ano de 2011 através dos editais 001/PROPEPG/2011, 002/PROPEPG/2011 e 002/FAPERGS/2011.

Quadro 3 – Editais e projetos de pesquisa analisados

(continua)

ANO	EDITAL	Nº Projetos	Nº BOLSAS
2011	001/PROPEPG/2011	13	13
	002/PROPEPG/2011 - PRORROGAÇÃO 003/2010	7	7
	002/FAPERGS/2011	7	7
	111/UFGS/2011	3	3
	<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>30</b>
2012	115/UFGS/2012	26	19
	003/PIBIC/CNPq/UFGS/2012	7	1
	003/PROBIC/FAPERGS/2012-2013	9	4
	227/UFGS/2012	26	11
	<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>35</b>
2013	093/UFGS/2013	41	12
	005/PROBIC/FAPERGS/UFGS/2013	14	9
	339/UFGS/2013	12	2
	085/UFGS/2013 - PRORROGAÇÃO 115/UFGS/2012	7	7
	<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>30</b>
2014	432/UFGS/2014	39	27
	637/UFGS/2014	4	3
	435/UFGS/2014	6	6
	385/UFGS/2014	24	9
	<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>46</b>
2015	526/UFGS/2015	29	28
	525/UFGS/2015	4	3
	613/UFGS/2015	41	30
	615/UFGS/2015	10	3
	<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>62</b>

(conclusão)

<b>2016</b>	488/UFFS/2016	14	13
	489/UFFS/2016	40	28
	664/UFFS/2016	27	11
	665/UFFS/2016	10	3
	<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>55</b>
<b>2017</b>	556/UFFS/2017	5	2
	555/UFFS/2017	41	16
	639/UFFS/2017	4	0
	640/UFFS/2017	18	3
	1000/GR/UFFS/2017	1	1
	<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>22</b>
<b>2018</b>	796/GR/UFFS/2018	36	5
	797/GR/UFFS/2018	14	0
	624/GR/UFFS/2018	16	4
	623/GR/UFFS/2018	57	14
	1105/GR/UFFS/2018	11	8
	<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>31</b>
<b>2019</b>	565/UFFS/2019	60	16
	658/ UFFS/2019	30	5
	881/UFFS/2019	19	19
	<b>TOTAL</b>	<b>109</b>	<b>40</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>735</b>	<b>357</b>

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir dos editais de pesquisa (2021).

No Quadro 3, destacam-se os editais nominados a partir dos resultados finais. Nos anos de 2010 a 2012, os editais eram realizados em um ano, e seu resultados ou os projetos que receberiam cotas de bolsa, eram publicados no ano seguinte. Após o ano de 2012 esse processo foi reestruturado e passou a ocorrer no mesmo ano, assim como os editais, que até então não eram publicados pelo gabinete do Reitor, mas sim pela PROPEPG.

A publicação dos editais normalmente são realizadas pela DPE, no site institucional, entre os meses de março e abril. A implementação das bolsas e o início das atividades, ocorrem no mês de agosto. A utilização dos resultados finais dos editais se justifica pelo fato de ser somente nesta etapa, que são nominados os projetos contemplados com bolsa de acordo com o *Campus*, modalidade de pesquisa, fomento e grande área do conhecimento, visto que o edital inicial somente demonstra as normativas do processo seletivo. Ocorrem ainda casos de publicação de edital complementar ao resultado final, quando, por algum motivo, há aumento no quantitativo de bolsas ofertadas ou alteração na ordem das cotas. O edital

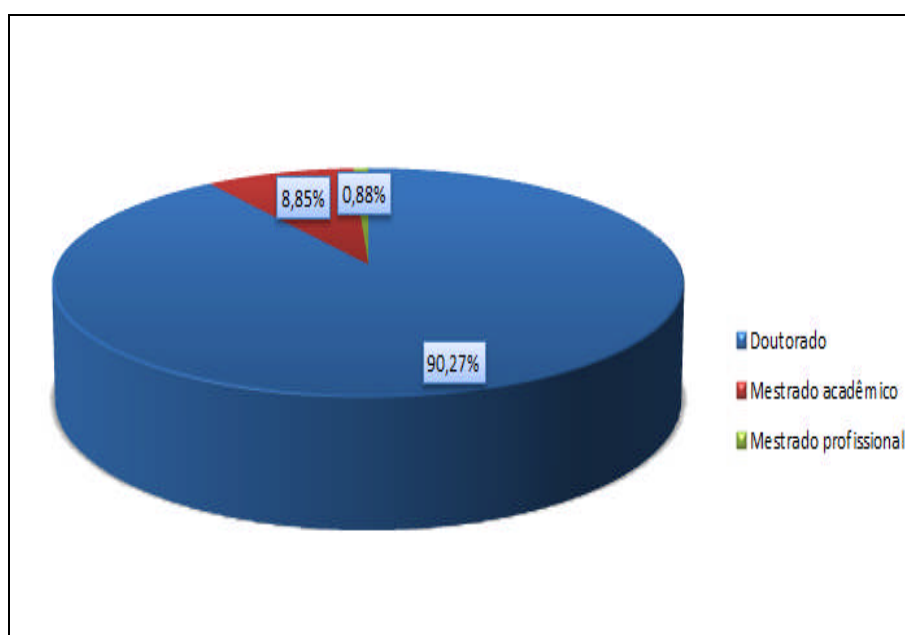


1105/GR/UFS/2018 é um exemplo que demonstra essa questão.

Analisando o quantitativo de cotas de bolsas, destaca-se que os anos em que o *Campus* Cerro Largo obteve o maior número de projetos contemplados com bolsa foram os anos de 2015, 2016 e 2014, com 67, 55 e 46 cotas, respectivamente, levando em consideração todas as áreas do conhecimento. Esse número não parece ser volumoso, porém, é necessário destacar que a instituição, em 2021, tem 11 anos de fundação, e geralmente, nos primeiros anos, a atividade principal das instituições é focada no ensino, pois os cursos e as atividades acadêmicas estão sendo implantadas e estruturadas, bem como o corpo docente ainda está em formação, e em alguns casos, concluindo o doutoramento, que é essencial para a demanda e orientação de projetos de pesquisa com fomento.

Ao analisar o fomento, destaca-se que a UFS também destina recursos para o fomento de cotas de bolsas nos editais, sendo que este quantitativo, normalmente é superior às agências de fomento parceiras. Os editais fomentados pela FAPERGS tiveram mais cotas contempladas de bolsas que os editais fomentados pelo CNPq, aqui, vale ressaltar que o *Campus* Cerro Largo não possui acesso ao fomento das agências de apoio dos outros estados de atuação, apesar da instituição ser multicampi. O mesmo não se aplica ao fomento do CNPq, visto que esse recurso é nacional e abrange a todos os *Campi*. Destaca-se ainda que a análise dos editais contempla somente os editais internos. No Gráfico 1, destaca-se o perfil de titulação dos docentes que atuam no *Campus* no período analisado.

Gráfico 1 - Perfil dos docentes do *Campus* Cerro Largo conforme a titulação



Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir da plataforma Stela Experta (2021).

Na análise do perfil dos docentes no Gráfico 1, percebe-se que, apesar da Instituição possuir somente uma década de existência, o perfil dos servidores do *Campus* favorece a alta demanda de participação em projetos com fomento conforme a titulação: mais de 90% possuem doutorado, e grande parte dos docentes com mestrado, estão cursando seus doutoramentos.

Vale ressaltar que em alguns editais, os docentes que possuem apenas mestrado como formação acadêmica, não podem submeter propostas, como por exemplo, os editais realizados em parceria com a FAPERGS. Em alguns casos, os docentes deixam de receber pontos extras na análise do currículo lattes no caso de não possuírem doutorado, visto que na PD, na qual o docente insere todas as informações pertinentes à pesquisa conforme seu currículo, esse é um dos aspectos que gera pontos na análise dos projetos de pesquisa nos editais.

Esta planilha (PD), é comparada pelo CAP com as informações existentes no currículo lattes, visto que a PD não é documentada, ou seja, o docente não precisa apresentar os comprovantes das informações, estas somente são analisadas e verificadas quanto ao qualis (no caso de artigos), e nos casos de discrepância entre a PD e o Lattes, o docente é solicitado pelo CAP a efetuar a correção, sendo então realizada novamente, a conferência, e a nova PD é inserida no sistema junto à PD antiga. No Quadro 4, apresenta-se os projetos contemplados com bolsa conforme as áreas do conhecimento, o ano de execução das bolsas e seus quantitativos.

Quadro 4 - Projetos de pesquisa contemplados com bolsa conforme a área do conhecimento

ÁREA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL ÁREA
<b>Quantidade</b>										
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	5	3	0	5	10	2	2	4	5	36
CIÊNCIAS BIOLOGICAS	2	6	3	7	12	10	1	4	8	53
ENGENHARIAS	2	5	7	8	10	11	3	5	7	58
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	0	1	3	5	13	13	6	4	5	50
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	5	1	2	8	7	2	1	3	3	32
CIÊNCIAS HUMANAS	13	17	13	9	13	10	7	8	11	101
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	4	2	2	4	2	4	3	3	1	25
TOTAL BOLSAS	31	35	30	46	67	55	22	31	40	357
TOTAL PROJETOS	31	68	74	73	86	91	69	134	109	735

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir dos editais de pesquisa (2021).

Junto ao Quadro 4, destaca-se os anos com o maior número de cotas de bolsas por grande área do conhecimento, e no rodapé do mesmo, o total das bolsas e projetos realizados em cada ano, levando em consideração o período de análise realizado. Nesse sentido, destacam-se os anos de 2015, quando o *Campus* Cerro Largo foi contemplado com 67 bolsas das 357 disponibilizadas, e o de 2018, em que foram submetidos 134 do total de 735 projetos para seleção de bolsas nos editais daquele ano.

Seguindo a análise dos dados, descreve-se uma perspectiva do fomento e submissão de projetos conforme as grandes áreas do conhecimento e o ano. A área de Ciências Exatas e da Terra teve a sua maior quantidade de bolsas no ano de 2015, com 10 projetos aprovados com bolsa, assim como a área de Ciências Biológicas, que teve 12 projetos em 2015. As Ciências Agrárias tiveram, no ano de 2015 e 2016, 13 projetos aprovados, e a área das Engenharias e da Linguística, Letras e Artes tiveram o ano de 2016, como ano de maior quantitativo de bolsas, quando tiveram 11 e 4 projetos selecionados respectivamente. Por último, a área de Ciências Sociais Aplicadas, que teve no ano de 2014 o maior número de bolsas, com 8 projetos, e a área de Ciências Humanas que possui o maior quantitativo de projetos e bolsas em relação às grandes áreas no *Campus*, teve o seu auge no ano de 2012, com 17 projetos.

Após serem verificados os editais de pesquisa realizados na instituição, efetuou-se uma filtragem específica a partir do *Campus* Cerro Largo, demonstrando a primeira das bases do nosso estudo, ou seja, o primeiro objetivo específico e sua análise. Dessa forma, pode-se ter uma perspectiva de como a pesquisa foi realizada nessa década de existência, de acordo com as grandes áreas, os editais e os anos.

Nesse sentido, a plataforma Stela Experta auxiliou e facilitou a coleta dos dados, possibilitando a criação de um diagnóstico numérico e estatístico a partir dos filtros utilizados. De início, realizou-se a filtragem para exemplificar as áreas dos docentes do *Campus*, visto que os projetos normalmente contemplam esses estudos. Com exceção dos casos de pesquisa destinados à pós-graduação, que se torna interdisciplinar. Nesse caso em específico, foram levadas em consideração a área de atuação do docente, assim como os projetos descritos como a área da Saúde foram alocados na área de pesquisa realizada pelo docente.

Com isso, percebe-se uma incongruência na comparação da análise realizada a partir dos filtros da Plataforma Stela Experta e a partir dos projetos. Visto que a plataforma utiliza os dados informados pelo Currículo Lattes nos filtros, enquanto que neste estudo utiliza-se conforme as submissões nos editais. Deve-se destacar que esse diagnóstico não impede a utilização dos dados da Plataforma Stela Experta no estudo, mas que o *Campus* atua de forma interdisciplinar, o que reforça a sua atuação nos editais de pesquisa. Nesse quesito, utiliza-se

as bases definidas na submissão aos editais de pesquisa, visto que há docentes integrante da área das Ciências Exatas e da Terra e das Ciências Biológicas, que pesquisam na área das Ciências Humanas (educação), e/ou que não realizam pesquisa nas suas áreas de formação, o que poderia causar equívocos durante a análise, caso fosse seguida somente a plataforma como base. Na análise dos editais e dos projetos contemplados, criou-se um perfil de atividades de pesquisa dos docentes. Para executar as interfaces dos projetos de pesquisa, é necessário que, primeiramente, se analise quem são os atores que coordenam esses projetos e suas formações acadêmicas.

No Quadro 5, destaca-se o contingente de docentes de acordo com cada grande área do conhecimento. Para gerar as informações desse quadro, obteve-se informações referente à data de lotação ou remoção junto ao *Campus* no setor de gestão de pessoas, e confrontando estas com o currículo lattes, para se ter a noção da totalidade dos projetos que foram realizados pelos docentes durante suas atividades em Cerro Largo, visto que alguns destes atuavam em outros *Campi* da UFFS no recorte temporal utilizado, e os editais não realizam essa separação, somente pela área. Também demonstra-se o quantitativo dos docentes de cada área de formação que executam ou que já executaram projetos de pesquisa, complementando o Quadro 3, onde destacou-se todos os projetos realizados pelo *Campus*. Nesse estudo, utiliza-se por base, as áreas desenvolvidas nos projetos, e não apenas a área de formação.

Quadro 5 – Quantitativo de docentes conforme a área do conhecimento e atuação na pesquisa

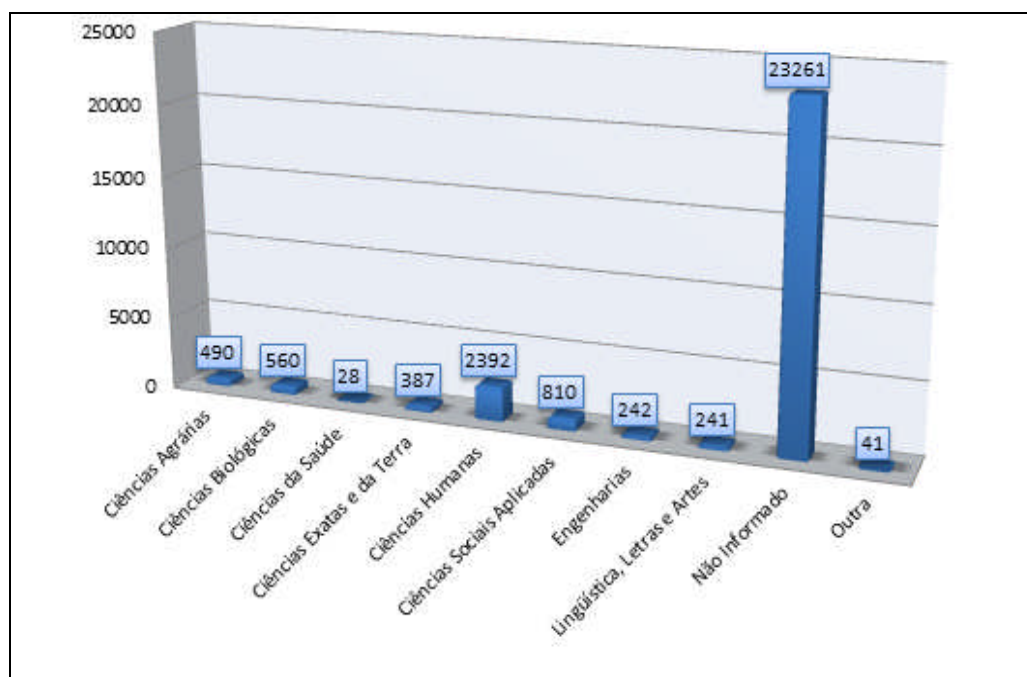
AREA	DOCENTES ATUANTES/ QUE JÁ ATUARAM NO CAMPUS	DOCENTES QUE EXECUTAM PROJETOS/ JÁ EXECUTARAM
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	26	20
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	11	10
ENGENHARIAS	13	11
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	12	10
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	16	13
CIÊNCIAS HUMANAS	23	20
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	14	8
<b>TOTAL</b>	<b>115</b>	<b>92</b>

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir dos editais de pesquisa (2021).

Com a tabulação dos dados no Quadro 5, verifica-se que a área das Ciências Exatas e da Terra possui o maior contingente de docentes que atuam, ou que já atuaram no *Campus*,

com vinte e seis servidores, sendo que vinte destes, executam ou já executaram projetos nesse período, assim como as Ciências Humanas. Já a área das Ciências Biológicas, possui o menor quantitativo com participação na pesquisa, e as outras áreas possuem quantitativos intermediários. Relacionando aos dados tabulados anteriormente, destaca-se no Gráfico 2, o quantitativo das produções realizadas pelos docentes entre os anos de 2010 e 2019, divididas nas áreas do conhecimento de acordo com a Plataforma Stela Experta.

Gráfico 2 – Produção realizada por área do conhecimento

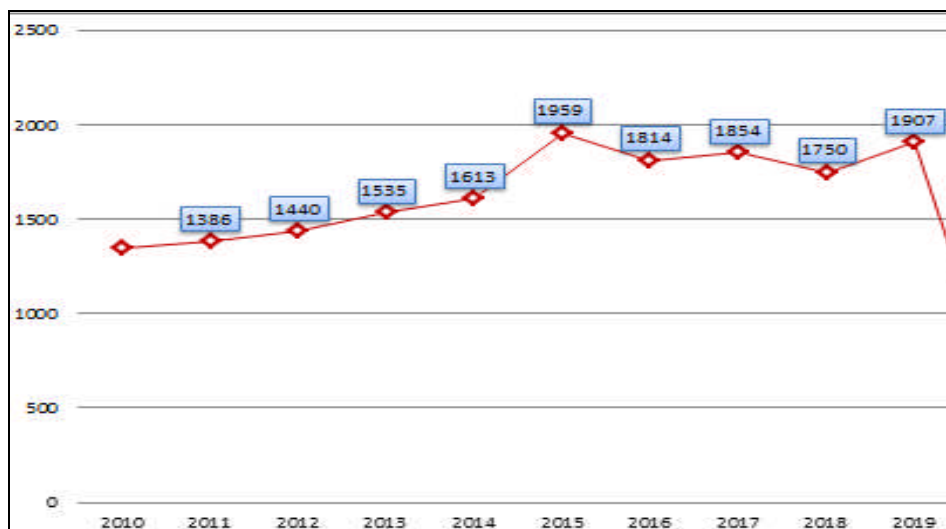


Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir da plataforma Stela Experta (2021).

No Gráfico 3, demonstra-se a totalidade das publicações realizadas pelos docentes locados no *Campus*, ano a ano, sem destacar as áreas e sem separar as publicações nas categorias utilizadas neste estudo. Esta questão está inserida com a publicação de livros e artigos vinculados aos cursos de graduação e na participação em eventos científicos.

Aqui, percebe-se que a área das Ciências Humanas é a maior autora de publicações a partir de suas pesquisas, exceto pelo fato de 23.261 publicações não possuírem área delimitada, conforme cruzamento de dados informados pela Plataforma Stela Experta. Essa incongruência será resolvida com a tabulação realizada no Quadro 6, que leva em consideração de forma separada os pesquisadores de cada área e apenas publicações em artigos e eventos, livros e capítulos de livros, excluindo as outras possibilidades demonstradas pela plataforma.

Gráfico 3 - Publicações dos docentes por ano



Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir da plataforma Stela Experta (2021).

No Gráfico 3, demonstra-se que após o ano de 2019 houve uma queda na linha das publicações, pois o ano seguinte foi um ano atípico na área da pesquisa em relação às publicações realizadas, em virtude da pandemia do Covid-19, que influenciou drasticamente na redução da atividade da pesquisa institucional. Esse ano em questão contempla os resultados dos projetos aprovados no ano anterior. Apesar de a pesquisa utilizar como base limite aquelas até o ano de 2019, algumas pesquisas deste ano, ou de anteriores, tiveram suas publicações ou seus resultados publicados no ano seguinte.

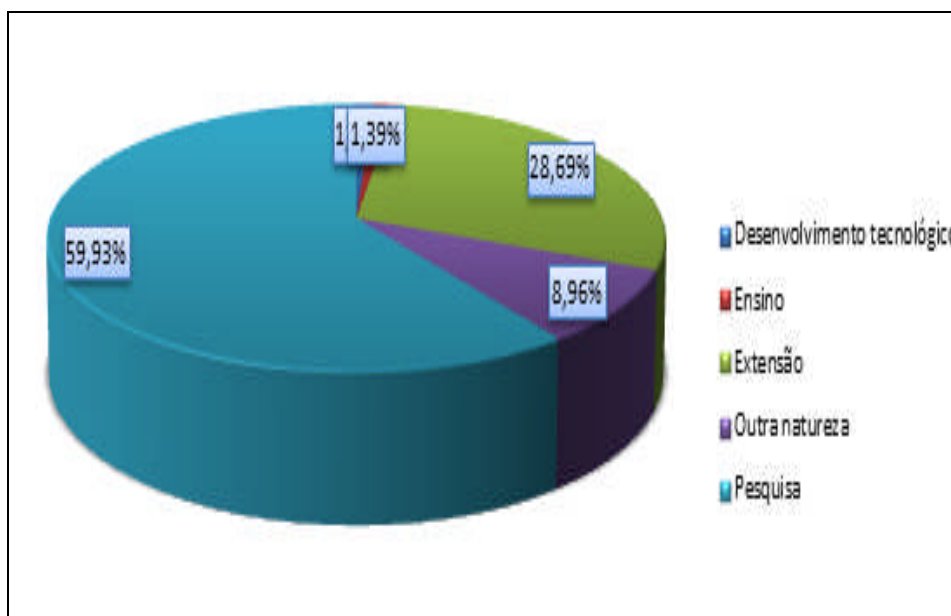
Os projetos vinculados às cotas de bolsas de pesquisa devem, obrigatoriamente, apresentar seus resultados em eventos de iniciação científica, quer sejam internos – a exemplo da Jornada de Iniciação Científica (JIC) – ou externos, sendo passíveis de sanções quando isso não ocorre. Até o ano de 2018, a JIC ocorria simultaneamente em todos os *Campi*. Desde lá, ela é concentrada e realizada individualmente em cada *Campus*. No ano de 2020, por conta da pandemia do COVID-19, a JIC ocorreu de forma virtual, via plataforma WEBEX, com os avaliadores e os projetos sendo divididos conforme a área, semelhante ao formato presencial.

Seguindo a análise das publicações, verifica-se que o ano com mais publicações foi o ano de 2015. Destaca-se que este também foi o ano com maior número de projetos aprovados no *Campus*, com um total de 69 projetos, sendo a maioria destes, junto às instituições de fomento. Este dado indica uma congruência entre os projetos e suas publicações por área.

No Gráfico 4 destaca-se a natureza dos projetos idealizados no *Campus* conforme as categorias: ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico ou de outra natureza.

Aqui engloba-se todos os projetos, possibilitando a comparação entre as categorias inseridas nos pilares da Universidade.

Gráfico 4 - Projetos realizados no *Campus* Cerro Largo conforme a natureza



Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir da Plataforma Stela Experta (2021).

Nesse sentido, quando se analisa a natureza, percebe-se que há o predomínio absoluto da pesquisa na execução dos projetos, e ao considerar os projetos de desenvolvimento tecnológico, que também inserem-se como pesquisa (pois estão vinculados à inovação), tem-se um percentual de 61,32%, ou seja, três quintos de todos os projetos demandados são de pesquisa, comprovando a importância da área para os acadêmicos, docentes e para o *Campus*, destacando que a Universidade está mantendo o tripé ensino-pesquisa-extensão em atividade nas mais diversas áreas do *Campus*, mantendo a base da Universidade em evidência, conforme destaca o Gráfico 4.

Em relação à produção realizada e analisada na PD e na Plataforma Stela Experta, o montante de publicações geradas pelos projetos de pesquisa é de 1.159 artigos em periódicos, 52 livros, 616 capítulos de livros e 3.174 artigos em anais de eventos. A área de Ciências humanas possui o maior quantitativo destas publicações, com 321 artigos, 20 livros, 331 capítulos de livros e 1.260 artigos publicados em anais de eventos, conforme destacado no Quadro 6.

No Quadro 6, a tabulação destaca o primeiro objetivo específico da dissertação: as categorias de análise dos projetos de pesquisa. Destaca-se os temas, objetivos, metodologia e

os resultados dos projetos, conforme a área, atendendo à demanda prevista. Para construir essa base de informações teve-se como referência os Formulários Únicos de Pesquisa (FUP), para os anos de 2010 a 2019, presentes no SGPD e no Prisma.

Esse formulário (FUP) é padrão no setor de pesquisa a todos os *Campi*, e é obrigatório para que se faça a submissão de projetos de pesquisa nos editais internos. Após serem consultados no SGPD e no PRISMA, foram coletadas as informações necessárias ao estudo. Essas categorias elencadas são importantes para visualizar se os projetos dialogam ou não com os PEDR, o que será o foco da última seção desse capítulo.

Os projetos foram tabulados de acordo com o edital de resultados, mantendo a área em que foram submetidos e aglomerados conforme a repetição. Os assuntos foram abreviados conforme o tema, objetivo e metodologia. Para chegar aos termos utilizados no Quadro 6, levou-se em conta as palavras-chave elencadas nos projetos a partir do tema e dos objetivos. Para identificar os temas, utilizou-se como base, o título do projeto e as palavras-chave constantes no FUP; para os objetivos, utilizou-se do objetivo geral, complementando com os objetivos específicos quando necessário; para a metodologia, buscou-se analisar as ferramentas utilizadas para a resposta aos objetivos e ao problema do projeto; e para os resultados, buscou-se analisar os artigos científicos produzidos com *qualis*, os artigos apresentados em eventos, as participações em eventos científicos e os livros e capítulos de livros produzidos e publicados durante o período. A partir dessa organização, chegou-se ao Quadro 6.

Quadro 6 - Projetos de pesquisa e as categorias de análise em cada área do conhecimento

(continua)

TEMAS	OBJETIVOS	METODO	RESULTADOS
<b>ÁREA: CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrotóxicos: 1</li> <li>• Astronomia: 1</li> <li>• Conservação de Rios: 4</li> <li>• Ensino de física: 3</li> <li>• Ferramentas: 3</li> <li>• Estação Meteorológica: 1</li> <li>• Matéria Orgânica: 1</li> <li>• Química: 5</li> <li>• Resíduos: 1</li> <li>• Síntese Química: 10</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o comportamento físico da água: 1</li> <li>• Avaliar a qualidade dos recursos hídricos em relação a metais pesados e sua toxicidade: 2</li> <li>• Conservar e recuperar os recursos hídricos e a mata ciliar: 3</li> <li>• Estudar o sistema de recursos hídricos: 1</li> <li>• Analisar produtos artesanais e verificar as normas pertinentes: 1</li> <li>• Desenvolver um sistema de pulverização para a agricultura: 1</li> <li>• Analisar a didática do conceito de física para a formação de professores: 4</li> <li>• Analisar a reação química para detecção de componentes: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de Produtos: 1</li> <li>• Análise Documental: 8</li> <li>• Análise experimental: 2</li> <li>• Medição de Parâmetros: 21</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em Periódicos: 99</li> <li>• Livros: 02</li> <li>• Capítulo de Livros: 22</li> <li>• Anais de eventos: 262</li> </ul>



(continua)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver ferramentas para utilização de recursos hídricos: 2</li> <li>• Desenvolver um sistema para estação meteorológica de baixo custo: 1</li> <li>• Analisar a síntese e reatividade de compostos farmacêuticos: 2</li> <li>• Analisar a síntese e reatividade de compostos orgânicos: 2</li> <li>• Analisar características das galáxias: 1</li> <li>• Desenvolver metodologia química para síntese orgânica: 6</li> <li>• Produzir atividade didática em multilinguagem: 1</li> <li>• Analisar a pesquisa envolvendo a física no ensino fundamental: 1</li> <li>• Analisar a biodigestão de resíduos da indústria cervejeira: 1</li> <li>• Estudar o uso de plantas para remediar áreas contaminadas: 2</li> <li>• Caracterizar a matéria orgânica no solo: 1</li> <li>• Diagnosticar a contaminação de agrotóxicos em lavouras de soja na região: 1</li> </ul>		
<b>ÁREA: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrotóxicos: 5</li> <li>• Rios: 3</li> <li>• Animais: 4</li> <li>• Fauna: 3</li> <li>• Peixes: 15</li> <li>• Insetos: 8</li> <li>• Plantas: 12</li> <li>• Químicos: 3</li> <li>• Resíduos: 7</li> <li>• Bactérias: 8</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar a distribuição e a dieta das larvas de peixes: 5</li> <li>• Estudar a fauna de insetos para polinização: 3</li> <li>• Estudar a reprodução de plantas forrageiras nativas do solo: 2</li> <li>• Identificar os insetos nativos polinizadores produtores de mel: 1</li> <li>• Estudar a fauna de pequenos mamíferos na região: 3</li> <li>• Estudar a flora nativa: 1</li> <li>• Estudar as plantas medicinais: 5</li> <li>• Estudar as plantas forrageiras nativas do solo: 2</li> <li>• Analisar o uso de agrotóxico: 4</li> <li>• Analisar o uso de agrotóxicos em culturas no RS: 1</li> <li>• Analisar as bactérias do solo: 1</li> <li>• Analisar plantas medicinais em solos contaminados: 2</li> <li>• Analisar o uso de plantas medicinais em solos contaminados: 1</li> <li>• Estudar as bactérias para degradação de substratos orgânicos: 7</li> <li>• Estudar tumores cerebrais em roedores: 1</li> <li>• Estudar metodologicamente os compostos orgânicos em efluentes petroquímicos: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amostragem: 33</li> <li>• Análise Experimental: 18</li> <li>• Medição de Parâmetros: 11</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em Periódicos: 124</li> <li>• Livros: 02</li> <li>• Capítulo de Livros: 26</li> <li>• Anais de eventos: 266</li> </ul>

(continua)

<b>ÁREA: ENGENHARIAS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrotóxicos: 6</li> <li>• Energia Limpa: 9</li> <li>• Combustíveis: 2</li> <li>• Engenharia Civil: 5</li> <li>• Resíduos: 15</li> <li>• Ensino: 2</li> <li>• Indicadores de Saúde: 9</li> <li>• Química: 15</li> <li>• Química em medicamentos: 3</li> <li>• Química em resíduos: 13</li> <li>• Rios: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar resíduos de agrotóxicos em águas de uso público: 1</li> <li>• Estudar o perfil epidemiológico das intoxicações por agrotóxicos: 2</li> <li>• Estudar o perfil epidemiológico da exposição de crianças a agrotóxicos no meio rural: 1</li> <li>• Analisar a exposição a agrotóxicos e a ocorrência de alterações no sistema auditivo: 1</li> <li>• Analisar a incidência das intoxicações por agrotóxicos: 1</li> <li>• Analisar os indicadores de saúde: 6</li> <li>• Análise dos indicadores de saúde ambiental: 3</li> <li>• Analisar as estruturas de concreto armado: 1</li> <li>• Reciclar materiais na utilização de resíduo para a construção civil: 2</li> <li>• Verificar o planejamento ambiental em obras da construção civil: 1</li> <li>• Analisar a biodegradabilidade de produtos químicos: 1</li> <li>• Analisar os efluentes da suinocultura para produção de biogás: 1</li> <li>• Analisar o uso de depósito de efluentes para biogás: 4</li> <li>• Analisar o processo de tratamento de efluentes em curtume: 6</li> <li>• Analisar o processo de tratamento de efluentes: 1</li> <li>• Analisar o processo de compostagem de resíduos orgânicos: 1</li> <li>• Analisar o processo de descontaminação de solos: 4</li> <li>• Analisar o processo de tratamento de aterro sanitário: 6</li> <li>• Analisar as propriedades geotécnicas do solo: 1</li> <li>• Realizar o levantamento e a classificação das vias rurais: 1</li> <li>• Localizar e restaurar a nascente de afluente: 1</li> <li>• Desenvolver metodologias e práticas de ensino da matemática: 2</li> <li>• Produzir biodiesel a partir da extração do óleo de soja com etanol: 2</li> <li>• Desenvolver um projeto de método de conversão de energia para sistema de energia eólica de pequeno porte: 2</li> <li>• Desenvolver um projeto de otimização de sistema de energia solar: 2</li> <li>• Desenvolver um sistema de energia eólica de pequeno porte: 2</li> <li>• Desenvolver um sistema de energia solar para veículos elétricos: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amostragem: 9</li> <li>• Entrevistas: 3</li> <li>• Análise Documental: 15</li> <li>• Medição de Parâmetros: 27</li> <li>• Análise experimental: 15</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em Periódicos: 124</li> <li>• Livros: 00</li> <li>• Capítulo de livros: 28</li> <li>• Anais de eventos: 337</li> </ul>

(continua)

<b>ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura familiar: 1</li> <li>• Agricultura-Pecuária: 4</li> <li>• Agroecologia: 1</li> <li>• Água e Plantas: 2</li> <li>• Água e Solo: 3</li> <li>• Bactérias – Plantas: 4</li> <li>• Bactérias Solo: 2</li> <li>• Ferramentas: 4</li> <li>• Plantas Nativas: 3</li> <li>• Insetos: 2</li> <li>• Plantas: 4</li> <li>• Plantas/Solo: 9</li> <li>• Química plantas: 2</li> <li>• Química Solo: 2</li> <li>• Solo: 5</li> <li>• Meteorologia: 2</li> <li>• Indicadores de saúde: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a acidez no solo na cultura da soja: 1</li> <li>• Estudar a cultura do morango: 2</li> <li>• Analisar a fertilidade do perfil do solo: 1</li> <li>• Analisar a infiltração de água no solo: 2</li> <li>• Analisar a água em solos na cultura da soja e do girassol: 2</li> <li>• Analisar a influência da cobertura do solo na redução da compactação: 1</li> <li>• Analisar a qualidade do solo em diferentes formas de manejo: 1</li> <li>• Analisar o uso de plantas para recuperação da cobertura do solo para cultivo de milho: 2</li> <li>• Analisar sistemas de manejo do solo para hortaliças: 2</li> <li>• Analisar o solo a partir do fósforo remanescente: 1</li> <li>• Analisar o solo com uso de gesso associado ao calcário em sistema de plantio direto: 1</li> <li>• Analisar o solo contaminado por óleo diesel: 1</li> <li>• Analisar uso de solo em sistema lavoura-pecuária: 1</li> <li>• Analisar o uso de solo em sistema lavoura-pecuária na cultura do milho: 1</li> <li>• Analisar a utilização de técnicas para recuperação do solo em áreas degradadas pela pecuária: 1</li> <li>• Desenvolver ferramenta agrícola para coleta de amostra de solo: 3</li> <li>• Desenvolver ferramenta agrícola para limitar a exposição do solo durante o plantio: 1</li> <li>• Analisar o uso de ferramenta agrícola em solo compactado: 1</li> <li>• Analisar o tratamento biológico no girassol: 2</li> <li>• Analisar a qualidade de sementes de trigo armazenadas: 1</li> <li>• Analisar o uso de sementes de trigo para sistema lavoura-pecuária: 1</li> <li>• Realizar análise sanitária no tratamento de sementes de soja, milho e trigo: 1</li> <li>• Analisar a solarização no controle de plantas daninhas: 1</li> <li>• Analisar o uso de insetos na melhoria do solo: 1</li> <li>• Analisar a degradação de penas para uso na indústria: 1</li> <li>• Analisar o uso de bactérias no biocontrole da soja: 1</li> <li>• Analisar o uso de bactérias no biocontrole do feijoeiro: 2</li> <li>• Analisar doenças e pragas no cultivo de pessegueiros: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amostragem: 18</li> <li>• Entrevistas: 5</li> <li>• Análise Documental: 5</li> <li>• Medição de Parâmetros: 17</li> <li>• Análise Experimental: 17</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em periódicos: 147</li> <li>• Livros: 04</li> <li>• Capítulo de Livros: 14</li> <li>• Anais de eventos: 366</li> </ul>

(continua)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar os dados das estações meteorológicas: 1</li> <li>• Analisar o uso de dados meteorológicos para ocorrência de geada na cultura da batata: 1</li> <li>• Desenvolver sistema para previsão meteorológica da ferrugem asiática na soja e no trigo: 1</li> <li>• Analisar o conforto térmico e a relação com doenças respiratórias: 1</li> <li>• Analisar as espécies de forrageiras: 2</li> <li>• Analisar as frutas nativas: 3</li> <li>• Desenvolver um projeto de unidade experimental para fruticultura: 1</li> <li>• Analisar o consumo de produtos hortifrutícolas pelos acadêmicos da UFFS: 1</li> <li>• Analisar o perfil das propriedades de bovinocultura: 1</li> </ul>		
<b>ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas sociais: 5</li> <li>• Desenvolvimento Regional: 6</li> <li>• Agroindústria: 1</li> <li>• Cesta Básica: 1</li> <li>• Contas Públicas: 1</li> <li>• Desenvolvimento Econômico: 1</li> <li>• Ensino superior: 1</li> <li>• Gênero: 2</li> <li>• Administração: 2</li> <li>• Gestão Social: 1</li> <li>• Incubadora: 2</li> <li>• Marketing: 1</li> <li>• Mercado de Ações: 1</li> <li>• Empresas e Microempresas: 2</li> <li>• Políticas Públicas: 2</li> <li>• Tecnologias: 5</li> <li>• Prefeituras: 4</li> <li>• Transparência: 3</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender as abordagens do desenvolvimento regional: 1</li> <li>• Analisar a influência das agroindústrias no desenvolvimento: 1</li> <li>• Analisar a relação entre políticas sociais e desenvolvimento: 2</li> <li>• Analisar as políticas sociais: 5</li> <li>• Analisar as políticas públicas educacionais</li> <li>• Analisar a cesta básica: 1</li> <li>• Analisar a transparência pública nos municípios do COREDE Missões: 3</li> <li>• Analisar as ferramentas para a transparência pública: 1</li> <li>• Estudar a administração nas pequenas e médias empresas: 1</li> <li>• Estudar o marketing nas pequenas e médias empresas: 1</li> <li>• Analisar o uso do marketing digital nas redes sociais: 3</li> <li>• Analisar o comportamento das propagandas com mulheres: 1</li> <li>• Estudar a pesquisa sobre o marketing: 2</li> <li>• Analisar a atividade virtual dos municípios: 1</li> <li>• Elaborar metodologia para uso na incubadora: 1</li> <li>• Analisar as incubadoras de cooperativa: 1</li> <li>• Estudar o uso de tecnologias na agricultura familiar: 1</li> <li>• Analisar a economia do Brasil nos anos 1930: 1</li> <li>• Analisar o mercado de ações: 1</li> <li>• Analisar a política de gênero nas eleições: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amostragem: 3</li> <li>• Análise Documental: 27</li> <li>• Análise Experimental: 1</li> <li>• Entrevistas: 8</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em periódicos: 275</li> <li>• Livros: 24</li> <li>• Capítulo de Livros: 167</li> <li>• Anais de eventos: 477</li> </ul>

(continua)

<b>ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência Rural: 1</li> <li>• Avaliação Educacional: 1</li> <li>• CTS: 6</li> <li>• TICS: 10</li> <li>• Ensino Ciências: 25</li> <li>• Ensino Biológicas: 4</li> <li>• Ensino Química: 13</li> <li>• Ensino Física: 1</li> <li>• Cultura: 4</li> <li>• Docência: 3</li> <li>• Formação Continuada: 17</li> <li>• Investigação-formação-Ação: 8</li> <li>• Filosofia: 1</li> <li>• Inclusão: 1</li> <li>• Livro Didático: 22</li> <li>• Pós-Graduação: 1</li> <li>• Políticas Públicas: 1</li> <li>• Políticas Sociais: 1</li> <li>• Propriedade Intelectual: 1</li> <li>• Agricultura Familiar: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar a comunidade quilombola na região e a cultura da erva-mate: 2</li> <li>• Desenvolver projeto de realocação de monumento histórico no interior de Cerro Largo: 2</li> <li>• Analisar etnicamente os indígenas da região: 1</li> <li>• Analisar a cultura política e do comportamento universitário: 2</li> <li>• Analisar os discursos sobre política na mídia impressa: 1</li> <li>• Analisar os discursos e políticas públicas no ensino de ciências: 1</li> <li>• Analisar a relação entre cultura e desenvolvimento na região das Missões: 1</li> <li>• Analisar os impactos sociais e ambientais das tecnologias na agricultura familiar: 1</li> <li>• Analisar as políticas de assistência rural aos agricultores: 1</li> <li>• Analisar o desenvolvimento e do meio ambiente nos Planos Plurianuais: 2</li> <li>• Analisar os potenciais geográficos a partir da propriedade intelectual na AMM: 1</li> <li>• Analisar os textos locais e regionais: 2</li> <li>• Analisar a linguística na região das Missões: 1</li> <li>• Desenvolver um projeto de línguas fronteiriças Brasil-Argentina: 1</li> <li>• Analisar as pesquisas sobre formação de professores de ciências no Brasil e em Portugal: 2</li> <li>• Analisar as linhas de pesquisa na Pós-Graduação Stricto-Sensu em educação: 1</li> <li>• Analisar as políticas curriculares dos PCN e da BNCC: 1</li> <li>• Analisar a história da ciência na base nacional comum curricular: 1</li> <li>• Analisar a atividade docente em química e física para formação de professores: 1</li> <li>• Compreender a avaliação educacional no ensino de ciências e na atividade docente: 2</li> <li>• Analisar a inclusão de crianças PNE no ensino fundamental: 1</li> <li>• Analisar a não-neutralidade das ciências nas práticas educativas de química e física: 1</li> <li>• Analisar a não-neutralidade do enfoque CTS na atividade curricular: 3</li> <li>• Análise da expressão no ensino de química: 1</li> <li>• Analisar a prática da escrita e da leitura na formação de professores de química: 3</li> <li>• Analisar as práticas inovadoras na formação de professores de química: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental: 81</li> <li>• Estudo de Caso: 1</li> <li>• Entrevistas: 26</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em periódicos: 321</li> <li>• Livros: 20</li> <li>• Capítulo de Livros: 331</li> <li>• Anais de eventos: 1260</li> </ul>

(continua)

- Revisar a literatura sobre a formação de professores de química: 1
- Estudar a formação continuada para professores de ciências: 1
- Analisar a prática da escrita e da leitura na formação de professores de química: 3
- Compreender a promoção do pensamento crítico na formação de professores de ciências: 2
- Analisar as práticas educativas sobre a CTS e a educação ambiental na educação básica: 1
- Analisar as práticas inovadoras na formação de professores de química: 1
- Analisar as atividades pedagógicas nos livros didáticos de ciências: 2
- Analisar os conteúdos e modelos de ensino de ciências na educação básica: 2
- Analisar os livros didáticos para formação de professores de ciências: 2
- Analisar materiais para uso didático no ensino de química e de ciências: 1
- Analisar o uso de TICS no ensino de ciências e biologia: 3
- Analisar o ensino aprendizagem: 2
- Analisar o ensino de ciências nos livros didáticos: 1
- Analisar o estilo de pensamento na formação de professores na área de ciências da natureza: 2
- Analisar o uso de TICS a partir de aplicativos móveis no ensino de biologia celular: 1
- Analisar o uso de TICS como ferramenta metodológica na formação de professores: 5
- Analisar o uso de TICS nas representações de saúde e doenças: 1
- Analisar os discursos de professores de ciências: 1
- Analisar os livros didáticos de química sobre a temática ambiental: 3
- Analisar os livros didáticos do Brasil e de Portugal sobre o pensamento crítico: 2
- Analisar os PCN da química na formação de professores: 1
- Analisar os processos avaliativos na formação de professores: 1
- Analisar a história da célula no ensino de ciências: 1
- Analisar a história dos livros didáticos de biologia: acerca do ensino de vírus, microbiologia, embriologia humana, corpo humano, da célula, de histologia: 8
- Analisar a metodologia dos livros didáticos de Ciências: 2

(conclusão)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a metodologia na formação de professores de ciências: 16</li> <li>• Analisar a pedagogia dos clássicos gregos na formação de professores: 1</li> <li>• Desenvolver projeto de produção de material didático digital para o ensino de ciências e matemática: 1</li> <li>• Revisar a literatura sobre a formação de professores de química: 1</li> </ul>		
<b>ÁREA: LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura: 6</li> <li>• Docência: 1</li> <li>• Formação continuada: 4</li> <li>• Gênero: 1</li> <li>• Leitura: 11</li> <li>• Linguagem: 3</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a formação de professores de espanhol: 1</li> <li>• Analisar a formação de professores de língua portuguesa: 1</li> <li>• Analisar as representações dos professores de educação básica e universitária: 1</li> <li>• Analisar a formação linguística alemã no Sul do Brasil: 3</li> <li>• Analisar a pesquisa em linguística: 2</li> <li>• Analisar a literatura: 4</li> <li>• Analisar a literatura em sala de aula: 3</li> <li>• Analisar a literatura espanhola: 1</li> <li>• Analisar a literatura feminina: 1</li> <li>• Analisar a literatura feminina e suas representações: 5</li> <li>• Analisar a relação cultural na região de fronteira Brasil-Argentina: 1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental: 23</li> <li>• Entrevistas: 5</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos em periódicos: 69</li> <li>• Livros: 00</li> <li>• Capítulo de Livros: 28</li> <li>• Anais de eventos: 206</li> </ul>

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir dos projetos de pesquisa no SGPD e no Prisma (2021).

No Quadro 6, se pode verificar que grande parte dos assuntos e temáticas pesquisados é pertencente ao universo da área concorrida. Na análise dos projetos de pesquisa, demonstra-se quatro aspectos em cada grande área: o tema pesquisado, que destaca qual a temática da pesquisa realizada; o objetivo principal do projeto, que demonstra o propósito do estudo; a metodologia utilizada para responder os objetivos, que demonstra quais as técnicas utilizadas para responder o objetivo; e os resultados, que condensam como o estudo publicou seus resultados. Nesse aspecto, a divisão se deu em três categorias: artigos publicados (seja em revistas ou anais de eventos), participação em eventos, livros e capítulos de livros publicados. Com isso, alguns itens podem estar relacionados em mais de um projeto, como por exemplo, o projeto pode possuir mais de uma metodologia básica, ou ainda, o objetivo pode ter mais de uma questão de análise.

Dessa forma, descrevem-se as temáticas dos projetos de acordo com a ordem das

grandes áreas do conhecimento organizadas pelo CNPq: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. A área das Ciências da Saúde, como já mencionado anteriormente, não possuiu demanda nos editais participantes pelo *Campus*, assim como a área “outros”. Essa última foi unificada às áreas de formação de cada pesquisador, pois dificultava a análise dos dados. Quanto à categorização dos editais, utilizaram-se as áreas do CNPq<sup>21</sup>, pois são as áreas que a UFFS utiliza com maior regularidade para dividir as cotas de bolsas nos editais de pesquisa.

Na área das Ciências Exatas e da Terra, os temas mais observados se concentram na síntese de químicos, no ensino de química e de física, na conservação de rios e nas ferramentas hídricas. Enquanto os objetivos seguiram os conceitos de desenvolvimento de metodologia para auxiliar na síntese e análise química de produtos orgânicos, na análise didática para a formação de professores de química e de física, e na conservação e recuperação de recursos hídricos. A metodologia mais utilizada concentra-se na medição de parâmetros e na análise documental, enquanto os resultados concentram-se nos anais de eventos, na publicação de periódicos e em capítulos de livros.

Nas Ciências Biológicas, os temas mais estudados são peixes, plantas, insetos, bactérias, resíduos e agrotóxicos. Os objetivos estão concentrados no estudo dos processos de reprodução e da diversidade de peixes, na análise da importância dos insetos, na utilização de plantas nativas e medicinais e na contaminação do solo com agrotóxicos e resíduos. Nesta área, a amostragem é a metodologia predominante, seguida da análise experimental e da medição de parâmetros. Os resultados concentram-se nos anais de eventos, na publicação de periódicos e em capítulos de livros.

Na área das Engenharias, o tema mais estudado está concentrado nos resíduos e em componentes químicos, indicadores de saúde, agrotóxicos e energias limpas. Os objetivos transitam entre os resíduos orgânicos, contaminação de solos, indicadores de saúde e a relação com agrotóxicos, biodigestores e sistemas de energias renováveis. A metodologia mais utilizada centra-se na amostragem, medição de parâmetros e nas análises documental e experimental. Os resultados concentram-se nos anais de eventos e na publicação de periódicos.

Nas Ciências Agrárias, os temas mais recorrentes concentram-se nos estudos de solo, plantas, água, bactérias, ferramentas e meteorologia. Os objetivos buscam estudar análise de

---

<sup>21</sup> Disponível no link: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>



solo e seus usos na agricultura, de plantas para cultivo, bactérias e suas implicações na agricultura e sistemas meteorológicos. A metodologia centra-se na medição de parâmetros, análise experimental e documental e na amostragem. Os resultados concentram-se nos anais de eventos e na publicação de periódicos.

As Ciências Sociais Aplicadas estudam o desenvolvimento regional, as políticas públicas e sociais, e as tecnologias e ferramentas voltadas à administração e a transparência pública. Os objetivos centram-se no estudo da gestão pública, nas experiências de políticas públicas e sociais, nas relações das políticas com o desenvolvimento e na transparência pública dos municípios da região, tendo a análise documental como a metodologia prioritária e a utilização de entrevistas. Os resultados concentram-se nos anais de eventos, na publicação de periódicos e em capítulos de livros.

Nas Ciências Humanas, os temas centrais são as questões voltadas para o ensino de ciências, química e física, a formação continuada e sua atuação com os professores da rede pública, o livro didático, as metodologias de formação de professores e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS). Nos objetivos, destacam-se a formação de professores, os processos avaliativos nas ciências, as TICS e a Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) no ensino de ciências, e as análises dos livros didáticos. Na metodologia, a análise documental é absoluta, com a utilização de entrevistas em alguns casos. Os resultados concentram-se nos anais de eventos, na publicação de periódicos e em capítulos de livros. Esta é a área que possui maior participação em projetos, eventos científicos e na participação em capítulos de livros na área da educação do *Campus*.

Na área da Linguística, Letras e Artes, a leitura, a cultura e a formação continuada são os temas prioritários. Nos objetivos, destacam-se a literatura, a formação continuada e as análises textuais de literatura. As metodologias centram-se na análise documental e nas entrevistas. Os resultados concentram-se nos anais de eventos e na publicação de periódicos. Dessa forma, tem-se uma visão geral de cada área de pesquisa, reconhecendo as temáticas, os objetos de estudo, as metodologias utilizadas e onde os resultados são mais divulgados em cada área de estudo.

Quanto aos projetos de pesquisa, estes foram divididos conforme a área de submissão nos editais. Nesse aspecto, elencou-se área por área de acordo com cada categoria de análise, ou seja, de acordo com os temas, os objetivos, as metodologias e os resultados. Os três primeiros pontos foram coletados diretamente nos projetos e nos editais. De 2010 a 2017, os editais foram coletados após análise no SGPD, e de 2018 a 2019, a coleta se deu através do Sistema PRISMA. Os resultados foram coletados na plataforma Stela Experta e na PD, e em

alguns casos específicos, foram analisados os currículos lattes dos pesquisadores para dirimir incongruências.

Na questão dos resultados analisados, foram utilizados os seguintes aspectos: artigos publicados em periódicos com qualis A1 a qualis C; livros e capítulos de livros; artigos em anais de eventos; resumos expandidos e resumos em anais de eventos. Em relação aos resultados produzidos pela pesquisa realizada no *Campus* durante o período analisado, há um total de 1.159 artigos em periódicos, 52 livros publicados, 616 capítulos de livros e 3.174 artigos publicados em eventos científicos.

Esses dados foram coletados a partir das informações dispostas pela Plataforma Stela Experta e pela PD. Na primeira base, foram buscadas as publicações da instituição e dos pesquisadores pelas áreas, tendo definido como filtro o período de 2010 a 2019. Na segunda base foram analisadas duas PD de cada docente, primeiro a de 2015, que integra os anos de 2010 a 2015, e a planilha de 2019, que integra os anos de 2015 a 2019. Com isso, pode-se aferir os dados encontrados na Plataforma Stela Experta e os complementar, caso fosse necessário. As PD analisadas foram encontradas ao analisar os projetos de pesquisa, visto que é uma das bases de análise dos editais.

Esses dados demonstram a expressiva atuação e participação da pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores na comunidade científica regional, nacional e internacional. Separando por áreas, tem-se que a área das Ciências Humanas possui o maior número de artigos publicados em periódicos, somando um total de 321 artigos.

Quanto à publicação de livros, a área das Ciências Sociais Aplicadas possui o maior quantitativo, com 24 obras publicadas. Na questão de capítulos de livros, a área das ciências humanas possui o maior número, com 331 publicações. Por último, vê-se os eventos científicos, onde se destacam os projetos, e principalmente, onde seus resultados são dispostos, e neste aspecto, a área das Ciências Humanas possui o maior número de participações, com 1.260 trabalhos apresentados em eventos. Na seção seguinte contempla-se os dados referentes aos COREDES analisados, tendo as prioridades e ações dos PEDR como suporte para análise durante o período estudado.

#### 4.2 PRIORIDADES E AÇÕES DOS COREDES MISSÕES E FRONTEIRA NOROESTE

Nessa seção busca-se responder ao segundo objetivo específico do estudo: identificar, nos Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, as prioridades e ações propostas para

impulsionar o desenvolvimento das respectivas regiões. Para identificar as prioridades e ações propostas, foram analisados os PEDR, sendo dois do COREDE Missões e dois do COREDE Fronteira Noroeste, durante o período destacado no estudo.

Os COREDES são instâncias consultivas da sociedade gaúcha que têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável das regiões onde atuam; a colaboração para a efficientização das ações do estado; a atuação em prol da melhoria da qualidade de vida da população, da distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Os COREDES são essenciais nos processos democráticos de escolha das prioridades regionais, auxiliando os governos em sua realização. A análise destas prioridades se constituem na necessidade de verificar se as políticas e demandas de pesquisa executadas no *Campus Cerro Largo* contemplam, ou estão alinhadas à essa questão. Nesse sentido, percebe-se que a IES tem como um de seus objetivos, auxiliar na redução dessas desigualdades regionais, estejam elas estabelecidas em quaisquer questões.

Seguindo a análise dos objetivos específicos, têm-se os PEDR da região das Missões e Fronteira Noroeste, nos quais se destaca as prioridades de cada plano e as ações propostas. O modelo de plano estratégico territorial tem por base, diretrizes definidas pelo Fórum dos COREDES, e na metodologia adotada pela maioria dos vinte e oito COREDES do Rio Grande do Sul para elaboração dos seus respectivos PEDR, a partir de 2009. Destaca-se que a região da Fronteira Noroeste utiliza a metodologia do planejamento territorial, baseado na proposta de Siedenberg (2010a). Porém, essas diretrizes não representam uma unificação no formato dos planos (SIEDENBERG, 2010a).

Para a análise dos COREDES, foram utilizados como base, os PEDR do COREDE Missões e Fronteira Noroeste, que contemplam o período dos projetos de pesquisa analisados, ou seja, de 2010 a 2019. Dessa forma, tem-se dois planos de cada COREDE, o primeiro compreende o período de 2010-2030, e o segundo de 2015-2030. Essa análise auxilia na compreensão do uso dos COREDES e de sua importância neste estudo.

O planejamento estratégico, na condição de experiência inovadora, constitui-se em uma das principais ferramentas de gestão do desenvolvimento regional e, adicionalmente, consolida-se como: contribuição como insumo para as proposições e reivindicações dos municípios das entidades local-regionais; processos de aprendizagem e capacitação individual e coletiva; apropriação coletiva, participativa e cidadã pela execução de políticas públicas de promoção do desenvolvimento; acúmulo e referência institucional de planejamento, gestão e avaliação da trajetória do desenvolvimento regional e territorial; um instrumento vivo e sensível à evolução

e às mudanças e transformações da sociedade; uma referência para a avaliação quanto aos avanços e/ou retrocessos nos processos de desenvolvimento regional (COREDE-FN, 2017, p. 13).

Os PEDR são elaborados pela comunidade regional sob a coordenação de um corpo técnico de pesquisadores e de lideranças públicas e privadas que representam as instituições, movimentos e organizações sociais que o integram. Os planos evidenciam as potencialidades e indicam os desafios a partir da análise do diagnóstico de diferentes áreas, visando apontar estratégias de desenvolvimento para as respectivas regiões (BANDEIRA, 2011).

O plano estratégico de desenvolvimento regional configura-se em um documento que contempla o diagnóstico, prognóstico e ações/projetos a serem implementados, o qual deve considerar as particularidades e especificidades históricas, econômicas, sociais, ambientais, políticas, éticas, culturais e territoriais da região. Visando identificar as forças e fraquezas, e também, oportunidades e ameaças (matriz FOFA<sup>22</sup>), que possibilitem estabelecer potencialidades e desafios, a serem superados e contornados, de modo a propor estratégias e ações para o desenvolvimento territorial (SIEDENBERG, 2010a apud COREDE-MISSÕES, 2017, p. 29).

A definição das estratégias que abrangem o processo de construção do PEDR do COREDE Missões, pautou-se em circunscrever as áreas que apresentam carências latentes, capturadas através da metodologia Vester<sup>23</sup>, e capazes de influenciar no processo de melhoria da qualidade de vida da população da referida região, considerando a sua realidade, delineada por meio da interpretação dos dados no diagnóstico técnico. Além das problemáticas (Fraquezas e Ameaças), também foram estabelecidos projetos e ações que contemplassem as potencialidades da região (Fortalezas e Oportunidades) (FELIPPI; SILVEIRA; ALLEBRANDT, 2015).

Tanto para o COREDE Missões, como no COREDE Fronteira Noroeste, tomou-se como referência os planos de 2010-2030 e 2015-2030. Nos dois COREDES observa-se que o segundo plano condensa algumas das prioridades e ações descritas no primeiro, trazendo mais detalhes e análises, reiterando os objetivos anteriores. Nesse sentido, o governo do estado buscou a atualização dos planos, a fim de otimizar as propostas, por isso há uma nova versão em 2015. Para facilitar a visualização e a análise destes, elaborou-se o Quadro 9, que

<sup>22</sup> A Matriz FOFA, trata de uma matriz administrativa na qual as bases de planejamento organizacionais buscam analisar uma realidade para auxiliar no planejamento estratégico. A partir dessa base, destacam-se as Forças, as Oportunidades, as Fraquezas e as Ameaças encontradas. Essa base deriva da ferramenta SWOT americana, criada na década de 1960. Buscou-se utilizar várias bases para auxiliar na análise das prioridades e demandas dos COREDES. Assim a matriz FOFA integra-se como uma dessas bases (SIEDENBERG, 2010b).

<sup>23</sup> Criada por Frederic Vester em 1983, auxilia na identificação e determinação de causas e consequências de uma situação problema. A metodologia Vester, auxilia na criação de hierarquização dos temas trabalhados. Na qual se estabelecem prioridades de análise no sistema de causa-efeito com as variáveis criadas (SIEDENBERG, 2010b).

contempla as prioridades e as ações propostas para todo o período, a partir dos eixos temáticos definidos por cada um dos COREDES.

Os planos possuem diferenças nas duas análises destacadas. Na primeira análise, o PEDR da região das Missões 2010-2030 leva em consideração quatro dimensões: 1- Institucional; 2 - Econômica; 3 - Social; e, 4 - Estrutural. Como esse foi o primeiro PEDR, as análises foram mais objetivas, enquanto no segundo PEDR, estas foram mais detalhadas, amplas. No PEDR 2015-2030, a construção das ações que visam atender as carências e potencialidades referendadas pela sociedade, transitam entre as diferentes dimensões anteriormente estabelecidas, sendo estabelecidas em quatro grandes dimensões mais completas: 1) Infraestrutural; 2) Sociocultural; 3) Competitividade e Sustentabilidade Ambiental das Cadeias Produtivas; e, 4) Articulação, Governança e Planejamento Territorial.

É a partir dessas dimensões que surgem as prioridades elencadas e as ações propostas para realizá-las. Abaixo, apresenta-se o Quadro 7 e 8, que exemplificam os subgrupos de análise dos eixos temáticos, ou dimensões e leva em consideração o detalhamento realizado quando o PEDR fora elaborado. O Quadro 7, destaca os parâmetros do COREDE Missões.

Quadro 7 – Eixos temáticos e subgrupos de análise do COREDE Missões

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Subgrupos de análise</b>
Ambiental	Meio ambiente, fauna e flora, biomas, degradação e conservação de solos, poluição, desmatamento e impactos ambientais.
Infraestrutural	Saneamento, energia, comunicações, transporte, habitação e urbanismo.
Econômico	Setor primário, setor secundário, setor terciário, mercado de trabalho, comércio exterior e gestão pública local.
Sociocultural	Educação, saúde, justiça e segurança, assistência social, cultura, esporte e lazer.
Turístico	Patrimônio da humanidade, gastronomia, pesca, esportes náuticos, parques aquáticos, rotas, belezas naturais, turismo rural e religioso.
Institucional	Articulação e relações interinstitucionais, fomento de capital social, planejamento local e regional.

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir de COREDE MISSÕES (2017, p.56-141).

Os subgrupos de análise são importantes enquanto categorias utilizadas nas inferências do estudo, para assim, verificar se a pesquisa realizada na UFFS está alinhada às prioridades regionais dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste.

Os planos do COREDE Fronteira Noroeste, assim como o COREDE Missões, também possuem diferenças nas duas análises destacadas, conforme pode ser observado na descrição que segue. Na primeira análise, o PEDR 2010-2030 leva em consideração quatro áreas: 1-

Estrutural; 2- Econômica; 3- Social; e 4- Institucional. No PEDR 2015-2030, a construção das ações que visam atender as carências e potencialidades referendadas pela sociedade, transitam entre as diferentes dimensões anteriormente estabelecidas, sendo estabelecidas em quatro grandes dimensões: 1) Infraestrutural; 2) Sociocultural; 3) Competitividade e Sustentabilidade Ambiental das Cadeias Produtivas; e, 4) Articulação, Governança e Planejamento Territorial. O Quadro 8, destaca os parâmetros do COREDE Fronteira Noroeste.

Quadro 8 – Eixos temáticos e Subgrupos de análise do COREDE Fronteira Noroeste

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Subgrupos de análise</b>
Demográfica	Censo populacional, índices e análises estatísticas.
Ambiental	Meio ambiente, fauna e flora, biomas, degradação e conservação de solos, poluição, desmatamento e impactos ambientais.
Sociocultural	Educação, saúde, justiça e segurança, assistência social, cultura, esporte e lazer.
Infraestrutural	Saneamento, energia, comunicações, transporte, habitação e urbanismo.
Econômico	Setor primário, setor secundário, setor terciário, mercado de trabalho, comércio exterior e gestão pública local.
Institucional	Articulação e relações interinstitucionais, fomento de capital social, planejamento local e regional.

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir de COREDE-FN (2017, p. 30-67).

No Quadro 9, destacam-se as prioridades elencadas pelos COREDES e as ações propostas às prioridades destacadas. Na primeira análise percebe-se que algumas áreas prioritárias são semelhantes, porém, os projetos demandados não. No caso dos primeiros planos, a análise foi mais sintética quanto ao diagnóstico dos COREDES, sendo o segundo planejamento, mais detalhado, visto a demanda e o suporte do governo do estado em sua execução, como a provável explicação. Por esse motivo, utilizou-se o segundo plano como base e fez-se as complementações necessárias, conforme orientavam as ações e prioridades existentes no primeiro plano.

Quadro 9 – PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste: categorias de análise

(continua)

<b>PEDR COREDE Missões 2010-30 e 2015-30</b>	
<b>PRIORIDADES</b>	<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>
<p><b>INSTITUCIONAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventário do Patrimônio cultural e natural da Região das Missões do Rio Grande do Sul;</li> <li>• Divulgação cultural e construção da Agenda Regional;</li> <li>• Aumento da participação pela articulação de projetos institucionais na Região;</li> <li>• Programa de capacitação continuada de gestores públicos, líderes comunitários e técnicos municipais;</li> <li>• Difusão tecnológica e educação patrimonial para docentes da rede de ensino fundamental, médio e superior;</li> <li>• Ecoturismo sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de um inventário sobre recursos culturais e naturais existentes no período de um ano;</li> <li>• Criação de banco de imagens dos recursos culturais e naturais regionais a serem disponibilizados em site;</li> <li>• Elaboração de documento com resultado dos levantamentos propostos, o qual deve ser atualizado a cada dois anos;</li> <li>• Criação de um site (ou utilização do site do COREDE Missões) referente aos bens culturais e potenciais turísticos regionais;</li> <li>• Criação de cartilha (impressa) com informações sobre a região, no período de dois anos, com base no inventário a ser realizado;</li> <li>• Realização de uma matéria jornalística (mídia falada e escrita) pelo menos uma vez por mês, ao longo de quatro anos;</li> <li>• Realização de um diagnóstico sobre projetos na região em um ano;</li> <li>• Elaboração de um projeto para a região por ano, contemplando-se, no mínimo, uma microrregião distinta a cada ano ao longo de três anos;</li> <li>• Realização de um curso de extensão em gestão pública para gestores públicos municipais a cada dois anos;</li> <li>• Realização de um curso anual para técnicos municipais em gestão pública;</li> <li>• Realização de duas oficinas por mês (de forma descentralizada) para lideranças comunitárias nos municípios e zonas rurais no período de um ano;</li> <li>• Criar um programa regional com equipe capacitada para atender demandas por projetos de ecoturismo;</li> <li>• Um projeto por ano, via consulta popular, para capacitação de equipe municipal e população em projetos de ecoturismo;</li> <li>• Elaboração de um mapa regional de potenciais turísticos;</li> <li>• Projeto de sinalização turística com base no mapa regional de potencialidades.</li> </ul>
<p><b>ECONÔMICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agência de Desenvolvimento Regional;</li> <li>• Programa de alternativas econômicas aos produtos agrícolas tradicionais;</li> <li>• Apoio à agroindustrialização e à agricultura familiar;</li> <li>• Promoção da implantação de novas indústrias nos setores moveleiro, vestuário e reciclagem de resíduos sólidos;</li> <li>• Fomento ao empreendedorismo;</li> <li>• Suporte à comercialização de produtos regionais;</li> <li>• Planos Municipais de Turismo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação da Agência de Desenvolvimento em 2 anos;</li> <li>• Programa de desenvolvimento econômico em até 2 anos;</li> <li>• Realização no primeiro ano de vigência do plano estratégico de uma pesquisa sobre interesses relativos a alternativas e sugestões de produção dos produtores de renda familiar à monocultura;</li> <li>• Seminário anual sobre alternativas à monocultura com técnicos especializados;</li> <li>• Realização de, pelo menos, um seminário por ano de empreendedorismo para produtores de renda familiar ao longo de quatro anos;</li> <li>• Realização de cursos de capacitação econômica e empresarial, um por ano;</li> <li>• Cursos de qualificação para agricultura familiar (um por ano).</li> <li>• Um projeto por ano voltado a cadeias produtivas, sendo que em cada ano uma microrregião distinta deve ser beneficiada, ao longo de três anos;</li> <li>• Realização de dois cursos por ano de aperfeiçoamento e qualificação para agricultores e agricultoras;</li> <li>• Oficinas em algumas propriedades nas microrregiões (experiências práticas) e municípios da região;</li> <li>• Abertura de linhas de incentivo a tais setores;</li> <li>• Captação de fundos do programa de Redução das Desigualdades Regionais para aplicação nesses segmentos.</li> <li>• Estruturação de um banco de dados como suporte a projetos de investimento;</li> <li>• Criação de incubadoras empresariais e tecnológicas;</li> <li>• Realização de cursos para capacitação de empreendedores;</li> <li>• Realização de cursos de incentivo ao cooperativismo e associativismo;</li> </ul>

(continua)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação turística.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quatro anos para obtenção de certificação de produtos agrícolas regionais;</li> <li>• Construção em cada microrregião, em 2 anos, uma Central de Atendimento de Negócios para comercialização;</li> <li>• Pavimentação dos acessos;</li> <li>• Realização de cursos de capacitação para os agentes de turismo;</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>SOCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprimoramento e criação de Escolas de tempo integral e técnicas.</li> <li>• Educação combinada (básica e profissional) para jovens no meio rural</li> <li>• Redução do analfabetismo.</li> <li>• Consolidação de Programas de Saúde Preventiva na região.</li> <li>• Melhoria no atendimento de Média e Alta Complexidade na Saúde Pública da Região.</li> <li>• Programa de Prevenção e Tratamento à Drogadição.</li> <li>• Centro de Referência de Assistência Social.</li> <li>• Qualificação das Instituições de Segurança Pública.</li> <li>• Programa de ressocialização de Detentos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um curso (com bolsas ou gratuito) em cada município da Região;</li> <li>• Implantação de um Instituto Federal de Educação (IFET) no município de Santo Ângelo/RS;</li> <li>• Implantar e/ou implementar um curso permanente de educação combinada (básica e profissional) em cada microrregião São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Cerro Largo);</li> <li>• Em três anos, diminuir em 60% o número de analfabetos na Região.</li> <li>• Curso de capacitação para todos os profissionais da área da saúde;</li> <li>• Implantação em cada município da região de um projeto de saúde preventiva, além dos já existentes, buscando atender novas áreas ainda não desenvolvidas;</li> <li>• Implantação de Centros de Referência de Média Complexidade (1 por microrregião);</li> <li>• Implantação do Pólo Regional de Média e alta Complexidade;</li> <li>• Desenvolver três projetos microrregionais: Santo Ângelo, Cerro Largo e São Luiz Gonzaga;</li> <li>• Estruturação de uma Casa de passagem e assistência regional;</li> <li>• Cursos permanentes de Qualificação;</li> <li>• Projetos de Criação de Casas Funcionais para Policiais;</li> <li>• Busca de recursos para melhoria na infraestrutura das Organizações de Segurança Pública;</li> <li>• Programa de Assistência psicológica e à saúde do efetivo policial;</li> <li>• Três turmas de educação básica e profissional (presídios de São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Cerro Largo);</li> <li>• Assistência às famílias de 50% dos apenados;</li> <li>• Três projetos/ações de ressocialização, um em cada microrregião).</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>ESTRUTURAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponte Internacional em Porto Xavier.</li> <li>• Modernização do aeroporto regional de Santo Ângelo.</li> <li>• Instalação de Porto Seco na Região das Missões.</li> <li>• Ponte entre Guarani das Missões/Mato Queimado</li> <li>• Acesso asfáltico aos municípios de Eugênio de Castro, Garruchos, Ubiretama, Rolador e Pirapó.</li> <li>• Elaboração dos planos de saneamento básico</li> <li>• Zoneamento Econômico-Ecológico para a Região.</li> <li>• Melhorias na rede da Internet em todos os municípios da Região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da ponte em um prazo de 5 anos;</li> <li>• Conclusão da pista em 4 anos;</li> <li>• Instalação dos equipamentos em 2 anos;</li> <li>• Instalação do porto em 4 anos;</li> <li>• Conclusão da ponte em 4 anos;</li> <li>• 100% dos acessos finalizados em quatro anos;</li> <li>• Em dezembro de 2011 todos os municípios do COREDE com Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Lei Federal nº 11.445/07;</li> <li>• Em 4 anos todos os municípios do COREDE com planos setoriais específicos de abastecimento de água, de esgotos sanitários, de drenagem urbana e manejos de águas pluviais e de resíduos sólidos;</li> <li>• Contratação de funcionários especializados, no mínimo 2 por município, para o processo de gestão municipal do Plano de Saneamento Básico até 2012;</li> <li>• Estudos realizados para a ZEE em 2 anos;</li> <li>• Estabelecimento de ZEE em 3 anos;</li> <li>• 100% da região com atendimento de serviços com banda larga, em 3 anos;</li> <li>• Promoção anual de curso de capacitação da população que viabilize a inclusão digital.</li> </ul>



(continua)

<b>PEDR COREDE Fronteira Noroeste 2010-2030 e 2015-2030</b>	
<b>PRIORIDADES</b>	<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>
<p><b>Políticas de Inclusão Social</b></p> <p>A) Programa regional objetivando o aumento de subsídios ao ensino universitário, com vistas a ampliar as oportunidades de acesso.</p> <p>B) Programa regional objetivando a ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino técnico.</p>	<p>A) necessidade de recursos e investimentos federais no ensino superior da região e de recursos municipais (públicos ou privados) para subsidiar alunos que cursam o ensino superior.</p> <p>B) necessidade de ampliação da oferta do ensino técnico na região e para o planejamento da oferta entre as escolas regionais ofertantes.</p>
<p><b>Políticas de Fomento à Economia Local e Regional</b></p> <p>C- Programa regional de apoio às pequenas iniciativas empresariais voltadas à industrialização de grãos, alimentos, rações, de frutíferas, de hortigranjeiros e carnes, e estruturação de Centro Tecnológico Regional, voltado à realização de estudos de novas tecnologias e alternativas de mercado.</p> <p>D- Programa regional de melhoria da malha rodoviária regional, estendendo acessos asfaltados a todas as cidades da região.</p> <p>E- Programa regional de fortalecimento dos setores agroindustrial, de alimentos, metalmeccânico, confecções, moveleiro e setor de serviços.</p> <p>F- Programa regional de capacitação de trabalhadores e qualificação e/ou (re) qualificação do empreendedor e proprietário do atrativo turístico, fortalecimento da rota turística do Rio Uruguai e estruturação de itinerários de turismo integrados, como o turismo ecológico, de eventos, manifestações sociais e culturais, integrando-os à Rota Turística das Missões e do Circuito Missioneiro (Brasil, Argentina e Paraguai) e ao Parque do Iucumã, nacional e internacionalmente.</p>	<p>C) para a necessidade de centralizar ações no firme propósito de agregar valor à produção regional e estruturação de centros de pesquisa e desenvolvimento nas áreas ainda carentes de iniciativas regionais.</p> <p>D) necessidade de ação integrada entre COREDE e Associação dos Municípios, visando à efetividade deste programa.</p> <p>E) para a necessidade de focar as novas iniciativas empresariais prioritariamente nos setores já tradicionais regionalmente e a necessidade de capacitar técnica e gerencialmente as empresas para dar-lhes mais capacidade de competitividade externa. É importante salientar que o foco aqui, é direcionado às micro, pequenas e médias empresas.</p> <p>F) para a necessidade de desenvolver uma cultura favorável ao turismo e uma cultura receptiva ao turista e de estruturar programas de capacitação de empreendedores e proprietários de atrativos turísticos.</p>
<p><b>Políticas de Inovação na Gestão Público e Privada</b></p> <p>G- Programa regional de apoio à Universidade Pública Estadual e/ou Federal para a região.</p> <p>H- Programa regional de ampliação das oportunidades de formação técnica para jovens e adultos.</p>	<p>G) necessidade de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos regionais, através da institucionalização do ensino público no nível superior;</p> <p>H) a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos regionais, através da melhoria e ampliação do ensino técnico, destacando a luta por uma escola pública federal no setor agropecuário.</p>

(conclusão)

<p><b>Políticas de Uso Racional dos Recursos Ambientais</b></p> <p>I- Programa regional de apoio e compensação dos proprietários que efetuam a conservação e recuperação da mata ciliar.</p> <p>J- Programa regional de gerenciamento regional da coleta do lixo, com atenção aos resíduos hospitalares e tóxicos e implantação da coleta seletiva de lixo e o destino final dos vasilhames tóxicos, pela viabilização de Usinas Regionais de Reciclagem, em consórcios.</p>	<p>I) além do destaque à compensação dos proprietários, indica para a necessidade de dinamização de programa regional de florestamento e reflorestamento energético e conservacionista.</p> <p>J) necessidade de integrar iniciativas das administrações públicas, empresariado e população, a fim de efetivar este programa regionalmente, não de forma isolada em cada município.</p>
<p><b>Políticas de Mobilização da Sociedade</b></p> <p>K- Organização da produção e consumo regionais, através da integração entre produtores e consumidores.</p>	<p>K) para a necessidade de implementar estratégias de incentivo à integração na cadeia agroalimentar, contemplando as fases de produção, agroindustrialização e consumo, e no incentivo à população para a mudança do perfil de consumo, priorizando os produtos regionais. Como organismo articulador, aparece a proposta de estruturação da Associação dos consumidores, buscando ainda a defesa dos interesses dos consumidores.</p> <p>L) necessidade de difusão de programas de apoio às iniciativas de economia solidária, de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo.</p>

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir dos PEDR (COREDE-MISSÕES 2010; 2017; COREDE-FN 2010; 2017).

Comparando os PEDR de cada COREDE no Quadro 9, percebe-se semelhanças entre as prioridades e ações propostas e estabelecidas entre o primeiro e o segundo plano. No segundo, as prioridades e as ações são detalhadas de forma mais objetiva e conceitual, estabelecendo áreas de atuação e destacando algumas questões que não são realizadas no primeiro plano. Ressalta-se que o objetivo não é tecer críticas ou apontar outras possibilidades ao detalhar os planos, mas sim, compará-los com os projetos de pesquisa realizados no *Campus Cerro Largo*, dessa forma, possibilitando a resolução do terceiro objetivo específico deste estudo.

Os PEDR ressaltam aspectos de análise, correção e de manutenção em seus COREDES, nesse aspecto, são fundamentais para auxiliar no desenvolvimento regional. A cada ciclo, algumas prioridades são remodeladas em função de não serem executadas, ou de alteram-se as ações propostas idealizadas. As metodologias utilizadas e as instituições atuantes na elaboração destacam alguns pontos diferentes, porém, mantendo a função objetiva do plano estratégico (ALLEBRANDT, 2010).

No COREDE Missões, os planos foram divididos em categorias de análise. No

primeiro, foram divididos de acordo com a forma de gestão: Institucional, econômica, social e estrutural. Enquanto que no segundo plano, as categorias são divididas em infraestrutural, sociocultural, de competitividade e sustentabilidade ambiental das cadeias produtivas, e por último, articulação, governança e planejamento territorial, expondo as áreas prioritárias e estabelecendo as ações propostas.

As prioridades demandadas pelo COREDE Missões nos dois planos, e suas ações propostas, vão de encontro aos seguintes aspectos: Patrimônio cultural, Formação de gestores, Turismo e Ecologia, Agricultura Familiar, Agroindustrialização, Saneamento Básico, Empreendedorismo, Educação Básica, Técnico-profissional e Superior, Saúde, Saúde Hospitalar, Assistência social, Segurança Pública, Infraestrutura Asfáltica, Pluvial, Aérea e internet.

No COREDE Fronteira Noroeste, percebe-se que a análise das prioridades foi baseada no conceito de políticas de atuação. Nesse sentido, divide-se em categorias, sendo quatro políticas, que subdividem-se em Estrutural, Econômica, Social e Institucional no primeiro plano. No segundo, foram onze questões, sendo estas divididas de forma mais direta: Arranjos produtivos locais, fomentar investimentos nas fontes de produção energética, centro vocacional de tecnologia e inovação, ponte internacional, irrigação, infraestrutura e logística, ciência e tecnologia, educação técnico-profissional e de nível superior, saneamento básico, recuperação de águas pluviais e preservação ambiental, projetos habitacionais, programas de saúde e de inclusão social e políticas públicas de segurança.

As prioridades demandadas pelo COREDE Fronteira Noroeste nos dois planos e suas ações propostas, vão de encontro aos seguintes aspectos em relação aos projetos: industrialização de alimentos, agricultura familiar, capacitação dos trabalhadores, turismo, ecologia, saneamento básico, reciclagem de resíduos, energias renováveis, irrigação, logística, ciência e tecnologia, educação técnica e superior, saúde, habitação e segurança.

Após destacar as bases de análise dos projetos de pesquisa e das prioridades dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, é necessário atender ao último objetivo da pesquisa, por este ser a conexão ao problema. Dessa forma, para identificar as possíveis interfaces entre os projetos de pesquisa desenvolvidos no *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2019, e os PEDR, elaborados no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul neste mesmo período, efetuou-se o cruzamento das informações descritas no primeiro e segundo objetivos específicos, para assim, verificar e destacar em quais áreas a pesquisa está alinhada às demandas dos COREDES, e conseqüentemente, da comunidade regional.

Nesse contexto, destaca-se que os COREDES Missões e Fronteira Noroeste pertencem à RFP-7, que também possui propostas prioritárias que vão ao encontro das elencadas em cada COREDE. Essas propostas buscam alcançar resultados que beneficiem a todos os COREDES da região, as prioridades e as ações propostas pela região funcional são interligadas diretamente às prioridades e às ações propostas dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, o que demonstra que há uma relação nos planejamentos estratégicos levantados.

#### 4.3 AS INTERFACES ENTRE OS PROJETOS DE PESQUISA E OS PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

Na presente seção busca-se analisar as interfaces entre os temas de pesquisas desenvolvidas no *Campus* Cerro Largo, e as demandas apontadas nos processos de planejamento do desenvolvimento realizados pelos COREDES Missões e Fronteira Noroeste no período de 2010 a 2019. Nesse aspecto, busca-se verificar como os temas pesquisados tentam contemplar as demandas prioritárias dos COREDES. Com isso, pode-se responder ao terceiro objetivo específico deste estudo, que se concentra em identificar as interfaces entre os projetos de pesquisa desenvolvidos no *Campus* Cerro Largo no período de 2010 a 2019 e os planos regionais de desenvolvimento elaborados no âmbito das regiões Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul neste mesmo período.

Para identificar essas possíveis interfaces, elaborou-se um Quadro (QUADRO 6), no qual se põe, de um lado, os temas e objetivos dos projetos de pesquisa e seus quantitativos verificados nos projetos, e de outro, as prioridades apontadas no planejamentos dos COREDES. A opção pelos “temas”, se deu em razão de eles serem o indicativo dos interesses de pesquisa, lembrando que o Quadro 6 (na seção 4.1), detalha os objetivos e estará presente nessa síntese quando se fará a análise do Quadro 10, auxiliando na compreensão das interfaces reconhecidas pelo estudo.

Quanto a opção pelas “prioridades apontadas nos planejamentos dos COREDES”, essa se deu por elas indicarem quais são os grandes desafios ao desenvolvimento que estão no imaginário dos atores sociais que os elaboraram. Lembrando também que as ações propostas estão detalhadas no Quadro 9, e da mesma forma, serão levadas em conta no momento da análise deste Quadro 10.

Quadro 10 - Interfaces entre os projetos de pesquisa e os PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste

(continua)

Projetos de pesquisa	Prioridades dos COREDES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Síntese e reatividade de compostos orgânicos;</li> <li>• Síntese e reatividade de compostos farmacêuticos;</li> <li>• Desenvolvimento de metodologia química para síntese orgânica;</li> <li>• Aprimoramento de ferramentas para recursos hídricos;</li> <li>• Bactérias para degradação de substratos orgânicos e produtos orgânicos;</li> <li>• Análise de bactérias no biocontrole do feijoeiro e da soja;</li> <li>• Análise de galáxias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa regional de gerenciamento regional da coleta do lixo, com atenção aos resíduos hospitalares e tóxicos e implantação da coleta seletiva de lixo e o destino dos vasilhames tóxicos, pela viabilização de Usinas Regionais de Reciclagem, em consórcios;</li> <li>• Impulsionar projetos de irrigação, agregando os projetos das barragens hidrelétricas na região.</li> <li>• Implantação de novas indústrias, nos setores moveleiro, vestuário e reciclagem de resíduos sólidos;</li> <li>• Programa regional de apoio às pequenas iniciativas empresariais voltadas à industrialização de grãos, alimentos, rações, de frutíferas, de hortigranjeiros e carnes;</li> <li>• Fecundar a ampliação de investimentos em ciência e tecnologia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fauna de pequenos mamíferos na região;</li> <li>• Análise da flora e de frutas nativas;</li> <li>• Projeto de unidade experimental para fruticultura;</li> <li>• Análise de plantas medicinais;</li> <li>• Uso de plantas nativas para remediar áreas contaminadas;</li> <li>• Diversidade de insetos e sua distribuição espacial;</li> <li>• Diversidade da fauna de insetos no Rio Uruguai e afluentes;</li> <li>• Fauna de insetos para polinização;</li> <li>• Diversidade de peixes e larvas em rios no Noroeste;</li> <li>• Análise de habitat no habitat de peixes;</li> <li>• Avaliação da qualidade dos recursos hídricos para produção de tilápias;</li> <li>• Avaliação da qualidade dos recursos hídricos em relação a metais pesados e sua toxicidade;</li> <li>• Conservação e recuperação de recursos hídricos e mata ciliar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos Municipais de Turismo.</li> <li>• Estruturação turística.</li> <li>• Zoneamento Econômico-Ecológico para a Região.</li> <li>• Elaboração de um mapa regional de potenciais turísticos;</li> <li>• Projeto de sinalização turística com base no mapa regional de potencialidades.</li> <li>• Programa regional de apoio às pequenas iniciativas empresariais voltadas à industrialização de grãos, alimentos, rações, de frutíferas, de hortigranjeiros e carnes;</li> <li>• Programa regional de capacitação de trabalhadores e qualificação e/ou (re) qualificação do empreendedor e proprietário do atrativo turístico, fortalecimento da rota turística do Rio Uruguai e estruturação de itinerários de turismo integrados, como o turismo ecológico, de eventos, manifestações sociais e culturais, integrando-os à Rota Turística das Missões e do Circuito Missioneiro (Brasil, Argentina e Paraguai) e ao Parque do Iucumã, nacional e internacionalmente; Obtenção de certificação de produtos agrícolas regionais;</li> <li>• Programa regional de fortalecimento dos setores agroindustrial, de alimentos, metal-mecânico, confecções, moveleiro e setor de serviços;</li> <li>• Programa regional de apoio e compensação dos proprietários que efetuam a conservação e recuperação da mata ciliar;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de estruturas de concreto armado;</li> <li>• Planejamento ambiental em obras da construção civil;</li> <li>• Reciclagem de materiais na utilização de resíduo para a construção civil;</li> <li>• Levantamento e classificação das vias rurais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestrutura asfáltica, pluvial e aérea;</li> <li>• Acesso asfáltico aos municípios de Eugênio de Castro, Garruchos, Ubiretama, Rolador e Pirapó;</li> <li>• Investir e qualificar a infraestrutura viária e de logística;</li> </ul>

(continua)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de biodiesel a partir da extração do óleo de soja com etanol;</li> <li>• Projeto de otimização de sistema de energia solar;</li> <li>• Sistema de energia eólica de pequeno porte;</li> <li>• Análise de efluentes da suinocultura para produção de biogás;</li> <li>• Biodigestão de resíduos;</li> <li>• Processo de tratamento de aterro sanitário;</li> <li>• Análise do uso de depósito de efluentes para biogás;</li> <li>• Processo de tratamento de efluentes em curtume;</li> <li>• Processo de compostagem de resíduos orgânicos;</li> <li>• Resíduos de agrotóxicos em águas de uso público;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação de Centro Tecnológico Regional, voltado à realização de estudos de novas tecnologias e alternativas de mercado;</li> <li>• Fomentar investimentos nas fontes de produção energética: através da produção de bioenergias limpas, como etanol, biodiesel, eólica e outras;</li> <li>• Elaboração dos planos de saneamento básico;</li> <li>• Promoção da implantação de novas indústrias nos setores moveleiro, vestuário e reciclagem de resíduos sólidos;</li> <li>• Programa regional de gerenciamento regional da coleta do lixo, com atenção aos resíduos hospitalares e tóxicos e implantação da coleta seletiva de lixo e o destino final dos vasilhames tóxicos, pela viabilização de Usinas Regionais de Reciclagem, em consórcios;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de tumores cerebrais em roedores;</li> <li>• Análise dos indicadores de saúde e saúde ambiental;</li> <li>• Perfil epidemiológico das intoxicações por agrotóxicos;</li> <li>• Análise de agrotóxico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação de Programas de Saúde Preventiva na região;</li> <li>• Melhoria no atendimento de Média e Alta Complexidade na Saúde Pública da Região;</li> <li>• Programa de Prevenção e Tratamento à Drogadição (Dependência química e alcoolismo);</li> <li>• Curso de capacitação para todos os profissionais da área da saúde;</li> <li>• Implantação em cada município da região de um projeto de saúde preventiva, além dos já existentes, buscando atender novas áreas ainda não desenvolvidas;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solarização no controle de plantas daninhas;</li> <li>• Análise do consumo de produtos hortifrutícolas pelos acadêmicos da UFFS;</li> <li>• Análise da fertilidade do perfil do solo;</li> <li>• Localização e restauração de nascente de afluentes;</li> <li>• Análise do perfil das propriedades de bovinocultura;</li> <li>• Análise de doenças e pragas no cultivo de pessegueiros;</li> <li>• Uso de plantas medicinais em solos contaminados;</li> <li>• Análise do uso de insetos na melhoria do solo;</li> <li>• Ferramentas para utilização de recursos hídricos;</li> <li>• Ferramenta agrícola para coleta de amostra de solo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação para agricultura familiar;</li> <li>• Programa regional de fortalecimento dos setores agroindustrial, de alimentos, metalmecânico, confecções, moveleiro e de serviços;</li> <li>• Estimular a produção de alimentos saudáveis e com tecnologia, visando ao fortalecimento dos arranjos produtivos de leite, de suínos, de grãos, da fruticultura e dos hortigranjeiros da agricultura familiar;</li> <li>• Programa de alternativas econômicas aos produtos agrícolas tradicionais;</li> <li>• Apoio à agroindustrialização e à agricultura familiar;</li> <li>• Organização da produção e consumo regionais, através da integração entre produtores e consumidores;</li> <li>• Realização cursos de aperfeiçoamento e qualificação para agricultores e agricultoras;</li> <li>• Seminário anual sobre alternativas à monocultura com técnicos especializados;</li> <li>• Construção em cada microrregião, de uma Central de Atendimento de Negócios para comercialização;</li> </ul>

(continua)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de solo em sistema lavoura-pecuária;</li> <li>• Processo de descontaminação de solos;</li> <li>• Reprodução de plantas forrageiras e forrageiras nativas do solo;</li> <li>• Análise de dados das estações meteorológicas;       <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise sanitária e da qualidade de sementes de trigo armazenadas;</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de capacitação continuada de gestores públicos, líderes comunitários e técnicos municipais;</li> <li>• Programa regional com equipe capacitada para atender demandas por projetos de ecoturismo;</li> <li>• Projeto via consulta popular, para capacitação de equipe municipal e população em projetos de ecoturismo;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração e marketing nas pequenas e médias empresas;       <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise sobre o marketing digital;</li> <li>• Análise da atividade virtual dos municípios;</li> </ul> </li> <li>• Análise de ferramentas e da transparência pública nos municípios do COREDE Missões;       <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos municípios;</li> <li>• Elaboração de metodologia para incubadora;</li> <li>• Uso de tecnologias na agricultura familiar;</li> </ul> </li> <li>• Análise dos impactos sociais e ambientais das tecnologias na agricultura familiar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de capacitação econômica e empresarial;</li> <li>• Cursos de qualificação para agricultura familiar;</li> <li>• Fomento ao empreendedorismo;</li> <li>• Realização de seminário de empreendedorismo para produtores de renda familiar;</li> <li>• Capacitação de empreendedores;</li> <li>• Cursos de incentivo ao cooperativismo e associativismo;</li> <li>• Programa regional de apoio às pequenas iniciativas empresariais voltadas à industrialização de grãos, alimentos, rações, de frutíferas, de hortigranjeiros e carnes;</li> <li>• Estruturação de Centro Tecnológico Regional, voltado à realização de estudos de novas tecnologias e alternativas de mercado;</li> <li>• Programa regional com equipe capacitada para jovens e adultos;</li> <li>• Criação de incubadoras empresariais e tecnológicas;</li> <li>• Participação na articulação de projetos institucionais na região;</li> <li>• Programa regional de ampliação das oportunidades de formação técnica para jovens e adultos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação entre políticas sociais e desenvolvimento;</li> <li>• Abordagens do desenvolvimento regional;</li> <li>• Análise da relação entre cultura e desenvolvimento na região das missões;</li> <li>• Análise da cultura política e do comportamento universitário;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação de Centro de Referência Regional de mercado;</li> <li>• Programa de Ressocialização de formação técnica para jovens e adultos;</li> <li>• Cursos permanentes de Qualificação;</li> <li>• Projetos de Criação de Casas Funcionais para Policiais;</li> <li>• Estrutura das Organizações de Segurança Pública;</li> <li>• Qualificação das Instituições de Segurança Pública (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil);</li> <li>• Programa de Assistência psicológica e à saúde do efetivo policial;</li> <li>• Realização de um curso anual para técnicos municipais em gestão pública;</li> <li>• Participação na articulação de projetos institucionais na região;</li> </ul>

(conclusão)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão no ensino fundamental;</li> <li>• Criação do laboratório de física;</li> <li>• Análise de TICS no ensino;</li> <li>• Análise da não-neutralidade do comportamento universitário;</li> <li>• Análise do ensino de ciências nos livros didáticos;</li> <li>• Análise de políticas sociais;</li> <li>• Análise de atividade pedagógica no livro didático de ciências, química e física;</li> <li>• Análise metodológica de formação de professores de ciências;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação básica; técnico-profissional; superior;</li> <li>• Difusão tecnológica e educação patrimonial para docentes da rede de ensino fundamental, médio e superior;</li> <li>• Aprimoramento e criação de Escolas de tempo integral e técnicas.</li> <li>• Educação combinada (básica e profissional) para jovens no meio rural;</li> <li>• Redução do analfabetismo;</li> <li>• Programa regional objetivando o aumento de subsídios ao ensino universitário, com vistas a ampliar as oportunidades de acesso;</li> <li>• Programa regional objetivando a ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino técnico;</li> <li>• Programa regional de apoio à Universidade Pública Estadual e/ou Federal para a região;</li> <li>• Necessidade de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos regionais, através da melhoria e ampliação do ensino técnico, destacando a luta por uma escola pública federal no setor agropecuário.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de realocação de monumento histórico no interior de Cerro Largo;</li> <li>• Comunidade quilombola na região e a cultura da erva-mate;</li> <li>• Análise etno-histórica dos indígenas da região;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação patrimonial para docentes da rede de ensino fundamental, médio e superior;</li> <li>• Inventário do Patrimônio cultural e natural da região das Missões do Rio Grande do Sul;</li> <li>• Participação na articulação de projetos institucionais na região;</li> <li>• Divulgação cultural e construção da Agenda Regional;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da formação de professores em português e espanhol;</li> <li>• Análise da formação linguística alemã e brasileira no sul do Brasil;</li> <li>• Análise de textos locais e regionais;</li> <li>• Análise de literatura feminina e suas representações;</li> <li>• Análise da relação cultural na região de fronteira Brasil-Argentina.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventário do Patrimônio cultural e natural da região das Missões do Rio Grande do Sul;</li> <li>• Divulgação cultural e construção da Agenda Regional;</li> </ul>

Fonte: Sistematização feita pelo autor a partir dos projetos de pesquisa do SGPD e Prisma (2021).

Ao analisar os temas e objetivos de pesquisa efetivados nos projetos do *Campus Cerro Largo*, verificou-se que há um quantitativo de questões que se relacionam, seja de forma direta ou indireta, e existem prioridades dos planos de desenvolvimento que não são contemplados pelas temáticas executadas na pesquisa dos projetos da UFFS, bem como as demandas da pesquisa que não possuem respaldo nas prioridades, o que pode ser considerado normal, visto a quantidade e a variedade de áreas de estudo na instituição.



Destaca-se que a UFFS se insere enquanto uma das ações propostas pelos COREDES, e a partir disso, torna-se necessária para que a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL suprisse ou reduzisse a desigualdade em relação aos centros urbanos, fosse essa desigualdade a nível educacional, econômico ou social. Portanto, é fundamental que a instituição seja somadora nos esforços descritos nas prioridades dos COREDES, visto que estas são diagnosticadas após o estudo de diversos aspectos e dimensões dessas regiões. Sabe-se que algumas prioridades envolvem questões estruturais, e por isso, não são passíveis de serem contempladas pelos projetos de pesquisa, bem como as demandas feitas para cursos que não estejam presentes no *Campus*.

Assim busca-se destacar as temáticas da pesquisa realizada no *Campus* Cerro Largo, e realizar as vinculações com as prioridades dos COREDES da região das Missões e da Fronteira Noroeste. Essa vinculação se mostra importante, visto que busca responder ao objetivo geral da dissertação. Destaca-se que as análises foram descritas de acordo com a grande área de estudo das pesquisas, e conforme os eixos temáticos das prioridades inseridas nos planos regionais de desenvolvimento.

A pesquisa é a base para que a Universidade seja um centro produtor de conhecimento, e a ausência desta, e das possibilidades de fomento à pesquisa na região da Fronteira Sul, traz consequências que não podem ser mensuradas no contexto regional e do desenvolvimento (SCHWARTZMAN, 2015). Assim, há uma urgência na retomada dessas questões e no estabelecimento dessas demandas, portanto, estudar e trazer soluções aos problemas regionais, surge como prioridade nas atividades institucionais (UFFS, 2019b).

As pesquisas desenvolvidas na grande área das Ciências Exatas e da Terra tem seu foco de estudo na área da química, física e da astronomia. Alguns destes estudos na área da física e química, buscam contemplar as questões do ensino, então, esse ponto de análise será vinculado à área das Ciências Humanas, visto que é a área em que os projetos estão inseridos nos projetos. Os estudos voltados à química, buscam analisar compostos orgânicos, a degradação de substratos e a análise de sementes. Em relação à física, os recursos hídricos são a pauta. Quanto à Astronomia, os estudos contemplam a análise de galáxias e buscam auxiliar na resolução de questões voltadas à indústria, agricultura e ciência básica, que são integradas ao desenvolvimento pela sua dinâmica e importância.

Nas sínteses de produtos químicos, os estudos buscam criar metodologias e aplicabilidades destes, visando melhorias e a facilitação dos seus usos em laboratórios. Esses produtos químicos constituem-se em um problema para os laboratórios e para as indústrias a partir da geração de resíduos farmacêuticos e hospitalares, visto que seu descarte demanda a

atividade de setores específicos, que normalmente, demandam custos elevados de operação, seja para inutilização ou para o armazenamento destes, pois tem alto poder de toxicidade e de poluição caso sejam descartados incorretamente (NETO, 2019). A produção agrícola deve aliar a atividade com a tecnologia, e assim, auxiliar na redução e no uso controlado de agroquímicos e melhorar seu aproveitamento, reduzindo a contaminação e os danos ao solo, à fauna e à flora (UFFS, 2019b).

O desenvolvimento de estudos que analisem essas sínteses tem potencial de contribuir para a redução de custos no manuseio, no tempo de aplicação desses produtos e em novas e melhores possibilidades para o seu descarte (CAFURE; PATRIARCHA-GRACIOLLI, 2015). Com isso, estão alinhados à prioridade que busca criar um programa regional de gerenciamento de coleta de resíduos hospitalares e tóxicos, nesse sentido, as demandas da pesquisa podem auxiliar na implementação destas coletas, bem como na redução de custos, realizando as análises ou criando modelos de análises desses resíduos, ou com a coleta destes, sendo sua atuação benéfica ao desenvolvimento regional, pois auxiliam em questões ambientais.

Outra demanda baseia-se nos estudos que envolvem a análise de possibilidades de uso de bactérias. Nesse sentido, dois temas são estudados: a relação da degradação de resíduos da atividade avícola; e a utilização de bactérias para redução de problemas nas culturas da soja e do feijão. Destaca-se que no primeiro tema, a atividade avícola é de grande produção na região sul do país, gerando grande quantidade de resíduos, e estes possuem um difícil processo de degradação, porém, podem ser utilizados de forma alternativa na adubação do solo, ou podem integrar a composição da ração animal, reduzindo custos e agregando valor à atividade, deixando de ser um problema, e tornando-se uma fonte de renda.

O uso de bactérias para a degradação de substâncias orgânicas também facilita a degradação de resíduos orgânicos domésticos, como por exemplo, na compostagem, que é utilizada para a produção de húmus, um produto importante para a agricultura tradicional e familiar, que auxilia na criação de novas indústrias no setor de reciclagem através dos resíduos sólidos, gerando emprego e renda, sendo essa geração, uma das prioridades dos COREDES, bem como, auxiliando na redução do descarte irregular desses resíduos, diminuindo a poluição na natureza (ROTTA; FRANQUI, 2019).

Em relação ao segundo ponto, destaca-se que a cultura da soja é uma das bases da produção de grãos na região, sendo utilizada em larga escala, em toda a RFP-7, a qual corresponde a 12,7% da produção estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Dessa forma, qualquer problema que reduza a sua produção, ou que possa interferir no armazenamento

destes grãos, pode trazer prejuízos à economia local e regional, aumentando os preços e prejudicando a segurança alimentar das populações mais pobres. Nesse sentido, esses estudos auxiliam nas atividades das cooperativas regionais que atuam na compra e venda, bem como no armazenamento de grãos, sendo importantes ações ao desenvolvimento regional. Com isso, estas questões estão alinhadas à prioridade de criação do programa regional às pequenas iniciativas voltadas à industrialização de grãos, visto que, normalmente, esses produtos são negociados sem valor agregado, como *commodities*, o que não é interessante para o fortalecimento da agricultura e do desenvolvimento regional (FURTADO, 2010).

Alguns estudos buscam compreender, e com isso, aperfeiçoar o uso de ferramentas na irrigação agrícola e rural, visto que esta é uma das principais questões na produção de alimentos e incide diretamente nas políticas de segurança alimentar da sociedade. Aprimorar e reduzir o consumo de água para a produção de alimentos contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável, visto que a atividade agrícola é a que mais demanda água em suas atividades (RODRIGUES; DOMINGUES; CHRISTOFIDIS, 2017). Nesse sentido um dos estudos contempla o carneiro hidráulico, uma ferramenta rudimentar e de uso simplificado possibilita direcionar a água até outros locais utilizando a gravidade como propulsora dispensando o uso de energia elétrica, sendo ideal para regiões de difícil acesso, porém, com recursos hídricos próximos. Essa demanda está vinculada diretamente à prioridade que impulsiona projetos de irrigação, sendo seu uso importante para as atividades das populações ribeirinhas e para a agricultura familiar.

Nos estudos que envolvem a Astronomia, contribui-se auxiliando nas questões ligadas à tecnologia, com sistemas ou produtos eletrônicos, e na compreensão dos fenômenos climáticos que interferem direta e indiretamente nas Ciências Agrárias, por exemplo, auxiliando na identificação de períodos de estiagem. Dessa forma, os estudos que contemplem a ciência básica são importantes para o desenvolvimento tecnológico, e estão entre as prioridades dos COREDES, sendo fundamentais para as atividades agrícolas e ligadas à informação e a tecnologia (DAGNINO, 2014).

Na área das Ciências Biológicas, o *Campus* desenvolve pesquisas que envolvem a fauna e a flora regional. Na questão da fauna, os pequenos mamíferos são objeto de estudo, sendo estes importantes para o bioma local e regional, desempenhando um papel importante na manutenção da biodiversidade. Assim, torna-se importante conhecer e preservar estas espécies, esses exemplares constituem-se em um importante componente na estruturação turística ecológica, que é uma modalidade que cresce em nível mundial, e o país, e a região, possuem grande potencial, visto possuir uma larga variedade de espécies para uso com essa

finalidade, sendo que alguns destes, são endêmicos da região (RODRIGUES, 2019).

A análise da flora regional é relevante para o uso na agricultura familiar e para o comércio local, que revende alimentos produzidos, como legumes, verduras e frutas, sejam *in natura*, em geleias, licores ou em receitas gastronômicas nos restaurantes e padarias regionais. Juntamente a este estudo, tem-se o desenvolvimento de uma unidade agrícola experimental na UFFS, esta é importante para auxiliar no conhecimento da flora nativa, local e regional, e com isso, produzir e disponibilizar exemplares desta flora, visando também para repovoar a biodiversidade, que em alguns casos é endêmica e fundamental para a preservação da mata nativa, estando em acordo com a perspectiva do desenvolvimento sustentável (RIBEIRO; MELLO; VALENTE, 2020). A preservação da biodiversidade é uma necessidade para a manutenção da convivência entre o homem e o meio ambiente, visto que há uma relação de simbiose entre ambos. Assim, a manutenção dos ecossistemas não é uma mera necessidade, mas sim, uma prioridade para a existência humana (UFFS, 2019b).

A criação de uma unidade experimental está vinculada às prioridades que buscam organizar o programa regional de apoio às pequenas iniciativas de hortigranjeiros e frutícolas, bem como, a prioridade de certificação de produtos agrícolas regionais, auxiliando na obtenção de certificados de origem.

Um modelo comercial de produtos endêmicos, na possibilidade de desenvolver a produção agroecológica, bem como agregar valor aos produtos produzidos a partir desse modelo. A agroecologia é uma possibilidade de produção alternativa, principalmente aos pequenos agricultores, e pode contribuir para modificar suas formas de produção e relação com a natureza (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001). Para implementar esse modelo de produção, faz-se necessário a capacitação e o fomento das propriedades, para que estas possam atuar em cultivos que não permitam ou necessitem do uso de agroquímicos, auxiliando na agregação de valor aos produtos cultivados na região (UFFS, 2019b).

Essas duas demandas ainda estão alinhadas à prioridade que busca a estruturação turística da região, visto que o turismo ecológico é um dos modelos turísticos que está em evidência nos últimos anos, e pode vir a auxiliar na criação de um zoneamento ecológico regional, possibilitando a capacitação dos trabalhadores que atuam, ou podem atuar no setor do turismo nesses locais, bem como, possibilitar o consumo ou a comercialização destes produtos nas regiões de turismo (CARGNIN, 2014).

Os estudos que contemplam a análise da flora, a partir do seu uso medicinal, é de grande importância, seja para a comunidade local ou para a farmacêutica, que utilizam seus compostos para a produção de medicamentos naturais ou manipulados e fitoterápicos para

diversas finalidades e demandas, constituindo assim, uma alternativa de medicamentos de baixo custo e de fácil acesso. Ademais, estas também constroem parte do conhecimento e do uso destes ingredientes da flora regional pelas comunidades locais, visto que o conhecimento é passado de geração em geração (BATTISTI *et al.*, 2013). Algumas dessas plantas também apresentam possibilidades de uso na agricultura familiar, a partir de seus extratos com a finalidade de remediar áreas contaminadas com excesso de agrotóxicos ou de insumos utilizados na adubação ou correção nutricional do solo, como o cobre, por exemplo. Menegaes *et al.* (2017) destaca que a utilização desses compostos orgânicos, auxilia na redução dos gastos com produtos industrializados para esta demanda de descontaminação, garantindo a utilização de produtos naturais, evitando, dessa forma, efeitos colaterais ou nocivos ao sistema ecológico local e regional, auxiliando na prioridade que busca o fortalecimento dos setores agroindustrial e de serviços.

Na questão envolvendo os estudos sobre a diversidade e distribuição de insetos na região, torna-se importante o conhecimento e a preservação destes, visto que algumas espécies habitam as proximidades dos rios e são necessários para a manutenção da biodiversidade das espécies de peixes, por exemplo, visto que esses insetos pertencem à esta cadeia alimentar, e a sua ausência, ou alterações bruscas dessa população, podem causar um desequilíbrio nesta fauna. Alterações estas que, por exemplo, podem ser por conta da influência de atividades humanas, como a poluição e a destruição de mata ciliar, entre outros (MENZEL *et al.*, 2019).

Outro assunto analisado (também alinhado aos insetos nativos), destaca que parte dos exemplares que são importantes na polinização, tanto de plantas nativas quanto de espécies vinculadas à produção de grãos. A existência de uma grande quantidade de insetos polinizadores auxilia na manutenção da qualidade do ecossistema, e assim possibilitam a reprodução das espécies e podem agregar renda à agricultura familiar, nesse caso em específico, pela atividade das abelhas, a partir da coleta e produção de mel e de seus derivados (CAMARGO; OLIVEIRA; BERTO, 2017). Assim, estas demandas estão relacionadas à prioridade do programa de capacitação dos trabalhadores para atrativos turísticos, fortalecendo o setor agroindustrial e de serviços dessa área e assim garantindo a preservação ambiental.

A diversidade de espécies de peixes nos rios da região constitui-se como uma importante base para a geração de emprego e renda, seja através de projetos com viés turístico, através da pesca ecológica (uso do sistema sustentável de pesque e solte) preservando as espécies, ou mesmo, com o comércio em restaurantes e centros de pesque e

pague que podem incentivar o consumo de peixes, com foco especial aos endêmicos ou exóticos. Portanto, é fundamental conhecer as espécies existentes, para assim, garantir a preservação destas (COELHO *et al.*, 2021). Ainda relacionado à temática, destaca-se à questão da manutenção e da preservação da mata ciliar, principalmente nas pequenas propriedades rurais, que são fundamentais à biodiversidade. Essa atividade auxilia ainda na manutenção da qualidade da água dos rios e arroios, impedindo e reduzindo a poluição destes, visto que em muitos municípios, a captação de água para o consumo da população vem desses locais, e representam algumas das nascentes destes rios.

Dessa forma, pode-se, de forma sustentável, auxiliar no uso dos recursos hídrico da região para a agricultura, reduzindo o desperdício, ou com o uso na piscicultura a partir de espécies exóticas para fins comerciais (SILVA, M., 2020). Essas demandas estão ligadas à prioridade de fortalecimento do setor agroindustrial e do programa de apoio e compensação dos proprietários que efetuam a conservação e a recuperação da mata ciliar. Visto que a extração dos recursos naturais não pode ser baseada em um modelo infinito, o consumo exagerado e sem planejamento, causa problemas em diversos ecossistemas, e com isso, pode prejudicar a sobrevivência das populações futuras (UFFS, 2019b).

Na área das Engenharias, o estudo de estruturas usadas na engenharia civil, auxilia na melhoria da utilização de componentes estruturais, levando à redução de custos e melhorando a qualidade das obras executadas pela iniciativa privada ou pública. Em relação às estruturas importantes e necessárias para a população, destaca-se as pontes construídas na área rural dos municípios, que, por exemplo, necessitam do auxílio desses estudos, visto que estes aperfeiçoam as ações realizadas pelo poder público na construção e nas reformas dessas estruturas, assim como no licenciamento destas obras viárias, reduzindo os impactos ambientais da atividade, evitando desperdício de recursos públicos, garantindo o uso por longos períodos de tempo, e reduzindo a contaminação de espaços ambientais com resíduos gerados.

Outra temática estudada contempla a classificação das vias rurais, sendo importante para o conhecimento dos gestores municipais e para a população geral, e com isso, auxiliam na qualificação da infraestrutura viária e logística, e no acesso aos municípios, através deste mapeamento (BUARQUE, 2011). Nesse sentido, auxiliam na prioridade que busca a melhoria da localização e o fácil acesso aos turistas que venham conhecer a região e seus pontos turísticos no meio rural, potencializando a atividade, agregando emprego e renda para a população local e regional.

O estudo da utilização de energias renováveis pela área das Engenharias também tem

grande importância, pois contribui diretamente na redução da utilização de fontes poluentes ou não renováveis, principalmente na geração de energia e nos seus diversos usos. O biodiesel, por exemplo, constituiu-se, nos últimos anos, como uma importante fonte de combustível veicular e para a geração de energia. Outros estudos realizados no *Campus* concentram seus esforços na utilização da energia eólica e solar, que são duas fontes de energia consideradas limpas, renováveis, e que tem seu uso e eficiência difundidos e melhorados a cada ano em diversos países através de suas instituições.

Ainda na temática sobre fontes alternativas de energia, destaca-se a utilização de efluentes obtidos pela suinocultura para a geração de biogás, pois se constitui como uma importante matriz para a geração de energia e de gás de uso doméstico para a produção de alimentos no meio rural (CAMELLO, 2021). Portanto, o estudo dessas fontes de energia é importantes para a efetivação das prioridades regionais vinculadas às demandas de produção de energias limpas e produção energética, e no centro tecnológico regional voltado à busca de novas tecnologias e alternativas de mercado, possibilitando novas matrizes produtivas para a região.

Os estudos sobre a utilização de resíduos sólidos, de efluentes e de compostagem, constituem-se como uma importante base na efetivação da qualidade de vida das populações, sejam estas urbanas ou rurais, pois estão vinculados à área do saneamento básico. Nas cidades, os aterros sanitários foram quase extintos nos últimos anos, porém, ainda se configuram como um problema aos municípios em virtude da decomposição e da geração de gases tóxicos nos locais em que foram descartados, e que podem ocasionar incêndios espontâneos a partir do gás metano (gerado naturalmente pela decomposição de matéria orgânica), portanto, esses estudos estão vinculados à prioridade da elaboração dos planos de saneamento básico, auxiliando na elaboração de possibilidades aos municípios para reduzir e resolver essa problemática.

Junto à temática residual no meio rural, a criação de suínos, bovinos e aves, geram grande quantidade de resíduos e excrementos que podem ser utilizados nas lavouras e hortas, porém, estes precisam passar por um tratamento prévio, visto que possuem um alto potencial de contaminação, tanto para o solo quanto para os rios, caso o descarte deste material ocorra de forma incorreta, causando impactos diretos na geração de alimentos e/ou no fornecimento de água para o consumo humano e animal (ROTTA; FRANQUI, 2019). Com isso, o estudo de formas alternativas de compostagem e de tratamento desses resíduos, bem como a utilização correta destes, são fundamentais para as políticas ligadas ao meio ambiente, e corroboram com a prioridade de implantação de novas indústrias nos setores de reciclagem de resíduos

sólidos, sendo uma importante atividade à população.

Complementar aos resíduos sólidos, tem-se os efluentes resultantes da atividade da indústria têxtil que também geram resíduos e necessitam de descarte específico, e que muitas vezes, são onerosos, por isso, o estudo de formas alternativas para neutralizar os componentes químicos presentes nesses efluentes com materiais e metodologias práticas são importantes, seja para as indústrias que geram estes resíduos, seja para que a sociedade mantenha o meio-ambiente sem contaminação (MANENTI *et al.*, 2010).

Por fim, nesta temática, têm-se os estudos sobre a presença de resíduos de agrotóxicos em águas de uso público. Atualmente, grande parte do consumo de água pela população é coletada em reservas naturais que utilizam poços artesianos, e na ausência destes, a coleta é feita em rios e barragens. Apesar de todo tratamento e cuidado, muitas vezes encontra-se, nestas águas, concentração de resíduos de agrotóxicos acima dos níveis permitidos pela legislação, essa presença pode acarretar diversos problemas de saúde na população abastecida (PLUTH *et al.*, 2021). Estes estudos estão ligados à prioridade do programa regional de coleta de resíduos tóxicos, sendo de grande importância para o desenvolvimento regional.

Os assuntos relacionados à saúde são de interesse público e das demandas da pesquisa das Universidades. Apesar do *Campus* não possuir cursos ou docentes nessa área, há pesquisadores deste *Campus* que possuem interesse de pesquisa em assuntos relacionados à área. Nesse sentido, os estudos que envolvem aspectos relacionados à saúde necessitam que pesquisadores demandem interesse, e tragam resultados à comunidade regional (LEHFELD; LOURENÇO; DEZEM, 2021). Os debates na área da saúde única consideram a união e a dependência entre seres humanos, animais e meio ambiente. Dessa forma, quando uma dessas bases é prejudicada, os integrantes, como um todo, são afetados. A instituição de políticas de saneamento básico e o tratamento de resíduos e de efluentes nos meios urbanos e rurais são fundamentais para a manutenção tanto da saúde única como da saúde pública (UFFS, 2019b).

Algumas pesquisas envolvem temáticas complexas, direcionadas à compreensão de como alguns produtos químicos agem no sistema neurológico de animais (testes em roedores, por exemplo) auxiliando na produção de novas possibilidades nos tratamentos a serem realizados em seres humanos. Ou ainda, direcionadas a analisar os indicadores de saúde e os perfis epidemiológicos da região, o que possibilita conhecer e auxiliar nas demandas envolvendo produtos químicos. Não ao acaso, a região noroeste do RS possui problemáticas envolvendo o uso indiscriminado ou a falta de proteção na utilização de agrotóxicos, tais como o alto índice de suicídio e de doenças (como câncer) registradas na região, tendo os agrotóxicos como base (LUZ, 2020).



Esse uso descontrolado e sem cuidados traz impactos nocivos à saúde humana, por isso, é fundamental o interesse das pesquisas nesta área, visando auxiliar na redução destes impactos. Com isso, ao conhecer os efeitos neurológicos e toxicológicos dos agrotóxicos, essas pesquisas auxiliam ainda no tratamento e na criação de políticas públicas de combate ao uso indiscriminado desses produtos, portanto, essas demandas estão ligadas às prioridades que buscam a consolidação e a implantação de programas de saúde preventiva, na melhoria do atendimento, na prevenção e tratamento da drogadição, e na capacitação dos profissionais da saúde.

Na área das Ciências Agrárias, a instituição possui interesse nas temáticas que versam acerca da atividade agrícola, contemplando estudos na agricultura familiar, na questão do uso do solo, nas análises climáticas e no uso de produtos químicos na produção de grãos. A Agricultura familiar é compreendida como um modelo de agricultura que atua em uma categoria familiar na qual há uma unidade social e cultural com finalidade última à produção no grupo familiar, sem o aspecto financeiro como base, e que possui, entre seus princípios, a subsistência desse grupo, atuando na diversidade de culturas e de atividades agrícolas (BUAINAIN, 2006).

Dessa forma, percebe-se que a instituição se preocupa em estudar possibilidades de qualificação da agricultura familiar e de incentivar o consumo de produtos agrícolas regionais, atuando também na pesquisa de doenças e pragas incidentes na fruticultura, bem como no estudo de consumo destes produtos e de hortifruticulturas, auxiliando na identificação de itens potenciais para consumo na região, reduzindo gastos e custos do pequeno agricultor com utilização de produtos químicos no tratamento de cultivares, fomentando também a produção agroecológica e agregando valor à produção (RIBEIRO; PÉRICO; FEIL, 2021). Assim, esses estudos contribuem com a prioridade de estimular a produção de alimentos saudáveis e de fortalecer o setor agroindustrial e de alimentos.

A UFFS também tem preocupação com questões que envolvem o estudo do solo, visto que esse é um dos principais aspectos que influencia no custo da produção de alimentos. Portanto, há uma demanda de pesquisas na análise da fertilidade do solo, no aperfeiçoamento de ferramentas agrícolas utilizadas no plantio, na aração do solo e no uso compartilhado deste, com outros sistemas (MARTINS E MARTINS, 2019). Nesse caso, tem-se o sistema lavoura-pecuária como uma importante alternativa na utilização do solo, principalmente para as pequenas propriedades da região, bem como as questões de contaminação do solo, aspectos estes que se configuram como uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional.

Outro aspecto pesquisado nessa temática, refere-se à preservação e a localização de

nascentes de rios, visto que se insere na dinâmica de outras áreas do conhecimento e de questões vinculadas à preservação da biodiversidade, pois afetam diretamente nas populações e nas espécies de peixes, pequenos mamíferos e insetos. Ainda na temática do solo, há um foco na utilização de plantas forrageiras, sejam estas nativas ou exóticas, auxiliando, dessa forma, na conservação deste, evitando ou reduzindo problemáticas, como a erosão. O perfil das propriedades que trabalham com bovinocultura também se insere como uma das preocupações, visto que a região possui grande quantidade de propriedades com essa finalidade (MARTINS; REZENDE, 2020).

A análise de possibilidades de armazenamento de grãos também se coloca como uma das preocupações da pesquisa institucional, visto que essa temática é uma das preocupações da atividade, principalmente no pós-colheita da produção, pois, se for mal gerida, pode trazer prejuízos, portanto, compreender o manejo e o estoque da produção é fundamental à atividade agrícola (ROCHA *et al.*, 2020). Por fim nessa área, tem-se também os estudos das estações meteorológicas, que são fundamentais para realizar análises auxiliares e para o fornecimento de informações aos agricultores, facilitando a resolução de diversas questões, como por exemplo, as que envolvem o plantio, o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas e a colheita, pois fornecem dados primários, possibilitando a criação de um diagnóstico base para informar e auxiliar na programação sobre o melhor momento de plantio, quando utilizar produtos químicos na lavoura e quando executar a colheita (JUNIOR; ELY, 2021).

Essas demandas da pesquisa na área das Ciências Agrárias, contribuem de forma coletiva na prioridade de organização da produção e consumo regionais, através da integração entre produtores e consumidores, na qualificação da agricultura familiar, no fortalecimento do setor agroindustrial, na criação de alternativas econômicas aos produtos agrícolas e na realização de cursos de aperfeiçoamento e de capacitação para a agricultura (BAUANIM, 2006). Os processos administrativos que envolvem a gestão são essenciais na manutenção das atividades que necessitem da comercialização de produtos da atividade agrícola. Nesta seara, a agricultura familiar necessita do auxílio técnico-tecnológico e prático das Universidades (UFFS, 2019b).

A área das Ciências Sociais Aplicadas exerce um papel importante ao auxiliar a sociedade na análise, compreensão e no desenvolvimento de soluções. Portanto, a área da Administração possui demandas na temática da capacitação de pequenas e médias empresas, e assim, auxilia na melhoria das atividades-fim deste setor. A Universidade tem em suas atividades básicas, a função de qualificar as iniciativas de trocas de experiências e de abertura de novas possibilidades de pesquisa e de formação de conhecimento e práticas nessa temática

(KAPELINSKI, 2021).

A demanda pela sociedade em atividades voltadas ao turismo é uma das áreas que mais cresce no país, nesse aspecto, a região possui potencial de exploração a partir do patrimônio material ou imaterial nesse segmento, os estudos que envolvem a percepção comportamental dos indivíduos, ou ainda, que estejam vinculadas às pesquisas de marketing, trazem subsídios para serem aplicados nas mais diversas demandas desse setor (TREIB, ROTTA, 2021). Nesse sentido, os projetos de pesquisa não analisam de forma específica, esta temática, porém, diversos estudos realizados podem servir de base para essas análises. Assim, as prioridades que envolvem a capacitação empresarial e o fomento ao empreendedorismo são pautas discutidas pelas demandas da pesquisa.

A transparência pública em atividades governamentais são assuntos que se colocam em pauta nesses últimos anos, principalmente a partir da criação da Lei de Acesso à Informação (LAI), que permite a todo cidadão obter informações que sejam de interesse público, ou a partir das ações realizadas pelos seus agentes, portanto, os gestores devem cada vez mais, estar qualificados e capacitados para a prestação de contas de suas atividades à sociedade. Com isso, os estudos sobre a análise da transparência em portais municipais demonstram como, e em que grau de transparência, os gestores públicos estão realizando esta prestação de contas ou disponibilizando as informações sobre sua gestão a população (SANTOS, 2017). Estas pesquisas disponibilizam dados primários das atividades governamentais, e dessa forma, auxiliam na prioridade de articulação de projetos institucionais na região.

As incubadoras e suas atividades, se constituem como ferramenta para a qualificação e resolução de problemas em diversas áreas da sociedade. No *Campus*, a incubadora existente está vinculada ao curso de Administração, auxiliando em estudos e diagnósticos, na obtenção de soluções para as empresas, sejam estas do meio urbano ou rural, constituindo-se como um importante suporte ao desenvolvimento regional (LENA, 2017). Estes estudos estão em consonância com a prioridade de criação de um centro tecnológico regional, pois auxilia nos estudos de desenvolvimento de novas tecnologias, podendo auxiliar diretamente na criação de *startups*, ou até mesmo, de um distrito tecnológico (SCHUMPETER, 2017).

A utilização de tecnologias na agricultura familiar é outra demanda de estudo. O aumento da produção e da comercialização de produtos regionais passa pela utilização de tecnologias em diversas etapas, seja na produção, no tratamento, em melhorias na produção, na colheita e na venda ou, como já descrito anteriormente, no armazenamento de grãos (COELHO, 2017). A UFFS desempenha um papel importante na geração de tecnologias e de

inovações nos espaços que ocupa e nas atividades que realiza, sendo assim, a incubadora tem papel fundamental ao auxiliar ou suprir as demandas dessa área. Portanto, é importante a sua atualização e participação constante nos espaços que priorizem a demanda por ciência, contemplando as questões que envolvem a tecnologia e a agricultura (UFFS, 2019b).

Portanto, a demanda de estudos na UFFS, nessa área, se mostra variada, e pode abranger um grande mercado, auxiliando, dessa forma, na capacitação técnica, gerando novas oportunidades de emprego e renda na agricultura familiar, auxiliando na manutenção e na capacitação da população do meio rural de forma sustentável através da formação de jovens lideranças com interesse na atividade agrícola (MELLO; MÜLLER; MAROCHI, 2020). Essas demandas contemplam a prioridade de implementar estratégias de incentivo à integração na cadeia agroalimentar, contemplando as fases de produção, agroindustrialização e consumo, e no incentivo à população para uma mudança no perfil de consumo, priorizando os produtos regionais, principalmente na criação de incubadoras empresariais e tecnológicas. Complementar a isso, a UFFS tem, em suas atividades principais, a criação, formação e qualificação de quadros capazes de manter e de aperfeiçoar as pesquisas que atendam as demandas populares, melhorando a participação social e efetivando lideranças locais e regionais (UFFS, 2019b).

Ainda vinculado às Ciências Sociais Aplicadas, tem-se os estudos envolvendo políticas públicas, cultura e desenvolvimento, que se concentram como ferramentas que potencializam as ações realizadas, sejam estas governamentais ou institucionais (ROTTA; REIS, 2012). A UFFS é um modelo de instituição que foi criada a partir da atividade social e pelas políticas públicas regionais que corroboraram com o seu projeto. Portanto, é seu dever manter e ampliar as demandas que envolvem os pilares básicos de suas atividades em quaisquer níveis, bem como, garantir o acesso à estas demandas (UFFS, 2019b).

Nesse sentido, a análise das políticas públicas e sociais realizadas a nível regional, possibilitam a criação de demandas voltadas para a inclusão social e para a reinclusão de pessoas em áreas e atividades em que, até então, eram excluídas. Sabe-se que a cultura é um fator importante na análise dos motivos que levam algumas regiões a conseguirem se desenvolver, enquanto outras não (PUTNAM, 2006). Conhecer a cultura regional e a história cultural da região, é fundamental para o sucesso (ou não) de certas demandas. Bandeira (1999) destaca que a participação da sociedade em debates e fóruns, é fundamental na preservação e na efetivação da cidadania, e assim, constitui e mantém a implementação de políticas públicas que contribuem reduzindo a desigualdade.

A cultura política da classe universitária na região da UFFS é uma temática de

pesquisa necessária no contexto da cidadania. O desenvolvimento regional possibilita analisar essas transformações que ocorrem nos ambientes, e suas nuances, assim, seus estudos são fundamentais na compreensão de fatores geradores, para dessa forma, auxiliar na redução das desigualdades regionais já institucionalizadas na região dos COREDES estudados (DALLABRIDA, 2018).

A Universidade também auxilia na resposta das prioridades que envolvem a estruturação de um centro de referência de mercado, de segurança pública e de auxílio às instituições de segurança pública, em cursos de gestão pública e na participação de projetos institucionais na região, auxiliando, dessa forma, no desenvolvimento regional (SIEDENBERG, 2010a). A atuação da Universidade no debate regional é fundamental para o embasamento e para a vinculação de todos os segmentos sociais em busca de modelos alternativos de produção, reduzindo a exclusão de categorias minoritárias, que normalmente não possuem acesso à essas demandas (UFFS, 2019b).

A área das Ciências Humanas, é a que possui a grande maioria das demandas da pesquisa realizada no *Campus*, quando comparadas às grandes áreas dos projetos executados. Não ao acaso, a educação, tendo a educação básica como suporte, é a temática que possui o maior número de estudos e insere-se como uma das questões mais problemáticas e deficitárias, principalmente na região onde esta é estudada. Para compreender a necessidade e a importância das ações voltadas à educação, destaca-se a análise realizada na educação básica a partir do parâmetro destacado pelo PISA<sup>24</sup> nas questões envolvendo a matemática, a leitura e a interpretação de textos, que se constituem como áreas fundamentais na educação (BRASIL, 2020b). Portanto, a realização desses estudos na instituição é fundamental para auxiliar na redução e na compreensão das causas desses problemas. As pesquisas se desenvolvem nas temáticas de ensino em que a instituição atua, ou seja, no ensino de química, de física, de biologia e de letras, justamente áreas que possuem relação direta nos índices educacionais da região, visto que é onde os acadêmicos destes cursos de licenciatura têm seu foco de atuação: na educação básica (DIAS, 2021).

A formação de professores, a partir da formação continuada, é uma das pautas básicas das instituições universitárias. A sua participação na melhoria do ensino básico é fundamental

---

<sup>24</sup> O PISA, traduzido como Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é um teste aplicado a partir da metodologia da OCDE e que busca avaliar competências de alunos entre 15 e 16 anos em diversos países, para analisar a educação em três pontos: leitura e interpretação de textos, matemática e ciências, trazendo estatísticas e diagnosticando deficiências nesses pontos. O último relatório disponível do Brasil é do ano de 2018, quando participaram 597 escolas e mais de 10 mil alunos, no qual o Brasil está em 44º lugar. Essa pontuação demonstra que o país deve melhorar diversas questões relacionadas a educação básica, possibilitando aos alunos o desenvolvimento intelectual satisfatório aos padrões estabelecidos, visto que diversos países com menos recursos estão melhores qualificados (BRASIL, 2020a; 2020b).

para qualificação do processo educacional, fornecendo ferramentas aos docentes e licenciados da área da educação (GASTALDO; ARENHART; DUTRA, 2019). Nesse aspecto, a capacitação constante dos profissionais da educação deve estar inserida enquanto demanda em sua atividade pedagógica (MONTEIRO, 2021). Auxiliando na qualificação dos recursos humanos da educação, melhorando o ensino em todos os níveis, mas principalmente, no nível básico e técnico, que são o foco de pesquisa desta grande área da Universidade.

A inclusão das crianças e adolescentes no ensino fundamental auxilia na redução do abandono escolar e na inclusão de minorias que tem dificuldades de inserção e de manutenção no sistema educacional (SILVA; SOUZA; LIMA, 2021). A criação do laboratório de física e de matemática auxilia na compreensão, de forma didática e prática, do ensino de física e de matemática, que compõem uma grande problemática nos indicadores de qualidade do ensino brasileiro, auxiliando na qualificação dos docentes, e melhorando o aprendizado dos alunos em sala de aula (BRASIL, 2020b).

Juntamente à temática de estudos voltados a auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, destacam-se as TICS, pois se constituem como ferramentas importantes no ensino de disciplinas em que os alunos possuem dificuldade de assimilação e compreensão, como por exemplo, nas áreas de química, física e matemática (SANTOS *et al.*, 2020). As prioridades nesta área contemplam questões da educação básica, técnica e universitária, com isso, de maneira direta ou indireta, as pesquisas atendem à essas prioridades, visto que o foco se dá na melhoria da educação como atividade educacional, no auxílio da ampliação de oferta de cursos e de apoio à Universidade pública, e o aperfeiçoamento dos recursos humanos escolares.

A análise das obras didáticas do ensino básico, evidenciando as concepções acerca de diversas áreas de estudo, metodologias de ensino e suas pedagogias, é um importante objeto de estudo que dialoga com a capacitação e com o uso das tecnologias mencionadas anteriormente (MATTOS; GÜLLICH; NETO, 2021). Efetuar comparações dessas obras e seus usos entre países lusófonos, e que possuem parcerias históricas de ensino, como Brasil e Portugal, possibilita verificar as dinâmicas de abordagem em diferentes assuntos. Assim, demonstra-se que o maior interesse da pesquisa na grande área das Ciências Humanas concentra-se na educação, bem como, a formação de professores é o ponto que possui o maior quantitativo de análises.

Esse interesse é importante na, e para a qualificação docente, pois reflete sua atividade diretamente na atividade pedagógica escolar, auxiliando na melhoria dos índices regionais de educação e na redução do analfabetismo, evasão e atraso escolar, contemplando novas

perspectivas de ensino e participando no processo educacional da região (GASTALDO; ARENHART; DUTRA, 2019). Esses estudos tornam-se necessários na preservação e na melhoria constante do ensino ofertado pela Universidade, pois o seu caráter público e gratuito, propicia a criação de um ciclo vicioso no ensino, visto que integra diversas bases educacionais e tem relação direta nas suas atividades.

As Ciências Humanas, em suas pesquisas, não contemplam somente a temática da educação, há uma preocupação também com aspectos ligados à história e à geografia regional. Nesse âmbito, os monumentos históricos, as comunidades quilombolas e indígenas e suas relações e localizações, também são de interesse dos pesquisadores. Estes estudos auxiliam no conhecimento, identificação e preservação dessas comunidades e da cultura existente destes povos e de seus descendentes, valorizando sua atuação na memória regional (OLIVEIRA; VIEIRA, 2020).

Os quilombolas são povos que tem sua origem diretamente ligada à escravidão africana no Brasil e possuem participação ativa na cultura da erva-mate no Rio Grande do Sul, que é um importante meio de subsistência dessas comunidades, preservando o modo de preparo primitivo da erva, tal como seus ancestrais e os indígenas faziam, sendo assim, torna-se um importante aspecto para o turismo, principalmente histórico, visto que preserva padrões antigos de produção e suas histórias, pois este método não é mais utilizado (principalmente pela indústria) ou é desconhecido pela população regional (FERREIRA; FUCKS, 2014).

Esses estudos estão vinculados diretamente à prioridade de criação de inventário do patrimônio cultural da região das missões, um importante processo para manutenção e preservação histórica e geográfica dessas comunidades e de suas atividades artesanais, bem como, de seu patrimônio material. A inclusão de categorias populacionais que, historicamente foram excluídas ou impedidas de desenvolver seus direitos à educação pública e de qualidade, devem ser objeto e foco de atuação da instituição universitária, nesse aspecto, a UFFS possui cotas específicas de ingresso para essas comunidades, possibilitando à elas, o acesso universitário diferenciado, conforme preconiza a CF/1988 (UFFS, 2019b).

A área da Linguística, Artes e Outros, pesquisam temáticas voltadas à linguística regional, abordando contextos históricos e culturais. A região de estudo se concentra em áreas de fronteira, com divisa entre a Argentina, Paraguai e o Uruguai, e com forte influência dos movimentos populacionais, gerados principalmente, pelas imigrações europeias, como a alemã, polonesa, russa e italiana, entre outras minoritárias, sobretudo no século XIX e XX. Essas relações também são de interesse de pesquisa, visto que os pesquisadores do curso de licenciatura em Letras possuem na matriz curricular, a dupla habilitação em português e

espanhol, língua materna latina dos países que fazem fronteira com o Brasil, e disciplina na educação básica enquanto idioma adicional. Nesse aspecto, a análise da literatura regional com enfoque nas questões de gênero e suas representações culturais no Brasil, abordando textos de matriz africana, com isso, tornando-se fundamentais para auxiliar na compreensão social e histórica resultante da formação das relações sociais e identitárias brasileiras, sobretudo as étnicas (GONÇALVES; RIBEIRO, 2021).

Dessa forma, questões envolvendo a utilização de outros idiomas no território brasileiro, como os inseridos nos processos imigratórios europeus no século XIX, e que se constituem como suportes na compreensão dessas análises, buscam compreender a importância da manutenção linguística ou do idioma, na formação das identidades e da cultura regional (SCHNEIDERS; HEINZMANN, 2020). Esses estudos estão vinculados diretamente à prioridade da criação do inventário do patrimônio cultural da região das Missões, que possui importância na historicização regional a partir de suas bases de formação constituídas pelos movimentos imigratórios.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo surge a partir da dúvida (e da curiosidade) acerca da pesquisa realizada pelo Campus Cerro Largo da UFFS, com isso, idealizou-se um projeto que demonstraria o provável caminho a ser percorrido. Dessa forma, delimitou-se o intuito de analisar a experiência de pesquisa universitária desenvolvida pela UFFS, *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2019, e verificar suas interfaces com os planos regionais de desenvolvimento elaborados para este período no âmbito das regiões dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Com isso, afirma-se que a pesquisa realizada no *Campus Cerro Largo*, partindo de seus projetos e resultados, demonstra a importância desse pilar na instituição. Através da análise dos dados realizada (a partir da tabulação dos editais e projetos), percebe-se que a ampla maioria dos docentes atuantes no *Campus* submetem projetos de pesquisa aos editais de fomento à pesquisa científica e tecnológica. De todos os docentes que estão atuando no *Campus*, foi possível delimitar que uma pequena parcela destes não é diretamente atuante na pesquisa, com a execução de projetos fomentados com cotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica. Porém, alguns destes docentes atuam com os projetos de pesquisa fomentados com bolsas de pesquisa destinadas ao ensino médio, em projetos com participação de voluntários, ou ainda, em projetos desenvolvidos com colaboradores ou somente pelo pesquisador, sem a participação de alunos, sejam estes de graduação ou de pós-graduação.

O desenvolvimento do estudo demandou a análise de documentos primários disponíveis em dois sistemas, o SGPD e o Prisma. Cada um destes, apresenta aspectos relevantes para a análise, visto que hospedam informações dos projetos desenvolvidos institucionalmente no período referido. Porém, verificou-se a necessidade de complementá-los com informações constantes na Planilha de Produção Docente, na plataforma Stela Experta e no Currículo Lattes dos docentes, de modo a atender aos aspectos constantes na proposta de investigação.

Na tradição de estudos nacionais e internacionais a respeito do ensino superior e das Universidades como instituições a ele ligadas, sempre se faz referência à pesquisa como sendo um dos elementos essenciais. No caso das Universidades, esta referência é um de seus pilares no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, que sustentam a instituição. Porém, essa valorização da pesquisa nem sempre transparece ou materializa-se no quantitativo de estudos a respeito desta no contexto da educação e do próprio ensino superior e das universidades. Esta realidade foi um dos elementos motivadores para a realização deste estudo que resulta

nessa dissertação.

A pesquisa, enquanto tema de estudo no contexto das Universidades, se reveste de certa complexidade, porém, esta complexidade aumenta quando busca-se relacioná-la com planos estratégicos de desenvolvimento de regiões específicas, como o que fora aqui proposto. A complexidade não reside apenas nos aspectos de captura e organização dos materiais, mas também, na ausência de pesquisas similares capazes de fornecerem pistas de possíveis trajetórias a serem percorridas. Também se faz necessário registrar que o acesso aos materiais, embora pareça um processo simples, fora mais complexo do que o esperado. Apesar de os dois COREDES serem próximos ao *Campus*, houve certa dificuldade para acessar os documentos básicos (como os dois primeiros planos dos conselhos), um destes somente foi acessado após o contato com a secretaria do COREDE, para que então, somente após esse contato direto, este fosse disponibilizado pelo autor do plano.

Para responder aos objetivos propostos, organizou-se o estudo a partir de um percurso capaz de dar conta dos desafios que foram apresentados. Inicialmente, fez-se o dimensionamento dos materiais necessários e os locais nos quais estes estavam disponíveis, tendo os procedimentos metodológicos como suporte à atividade. A partir desse plano de trabalho, deu-se início ao processo de coleta, organização e análise. Os primeiros materiais coletados e organizados foram os relativos à UFFS, no que concerne aos editais de pesquisa, projetos submetidos, projetos contemplados com auxílio de fomento, informações sobre resultados dos projetos, docentes envolvidos, entre outros. Na coleta destes materiais, fora necessário recorrer aos sistemas internos de registros, e aos servidores envolvidos com o setor de pesquisa no *Campus* Cerro Largo e na PROPEPG.

Na sequência, buscaram-se as informações relativas aos PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, que contemplavam o período estudado (2010 a 2019), tendo-se trabalhado com dois planos (2010-2030) e (2015-2030) em cada COREDE. Em um terceiro momento, fez-se a análise das possibilidades de interação entre as pesquisas desenvolvida no *Campus* Cerro Largo e as prioridades e ações propostas pelos COREDES, procurando evidenciar a existência (ou inexistência) de correlações com as dinâmicas de desenvolvimento local-regional.

Em relação ao primeiro objetivo específico, o estudo evidenciou que, mesmo a UFFS tendo pouco mais de uma década de existência, os docentes se preocupam com a pesquisa desde o início das atividades do *Campus*. Tem-se docentes que, desde o momento em que chegaram ao *Campus*, passaram a desenvolver projetos de pesquisa e participar de editais de fomento internos e externos, buscando recursos e cotas de bolsa para o desenvolvimento de

suas pesquisas. Da mesma forma, mantiveram ou ampliaram sua atuação em grupos de pesquisa e parcerias internas e externas. Esse envolvimento dos docentes com a pesquisa resultou em um número expressivo de publicações científicas, que contribuíram para a produção do conhecimento e para o desenvolvimento regional.

Os docentes do *Campus* encaminharam 735 projetos aos editais de pesquisa durante o período estudado (2010 a 2019), destes, 357 foram contemplados com bolsas de iniciação científica ou tecnológica nas diversas áreas do conhecimento, bolsas estas, concedidas em editais internos da UFFS, estaduais com a FAPERGS ou nacionais com o CNPq.

Nesse sentido, as áreas que mais demandaram projetos de pesquisa em números absolutos aos editais no *Campus*, foram as Ciências Humanas, com 101 projetos, seguida pelas Engenharias, com 58 projetos. O ano com maior demanda e com maior submissão de projetos aos editais, foi o ano de 2018, com 134 projetos encaminhados, porém, vale ressaltar que o ano de 2015 foi o que mais obteve cotas de bolsas, quando 67 projetos foram contemplados, o que demonstra que os docentes de todas as grandes áreas se empenham em participar dos editais de fomento à pesquisa.

Em relação ao segundo objetivo, destacam-se as prioridades e as ações propostas no período delimitado pelos COREDES analisados. O COREDE Missões, em seus PEDR, demandou 32 prioridades e ações propostas no período de 2010-2030 nas seguintes áreas: Social, Econômica, Institucional e Estrutural, no primeiro plano. E as áreas: Infraestrutural, Sociocultural, Competitividade e Sustentabilidade Ambiental das Cadeias Produtivas e Articulação, Governança e Planejamento Territorial no segundo plano, com 56 prioridades e ações propostas, totalizando 88 prioridades e ações propostas no período de 2015-2030.

Quanto ao COREDE Fronteira Noroeste, os PEDR demandaram no período de 2010-2030, inicialmente, 28 ações propostas em 10 prioridades, subdivididos em quatro áreas: Gestão Estrutural, Gestão Econômica, Gestão Social e Gestão Institucional. Sendo que destas, 17 prioridades dentre as ações propostas, foram priorizadas. No segundo plano (2015-2030), foram demandadas 12 prioridades e 47 ações propostas nas seguintes áreas: Agricultura, Infraestrutura e Gestão Pública, Educação, Saúde, Indústria e Comércio, Segurança Pública e Inclusão Social, totalizando 64 ações propostas nos dois planos analisados deste COREDE.

Com isso, compreende-se que os COREDES analisados a partir de suas prioridades e ações propostas, buscam atender a comunidade regional, partindo das demandas contempladas nas mais diversas áreas do desenvolvimento, buscando, dessa forma, melhorar a qualidade de vida e potencializar as atividades realizadas na região em que estão inseridos. Destaca-se que algumas demandas não foram colocadas em prática, tendo diversos motivos

para justificar essa não aplicação, porém, essas demandas auxiliam a sociedade através do estabelecimento de seu direito de participação à solicitação de ações ao poder público, conforme descrito e incentivado pela Constituição Federal e Estadual, colocando os PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, como uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional no contexto em que estão inseridos.

Em relação ao terceiro e último objetivo específico, em que estabeleceu-se verificar as interfaces entre os projetos e os planos estratégicos de desenvolvimento, constatou-se que, após responder aos objetivos primeiro e segundo deste estudo, diversas áreas, prioridades e ações demandadas pelos COREDES analisados, foram detectadas como inseridas direta ou indiretamente na base de estudo dos pesquisadores e nos projetos de pesquisa desenvolvidos no *Campus*, demonstrando que as ações das pesquisas realizadas, estão vinculadas às atividades e demandas da comunidade regional a partir de suas temáticas. Essas atividades, em muitos casos, não estão inseridas diretamente nas prioridades dos PEDR dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, porém, de forma subjetiva, auxiliam os COREDES a potencializar o desenvolvimento regional, conforme descrito no capítulo quatro.

Para responder ao problema de pesquisa elaborado para este estudo, faz-se necessário, primeiramente, responder aos objetivos, mesmo que um esteja de forma complementar, inserido a outro. Posteriormente, depara-se com o ponto central que instruiu a pesquisa realizada, neste ponto, afirma-se que, após analisar os projetos de pesquisa e os planos estratégicos dos COREDES Missões e Fronteira Noroeste, e verificar as inferências entre ambos, a pesquisa realizada no *Campus* foi capaz de refletir e de produzir conhecimentos acerca dos desafios e das demandas propostas nas diversas áreas do conhecimento, visto que a grande maioria dessas demandas foram contempladas pelos projetos de pesquisa do *Campus* Cerro Largo em seus objetos de estudo.

Esse aspecto demonstra que os projetos e suas pesquisas realizadas, buscam auxiliar a região, e com isso, melhorar seus índices e reduzir a desigualdade social e econômica, pois se preocupam com aspectos ligados às diversas áreas do conhecimento e ao desenvolvimento regional. Ao analisar cada grande área do conhecimento, descreve-se a seguir, suas contribuições ao desenvolvimento regional a partir da pesquisa.

Na área das Ciências Exatas e da Terra, busca-se auxiliar a educação básica a partir de ferramentas que auxiliem na questão didática do ensino de física, química e matemática, visto que são áreas problemáticas na educação. A área também auxilia na análise química de compostos, na construção e no aperfeiçoamento de ferramentas utilizadas na agricultura familiar, e na conservação dos recursos hídricos através de análise química para identificação

de componentes tóxicos ou no auxílio para o tratamento destes.

Na área das Ciências Biológicas, analisa-se a fauna e a flora regional, contribuindo para a manutenção e preservação da biodiversidade das áreas de Mata Atlântica e das APP, de nascentes, dos rios e seus afluentes, ou ainda, desenvolvem-se pesquisas utilizando essa flora e seus extratos, visando a redução da contaminações do solo, ou utilizando a fauna em projetos de interesse turístico como questões principais de pesquisa.

Nas Engenharias, as pesquisas atuam no sentido de compreender o tratamento dos efluentes das indústrias, da atividade agrícola e urbana, do uso de agrotóxicos e seus efeitos nocivos à natureza e à saúde humana, na utilização de resíduos na construção civil ou no estudo de fontes alternativas e renováveis de energia e de resíduos químicos, bem como, na importância dessas análises para a sociedade e na classificação viária nos municípios.

Nas Ciências Agrárias, busca-se estudar o uso do solo e da água e suas relações na produção de alimentos, suas problemáticas na agricultura tradicional, possibilidades na agroecologia, organização de estruturas para verificação e análise das condições meteorológicas da região, na criação de unidade experimental agrícola enquanto laboratório para o estudo e desenvolvimento de mudas e plantas frutíferas, e no controle de pragas nas atividades agrícolas regionais de forma controlada.

As Ciências Sociais Aplicadas, em suas pesquisas, estudam a atuação do poder público, e como este disponibiliza as informações de sua gestão de forma transparente na prestação de contas ou na comunicação de suas atividades para a sociedade, na capacitação técnica de instituições locais e regionais, na compreensão da importância e relação do próprio desenvolvimento regional e suas percepções no cotidiano, verificando como e porque, algumas questões relacionadas à iniciativa pública ocorrem sem o devido planejamento, sendo passível de prejuízos à sociedade e ao erário municipal.

Na área das Ciências Humanas, os estudos desenvolvidos contemplam majoritariamente, a educação, e nesse a formação continuada dos docentes. Partindo da criação de ferramentas para auxiliar na formação e capacitação docente, análise e comparação de livros didáticos e seus conteúdos curriculares, verificando como esses materiais contemplam determinados assuntos e temáticas voltados ao ensino básico. A compreensão das comunidades isoladas socialmente e suas relações com o meio urbano-capitalista, as tecnologias, seus efeitos e usos no meio rural, e a importância destas na educação básica enquanto ferramentas metodológicas, e na produção de materiais didáticos para auxiliar no ensino básico das escolas da região.

Na área da Linguística, Letras e Artes, os estudos contemplam a formação de

professores de língua espanhola, temáticas voltadas à literatura, na qual analisa-se a literatura regional em si, a questão de gênero, representatividade dos docentes, sua importância na educação e os discursos envolvendo a língua e suas interações no ambiente regional.

Após a realização da pesquisa, identificaram-se possibilidades a partir do estudo. Nesse aspecto, destaca-se que, por uma questão de tempo e delimitação, não fora possível analisar os perfis dos bolsistas que atuaram nos projetos de pesquisa, porém, seria relevante realizar questionários e verificar a importância e a relação da pesquisa nos estudos após a graduação. Também seria importante conhecer e avaliar o perfil dos projetos que não possuem fomento, ou ainda, aqueles que possuem voluntários desenvolvendo a pesquisa sem fomento.

Ainda em relação aos projetos de pesquisa, deixou-se de analisar o perfil de pesquisa dos colaboradores e dos pesquisadores do *Campus*, o que poderia ser realizado através de entrevistas e/ou questionários, bem como, a participação de alunos da pós-graduação em projetos de pesquisa. Outro ponto de análise não abordado na presente pesquisa, seria os grupos de pesquisa dos docentes do *Campus*, visto que os grupos são vinculados às demandas temáticas de estudo dos projetos, porém, este nicho geralmente não é objeto de estudo.

Após analisar os projetos através dos diversos sistemas utilizados pela área da pesquisa no *Campus*, identifica-se a necessidade de estudar também estes sistemas, ou ainda, verificar e comparar quais são os sistemas utilizados em outras IES. Também seria relevante desenvolver uma análise comparativa da UFFS com as outras IES do município ou da região, confrontando os números e as temáticas de pesquisas realizadas, bem como, verificar e analisar o quantitativo de recursos destinados ao fomento da pesquisa, ou ainda, as instâncias de pesquisa do *Campus*, como a CAPPG, o CAP e a DPE, e sua importância perante o fomento e seus editais.

Portanto, dentro desta temática, existem muitas questões ou problemas a serem respondidos (as), seja nesta instituição de ensino, ou em outras, visto que, conforme descrito, a temática envolvendo a pesquisa universitária, ainda possui pouco interesse acadêmico em suas análises. Mesmo com o desenvolvimento do estudo, restaram ainda , algumas lacunas que não puderam ser preenchidas em relação à pesquisa na UFFS, como por exemplo, a análise dos editais e dos projetos de pesquisa voltados ao ensino médio, conhecidos como PIBIC-EM, bem como, os projetos externos, visto que estes possuem recursos, e em alguns casos, também possuem bolsas de pesquisa. Além destes citados, as pesquisas realizadas pelos docentes antes do período delimitado de estudo, também não fora analisada, e esta seria relevante para verificar se ocorreram mudanças nas temáticas pesquisadas, e comparar a produção realizada, ademais de destacar a importância da pesquisa para a comunidade

regional perante as outras IES.

Percebe-se que, após analisar os resultados obtidos durante o estudo, a pesquisa realizada possui um papel fundamental nas atividades desenvolvidas na instituição. A expressiva quantidade de docentes envolvidos e o número de projetos submetidos e contemplados com bolsas de pesquisa, demonstram a qualidade dos projetos submetidos e realizados no *Campus*, o que fortalece, indiretamente, os outros pilares institucionais: o ensino e a extensão. Visto que a demanda pela pesquisa no *Campus* favorece e incentiva os alunos a desenvolverem estudos científicos com a orientação docente, bem como o interesse pela ciência, enquanto a extensão demanda a prática dos estudos pesquisados, auxiliando na disseminação do conhecimento junto à comunidade regional, dessa forma, cumprindo com o seu papel social.

A pesquisa desenvolvida no *Campus* demanda a atuação científica nas diversas áreas do conhecimento, sendo multidisciplinar nos assuntos estudados, incentivando e propiciando o interesse àquilo que não seria temática de estudo, caso não houvesse a presença de uma Universidade pública na região e que realize a atividade universitária em seus três pilares. Grande parte desses estudos demandam a participação em eventos científicos, publicação de artigos, de livros e capítulos de livros, e oferecem suporte para que outras instituições, sobretudo de ensino superior, também melhorem seus índices de pesquisa científica. Com isso, não apenas a comunidade regional cresce e recebe os frutos das pesquisas, como também, a comunidade científica, a partir da publicidade e da divulgação do conhecimento construído e pesquisado.

Verificou-se que a pesquisa realizada pelo *Campus* durante o período de 2010 a 2019, se preocupa com a diversidade de temáticas e problemáticas demandadas no/para o desenvolvimento regional. Com isso, a UFFS, a partir da pesquisa em seus projetos fomentados nos editais, cumpre seu objetivo de auxiliar na resolução de questões de interesse da comunidade regional, contribuindo para o desenvolvimento da região, e auxiliando no interesse acadêmico de temáticas desenvolvidas e existentes na região onde está inserida e atuante.

Durante o período de realização desta dissertação, a ciência e a pesquisa demonstraram efetivamente a sua importância. A pandemia da COVID-19 dizimou milhões de vidas em todo o mundo, no Brasil, mais de meio milhão de pessoas perderam suas vidas até o presente momento. Quando se olha a realidade dos países em que a COVID-19 foi tratada com seriedade, o número de mortes foi menor. No Brasil, os recursos para o ensino superior e para a pesquisa foram reduzidos como um projeto de desestruturação. Esse projeto auxilia,

inclusive, a disseminar informações falsas, ou ainda, a omitir parte de estudos científicos que poderiam colaborar com uma melhora nos índices da pandemia. Atualmente, diversas vacinas produzidas estão tirando a sobrecarga dos sistemas de saúde, e vem reduzindo significativamente as mortes pela pandemia, porém, o abandono à ciência é latente. Espera-se que no futuro, a ciência, principalmente a brasileira, volte a ser valorizada e incentivada com estruturas governamentais de suporte, pois um país que pouco valoriza a ciência ou com pouco investimento em pesquisa, tem dificuldades de se manter independente e de melhorar seus índices de desenvolvimento, principalmente regionais, prejudicando inclusive as políticas públicas e projetos de desenvolvimento regionais já efetivados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEBRANDT, S. L. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento**: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. 2010. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. UNISC. Santa Cruz do Sul, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/456>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Andifes comenta descontinenciamento parcial de recursos para as Universidades Federais pelo MEC**. 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/andifes-comenta-descontinenciamento-parcial-de-recursos-para-as-Universidades-federais-feito-pelo-mec/>>. Acesso em: 20 de outubro 2020.

ANDIFES. **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais**. Brasília. 2012. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=240&Itemid=27](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=240&Itemid=27)>. Acesso em: 20 de outubro 2020.

BACON, F. **O progresso do conhecimento**. Tradução, apresentação e notas Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 2007.

BANDEIRA, P. S. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão. IPEA, Brasília, n. 630, fevereiro de 1999. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0630.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf)>. Acesso em: 16 de março de 2018.

BANDEIRA, P. S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os COREDES do Rio Grande do Sul. In: PRÓ-RS IV. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)**. 2010. Disponível em: <<http://forumdoscoredes.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Pro-RS-IV.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto. 3. Reimpressão. São Paulo: EDIÇÕES 70, 2016.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: FEE, 2001.

BARRETO, P. de L. N. **O papel da educação na promoção do desenvolvimento Sustentável**: um estudo sobre a expansão do ensino Superior na região metropolitana do Cariri. 2012. Dissertação. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8027>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

BASSAN, D. S; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional**: Abordagens Interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 137-153.

BATTISTI, C. *et al.* Plantas medicinais utilizadas no município de Palmeira das Missões, RS, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v.1, n. 3, p. 338-348, 2013. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbrasbioci/article/view/115518>>. Acesso em: 17 de janeiro de

2021.

BAZZANELLA, S. L. **Estado, crise política, econômica e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: LIBERARS, 2018.

BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BOISIER, S. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário de Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-145, 1996. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135)>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

BOISIER, S. *et al.* **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago de Chile: ILPES/DPPR, 1995. (Serie Investigación, doc. 95/14). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/9663>>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETNE, 1989.

BOISIER, Sérgio. ¿ Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n. 86. p. 47-62. Agosto de 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/11068>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

BORGES, M. A. M. **Movimentos Sociais e Educação**. Políticas Públicas em Educação. Brasília: CETEB, 2010.

BOSI, A. **A presença da Universidade pública**. São Paulo, 1998. Disponível em: <[http://www.fisica.uel.br/SBPC\\_ID/unipub.html](http://www.fisica.uel.br/SBPC_ID/unipub.html)>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil de 1824**: CLBR. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.html)>. Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

BRASIL. INEP. **Brasil no PISA 2018**. Brasília: INEP, 2020a. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

BRASIL. INEP. **Censo do ensino superior 2009**. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/200/resumo\\_tecnico\\_2009.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/200/resumo_tecnico_2009.pdf)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

BRASIL. INEP. **Censo do ensino superior 2019**. Brasília: INEP, 2020b. 15 p. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/documentos/2020/Press\\_kit\\_censo\\_superior\\_2019.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/documentos/2020/Press_kit_censo_superior_2019.pdf)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

BRASIL. LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, dez. 1996, n. 248, p. 27.833-27.841. 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25 de março de 2018.

BRASIL. Lei 12.029 de 15 de setembro de 2009. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências**. 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12029-15-setembro-2009-591206-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 15 de Maio de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Classificação das Instituições de ensino superior**. 2020c. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/ies>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. REUNI. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Relatório de Primeiro ano**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=&layout=edit](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=&layout=edit)>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

BRASIL. PNE. Lei 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. n.7, p. 1. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.html)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, N. 93. p. 33-60. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/Qn76SFwhyHVMmJjBjRBX7ny/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para o debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília: GARAMOND, 2011.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. COREDES: estruturação, articulações intra e inter-regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. In: DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 311-337.

CAFURE, V. A.; PATRIARCHA-GRACIOLLI, S. R. Os resíduos de serviço de saúde e seus impactos ambientais: uma revisão bibliográfica. **Interações** (Campo Grande), v. 16, n. 2, p. 301-314, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/151870122015206>>. ISSN 1984-042X. Acesso em: 10 de março de 2021.

CAMARGO, R. C. R. de; OLIVEIRA, K. L. de; BERTO, M. I. Mel de abelhas sem ferrão: proposta de regulamentação. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 20, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-6723.15716>>. ISSN 1981-6723. Acesso em: 04

de abril de 2021.

CAMELLO, I. **Análise da difusão de microrredes no Brasil pelo método do modelo de Bass**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Engenharia Elétrica. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/2049>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

CAMPANHOLA, C; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8851>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

CARGNIN, A. P. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Politicas-de-desenvolvimento-regional-no-Rio-Grande-do-Sul.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018. e-book.

CEHELLA, G. **A pesquisa nas Universidades fundacionais catarinenses e o desenvolvimento local**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91198>>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Paulo: EDITORA DO BRASIL, 1980.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHIARELLO, I. S. A Universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em Foco** (ISSN: 2317-9791), v. 1, n. 2, p. 240-257, 2015. Disponível em: <<https://45.238.172.12/index.php/extensao/article/view/795>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

COELHO, D. A. **Contribuições das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares solidárias no desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso do núcleo de estudo em cooperação**. 2017. Dissertação. Mestrado em Economia. Programa de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, PR. 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2968>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

COELHO, L. O. da S. *et al.* A fauna de peixes do rio Tocantins, Bacia Araguaia-Tocantins: composição, conservação e diversidade. **Acta Tecnológica**, v. 15, n. 1, p. 57-80, 2021. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.ifma.edu.br/index.php/actatecnologica/article/view/897>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

COREDE - FN. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste (2010-2030)**. Três de Maio: GRÁFICA SUL, 2010. e-book.

COREDE - FN. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste (2015-2030)**. Ijuí: UNIJUÍ, 2017. e-book.

COREDE - MISSÕES. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões (2010-2030)**. Santo Ângelo: FURI, 2010. e-book.

COREDE - MISSÕES. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões (2015-2030)**. Santo Ângelo: FURI, 2017. e-book.

COREDES RS. PRÓ-RS IV. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regionais no estado do RS**: 2011-2014. Passo Fundo, RS: PASSOGRAFIC, 2010. Disponível em: <<http://forumdoscoredes.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Pro-RS-IV.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018. e-book.

CORREA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. G&DR. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V.15, n.7, p. 3-15. 2019. Disponível em: <<https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

CUNHA, L. A. **Universidade Crítica**: O ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

CUNHA, L. A. **Universidade Reformanda**: O golpe de 64 e a modernização do ensino superior. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007c.

CUNHA, L. A. **Universidade Temporã**: da Colônia a era de Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: Contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Descentralização, governança e desenvolvimento territorial uma abordagem autobiográfica. In: BAZZANELLA, S. L. **Estado, crise política, econômica e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: LIBERARS, 2018. p. 251-265. e-book.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. **Anais**. III SIDR. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. v. 1. p. 1-24. Disponível em: <[www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/04.pdf](http://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/04.pdf)>. Acesso em: 19 de dezembro de 2018.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. **Planejamento estratégico territorial**: a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste – RS – Brasil 2006 - 2020. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

DEMARCO, S. M.; MAYA, C. M. A Universidade Federal da Fronteira Sul: Uma Política Pública em processo de implementação na perspectiva de uma construção social e de interesses regionais. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 80-93, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5262014>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

DEMO, P. Crise dos paradigmas na educação superior. **Educação Brasileira**, Brasília, v.16, n.2, p. 15-44. 1994.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 19. ed. São Paulo: VOZES, 2013.

DEMO, P. **Introdução a Metodologia da Ciência**. São Paulo: ATLAS, 1985.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: Metodologia científica no caminho de Habermas**. 3. ed. Rio de Janeiro: TEMPO BRASILEIRO, 1997.

DEMO, P. **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: CORTEZ, 2011.

DIAS, K. de A. **Educação em tempos de pandemia e isolamento: propostas e práticas**. Ponta Grossa - PR: ATENA, 2021. DOI: 10.22533/at.ed.161210801. ISBN: 978-65-5706-716-1. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3757>>. Acesso em: 15 de junho de 2021. e-book.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. SÃO PAULO: EDUSP, 2019.

FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educator**. Curitiba. V. 60, n. 28, p. 17-35, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

FEE. Fundação de Economia e estatística do Rio Grande do Sul. **Resumo Estatístico do RS**. 2019. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/index.php>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

FELIPPI, Â. C. T; SILVEIRA, R. L. L. da; ALLEBRANDT, S. L. **Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. Disponível em: <[http://www.unisc.br/images/upload/com\\_editora\\_livro/ebook\\_observando.pdf](http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/ebook_observando.pdf)>. Acesso em: 10 de março de 2018. e-book.

FERREIRA, L. de F; FUCKS, P. M. Na “casa dos moreno”: relações inter-étnicas ou solidão negra em terra de alemão? Pelotas, RS. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. XI, n 22, 2014. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/299>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

FIGUEIREDO, E. S. A. do. Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **V REVISTA DA UFG - Tema ENSINO SUPERIOR**. Universidade Federal de Goiás. Ano VII, n 2, dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/Creforma.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/Creforma.html)>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

FIOCHI, P. I. da C. Q. Uma reflexão sobre a pesquisa e a produção de conhecimento na Universidade. **Revista de Psicologia da UNESP**. Vol. 15(1), 2016. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/274/394>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2017.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da Pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, A. de. Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. FASE. **Proposta**, n, 78. Set/Nov 1998. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1875>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

FROTA, M. **A extensão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional: O caso da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo.** 2017. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. UFFS, Cerro Largo. 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1577>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2010.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3. ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2000.

GASTALDO, L. F; ARENHART, L. O; DUTRA, B. C. **Formação continuada macromissionária: Relatos de experiência.** Tubarão: COPIART, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2340>>. Acesso em: 20 de agosto de 2020. e-book.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** São Paulo: BOOKMAN, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: ATLAS, 2019.

GOEBEL, M. A; MIURA, M. N. A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo - PR. **Revista Expectativa Secretariado Executivo**, v. 3, n. 3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

GONÇALVES, J. S. G; RIBEIRO, J. O. S. Mulheres negras protagonistas no Brasil: identidades inter-seccionais e a descolonização do saber. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p. 91-109, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12641>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

GRACZKOWSKI, J. V; PEREIRA, A. W. da S. V. Política pública de formação para o trabalho: o papel da educação profissional e tecnológica na relação entre educação e geração de renda, à luz da teoria do capital humano. In: STADLER, A.; LIMAS, C. E. A. (Org.). **Administração contemporânea.** Ponta Grossa: ZH4, 2021. v. 2; e-book. p. 72-89. Disponível em: <[https://www.editorazh4.com.br/assets/uploads/arquivo/2a9f7-wrkn\\_zh4.pdf](https://www.editorazh4.com.br/assets/uploads/arquivo/2a9f7-wrkn_zh4.pdf)>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

HOBSBAWM, E. **A Era do Capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2015.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2003.

JANKEVICIUS, J. V. A pesquisa científica e as funções da Universidade. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde.** UEL. Londrina/PR. Vol. 16. N. 2. p. 328-330. jun. 1995. Disponível

em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/7056>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

JUNIOR, E. C. G; ELY, D. F. Métodos estatísticos não-paramétricos como ferramenta no monitoramento pluviométrico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 23, p. 38-53. 2021. Disponível em: <<https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/770>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

KAPELINSKI, F. **O processo de aprendizagem gerencial sobre sucessão em propriedades rurais familiares**: um estudo na região de abrangência da UFFS *Campus* de Cerro Largo/RS. 2021. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Universidade Federal da Fronteira Sul. Cerro Largo, RS, 2021. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4144>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

LEHFELD, L. de S; LOURENÇO, J. G; DEZEM, L. T. A injustiça ambiental e a ausência de saneamento básico adequado. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 18, n. 40, 2021. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1834>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

LENA, L. M. **Possibilidades de qualificação institucional da incubadora Criatec/Unijuí através do benchmarking**. 2017. Dissertação. Mestrado em desenvolvimento. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2017. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5712>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

LOPES, R. **Competitividade, inovação e territórios**. Oeiras (Portugal): CELTA EDITORA, 2001b.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. Dissertação. Mestrado em economia. Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001a. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17259/2/ROBERTO%20PAULO%20MACHADO%20LOPES%202.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2013.

LUZ, S. C. dos S. da. **Análise dos casos de intoxicações e de câncer e sua possível relação com o uso de agrotóxicos no sul do Brasil**. 2020. Dissertação. Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade. Programa de Pós-graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade. Unijuí. Ijuí. 2021. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/7078>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

MANENTI, D. R. *et al.* Otimização do processo Foto-Fenton utilizando irradiação artificial na degradação do efluente têxtil sintético. **Engevista**, v. 12, p. 22-32. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/engevista/article/view/8852>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.



MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: ATLAS, 2017a.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: ATLAS, 2017b.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: ATLAS, 2021.

MARTINS E MARTINS, D. E. **Impactos ambientais da utilização de agrotóxicos: percepção dos trabalhadores rurais e adesão a métodos alternativos**. 2019. Dissertação. Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis. Programa de Pós-graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis. Universidade Federal da Fronteira Sul. Cerro Largo, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3116>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

MARTINS, M. R; REZENDE, M. L. Uso da integração lavoura-pecuária-floresta e proteção de áreas de preservação permanente em propriedades familiares. **Revista Em Extensão**, v. 19, n. 1, p. 98-105, 2020. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/50969>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

MATTOS, K. R. C. de; GÜLLICH, R. I. da C; NETO, L. C. B. de T. Pensamento crítico na ciência: perspectiva dos livros didáticos brasileiros. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 36, n. 114, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9042>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

MELO, A. de; MÜLLER, A. C; MAROCHI, A. C. Processos de formação na construção de identidades de mulheres camponesas e militantes no movimento de pequenos agricultores do PARANÁ-PR. **Educere et Educare**, v. 15, n. 36, 2020. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/25022>>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

MENDONÇA, A. W. P. C. A Universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 131-150, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdCVKtgLrFskfxLJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

MENEGAES, J. F. *et al.* Avaliação do potencial fitorremediador de crisântemo em solo com excesso de cobre. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, v. 23, n. 1, p. 63-71, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Salazar-10/publication/313690524\\_Avaliacao\\_do\\_potencial\\_fitorremediador\\_de\\_crisantemo\\_em\\_solo\\_com\\_excesso\\_de\\_cobre/links/58a619764585150402e7bdd4/Avaliacao-do-potencial-fitorremediador-de-crisantemo-em-solo-com-excesso-de-cobre.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Salazar-10/publication/313690524_Avaliacao_do_potencial_fitorremediador_de_crisantemo_em_solo_com_excesso_de_cobre/links/58a619764585150402e7bdd4/Avaliacao-do-potencial-fitorremediador-de-crisantemo-em-solo-com-excesso-de-cobre.pdf)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

MENZEL, T. C. *et al.* Diversity and spatial distribution of black flies (Diptera: Simuliidae) in the Ijuí river drainage basin, Rio Grande do Sul, Brazil. **EntomoBrasilis**, v. 12, n. 2, p. 47-56, 2019. Disponível em: <<https://www.periodico.ebras.bio.br/ojs/index.php/ebras/article/view/ebrasilis.v12i2.845>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: VOZES, 2016. p. 61-77.

MINAYO, M. C. de S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. 1993. V. 9. N. 3. p. 239-262. Disponível em: <[https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf)>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

MONTEIRO, B. de S. *et al.* Formação continuada de professores na Educação Básica no Brasil: para além dos limites da titulação. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 3, p. 650-661, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2241>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

MORAES, A. de. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 50. ed. São Paulo: ATLAS, 2021.

MORAES; E. A. S. de. **O impacto da instituição de ensino superior no desenvolvimento local e regional**: estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS). 2014. Tese de doutorado. Doutorado em Planejamento Urbano e regional. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/102990>>. Acesso em: 10 de março de 2020.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 17 out. 2020.

MUÑOZ, A. E. P. **Regionalização para o planejamento e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação. Mestrado em Economia. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento econômico. Unicamp. Instituto de Economia, Campinas, SP. 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285759>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

NALLE JR, C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas**: O caso do Projeto Amanhã da Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. 2006. Dissertação. Mestrado em economia. Programa de pós-graduação em Administração de Organizações. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, SP. USP. 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-06022007-134845/en.php>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

NETO, A. M; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. IN: **Desenvolvimento Regional Brasileiro**: dilemas e perspectivas neste início de Século XXI. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 429-470. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7450>>. Acesso em: 10 de março de 2018. e-book.

NETO, C. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente: problematizando a geração dos resíduos de saúde. **Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA**. Três Lagoas, v. 9, n. 3. p. 23-33. Agosto/Dezembro. 2019. Edição Especial – Seção Meio Ambiente. ISSN: 2447-8822. Disponível em: <<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/8060>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

OAKLEY, P; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. São Paulo: INSTITUTO PÓLIS, 2003.

OCDE. Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **The State of Paraná, Brazil: Self-Evaluation Report**. Reviews of Higher Education in Regional and City Development, IMHE, 2010. Disponível em: <[www.oecd.org/dataoecd/24/53/45420606.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/24/53/45420606.pdf)>. Acesso em: 5 de agosto de 2020. e-book.

OLIVEIRA JR, A. de. A Universidade como pólo de desenvolvimento local/ regional. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3332/333231477001.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, G. M. da C; VIEIRA, K. M. de A. **Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação**. Mossoró: UFERSA, 2020. Disponível em: <<https://livraria.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/165/2021/05/ebook2-patrimonio-povos-do-campo-e-memorias-dialogos-com-cultura.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2021. e-book.

OLIVEIRA, V. da S. **Heterogeneidades regionais e políticas territoriais: análise das peculiaridades regionais do Estado do Rio Grande do Sul nos conselhos regionais de desenvolvimento e no programa territórios da cidadania**. 2017. Tese de doutorado. Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em geografia. UFPE. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25091>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA, V. G. de; DEPONTI, C. M. A contribuição das Universidades para o desenvolvimento regional: um estudo a partir da visão Schumpeteriana de inovação e de desenvolvimento econômico. **Revista do Desenvolvimento Regional**. FACCAT. Taquara/RS. v. 13, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://ser.faccat.br/index.php/colóquio/article/view/380>>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: UNESCO - IESALC, 2002. p. 24-38. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

ONU. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**. Documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por)>. Acesso em: 08 de junho de 2020. e-book.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: MERCADO ABERTO, 1984.

PLUTH, T. B. *et al.* Epidemiological profile of cancer patients from an area with high pesticide use. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 1005-1017, 2021. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/sdeb/2020.v44n127/1005-1017/pt>>. DOI 10.1590/0103-1104202012705. ISSN 2358-2898. Acesso em: 10 de junho de 2021.

PNDR. **PNDR em dois tempos: experiência apreendida e o olhar pós-2010**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, Brasília, DF: 2010. Disponível em:

<<http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/PNDR.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2018. e-book.

PREDIGER, R. P. *et al.* As políticas públicas e o ensino superior no Brasil: o *Campus Cerro Largo* da Universidade Federal da Fronteira Sul. In: ROTTA, E. *et al.* **Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira.** Rede CIDIR: 10 anos. Chapecó, SC: UFFS, 2019. p. 469-486. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/46trp>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021. e-book.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul.** Chapecó, SC: UFFS, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/734>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018. e-book.

RANDOLPH, R.; SIQUEIRA, H; OLIVEIRA, A. **Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemáticas e desafios.** Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL, 2014.

RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária.** 2. ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1975.

RIBEIRO, M. E. O; PÉRICO, E; FEIL, A. A. Percepção dos agricultores familiares sobre a transição da agricultura tradicional para a agroecológica. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2860>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2021.

RIBEIRO, M. P; MELLO, K. de; VALENTE, R. A. Avaliação da estrutura da paisagem visando à conservação da biodiversidade em paisagem urbanizada. **Ciência Florestal**, v. 30, n. 3, p. 819-834, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1980509837683>>. ISSN 1980-5098. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição Estadual de 1989]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989.** Disponível em: <[www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/Constituicao.html](http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/Constituicao.html)>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 6. ed. Porto Alegre: SPGG, 2021. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/22150920-atlas-socioeconomico-para-site.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021. e-book.

RIO GRANDE DO SUL. **Rumos 2015: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul; documento síntese.** Secretaria da Coordenação e Planejamento. DEPLAN-DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>>. Acesso em: 11 de julho de 2020. e-book.

RISTOFF, D. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à

democratização. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. **Educação Superior no Brasil – 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/492421](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/492421)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

ROCHA, M. P. *et al.* Sistema de armazenamento e incidência dos principais fungos produtores de micotoxinas em grãos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 50176-50193. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13763>>. Acesso em: 23 de março de 2021.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: GLOBO, 1969.

RODRIGUES, D. P. **Diversidade de pequenos mamíferos em uma paisagem altamente fragmentada na floresta atlântica do sul do Brasil**. 2019. Dissertação. Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental. Programa de Pós-graduação em Ciência e tecnologia Ambiental. Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim, RS, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3849>>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

RODRIGUES, L. N; DOMINGUES, F. D; CHRISTOFIDIS, D. Agricultura irrigada e produção sustentável de alimento. In: RODRIGUES, L. N; DOMINGUES, A. F. **Agricultura irrigada: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável**. Fortaleza: INOVAGRI, 2017. p. 21-108. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1081898>>. Acesso em: 10 de abril de 2021. e-book.

ROTTA, E. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. 2007. Tese de doutorado. Doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, *Campus* Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/552>>. Acesso em: 14 de março de 2018.

ROTTA, E; FRANQUI, L. H. Saneamento ambiental na região das Missões - RS: realidade e desafios na implantação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional. **Redes**. (Santa Cruz do Sul), v. 24, n. 3, p. 313-333. Setembro-dezembro, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9894>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

ROTTA, E; LOPES, H. C; ROSSINI, N. **O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate**. Chapecó: UFFS, 2018. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/r6vrx>>. Acesso em: 17 de agosto de 2019. e-book.

ROTTA, E; REIS, C. N. dos. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 8, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2321>>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

ROTTA, E; REIS, C. N. dos. Desenvolvimento regional e políticas sociais: notas de um debate no contexto de transformações globais. **5º Encontro de Economia gaúcha**. Brasil. 2012. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10923/9434>>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

2019.

ROTTA, E; TREIB, R. R. W. **O processo sócio-histórico de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul**, *Campus* de Cerro Largo. Cerro Largo: FAPERGS, 2012. DVD.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Mc Graw Hill - PENSO, 2013.

SANTOS, A. M. dos; COSTA, F. S. da; SILVA, R. S. da. Análise de conteúdo da perspectiva de Bardin: Um procedimento organizado. In: LIMA, V. M. do R; RAMOS, M. G; PAULA, M. C. de. **Métodos de análise em pesquisa: releituras atuais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 169-186.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: CORTEZ, 2010.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2002.

SANTOS, J. R. R. dos. **Universidade pública e desenvolvimento local: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008**. Ilhéus, BA: EDITUS, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. dos. **Transparência na gestão pública nos municípios que integram o COREDE MISSÕES**. 2017. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Universidade Federal da Fronteira Sul. Cerro Largo, RS, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1572>>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

SANTOS, M; RISTOW, L. P; LAGO, I. C. Capital social e cultura política e sua relação com o desenvolvimento local. In: ROTTA, E. *et al.* **Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira**. Rede CIDIR: 10 anos. Chapecó, SC: UFFS, 2019. p. 126-140. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/46trp>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021. e-book.

SANTOS, T. A. dos. *et al.* Minicurso de ciência forense e a relação teoria e prática na formação inicial: uma iniciativa do PET Química e Física. **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2020. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3679>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2004.

SCHNEIDERS, C. M; HEINZMANN, Y. S. A escola e a interdição da língua dos imigrantes alemães nas Missões do RS. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, SP, v. 42, n. 42, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661571>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Ruy Jungmann. São Paulo: UNESP, 2017.

SCHWARTZMAN, S. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: A formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: 14 de março de 2018. e-book.

SCHWARTZMAN, S. **Universidades e desenvolvimento na América Latina, experiências exitosas de centros de pesquisas**. Rio de Janeiro: CENTRO EDELSTEIN DE PESQUISAS SOCIAIS, 2008. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/simon/ianas.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2018. e-book.

SCHWARTZMAN, S; CASTRO, C. M. **Pesquisa universitária em questão**. Campinas, SP: UNICAMP, 1986.

SERRA, M. A; ROLIM, C. F. C. Desenvolvimento e engajamento regional: o papel das Universidades. In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Observando o Desenvolvimento Regional Brasileiro**: Processos, Políticas e Planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 72-88. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_editora\\_livro/ebook\\_observando.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/ebook_observando.pdf)>. Acesso em: 01 de maio de 2019. e-book.

SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. **Universidades e Desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: IDEIA D, 2018.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010a. p. 157-174.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário de Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SIEDENBERG, D. R. **Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010b.

SILVA, A. J. N. da; SOUZA, I. dos S. de; LIMA, R. F. **Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação**. Ponta Grossa, PR: ATENA, 2021. Disponível em: <<https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/ebookPDF/4022>>. Acesso em: 14 de junho de 2021. e-book.

SILVA, E. W. da. Extensão e Desenvolvimento Regional: Discurso das Universidades Comunitárias do RS. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Avalia/Avalia3.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

SILVA, L. A. da. **Articulações e Mobilizações Missionárias**: O processo de conquista de um *Campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul pelo município de Cerro Largo. 2014. Monografia. Graduação em História. Departamento de Ciências Humanas, URI. Santo Ângelo,RS, 2014.

SILVA, L. V. de C. **As competências do servidor técnico-administrativo na reestruturação do ensino superior público**: estudo no *Campus* da UFC no Cariri. 2010. Dissertação. Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. UFC. FORTALEZA. 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2801>>. Acesso em: 24 de março de 2018.

SILVA, M. E. D. **Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento ambiental 3**. Ponta Grossa, PR: ATENA, 2020. Disponível em: <<https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/ebookPDF/3069>>. Acesso em: 15 de maio de 2021. e-book.

SILVA, R. V. Panorama da Pesquisa Universitária no Brasil: Angústias e proposições. **Olhares & Trilhas**, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/26030>>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

SILVA, S. A. da. **A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26707](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26707)>. Acesso em: 10 de abril de 2018. e-book.

SIMÕES, M. L. O surgimento das Universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

SIMON, L. W. *et al.* **A UFFS como espaço de desenvolvimento, transformação social e preservação da identidade regional**. XVI Colóquio internacional de gestão universitária. Arequipa, Peru. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171009>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 4. ed. Rio de Janeiro: NOVA FRONTEIRA, 2017.

SOARES, P. C. Contradições na pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Estudos avançados**. V. 32, N. 92. UNESP, 2018. p. 289-313. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180020>>. ISSN 1806-9592. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

SOUZA, E. C. de C; SILVA, M. L. A. de. Revolução industrial na Inglaterra: Berço de transformações socioeconômicas que influenciaram toda a humanidade. In: RODRIGUES, J. F. **Elementos da economia**. Ponta Grossa, PR: ATENA, 2018. p. 173-191. Disponível em: <<https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/4398>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020. e-book.

TAYLOR, S. J; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados**. 2. ed. Buenos Aires: EDICIONES PAIDOS, 1994.

THEIS, I. M. *et al.* Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, C. (Org.). **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina**: reflexões, tendências e perspectivas. Blumenau: EDIFURB, 2001. p. 213-244.

TISCHER, W. **Ensino superior público e desenvolvimento regional**: criação, implantação e



expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na MESOMERCOSUL. 2016. Dissertação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Centro de Ciências Humanas e da Educação. UDESC. SANTA CATARINA. 2016. Disponível em: <[www.faed.udesc.br/arquivos/Fid\\_submenu/Fwillington\\_tischer.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/Fid_submenu/Fwillington_tischer.pdf)>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

TISCHER, W. O instrumento das leituras comunitárias na implantação dos *Campi* e o Plano Diretor da Universidade Federal da Fronteira Sul. **Anais. ENANPUR**. Recife, 2013. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/143/140>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

TISCHER, W; ROCHA, I. de O. Das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional às Universidades Federais – A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS na MESOMERCOSUL. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1739/1718>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

TISCHER, W; ROCHA, I. de O. Novas universidades federais para o desenvolvimento regional - Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos campi. **Anais ENANPUR**, v. 18, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=467>>. Acesso em: 10 de março de 2020.

TREIB, R. R. W. **Serro Azul (1902-1927):** Início e evolução de uma colônia alemã no Rio Grande do Sul. 2006. Monografia. Graduação em História. Departamento de Ciências Humanas. URI. Santo Ângelo, RS, 2006.

TREIB, R. R. W; ROTTA, E. Desenvolvimento Rural e Turismo Rural Arquitetônico: estudo de caso sobre a arquitetura enxaimel. **Revista SODEBRAS**. Vol.16. N.182. Fevereiro/2021. p. 26-31. DOI: 10.29367. ISSN: 1809-3957.16.2021.182.26. Disponível em: <<https://www.sodebras.com.br/edicoes.N182.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

TREIB, R. R. W; THOMAS, T. R. Formas descentralizadas e participativas de gestão do desenvolvimento e das políticas públicas: uma análise a luz dos COREDES. In: ROTTA, E; LAGO, I. C; KAPELINSKI, F. **Desenvolvimento e políticas públicas em perspectiva: alguns ensaios sobre seus dilemas e suas possibilidades**. Cruz Alta: ILUSTRAÇÃO, 2021. p. 347-371. DOI 10.46550/978-65-88362-84-6. Disponível em: <<https://www.editorailustracao.com.br/livro/desenvolvimento-e-politicas-publicas-em-perspectiva>>. Acesso em: 14 de junho de 2021. e-book.

UFFS. COEPE. **1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Construindo agendas e definindo rumos. Série Memórias. UFFS, 2011. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/equipas-de-trabalho/conferencia-de-ensino-pesquisa-e-extensao/edicao-i/documentos/livro-coepe-construindo-agendas-e-definindo-rumos/@@download/file>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018. e-book.

UFFS. COEPE. **2ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão**. O Ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma Universidade popular. Série Memórias. UFFS, 2018. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/coepe/edicao\\_ii/livro/o-](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/coepe/edicao_ii/livro/o-)

ensino-a-pesquisa-a-extensao-e-a-cultura-na-perspectiva-de-uma-universidade-popular/@@download/file>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019. e-book.

UFFS. NITS. **Núcleo de Inovação Tecnológica e Social**. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/equipes-de-trabalho/nucleo-de-inovacao-tecnologica-e-social/nits>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

UFFS. PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. PDI 2012-2018. 2012. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_insituicao/plano\\_de\\_desenvolvimento\\_institucional/arquivo/@@download/file](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_insituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/arquivo/@@download/file)>. Acesso em: 10 de abril de 2020. e-book.

UFFS. PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. PDI 2019-2023. 2019a. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_insituicao/plano\\_de\\_desenvolvimento\\_institucional/arquivo/@@download/file](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_insituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/arquivo/@@download/file)>. Acesso em: 10 de abril de 2020. e-book.

UFFS. **Regulamento de pesquisa**. RESOLUÇÃO Nº 22/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2020. 2020. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0015>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

UFFS. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó, SC: UFFS, 2019b. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/relatorio-de-gestao-2009-2019/relatorio-de-gestao-2009-2019/@@download/file](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/relatorio-de-gestao-2009-2019/relatorio-de-gestao-2009-2019/@@download/file)>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020. e-book.

VASCONCELOS, E. M. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental. **Revista Serviço Social & Sociedade: seguridade social e cidadania**. Ano XXII. n. 65, p. 5-53. Março de 2001.

VEIGA, J. E. da. Vicissitudes da Governança Cidadã: Os Conselhos Regionais Gaúchos (COREDE). **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, UNIFACS, ano VIII, n. 13. 2006. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/72/0>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: ATLAS, 2014.

VIANNA, A. Panorama da pesquisa universitária no Brasil: Angústias e proposições. UNESC, Criciúma, SC. **Criar Educação**. PPGE – UNESC. v. 5, n. 1, Julho /Novembro 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1431>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? IN: NETO, A. M; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 277-315. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9032>>. Acesso em: 14 de março de 2018. e-book.

VIEIRA, L. A. *et al.* Educar e aprender pela pesquisa: uma opção metodológica à construção dos saberes. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 65344-65353, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16168>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

VIEIRA, S. L. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza:

EDIÇÕES DEMÓCRITO ROCHA, 2002.

VILA, L. E. Abordagens micro e macro para o papel das Universidades no desenvolvimento regional. In: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. **Universidades e Desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: IDEIA D, 2018. p. 83-122. Disponível em: <[https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro\\_Universidades\\_e\\_Developimento\\_Regional\\_Serra\\_\\_Rolim\\_Bastos.pdf](https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro_Universidades_e_Developimento_Regional_Serra__Rolim_Bastos.pdf)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019. e-book.

XAVIER, T. R. *et al.* O estudo do desenvolvimento regional: uma análise da produção científica internacional e dos “hot-topics”. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 87, 2013. Disponível em: <[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/1966](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1966)>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno. Porto alegre: PENSO, 2016.

# ANEXO A – PLANILHA DE PRODUÇÃO DOCENTE



Ministério da Educação  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Diretoria de Pesquisa



## RELATÓRIO DE PONTUAÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

### Dados Cadastrais:

Nome:

Área de Avaliação Qualis (CAPES): ciencias humanas

CPF:

SIAPE:

Titulação: Mestre

### RESUMO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Ano	Pontuação
2021	424.65
2020	348.15
2019	348.15
2018	348.15
2017	348.15
2016	348.15

Pontuação Final: 2165.4

### Detalhes das produções científicas

Ano 2021	Classificação	Quantidade
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis A1	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis A2	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis B1	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis B2	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis B3	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis B4	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis B5	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Qualis C	1
Artigos em periódicos (Fator de Impacto ou Qualis)	Sem Qualis	1
Livros publicados/organizados ou edições com ISBN	Autor/coautor	1
Coletâneas ou autoria de capítulo/verbetes de livro com ISBN	Organizador	1

Coletâneas ou autoria de capítulo/verbo de livro com ISBN	Autor/coautor de capítulo	1
Produção Técnica (desde que já não pontuada nos demais itens)	Produção Técnica	1
Periódicos com ISSN	Editor Chefe	1
Anais de Eventos com ISSN	Editor Chefe	1
Tradução	Livro	1
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Internacional	1
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Nacional	1
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Regional	1
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Local	1
Resumos expandidos publicados em anais de eventos	Internacional	1
Resumos expandidos publicados em anais de eventos	Nacional	1
Resumos expandidos publicados em anais de eventos	Regional	1
Resumos expandidos publicados em anais de eventos	Local	1
Resumos publicados em anais de eventos	Internacional	1
Resumos publicados em anais de eventos	Nacional	1
Resumos publicados em anais de eventos	Regional	1
Resumos publicados em anais de eventos	Local	1
Organização de Eventos Científicos e Tecnológicos	Coordenador	1
Organização de Eventos Científicos e Tecnológicos	Organizador	1
Publicação de cartas geográficas, mapa ou similar	Periódico	1
Publicação de cartas geográficas, mapa ou similar	Livro	1
Patente e Registros Vigentes	Internacional	1
Patente e Registros Vigentes	Nacional	1
Orientações Concluídas	Tese de Doutorado na UFFS	1
Orientações Concluídas	Dissertações de Mestrado na UFFS	1
Orientações Concluídas	Iniciacao Científica/Tecnológica (bolsista)	1
Orientações Concluídas	Iniciacao Científica/Tecnológica (voluntário)	1
Orientações Concluídas	Monografia de Conclusão de Curso de Aperf./Especiali.	1
Orientações Concluídas	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação	1
Orientações Concluídas	Supervisão de Pós-Doutorado	1
Orientações Concluídas	Outra natureza (voluntários em projetos guarda-chuva)	1
Orientações em Andamento	Tese de Doutorado	1
Orientações em Andamento	Dissertações de Mestrado na UFFS	1
Orientações em Andamento	Iniciacao Científica/Tecnológica (bolsista)	1
Orientações em Andamento	Iniciacao Científica/Tecnológica (voluntário)	1
Orientações em Andamento	Monografia de Conclusão de Curso de Aperf./Especiali.	1
Orientações em Andamento	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação	1
Orientações em Andamento	Supervisão de Pós-Doutorado	1

Orientações em Andamento	Outra natureza (voluntários em projetos guarda-chuva)	1
Coorientações Concluídas	Doutorado na UFFS	1
Coorientações Concluídas	Mestrado na UFFS	1
Coorientações Concluídas	Doutorado em outra IES	1
Coorientações Concluídas	Mestrado em outra IES	1
Coorientações Concluídas	Monografia de Conclusão de Curso de Aperf./Especiali.	1
Coorientações Concluídas	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação	1
Coorientações em Andamento	Doutorado na UFFS	1
Coorientações em Andamento	Mestrado na UFFS	1
Coorientações em Andamento	Doutorado em outra IES	1
Coorientações em Andamento	Mestrado em outra IES	1
Coorientações em Andamento	Monografia de Conclusão de Curso de Aperf./Especiali.	1
Coorientações em Andamento	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação	1
Atuação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na Instituição	Permanente	1
Atuação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na Instituição	Colaborador	1
Atuação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu fora da Insti.	Permanente	1
Atuação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu fora da Insti.	Colaborador	1
Atuação em Programa de Pós-Graduação Lato Sensu	Na Instituição	1
Atuação em Programa de Pós-Graduação Lato Sensu	Fora da Instituição	1
Projetos Institucionalizados	Coord. de Proj. institu. aprovado em ed./ag. de fomento extêrno	
Projetos Institucionalizados	Colab. de Proj. institu. aprovado em ed./ag. de fomento extefno	
Projetos Institucionalizados	Coord. de Proj. institucionalizado - Indiv. ou Integ.	1
Projetos Institucionalizados	Colab. de Proj. institucionalizado - Indiv. ou Integ.	1
Bolsista de Produtividade	Pesquisa ou Desenvolvimento Tecnológico	1
Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão	Doutorado	1
Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão	Mestrado	1
Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão	Exame de Qualificação de Doutorado	1
Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão	Exame de Qualificação de Mestrado	1
Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão	Monografia de Cursos de Aperfeiçoamento/Especializa.	1
Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão	Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação	1
Gestão Administrativa Ligadas à Pesquisa	Líder em grupo de pesquisa	1
Avaliação	Membro de Com. de Assessoramento de Agê. Fomento	1
Avaliação	Membro de Corpo Editorial com ISSN/ISBN	1
Avaliação	Revisor/avaliador Ad Hoc de Periódico com ISSN	1
Avaliação	Revisor/avaliador Ad Hoc de Projeto em Agê. Fomento	1
Avaliação	Com. ass. de Pesquisa em IES ou Inst. de Pesquisa	1
Avaliação	Com. ass. de Pesquisa na UFFS	1
Avaliação	Com. Gestor do NIT ou Com. da Agência AGITEC	1

Avaliação	Comitê de Ética no Uso de Animais	1
Avaliação	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	1
Avaliação	Comissão Interna de Biossegurança	1
Avaliação	Rev. Proj. de Fomento de Editais de Pesq. de IES UFFS	1
Avaliação	Com. Científica (avaliador(a)) de Eventos de Pesquisa	1

**Ano 2020****Classificação****Quantidade**